



humanidades em diálogo

v. XI 2022

humanidades em diálogo

v. XI 2022

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP

Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitora: Maria Arminda do Nascimento Arruda

Pró-Reitor de Graduação: Aluisio Augusto Cotrim Segurado

Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária: Marli Quadros Leite

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL - PET

Ministério da Educação: Victor Godoy Veiga

Secretaria de Educação Superior: Wagner Vilas Boas de Souza

FACULDADE DE DIREITO - FD

Diretor: Celso Fernandes Campilongo

Vice-diretor: Ana Elisa Liberatore Silva Bechara

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS - FFLCH

Diretor: Paulo Martins

Vice-diretora: Ana Paula Torres Megiani



APOIO



Faculdade de
Direito



Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas

humanidades em diálogo

Comissão Editorial

Beatriz Ferreira de Paula
Bruna Maria dos Santos
Carolina Capani
Gustavo Gomes Barbosa
Heloisa Salles Camargo
Isabela Soares Lopes
Júlia Geiling Cardoso Falcone
Keli de Assumpção
Lara Begname de Castro
Lucas Eduardo Souguellis Eroico
Mariana Bolorini Pereira (coord.)
Ricardo Feliz Okamoto
Thais Carvalho dos Santos (coord.)
Ulisses Marques Rocha Franco
Vanessa Furtoso
Violeta Pereira Queiroz Lopes (coord.)

HUMANIDADES EM DIÁLOGO

humanidadesemdialogo@usp.br

<https://www.revistas.usp.br/humanidades>

Conselho Editorial

Bianca Margarita Damin Tavorali
Eduardo Fagnani
Fabiana Moraes da Silva
Fernando Augusto Magalhães Paixão
Flávio Henrique Albert Brayner
Jorge Luís da Silva Grespan
Laura Rabelo Erber
Maurício Cardoso Keinert
Rafael Mafei Rabelo Queiroz
Sylvia Gemignani Garcia

Ilustrações

Marina Puzzilli Comin

Projeto gráfico e diagramação

Comissão Editorial

Preparação e revisão financiados pela

Faculdade de Direito

Agradecimentos aos pareceristas ad hoc

ISSN Eletrônico 1982-7547

Sumário

07 Apresentação

Entrevista

- 10 Entrevista com Angela Alonso
Gustavo Gomes Barbosa, Isabela Soares Lopes, Júlia Geiling Cardoso Falcone, Thais Carvalho

Dossiê - São Paulo: histórias, espaços e populações

- 31 A maloca na contramão do progresso: Adoniran Barbosa e a modernidade
Assíria Toledo do Amaral e Wener Aparecido Nogueira da Silva
- 43 Como o direito à cidade poderia ressignificar a experiência da população em situação de rua durante a pandemia da Covid-19?
Cicero Italo Rodrigues Araujo
- 54 Do quarto de despejo à casa de alvenaria: modos de morar em Carolina Maria de Jesus
Fernanda Mota de Oliveira e Giovana Gasparotto Souza Cabral
- 69 Entre a preservação e a destruição do Patrimônio: o caso da mansão Matarazzo pelo jornal Folha de S. Paulo
Débora Pinese Frias

Academia

- 84 A ginecologia na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e os discursos médicos sobre a mulher (1918 – 1930)
Ana Paula dos Santos
- 97 A Religiosa de Diderot: entre inocência e ímpeto de liberdade
Renato Costa Leandro
- 111 Beauvoir e Lévi-Strauss: antropologia e filosofia da existência na gênese de O segundo sexo
Samanta do Carmo

- 123** Crítica da razão desobediente: a dialética passada a limpo de Hegel a Benjamin
André Cardoso Sznajder
- 134** Deus perdoaria os artistas, mas o Estado, não: uma análise das “armadilhas da narrativa” na tensão político-jurídica entre artes e religião
Alice Calixto Gonçalves
- 146** “Em mim não poço explicar que sou um colchão de pancadas...”: escritos de mulheres e escritos sobre mulheres na América Portuguesa
Mariana Rodrigues de Vita
- 156** “Estamos trocando o pneu com o carro andando”: educação escolar e ensino de história no meio rural em São Luiz do Paraitinga (SP) durante uma pandemia
Laís Aparecida Faria Charleaux
- 171** Impacto do declínio do desempenho cognitivo natural nos processos de aprendizagem e inclusão digital
Ana Clara Espirito Santo da Luz, Luana Carla de Castro Félix, Leticia de Almeida Lopes
- 182** Machismo high-tech: a objetificação da mulher como instrumento de garantia de sua submissão na era digital
Mariana Silvério Almeida e Tasca
- 195** Meios de comunicação, educação e repertório
Giovanna Mendonça Cozzetti
- 210** Noções de continuidade e descontinuidade em Michel Foucault e Reinhart Koselleck
Ana de Souza Santana
- 220** O poder e a vigilância: o nascimento da prisão decorrente da metamorfose punitiva e reflexões do sistema penitenciário a partir do pensamento Foucaultiano
Catarina Sodré

235 Pequenas desonradas: estudo de casos de defloração em São Paulo (1850-1870)

Thays Bueno Murrace

249 Sobre derrubar portas e não esperar janelas: um estudo etnográfico sobre as relações interpessoais de uma drag queen no agreste pernambucano

João Gabriel Lourenço da Silva Santos

Diálogos

262 A escrita das sensações em Lavoura arcaica, de Raudan Nassar e Laços de família, de Clarice Lispector

Gibran Ayub

268 Me diz, com o quê que cê sonha

Marina Puzzilli Comin

271 Duas vidas

Rejúmily Virgínia Brito da Silva

273 Poesias Afrofuturistas

Ilvania Barboza de Souza

276 Quadrocômodo

Janiele Marinho

278 Segunda composição para um problema de diferença e imagem, como também de glória

Maíra De Benedetto

280 Um rio

Vinícius Sanches Pontirrolle



Apresentação

A *Humanidades em Diálogo* é uma revista acadêmica construída inteiramente por alunos da graduação e, nesse sentido, as nossas publicações têm como objetivo e resultado o reflexo do que é o meio acadêmico para nós. Para esse volume não foi diferente: a publicação da edição XI da revista é o resultado de um processo que se deu ao longo do ano de 2021, o segundo ano da pandemia do coronavírus. Frente a esse contexto, portanto, tanto o processo interno de produção do volume quanto os materiais submetidos para essa edição se deram em uma conjuntura atípica na vida discente, com todas as dificuldades impostas pelo momento. Ainda assim, é com enorme satisfação que apresentamos o presente volume.

A nossa comissão editorial é composta por quatro grupos do Programa de Educação Tutorial (PET) da Universidade de São Paulo (USP): Ciências Sociais, Filosofia, História e Sociologia Jurídica. Em linhas gerais, o PET é um programa instituído pelo Ministério da Educação (MEC), alicerçado na indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitária – valores os quais desejamos concretizar por meio da revista.

Desde a sua primeira edição, a revista *Humanidades em Diálogo* defende e busca a materialização de certos objetivos e ideais no meio editorial e acadêmico. Em primeiro lugar, visamos cumprir um papel pedagógico e formativo no âmbito da pesquisa e divulgação científica em nível de graduação, buscando estimular a produção acadêmica para aqueles que estão no início da carreira. Em segundo, prezamos pela pluralidade de pensamentos, valores e opiniões, quer internamente, à própria Comissão Editorial, quer por seu escopo externo, atinente aos escritos publicados. Por fim, acreditamos sobretudo na importância ímpar da publicação acadêmica enquanto instrumento de divulgação da pesquisa rigorosa e de construção do conhecimento científico. Nesse sentido, para a elaboração do presente volume, contamos com sessenta pareceristas colaboradores no processo de avaliação duplo-cega – professores e pesquisadores de todo o país comprometidos com a atividade acadêmica.

Dada a importância do debate sobre o espaço nas humanidades no momento atual, o volume XI apresenta o dossiê *São Paulo: Histórias, Espaços e Populações*, com os artigos *Como o direito à cidade poderia ressignificar a experiência da população em situação de rua durante a pandemia da Covid-19?*; *Entre a preservação e a destruição do Patrimônio: o caso da mansão Matarazzo*; *Do quarto de Despejo à Casa de Alvenaria: modos de morar em Carolina Maria de Jesus*; e, por fim, *A maloca na contramão do progresso - Adoniran Barbosa e a modernidade*.

Neste volume, também contamos com uma entrevista gentilmente concedida por Angela Alonso, professora titular do departamento de sociologia da USP e pesquisadora do CEBRAP. Nela, abordamos tópicos centrais para a compreensão da realidade brasileira, como os movimentos sociais do passado e do presente; as conexões entre a sociologia e a história; o pretenso

pacifismo da população brasileira ante os assuntos políticos; o papel do Estado e, ainda, o contexto político atual, marcado pelo anti-intelectualismo e o bolsonarismo.

Na seção *Academia*, contamos com artigos de diversas áreas das humanidades. Entre eles, há os que abordam desde os pensamentos de Foucault e Koselleck, até Hegel, Benjamin e Diderot; reflexões sobre questões de gênero e da mulher em diversos âmbitos; investigações sobre a relação entre educação, meios de comunicação, tecnologia e o contexto pandêmico; e uma análise sobre a tensão político-jurídica entre artes e religião.

Além da seção acadêmica, dispomos da seção *Diálogos*, que abarca os escritos *Poesias Afrofuturistas* e *Poemas esparsos em plenilúnio*, como também as crônicas *Um Rio*, *Quadrocmo* e *Duas Vidas*. Acompanhadas da composição literária, *De um problema de glória* e, da resenha, *A escrita das sensações em Lavoura arcaica*, de Raduan Nassar e *Laços de Família*, de Clarice Lispector. Ainda, contamos com a ilustração *Me diz, com quê que cê sonha*, que além de compor nossa seção de materiais extra-acadêmicos, integra a elaboração artística da capa do presente volume.

Assim, expressamos nossa alegria pela oportunidade de trabalhar em companhia de editoras, editores e pareceristas empenhados na criação de um espaço reservado a reflexões inéditas e a expressões originais de graduandos de todo o Brasil. Gostaríamos de agradecer, ainda, à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), cujo fornecimento de verba viabilizou o financiamento de todo o processo de confecção da revista – o que inclui desde sua revisão até a publicação. Sem o referido auxílio, a finalização deste volume não seria possível. Finalmente, agradecemos efusivamente a todas as pessoas envolvidas e empenhadas na elaboração do volume XI da revista *Humanidades em Diálogo* e, apesar das dificuldades próprias do contexto da pandemia, expressamos nossa alegria em publicar esse mais novo volume. Desejamos uma ótima leitura e que possam desfrutar da revista, tal como nós aproveitamos a sua elaboração.

A COMISSÃO EDITORIAL



Entrevista

ENTREVISTA: ANGELA ALONSO

GUSTAVO GOMES BARBOSA

ISABELA SOARES LOPES

JÚLIA GEILING CARDOSO FALCONE

THAIS CARVALHO DOS SANTOS¹

Para a décima primeira edição da *Humanidades em Diálogo*, tivemos o prazer de entrevistar Angela Maria Alonso, mestre e doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo, com Pós-Doutorado na Yale University. Atualmente, ela é professora Titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (2019), pesquisadora do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) – que presidiu entre 2015 e 2019 –, coordenadora adjunta de Ciências Humanas e Sociais, Arquitetura, Economia e Administração da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e colunista do caderno Poder no jornal Folha de São Paulo. Recebeu os prêmios CNPq/Anpocs (2001), John S. Guggenheim Foundation (2009), Prêmio Jabuti de Ciências Humanas (2015), Prêmio Academia Brasileira de Letras de melhor livro do ano (2015). Suas pesquisas e trabalhos abordam sobre as relações entre cultura e ação política e sobre movimentos políticos e intelectuais. Entre suas publicações destacamos os livros *Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império* (Paz e Terra, 2001); *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas* (Companhia das Letras, 2007); *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)* (Companhia das Letras, 2015). Além de seus estudos sobre movimentos do século XIX, atualmente Angela coordena uma pesquisa no Cebrap sobre os protestos que ocorreram no Brasil a partir de junho de 2013. Para a entrevista, concedida no dia 23 de abril de 2021, ela nos conta um pouco sobre sua trajetória e o que a levou para o estudo de movimentos sociais. Além disso, explica sobre o processo de produção de seus trabalhos e comenta sobre aspectos do cenário político e social atual.

Humanidades em Diálogo: Gostaríamos de começar a entrevista com um resumo sobre você, sua trajetória na docência e na pesquisa e sobre como é a sua atuação no CEBRAP. Você poderia, mesmo que em poucas palavras, falar sobre os aspectos que considera como os mais relevantes da sua trajetória?

1 A entrevista foi desenvolvida por uma comissão da Humanidades em Diálogo. Além dos entrevistadores, participaram de sua produção Beatriz Ferreira de Paula, Mariana Bolorini Pereira, Ricardo Feliz Okamoto e Violeta Pereira Queiroz Lopes.

Angela Alonso: Bom, eu fiz a graduação em Ciências Sociais na USP, entrei no período da redemocratização, então ainda foi um período com algumas turbulências. Tivemos grandes greves, então eu tive uma graduação um pouco acidentada. Depois, entrei no mestrado na própria USP, na Sociologia, e quando estava no segundo ano entrei no programa de formação de quadros do CEBRAP, que era um programa coordenado pelo Arthur Giannotti. Durou uma década e meia, duas décadas; era um programa multidisciplinar, uma espécie de avô do PET [risos], só que era em nível de mestrado. Tínhamos um tutor, um pesquisador do CEBRAP que auxiliava e orientava os *papers* finais. Era um programa muito exigente de formação, muito mais do que tinha tido na USP. Foi muito importante na minha formação porque me obrigou a ler coisas que eu não teria lido e com um rigor também que eu não teria obtido por conta própria. Então, fiz esse programa e, ao mesmo tempo em que defendi o *paper* final lá, defendi o mestrado na USP.

O doutorado comecei na USP e fiz um ano de sanduíche na Universidade de Columbia, que também foi um período muito marcante para mim. A tradição uspiana é uma tradição muito francesa, era assim sobretudo quando eu fiz a graduação. Então o período na Columbia foi uma experiência muito impactante de outro mundo universitário, não só pelos conteúdos, mas por causa do estilo. É um mundo muito mais informal, menos hierárquico, não aristocrático, digamos assim [risos]. Para mim, foi uma experiência bastante importante, que me alertou muito para as possibilidades da democratização do conhecimento, além de ter aprendido coisas substantivas.

A geração de vocês provavelmente não se dá muita conta disso, mas antes da generalização da internet não tínhamos tanto acesso ao funcionamento dos outros lugares e mesmo aos conteúdos, então essas viagens realmente tinham um impacto na formação.

Depois eu voltei, defendi o doutorado e, bom, aí comecei a vida [risos]. Publiquei meu doutorado, foi o meu primeiro livro, o *Ideias em Movimento*. Nesse período, comecei a dar aula na Escola de Sociologia e Política. Quando voltei dos Estados Unidos também voltei para o CEBRAP. Lá a gente faz um pouco de tudo, então fiz o que na época tinha recurso para fazer, que eram as pesquisas sobre o movimento ambientalista. Durante bastante tempo coordenei uma área de conflitos ambientais, depois entrei como professora na USP, em 2003, mas continuei no CEBRAP – fui diretora científica e, por fim, presidente. Essas carreiras não planejadas, mas enfim... fui presidente por quatro anos. Antes de ser presidente, fiz um pós-doutorado em Yale, que também foi bastante importante para mim. Agora eu estou na FAPESP, como coordenadora adjunta da área de Humanidades, que combina Ciências Sociais, Arquitetura, Artes, Letras e Linguística. Estou aprendendo bastante de novo, porque também é um ambiente muito interdisciplinar, em um nível de pesquisa mais avançado.

Humanidades em Diálogo: Ao estudar algumas de suas produções, percebemos que a questão dos movimentos sociais é uma tônica. Assim, gostaríamos de saber: o que te levou para este campo de estudo, quais as suas principais inspirações e referências para o tema e qual a sua concepção sobre este conceito?

Angela Alonso: Quando fiz a graduação, a gente estudava os clássicos, o seu contexto, então passávamos muito tempo falando sobre o século XIX, sobretudo o século XIX europeu, e muitas das teorias sociológicas eram críticas do positivismo. Tinha também, naquela altura, um interesse grande por entender o Brasil. Mas essas duas coisas eram um pouco separadas: uma formação teórica sobre o século XIX e um interesse pela conjuntura política – atual, sobretudo. Então, muito do que acabei fazendo foi oscilando entre essas duas balizas.

Na época em que eu comecei na pesquisa, na iniciação científica, o negócio da moda, que todo mundo falava sobre, era o livro do Roberto Schwarz sobre Machado de Assis, que estava em preparação. Ele já tinha escrito algumas coisas, mas o grande livro dele sobre Machado era aguardado. E eu sou uma fã de carteirinha do Machado desde a adolescência, é o autor de referência da minha vida. Então, tentei juntar essas coisas na iniciação científica e fui para um estudo sobre o século XIX brasileiro, ver o positivismo e o Machado. Fui assim para o mestrado e, nesse programa do CEBRAP, acabei tendo como tutor o próprio Roberto Schwarz, o que me levou a não fazer exatamente a mesma coisa. Fui deixando o Machado um pouco de lado e fui tentando encontrar uma leitura própria que me permitisse falar do Brasil e dos positivistas, mais que do positivismo.

Comecei a estudar mais o contexto do século XIX, e fui percebendo que, ao contrário do que eu lia em vários textos – tinha um texto famoso na época do Paulo Arantes sobre o positivismo – não havia essa distância entre o que os positivistas escreviam e a realidade que viviam. Eles não estavam simplesmente mimetizando a Europa, os debates europeus, as ideias europeias. Eles estavam falando de questões muito concretas e muito urgentes da sua conjuntura, como a escravidão e a secularização do Estado. Me dei conta disso no mestrado, mas eu não tinha um instrumental teórico-metodológico para lidar com isso. Então, acho que tudo o que fiz depois foi uma tentativa de demonstrar essa intuição que tive no mestrado e encontrar instrumentos que me permitissem fazer essa demonstração.

No doutorado, quando fui para a Universidade de Columbia, bati na porta do Charles Tilly que me acolheu completamente. Assistindo às suas aulas, participando do seu seminário, fui

sendo socializada nessa literatura sobre movimentos sociais que eu não conhecia. É uma literatura não só bastante desenvolvida, do ponto de vista conceitual, mas com uma metodologia muito clara de como trabalhar com movimentos – a partir do levantamento de eventos de protesto – que era muito diferente do que eu ouvia falar aqui na tradição francesa, que era mais ensaísta e que trabalha mais com estudos de caso.

Esse contato foi bastante impactante, assim como o próprio conceito de movimentos sociais que ele e os autores vinculados a ele tinham desenvolvido e estavam reformulando: a ideia de que o movimento social não é um ator, como na tradição francesa, caso do Touraine, por exemplo. Mas é uma forma de ação que precisa ser pensada como situacional, conjuntural. Diferentes atores ou conjunto de atores podem fazer uso dela dependendo da situação em que se encontram. É preciso entender a conjuntura política inteira e, sobretudo, a posição desses atores em relação ao Estado, se eles têm possibilidade de influência, se eles estão sendo reprimidos, qual a posição que eles têm em relação a esse universo, para poder entender o que eles estão fazendo.

Segundo essa perspectiva, os atores migram entre as arenas. Então pensem, por exemplo, no Lula. O Lula passou de líder de movimento social a principal autoridade política do país. Depois, em outra conjuntura, ele se torna um preso político. Agora, ele pode ser candidato de novo. Quer dizer: o mesmo ator político pode ocupar diferentes posições. Nessa perspectiva de análise, portanto, o movimento social é uma forma de ação utilizada pelos atores que estão *fora* do Estado (não um atributo de um certo conjunto de atores ou de um certo conjunto de valores), e diz mais respeito à posição de força que os atores têm em cada conjuntura.

Essa ideia me impactou profundamente e venho usando essa perspectiva desde então. Só que, como estava trabalhando no doutorado com o que eu até então considerava um conjunto de *intelectuais*, que eu sabia que estavam falando da conjuntura e que estavam o tempo todo discutindo os assuntos da conjuntura, mas eu não sabia como equacionar bem, fiz esta torção: em vez de tratar aquele universo como um conjunto de pessoas que queriam se tornar intelectuais, que estavam escrevendo teorias sobre o Brasil, como vinha se falando até então, o que eu fiz foi aplicar a perspectiva teórica tillyana e dizer que eles são um movimento social e que o uso que fizeram dessas teorias, os livros que estavam escrevendo, era uma atividade completamente interessada, uma tentativa deles de interferir no debate político. E eles estavam usando isso porque estavam fora das instituições políticas (eles não tinham acesso aos partidos, ao parlamento), de modo que os livros eram a maneira pela qual estavam fazendo política.

Como eu já tinha feito uma parte da pesquisa quando cheguei nos Estados Unidos e o custo de conversão da tese inteira, o custo de fazer um outro banco de dados, à maneira do Tilly,

era muito grande para acabar o doutorado em tempo, fiz ali uma coisa um pouco a meio caminho. Desse modo, eu só fui desenvolver essa metodologia em plena potência, fazendo um banco de dados desde o começo, tal como essa perspectiva teórica recomenda, nas minhas pesquisas subsequentes.

Humanidades em Diálogo: Para realizarmos esta entrevista, lemos algumas de suas obras publicadas, dentre elas, *Ideias em Movimento*. Para começar: o que você tinha em mente na composição deste título? E você poderia explicar como foi o processo de criação e estruturação do livro?

Angela Alonso: Foi um doutorado, um trabalho que não é solitário. Trata-se de um livro que eu não teria escrito sem o Brasília Sallum, que foi o meu orientador. Acredito que a participação dele foi muito importante, sobretudo na definição do contexto brasileiro – ou seja, daquilo que é o primeiro capítulo do livro –, um assunto em torno do qual ele trabalha até hoje, as crises políticas. Em algum momento, ele tentou me convencer a transformar a tese em uma tese sobre a *crise* do império, mas, no fim, fiz esse capítulo inicial que foi muito importante para mim, porque passei a entender desde aí que, se você não constrói as balizas do seu assunto, você também não consegue falar direito sobre ele. Assim, aquele capítulo é uma espécie de organização do terreno no qual a ação vai ocorrer. Nele, há uma tentativa, não de construir uma interpretação original (não era essa a minha intenção neste capítulo sobre o império), mas de consolidar ou de sistematizar o que existia a respeito e, a partir disso, tentar entender quais eram os pilares daquela ordem que incomodavam, atrapalhavam as carreiras ou que eram consideradas anacrônicas pela geração subsequente.

Foi nesse contexto que identifiquei o sistema político fechado, a escravidão e o catolicismo como as três grandes balizas daquele universo e dei nome a elas. Uma delas era o liberalismo estamental. Havia aí um discurso liberal e uma *prática liberal*. Acho que é importante de frisar isso, pois não é que o liberalismo estivesse deslocado em relação à prática política, ele justificava uma maneira de funcionamento das instituições imperiais que contemplava a escravidão, o que também acontecia nos Estados Unidos da época. Como se tratava de uma sociedade que se via como uma aristocracia, o liberalismo estamental brasileiro se inspirou muito no universo francês, que também era aristocratizado, e tinha uma estrutura na qual nem todo mundo podia ser cidadão, mas somente os senhores, os proprietários. O liberalismo estamental é uma grande baliza que orienta a ação política, porque o que os reformistas irão fazer a partir daí é questionar essa estrutura estamental, fazer a contestação desse *status quo*.

E a outra coisa que eu acho que talvez chamasse menos atenção antes do meu trabalho é o catolicismo hierarquizador, ou seja, a maneira como o catolicismo, sendo religião de Estado, funcionou como um chancelador daquela ordem social, encontrando um lugar subordinado para os homens livres pobres e para os escravos no interior de um universo imaginário. O indianismo é a terceira baliza, ao criar a noção de uma sociedade na qual os africanos importados ilegalmente não precisavam ser nem mesmo imaginados. O indianismo é uma construção muito impressionante se você pensar que – e esse é um ponto que exploro agora nesse último livro sobre o movimento pela abolição – o lugar do africano não podia ser, de modo algum, na cabeça das pessoas que construíram o indianismo, como o próprio José de Alencar, nem um lugar de cidadania, mas tampouco um lugar de representação nacional – isso não era nem cogitado como tal. O Alencar foi uma das surpresas negativas da minha incursão no século XIX. Na adolescência li muito Alencar e tenho uma admiração pela capacidade romanesca dele ainda hoje, mas, enquanto político, ele realmente estava do lado escravista.

Humanidades em Diálogo: *Ideias em movimento* não foi a única obra que você publicou sobre o tema. Sua tese de livre docência também foi sobre essa temática do abolicionismo, publicada em 2015 com o título *Flores, votos e balas* pela Companhia das Letras. Por que você publicou outro livro sobre esse assunto? No que eles se distanciam e no que eles se aproximam?

Angela Alonso: Entre os dois livros há um terceiro que os conecta. No *Ideias em movimento*, eu tratei de vários personagens ao reconstruir aquilo que denominei como os diferentes grupos contestadores que conformam o movimento reformista. Um desses grupos tinha como figura proeminente o Joaquim Nabuco, que é um personagem ao qual o país inteiro volta, um autor incontornável. E aí, um amigo me convidou para escrever uma coisa que seria um livro curto sobre o Nabuco em Londres. Seria parte de uma coleção que ele iria fazer de livretos sobre personagens numa cidade... Então eu fiz uma coisa pequena: fiz um projeto de pesquisa para a FAPESP, fiz uma pesquisa sobre o período que o Nabuco passou em Londres. Era para ser um livro de “descanso” até conceber o que eu iria fazer adiante como pesquisa..., aí essa coleção não foi adiante.

Mas, por acaso, eu encontrei um dia a Lilia Schwarcz e conversamos sobre isso, e ela falou: “Me mostra, que estamos fazendo uma coleção de biografias”. E, no fim, acabei fazendo uma biografia do Nabuco para a coleção Perfis Brasileiros. Foi uma imersão de volta para o mesmo período que eu já tinha tratado, só que em vez de fazer uma prosopografia e trabalhar com um monte de personagens como eu tinha feito no doutorado, passei a me concentrar em

uma figura. E aí é um exercício muito diferente... foi muito desafiador, porque numa biografia – feita por um sociólogo, pelo menos – é preciso evitar comprar a versão que o biografado dá de si mesmo, e nesse caso, o Nabuco deu uma versão de si mesmo: ele escreveu a própria biografia. Essa é uma armadilha, é uma figura que está no panteão nacional, é difícil de contar os lados menos nobres da figura, digamos assim, sem que haja reação.

Então, a minha escolha foi de adotar um tom irônico na narrativa para me destacar do personagem, personagem tão admirável. E como era uma coleção para o grande público, comecei ainda com um tom mais acadêmico. Os coordenadores da coleção eram a Lilia Schwarcz e o Elio Gaspari, e o Gaspari me falou: "não, solta aí, solta a mão"... E eu tinha feito com notas de rodapé e tal. Ele foi um grande incentivador de um estilo mais livre e foi importante também na construção desse livro, porque me libertou do academicismo de vez. Comecei a escrever à minha maneira, com o que eu sei, mas sem me prender ao jargão. E aí foi uma experiência rica, eu acho que foi o livro que mais me diverti fazendo... fiz o livro com esse tom não acadêmico, um livro que foi lido por muita gente não acadêmica, mas que também me pôs ali em contato com o século XIX, com o debate político do período, com a questão da escravidão, com o liberalismo, tudo de novo.

Só que, quando comecei a fazer o livro, separei em partes que eu conhecia mais e em partes que conhecia menos para fazer a pesquisa. Eu tinha estudado o Império, então fui olhar mais o começo da República, porque o Nabuco viveu até o começo da República... e falei: bom, a abolição eu não vou nem olhar, porque tem muita coisa sobre isso, então depois eu volto, e isso vai ser rápido de fazer. E quando fui fazer a parte da abolição me dei conta de que embora houvesse, sobretudo naquele momento, muita coisa escrita sobre algumas figuras, como o próprio Nabuco e alguns episódios, a literatura sobre o assunto não tinha explorado muito aquilo que me interessava mais: que é o fato de o abolicionismo ser um movimento social.

Então, o que eu vi é que tinha umas publicações mais orientadas pelo marxismo; que se concentravam mais em explicar as razões econômicas da falência da escravidão, da incompatibilidade entre a escravidão e o capitalismo; tinha explicações enaltecidas das lideranças políticas institucionais; como o próprio Nabuco, que também ajudou a construir a figura da Princesa Isabel como a redentora, ou do João Alfredo, o chefe de gabinete que produziu a abolição. Daí começou a aparecer, a partir dos anos 80, uma literatura de reação a essa, apontando a relevância dos próprios escravos na reação à escravidão, em rebeliões, organização de quilombos e usando a própria legislação escravista e seus buracos contra si mesma. Só que cada um pegava a coisa por um lado, o que me pareceu é que ninguém explorava o que para mim era mais interessante quando eu estava estudando Nabuco, que é o fato de que ele estava fazendo campanha

de rua, que ele fazia comércio, fazia passeata. Tinha alguma coisa ali, que aparecia na teoria dos movimentos sociais que eu estudava, o Tilly contava que comícios e passeatas estavam se inventando naquele momento do século XIX. Eu achei aquilo fascinante.

Quando acabei o Nabuco, os Salões e as Ruas, eu pensei, bom, agora eu já sei bastante sobre o século XIX, já sei bastante sobre Nabuco, vou fazer um livro sobre o movimento pela abolição da escravidão em dois minutos... Gastei seis anos, porque o universo que encontrei era muito maior do que imaginava, eu tinha batido na ponta do iceberg. Aí eu fui com o projeto já montado, concorri à posição de fellow da Fundação Guggenheim, que tem algumas bolsas de pesquisa chiques, ganhei. Depois ganhei uma bolsa da Fapesp também, e fui pra Yale onde tem um centro de estudos especializados, o Gilder Lehrman Center, que estuda só abolição e escravidão. É um grupo sobretudo de historiadores, mas tem sociólogos também, e lá eu tive um impacto parecido com o que tive em Columbia, que foi perceber que tinha um monte de gente de outros lugares estudando coisas parecidas. E eu acho que as minhas experiências no exterior sempre foram importantes na “desprovincialização” dos meus objetos de estudo.

Tinha um papo nos anos 80/90 sobre as singularidades brasileiras, e aí quando você vai olhando, de singular não tem nada, tem um monte de coisa parecida. O caso americano é muito parecido com o caso brasileiro, população escravizada grande e população escravista grande, então conflitos muito semelhantes também. Mas o que me chamou atenção foi perceber que tinha muita semelhança com o abolicionismo das colônias espanholas e isso era uma coisa que não se ressaltava muito na literatura. Eu conheci neste período pessoas que estavam estudando esses casos, que nem o Christopher Schmidt-Nowara, que infelizmente morreu uns anos atrás. A gente ficou em bastante contato, ficamos amigos, e ele vinha estudando o caso espanhol e trocamos muita figurinha. Fui percebendo que tinha uma semelhança grande e que precisava expandir um pouco essa maneira de pensar o abolicionismo brasileiro, também do ponto de vista das suas referências.

Então, eu fiz no livro duas coisas: um levantamento a partir da teoria dos movimentos sociais, das formas de ação, de mobilização pública, de manifestação e do associativismo abolicionista; fui compilando todas as associações e manifestações públicas de protestos que eles fizeram; e de outro lado, eu focalizei esta relação do movimento abolicionista com o repertório internacional daquele momento, que é o que venho fazendo desde lá do doutorado. Como é que os abolicionistas se relacionavam com outras experiências de diversos lugares? Como é que eles adaptaram estratégias e retóricas que já tinham sido utilizadas em outros lugares? Foi o que eu explorei.

Trabalhei um pouco com esse duplo trilha, de um lado, como eles vão construindo formas de contestação ao Estado, ao governo e à própria sociedade escravista – numa relação interna ao país –; e de outro lado, como eles vão mirando e incorporando experiências internacionais, fazendo conexões. Sempre pensamos o ativismo como alguma coisa contemporânea e transnacional, mas os abolicionistas já estavam fazendo isso, faziam viagens, faziam contatos diretos e por carta, ou por telégrafo. O que eu sempre brinco é que a internet do século XIX, o telégrafo, que chegou no Brasil nos anos 1870, fez essa mudança tecnológica e foi uma verdadeira revolução, porque permitiu ter notícias do mundo inteiro todo dia.

Então, há aí um aproveitamento das experiências internacionais e sobretudo da experiência espanhola, cubana e porto-riquenha. Porque foram países modelo para a elite social, que queria evitar uma solução drástica que nem a dos Estados Unidos – a Guerra Civil –, e evitar uma rebelião escrava como no Haiti, funcionou como um parâmetro. E funcionou como parâmetro também para os abolicionistas, que passaram a fazer conferências em teatros, que aqui ganharam uma feição muito mais artística do que em Madrid. Eram verdadeiros shows, eles eram ao mesmo tempo espetáculos, com apresentações, óperas, música popular, trechos de peças de teatro, declamação de poema e discurso político. Isso teve um grande impacto na campanha abolicionista brasileira, porque permitiu a expansão do público, atraiu as famílias, as mulheres, e permitiu a expansão da campanha de uma maneira tal que uma tática mais, digamos assim, careta, só com discurso político, não teria produzido.

Humanidades em Diálogo: Em relação à metodologia de pesquisa, como foi trabalhar com uma análise documental tão vasta como a aplicada em *Flores, Votos e Balas*? Poderia nos dizer mais sobre essa experiência de trabalhar e se aproximar intimamente da História, sendo uma socióloga?

Angela Alonso: Bom, são duas coisas diferentes e difíceis. Eu, como socióloga, sempre tenho medo dos historiadores, porque eles costumam saber as coisas com muito mais detalhe do que nós e, então, eu sou duplamente cuidadosa. Agora, como socióloga, acredito ter uma certa vantagem porque tenho menos amor à particularidade do que eles.

Percebo que montar um banco de dados grande como o das associações, na qual constam mais de 300 nomes (segundo minha última revisão para a publicação do livro em inglês pela Cambridge esse ano), por exemplo, não seria a estratégia de entrada dos colegas historiadores, embora eles reconheçam a relevância. Na sociologia dos processos políticos, a análise caminha de forma que esses elementos não sejam vistos sob suas particularidades, mas sim como casos

de uma mesma forma de ação coletiva. Há a desvantagem, claro, de perder o detalhe, mas também há a grande vantagem de produzir uma demonstração mais persuasiva. Quando se fala de rebelião escrava ou quilombos, por exemplo, fica a questão do “quantos?”. Por vezes, assume-se que há um impacto político a partir de um número pequeno de casos. E, quando se fala “os abolicionistas”, também fica a questão do “quem”. Sobre isso, defini um critério, a partir dessa perspectiva teórica que eu adoto: abolicionista não é alguém que fala da boca para fora, mas alguém que organizou uma ação consequente, pública e relativamente formalizada nesta direção. Assim, passei a considerar a existência do próprio fenômeno a partir do momento em que existem associações abolicionistas – ações e não declarações, discursos ou panfletos –, de modo que esse foi o critério para, inclusive, recortar o fenômeno. Em vez de circunscrever o abolicionismo a partir de 1879, como era o habitual, – eu o circunscrevo a partir de 1868, porque é a partir daí – 10 anos antes – que começa a ter um volume significativo de associativismo abolicionista: entre 1868 e 1871 são formadas 25 associações, em torno da discussão da Lei do Ventre Livre.

Os personagens sempre lembrados na história do abolicionismo, como o próprio Nabuco, são personagens mais tardios. Foi o uso de outra estratégia metodológica, portanto, que me permitiu identificar que a campanha foi mais longa e que houve, inclusive, protagonismo de figuras que estavam nos bastidores, como é o caso de André Rebouças, que não é uma figura de palanque como o Nabuco, mas está presente desde o começo e é a grande figura do movimento abolicionista.

Assim, trabalhar com esse grande volume de dados me permitiu encontrar terra firme, apesar da dificuldade. Para o banco de dados, além de contar com assistentes de pesquisa, também há a exigência de um controle minucioso. É para personalidades um pouco obsessivas, pois o trabalho não é apenas uma coleta de informações de fácil acesso na internet, mas sim um trabalho de formiguinha, de levantamento, checagem etc. E que eu aprecio – adoro ler esses jornais antigos –, de forma que não é um esforço penoso.

Humanidades em Diálogo: Em *Flores, Votos e Balas*, uma dinâmica central presente na obra é a relação de interdependência do movimento abolicionista com o Estado, ora em articulação, ora em ruptura com ele. Na sua visão, qual é o papel do Estado para o desenvolvimento dos movimentos sociais?

Angela Alonso: Na perspectiva de Tilly e do Tarrow trata-se sempre de uma relação: o Estado é, ao mesmo tempo, o foco da pressão, como também a maneira pela qual se pode reali-

zar as demandas do movimento. Tilly diz que essas formas políticas – os partidos, os movimentos, o parlamento, o Estado Moderno – vão se construindo reciprocamente, que estão sendo construídos em conjunto e, portanto, são formas de repartir o poder.

Como falei anteriormente, é quem está fora dos partidos e do governo que organiza movimentos sociais. Se alguém já se encontra dentro do governo não é preciso organizar um movimento, pois, nesse caso, é possível tentar influenciá-lo ou agir por meio dele. Isso significa, ainda, que os movimentos não são sempre de esquerda – se o governo da vez é um governo de esquerda, os movimentos serão de outro tipo, como o que foi visto durante o governo Dilma, certo? Então, o que temos durante a campanha abolicionista são governos que oscilam entre dar pequenos passos com a questão da abolição e ser completamente refratário a ela.

Além disso, há na sociedade a organização do movimento abolicionista, por um lado, mas também existe a organização de um contramovimento escravista de outro, ou seja, de uma reação por meio da organização de clubes da lavoura, que também são socialmente fortes.

Um ponto que sempre gosto de frisar ao falar do livro é que temos, no Brasil, a ilusão de ter tido escravidão, sem escravistas e isso é um autoengano de longa duração, pois não há como ter escravidão durante quatro séculos sem a presença de escravistas, embora (e obviamente) há pessoas que defendam isso. Se as instituições têm uma dinâmica e uma inércia, é importante lembrar que elas também precisam de uma ação ativa para se reproduzirem, pois elas não se reproduzem sozinhas. Digamos que todos faziam parte ou presenciavam a escravidão, mas se, a partir de um dado momento, todos os escravistas decidissem deixar de exercer esse papel, a instituição acabaria. Ou seja, a cada geração é preciso um compromisso ativo de uma parte da sociedade para manter a estrutura social como ela é. E isso é verdade lá, como é verdade agora – a desigualdade precisa de agentes ativos para ser mantida.

Durante esse conflito, portanto, temos um movimento organizado para combater a escravidão, assim como um contramovimento organizado para manter a escravidão, de forma que o governo se encontra “ensanduichado” nessa situação: ora o equilíbrio de forças pende mais para um lado e os governos são mais simpáticos à abolição, ora pende mais para o outro e os governos são mais simpáticos ao escravismo. De qualquer forma e de modo geral, a opção dos governos imperiais e da própria Família Real foi de manter o *status quo*, o que contradiz a ideia da “Isabel Redentora”.

Algo que me chamou a atenção, e que ressaltar no livro, é o caso de Paulino Soares de Sousa, que diz com todas as letras e repetidas vezes ao longo de duas décadas, que “a escravidão é a base do Império” – não é uma opção, mas é parte de todo um universo composto pelo cato-

licismo, pela escravidão, pela monarquia; é um complexo que, se um pedaço cair, o resto desabará junto. Assim, não é que a Monarquia, a Casa Real, o Imperador ou a Isabel lutaram constantemente para concretizar a abolição e foram obstados. Não, a monarquia funcionava dessa maneira e a partir do momento em que uma de suas pernas cai, o edifício inteiro desaba. E é por essa razão que há uma tentativa constante de prolongar a escravidão até mesmo para além do razoável, uma vez que a imagem internacional do país é fragilizada – no que se assemelha com a conjuntura atual, a exemplo da postura de Bolsonaro na Cúpula do Clima, ou seja, do Brasil como um pária internacional. Dessa forma, independentemente da imagem internacional do país, mexer na questão da escravidão significava derrubar o sistema inteiro.

O único governo que peitou, de fato, a questão foi o governo de Manuel de Sousa Dantas, em 1884, e que só foi possível frente à pressão do movimento abolicionista, não apenas com propaganda, mas devido à libertação do Ceará. O que faz com que o sistema político seja efetivamente afetado é a realização de ações efetivas de criação de territórios livres da escravidão, gerando a situação bastante inusitada da existência de uma província livre no interior de um império escravista e uma consequente crise política. Assim, a chegada ao poder de Dantas, homem liberal, moderado e membro de uma associação abolicionista, em conjunto com o movimento, só é possível por causa dessa crise. Contudo, posteriormente vem a reação escravista e derruba o governo.

Há, portanto, o embate de forças entre o movimento abolicionista e o contramovimento escravista que dura essas duas décadas – 1868 a 1888 – e que, ao final, vai beirando a guerra civil, com os dois lados cogitando o uso das armas.

Humanidades em Diálogo: Algo que nos chamou muita atenção em sua pesquisa é a sua dedicação para compreender tão profundamente um movimento social do passado, como é o abolicionista, ao invés de se fixar apenas na análise dos eventos presentes. Qual a importância, para o contexto atual, de se compreender os processos dos movimentos sociais do passado? Qual é a atualidade da sua pesquisa?

Angela Alonso: Lidar com o passado é muito mais negócio do que lidar com o presente, já que o passado já passou. Quando comecei a pesquisa, tinha o problema oposto ao que nós temos agora diante dos fenômenos políticos: eu sabia como eles tinham acabado, mas não sabia como tinham começado. Então a minha investigação foi uma investigação da gênese do fenômeno. Quando a gente está estudando coisas no presente, tem um duplo problema: o primeiro é o de que você é parte do que está acontecendo e isso embaça o seu olho, muito mais do que a

gente gosta de admitir; a outra questão é que o fenômeno está acontecendo. Você não sabe se o que está acontecendo neste momento é o ápice, o início ou o fim de alguma coisa.

Vem desta característica do estudo do tempo presente a grande quantidade de interpretações equivocadas de junho de 2013, porque na hora em que as manifestações aconteceram todos tentaram extrair uma interpretação. Bom, mas quando o fato acontece você não sabe o que ele é. O cientista social não é vidente, então esse tipo de interpretação de afogadilho é uma interpretação necessariamente contingente e provisória. Claro que temos que tentar entender, mas não dá pra dar respostas cabais para fenômenos que ainda não acabaram. Então, estudar o passado, para mim, sempre foi uma estratégia mais segura. Isso não significa que o passado seja fixo: a gente sempre o reconstrói a partir da própria conjuntura atual. Mas ele gera menos paixão do que o presente. Então, eu sempre preferi os fenômenos completos.

Quando estourou 2013 eu já tinha feito pesquisas sobre a conjuntura presente (sobre o movimento ambientalista, pesquisa que desenvolvi durante dez anos no âmbito de um projeto internacional coordenado pela Universidade de Sussex), mas os conflitos estudados eram sempre aqueles que tinham acontecido recentemente, mas eu nunca tinha estudado um fenômeno em andamento. E, quando estourou junho de 2013 (eu era diretora científica do CEBRAP), todo mundo ficou de cabelo em pé. Então propus: “vamos fazer uma pesquisa coletiva!”. O CEBRAP tem gente de todas as áreas, a pesquisa que seria realmente interessante. Na hora, todo mundo ficou empolgado com a ideia, mas como sempre acontece com esses entusiasmos de momento, depois cada um voltou para a sua agenda e eu fiquei com a pesquisa no colo. Aí eu falei: “bom, já estou na chuva, né...”. E na verdade, estou desde 2013 nesta pesquisa, com momentos de mais e de menos concentração. Isso porque nesse ínterim virei presidente do CEBRAP, o que me tomou muito tempo e fez com que eu não pudesse me dedicar muito à pesquisa.

Mas eu fiz, com a minha equipe do CEBRAP, um banco de dados que é igual ao citado sobre a abolição, mas voltado para os protestos contemporâneos. O banco consiste, na verdade, em identificar eventos com mais de 3 mil participantes. Em uma democracia, eventos de mobilização acontecem todos os dias, com 50, 30, 40, 200 pessoas. Vocês mesmos devem fazer vários desses por semana. Então estabeleci um número rigoroso, a partir de 3 mil pessoas. E com isso a gente construiu um banco, que permitiu identificar quais eram os organizadores de pelo menos dois desses eventos. Isso gerou uma pesquisa mais detalhada sobre associações e partidos que organizam tais eventos. E aí depois, selecionando as mais representativas, eu fiz uma lista de entrevistados e entrevistáveis, que são as lideranças dessas associações, mas também lideranças políticas relevantes daquele momento, como prefeitos das capitais em que os protestos foram mais importantes, ministros, a presidente (que eu não consegui entrevistar), e as forças

policiais, que também foram mais difíceis e das quais conseguimos entrevistar duas pessoas. E aí o Paulo Markun se interessou pela pesquisa me falou “vamos fazer as entrevistas juntos!” e a gente fez um documentário que está praticamente pronto. Agora precisamos que a pandemia acabe para podermos finalizar e exibir. O documentário se baseia em 50 entrevistas que nós fizemos juntos com esses personagens, que são de três diferentes campos, demarcados nesse artigo inicial que escrevi sobre o assunto.

O que me chamou atenção desde o começo são os diferentes campos em que atuam estes movimentos. Em primeiro lugar, tem o campo autonomista, que era formado pelos movimentos mais visíveis nas manifestações, os horizontalistas, com bandeiras identitárias e com simpatia pelo *revival* da contracultura e do anarquismo. Tínhamos também os movimentos de cepa socialista; não o socialismo antigão, *a la Fidel Castro*, mas esse mais pós-zapatismo, do qual creio ser o Boulos uma figura bastante emblemática. E tem, do outro lado, um outro grupo que apareceu. Ainda em 2013 eu fiz umas entrevistas, antes do documentário, e aparecia esse grande campo composto pelos que, em várias entrevistas, com membros dos campos socialista e autonomistas, foram identificados como “gente esquisita, gente estranha”, que são esses que a Ann Mische e eu chamamos de membros de um grande campo patriota, porque essa era a única característica palpável que havia em comum entre eles, dado o uso dos símbolos nacionais para se apresentar.

Desde então eu comecei a abrir essa caixa de pandora e percebi que tem muita coisa dentro disso. Não é tudo a mesma coisa neste campo patriota. Tem grupos mais liberais, mais autoritários, mais conservadores. E isso vale para os costumes, para as instituições. Então estou nesse momento escrevendo, na medida que dá tempo, sobre isso. E, enfim, se tudo der certo e nada der errado, algum dia será um livro sobre 2013.

Humanidades em Diálogo: Em publicações dos últimos anos você tem dado destaque ao pretenso antielitismo bolsonarista, que encontraria o seu paradigma na clivagem binária entre o ideal regulador do bolsonarismo, o “brasileiro médio” de hábitos e ideias simples, e o resto: a elite social intelectualizada. Como você enxerga essa dualidade de discursos no contexto dos ataques políticos à universidade e à ciência?

Angela Alonso: Eu estava fazendo essa pesquisa sobre 2013 e então aconteceu 2015; eu e a minha equipe no Cebrap fomos averiguar e tentar entender este novo evento. Depois veio a campanha pelo impeachment e eu fui, com a minha equipe, novamente, correr atrás. Então nós

acabamos fazendo uma pesquisa que não é sobre 2013, mas sobre os ciclos de protestos desencadeados a partir de então. Temos um primeiro ciclo de protestos, que eu chamo de mosaico e que tem como principal marca essa diversidade dos três campos que eu descrevia antes; a seguir, um outro ciclo que tem uma dominância do campo patriota que cresce, se avoluma e se diferencia, ao mesmo tempo em que a esquerda se retrai. E tem um terceiro ciclo, na véspera do impeachment, em que todos que estavam na rua em 2013 retornam, mas, agora, apartados. Socialistas e autonomistas se juntam de um lado e patriotas do outro.

Quando chega a este desfecho, já está claro que o país terá uma inflexão à direita. Mas a direita que se apresenta naquele momento é a direita tradicional, o Temer. O Bolsonaro não é uma figura que está no carteadado. Ninguém considera, nesse momento, que possa ter uma figura tão disruptiva. Mas durante este período temos a sangria do petismo, produzida em larga medida no próprio debate público – também pelos movimentos, mas majoritariamente pelo debate público.

A Veja me parece muito importante naquele momento. Toda a imprensa, claro, mas existem alguns carros-chefes na construção da ideia de que o petismo é igual a corrupção e que, portanto, seria necessário punir seus adeptos. Além disso, diz-se que as corrupções petistas teriam sido desenvolvidas “como nunca na história deste país”, e neste momento várias afirmações aparecem nessa direção, sem nenhuma base empírica. Ninguém mediu a corrupção antes, ninguém mediu durante e ninguém mediu depois. Então são afirmações impressionistas. Este seria um momento em que a corrupção teria se tornado tão sistêmica a ponto de contaminar a tudo e a todos, e por consequência o sistema político inteiro estaria podre. Este diagnóstico produz a ideia de que o país precisava ser dirigido por quem não pertencia a esse universo; a desclassificação do PT gerou, por hipertrofia, uma desclassificação de todos os políticos, inclusive dos antipetistas. E a própria mídia, outra vez, tem um papel muito proeminente em construir como alternativa o judiciário, o Supremo, o Moro, que são os não-políticos, que podem representar e dirigir a nação.

Só que, ao mesmo tempo, na rua, o campo patriota estava trazendo um terceiro elemento para a festa, que também não são políticos ou os membros do judiciário: os militares. Existe um grande saudosismo que aparece, uma nostalgia, inclusive nostálgicos do que nunca foi, uma vez que eles idealizam o regime militar, e nostálgico de algo que nunca viveram, representado por jovens que nunca vivenciaram o período e que começam a construir essa figura de líder sem rosto, de um patriota, de um nacionalista, de preferência um militar. Então, acredito que todo esse período de 2013 até o governo Temer prepara o bolsonarismo. Prepara porque elimina

outros atores, tirando de cena várias figuras relevantes. Por exemplo, por que a direita não votou no Alckmin? Qual é o problema com o Alckmin? Ele nunca teve nenhum escândalo de corrupção, pelo menos nunca montado do jeito que se montou contra o PT. Ele era um candidato defensável. Mas vemos ali essa desqualificação geral dos políticos: “Não vale mais a pena, é tudo farinha do mesmo saco”.

E é interessante como esse discurso penetra nas elites sociais de modo geral. Por exemplo, um grupo que está aterrorizado agora são os médicos e, bom, vocês sabem, o vestibular pra entrar em Medicina não é fácil. Logo, são pessoas intelectualmente capazes que compram esse discurso. Eu acho pouco falar em compra de discurso, porque na verdade é uma assimilação, não só da retórica e do diagnóstico, mas do sentimento. O antipetismo é um sentimento. Ele embute uma emoção, uma raiva, um antagonismo, às vezes um nojo. É uma impossibilidade de aceitar a legitimidade desse ator. Poderíamos falar por horas sobre como é difícil uma figura como o Lula ser palatável, considerando de onde ele veio e os seus costumes, alguém que nunca se tornou, de fato, um membro da elite. De como uma mulher presidente também é difícil de ser palatável.

Então, acho que muito desse processo civilizatório que veio desde a redemocratização – e podemos agrupar aqui o PSDB e o PT, seguiram, de diferentes maneiras, a mesma orientação geral da Constituição, de garantia e expansão de direitos – fez com que uma importante parte da sociedade brasileira tivesse que ficar meio quieta, não podia exprimir muito o que pensava e o que sentia, porque aqueles governos estavam funcionando. Assim, no momento que vem a crise do governo Dilma, em que o governo fica meio disfuncional, esse ressentimento e esse rancor vem à tona, mas não é só ele. Essas pessoas acabam se permitindo ser publicamente o que elas são, como aconteceu nos Estados Unidos, no caso do Trump. Tem uma parte da sociedade americana que pôde vir a público para dizer o que ela é, como ela se sente, o que ela pensa. E no Brasil, o Bolsonaro abriu essa porteira. Ele diz e quando ele diz, ele autoriza a dizer.

Hoje eu escrevi, na minha coluna da Folha de São Paulo, sobre um caso de racismo em Goiânia, que vai nessa direção. O sujeito se sente à vontade para animalizar, não só para ofender, mas para ofender animalizando uma pessoa que não obedeceu a uma ordem dele. Intitulei o artigo de *O sinhozinho*, pois apresenta um tipo de comportamento típico de uma sociedade escravista, é o mesmo que se tinha no século XIX. Porque a subordinação dessas pessoas é esperada como automática e, durante os governos petistas, principalmente quando começam as políticas de ação afirmativa e quando se expande o debate sobre questões de gênero, surge um grande incômodo em uma parcela da sociedade. Incômodo profundo.

Então eu acredito que o Bolsonaro seja a expressão deste homem comum, que não quer ser moderno e que tem, no fim das contas, medo do que a modernidade significa, do quanto ela pode ser destruidora do seu modo de vida, dos seus valores, das suas crenças. É um homem médio que se sente ofendido por essas mudanças e desenvolve uma postura reativa. Nesse sentido, o Bolsonaro é muito representativo de um Brasil, como a gente costumava dizer, profundo.

Humanidades em diálogo: Você acabou pincelando um pouco a questão da disseminação da ideia do movimento abolicionista ser quase exclusivo da coroa. Em seu artigo *Abolicionismo como movimento social*, você aponta essa apatia do povo da época como um mito e retoma essa questão da passividade dos brasileiros frente aos fenômenos políticos em outro artigo sobre os protestos de 2013 a 2016. Destacando, novamente, que a sociedade não se manteve inerte frente aos conflitos. Por que mostrou-se relevante destacar esses pontos tanto sobre o abolicionismo no Brasil Império quanto sobre as mobilizações mais recentes? E qual é a importância de desmentir crenças que pregam essa noção da passividade da sociedade brasileira?

Angela Alonso: Tem uma longa tradição que vem desde os tais intérpretes do Brasil, dos anos 30 para frente, que enfatiza muito essa diferença da sociedade brasileira com relação a outras sociedades ocidentais, sobretudo da Europa e os Estados Unidos. Então virou uma espécie de lugar comum essa comparação: “ah, os Estados Unidos têm uma sociedade civil forte, porque eles têm um monte de associações e o Brasil não”. Ou então vários países, a França por exemplo, têm uma população super educada, por isso eles protestam e reagem ao governo, no Brasil, não. E pressupostos como esses fizeram com que não se estudasse o fenômeno. Se começarmos a olhar a história do Brasil, veremos que houve reações, sejam associativas ou de mobilização de rua, por toda a história.

Eu organizei, em conjunto com a Heloísa Espada, um livro (*Conflitos: fotografia e violência política no Brasil*) e nele escrevemos sobre conflitos políticos violentos no Brasil desde o início da República até 1964. E há confrontos o tempo todo. Essa ideia de uma sociedade passiva é realmente um mito que vai bem com outros mitos, de que nós somos uma democracia racial, de que no Brasil é tudo tranquilo, todo mundo se dá bem, que somos muito acolhedores, um povo cordial. É tudo uma conversa, nós não somos assim. E eu acho que parte da mudança na sociedade brasileira dos últimos tempos tem a ver com isso, com uma grande descoberta coletiva de que nós não somos assim. Nós somos muito conflitivos, nós somos muito diferentes entre nós.

Sobre esse período de 1889 a 1964 (eu até intitulei a introdução que escrevi como “à mão armada”), não há só conflito, são conflitos que vão às vias de fato. E acredito que o que estamos vendo agora com o bolsonarismo, com essa obsessão que o Bolsonaro tem de armar a população, ter milícias armadas, cidadãos armados que possam se defender e defendê-lo, tem a ver com essa tradição de “no fim vamos ter que resolver na bala”. É esse o discurso.

Então, eu acho que a gente muda e não muda. O Brasil é um país que muda e não muda, mas não tem apatia. Tem interpretações que enfatizaram isso, né? Que construíram isso. Mas, eu chamei de mito porque, na verdade, basta olhar desde a colônia, a gente tem o tempo todo revoltas e rebeliões, tem quilombo, tem revolta escrava, tem assassinato político, tem linchamento, tem o que vocês quiserem na história brasileira. O que não tem é essa vida carnavalesca, essa festa. O Brasil não é uma festa, o Brasil é uma tragédia, é uma tragédia coletiva. Eu acho que talvez recentemente a gente esteja se dando mais conta disso.

Humanidades em Diálogo: Em *Flores, votos e balas* você aborda a emergência de um contramovimento escravista que fez face à luta pela abolição da escravatura. Recentemente, no Brasil, a pauta racial ganhou força com a instituição das políticas afirmativas nas universidades públicas e essa mudança, porém, deixou a elite brasileira bastante insatisfeita. Então pode se dizer que essa elite formou um contramovimento às abolições por igualdade racial recentes? E esse contramovimento tem alguma semelhança das elites escravistas do século XIX?

Angela Alonso: Acho que infelizmente sim. Vou voltar lá no discurso escravista, que fica mais claro. O que os escravistas diziam? Eles não diziam que eram escravistas. Eles diziam que a abolição era uma exigência da civilização, da religião, mas que não era a ocasião de fazer. Eu chamo de “escravismo de circunstância”, porque eles falam: bom, quando as condições do país permitirem, faremos. Como é o discurso racista contemporâneo? Existe, por exemplo, o discurso do cidadão goiano do qual eu estava falando, o discurso do racismo desabrido, que se expressa como racismo. Mas qual é o discurso médio da elite mais civilizada? É um discurso como o de Paulino [Soares de Souza], o discurso é assim: “a maneira de tornar o país mais igualitário é educar todo mundo, então se a gente investir na educação básica, gradualmente todos vão acabar chegando na universidade, por isso a gente deve investir nas crianças”. A política de cotas, desse ponto de vista, é desnecessária, porque se você investir em todos desde o começo da vida, todos chegam. É essa crença liberal de que todo mundo chega, porque todo mundo, em princípio, tem as mesmas condições. Então, se você faz a política de cotas, não só ela não seria boa, como ela teria um efeito deletério, que é o argumento, por exemplo, que o Alencar faz sobre o

ventre livre. Ele fala: “gente, nós vamos libertar os filhos, mas não as mães? Nós vamos criar um conflito nessa sociedade. As mães vão se revoltar.”

O argumento anticotas vai muito nessa direção. É assim: “nós vamos colocar pessoas que estão despreparadas para a universidade”, como o Alencar dizia daqueles meninos, que se nascessem livres estariam despreparados para a liberdade. Portanto, esse tipo de argumento é um argumento que posterga. Ele em princípio é universalista, e por isso foi adotado por muitos intelectuais – inclusive durante os anos 1990 e no começo dos anos 2000 – porque ele parece ser bom de face: todo mundo precisa ser educado e a questão principal é a desigualdade. Mas, se você esperar essa correção coletiva, os negros vão continuar pagando o preço que eles pagam desde o início da escravidão. Eles vão estar sempre atrás. E a mesma coisa a gente pode pensar para as mulheres, para as minorias de um modo geral. E quando você cria cotas, você cria o problema de fato. Eu, por exemplo, ao longo da minha carreira, várias vezes fui a única mulher em muitas coisas, em reuniões, em comitês, e a sua presença incomoda. E esse incômodo é relevante, porque ele permite pensar – para voltar em algo que eu falei antes – no fato de que essa desigualdade está sendo produzida agora. Não é que foi produzida antes e tem efeitos agora, ela continua sendo produzida. Então ela precisa ser enfrentada agora.

Essas políticas que colocam as coisas adiante, e esse argumento da educação, que é sempre um argumento muito bonito, eu tenho um pé atrás com ele, porque era o discurso lá dos conservadores do século XIX, sempre foi. Vamos educar as pessoas, depois a gente dá direitos políticos, depois a gente dá direitos civis. Depois, depois, depois. As pessoas estão vivendo agora... Então acho que tem muita, muita, semelhança, infelizmente.

Humanidades em Diálogo: Por último, e retomando a ideia de estratégia de clivagem binarista do bolsonarismo, como você vê ela sendo usada agora no terceiro ano do governo Bolsonaro? Você poderia fazer um breve balanço sobre o atual cenário político e social em que estamos inseridos atualmente?

Angela Alonso: Nossa, está difícil fazer isso, está bem difícil. Porque o bolsonarismo significou uma grande desestruturação de tudo. O Estado está sendo desmontado, é um liberalismo de destruição que vai destruindo o Estado, as estatais, as políticas, e não coloca nada no lugar. Então, é muito difícil até comentar o que é esse governo. É sempre mais fácil pensar nesse governo pela negativa: o que ele não é, o que ele destrói, o que ele ataca. Mas é muito difícil definir o que ele de fato é.

O próprio Bolsonaro, enquanto liderança, é um pouco uma dessas birutas de vento. Porque, conforme o que acontece imediatamente, ele reage de um jeito ou de outro. Ele é muito errático, não tem uma estratégia política. Então ele não é um vilão desses de filme de ação, em que o vilão tem uma linha de ação, uma certa previsibilidade, e age mais ou menos da mesma maneira. O Bolsonaro não. Então eu acho muito difícil fazer qualquer tipo de prognóstico sobre uma figura assim tão rebaixada. Como nós chegamos a ter o presidente da república desse jeito? Esse é o grande lamento.

Eu acho que o que é o mais importante entender, e como socióloga é o que me interessa mais, é menos o Bolsonaro, e mais os bolsonaristas. E, sobretudo, dentro dos bolsonaristas, os de classe A. Por que essa elite social mantém essa liderança? Porque obviamente o impeachment é algo que você faz quando a maioria parlamentar resolve fazer. O motivo para tanto é tão genérico na legislação de impeachment que motivo se constrói, e nesse caso não faltam motivos objetivos. Mas ele tem um apoio muito expressivo, o Datafolha vem mostrando isso desde o início do governo, ele tem uma sobrerrepresentação de apoio na classe A.

Então são pessoas educadas, endinheiradas, provavelmente brancas, que não são agredidas – pelo menos não no nível que eu, pessoalmente, me sinto agredida – pelos valores dele, pelo que ele fala. Essas pessoas, se não estão totalmente confortáveis com ele, também não estão totalmente desconfortáveis. O que significa que deve haver alguma zona de sobreposição bem importante entre os valores dele e os valores desses grupos. Ele pode ser uma versão exagerada, para voltar no que eu falei, ele pode ser uma hipérbole, mas ele expressa alguma coisa que é compartilhada por esses grupos que socialmente estão no topo – caso, por exemplo, desse incômodo com as cotas, do qual a gente tava falando agora pouco. Então ele fala de maneira aberta, e acho que por isso também ele galvaniza apoio, porque são coisas que muitas dessas pessoas talvez quisessem dizer, mas como são educadas, elas não dirão.

Por isso eu acho mais interessante, como agenda de pesquisa, estudar esse grupo. A gente no Brasil, nas ciências sociais, gosta muito de estudar a esquerda. A esquerda gosta de estudar a própria esquerda e gosta de estudar os pobres e oprimidos. Mas para a gente entender os fenômenos de opressão, os fenômenos de dominação, a gente precisa entender os dominantes. A gente precisa entender como a elite pensa, como ela se reproduz, como ela funciona. Não adianta ficar entendendo o próprio lado, porque como é que vai combater o que não se conhece? E a gente tem pouco estudo sobre isso. Então vocês que estão para começar a carreira, é esse lugar que precisa mirar. Como essas pessoas pensam, qual é o estilo de vida delas, quais são as estratégias de reprodução desta elite social, suas redes de relações, como é que elas se garantem nessa posição na qual elas estão desde que o Brasil é Brasil.



Dossiê

São Paulo: história, espaços e populações

A MALOCA NA CONTRAMÃO DO PROGRESSO: ADONIRAN BARBOSA E A MODERNIDADE

ASSÍRIA TOLEDO DO AMARAL¹, WENER APARECIDO NOGUEIRA DA SILVA²

Resumo: Este artigo tem como proposta investigar, a partir da letra da canção *Saudosa Maloca* de Adoniran Barbosa (1910-1982), as ideias de progresso e modernidade; bem como compreender a maneira com que tais conceitos permeavam diretamente o cenário em que o compositor estava inserido quando escreveu a letra da música, isto é, a sociedade paulista em meados dos anos 1950. Assim, o progresso acabaria por trazer o sentimento nostálgico, de um passado onde o tempo era mais leve, algo que se contrapõe ao ritmo acelerado da cidade que passava por um amplo processo de modernização. A abordagem concentra-se, portanto, em identificar o samba crítico enquanto forma de expressão frente à concepção de progresso.

Palavras-chave: Adoniran Barbosa; Modernidade; Progresso; Saudosa Maloca; São Paulo.

1. INTRODUÇÃO

A humanidade se constitui e se molda no tempo, é através dele que sociedades e sonhos se constroem. Do mesmo modo, o tempo é o responsável por destruir, na mesma proporção, sociedades e sonhos. Pode-se dizer que a relação entre ser humano e tempo nunca foi de companheirismo, pelo contrário, as pessoas sempre odiaram o tempo; nenhuma sociedade até o século XIX quis experimentar mudanças que fugissem à sua realidade, em suma, transformações causavam inquietações. O tempo é terror e o que sempre se quis foi esquecê-lo³ (REIS, 2009, p. 30.).

No entanto, a humanidade se condicionou a construir memórias que agradassem seu espírito⁴. Estas não se resumem apenas a um passado vivido, mas a um futuro que se abre no

1 Graduada em História pela Universidade Estadual Paulista – UNESP.

2 Graduado em História Pela Universidade Estadual Paulista – UNESP.

3 Este medo seria derivado pela falta de compreensão do tempo, tudo que implica em mudança causa horror, tendo em vista que as sociedades humanas sempre desejaram estabilidade, um presente eterno. Para mais a respeito ver: REIS (2009).

4 O espírito, neste caso, estaria relacionado com a alma ou energia vital humana, não se relacionando com a concepção de Espírito universal hegeliana.

horizonte. Futuro, neste caso, se dá enquanto *horizonte de expectativas*, o que constitui um futuro presente, tal qual Reinhart Koselleck⁵ utiliza em seus escritos. Ressalta-se, porém, que nem sempre o futuro foi a base da sociedade - como se vê no período contemporâneo. Era no passado, e sobretudo em visões escatológicas, que a realidade humana se pautava.

A mudança na percepção do tempo, direcionando-a para o progresso, só se tornou possível devido às “filosofias da história” que surgiram junto ao iluminismo. Foi neste período que o termo “progresso”, cunhado por Kant (KOSELLECK, 2006, p. 318), passou a ser visto como uma opção em um mundo “faminto” por metamorfoses, ainda que sua idealização seja distinta da qual conhecemos atualmente. Kant, em exemplo, verá este processo por uma visão teleológica, onde a espécie humana se realiza progressivamente para seus próprios fins; ainda que seja um fim em si mesmo, é somente junto de sua espécie, permeada de razão, que o desenvolvimento do homem pode ser alcançado (PEREIRA, 2008, p. 110). Outra perspectiva muito difundida foi a de Hegel, onde o Espírito - ou Razão - se desenvolve constantemente, o que gera, deste modo, o novo, ou seja, o progresso (SILVA, 2020, p. 62). Tais ideias adentraram e influenciaram a Revolução Francesa, por sua vez, esta acabou por transformar a maneira com que as pessoas encaravam o tempo; a humanidade já não temia mais o tempo, o que possibilitou assim um novo enfrentamento do mesmo, dando origem ao período que chamamos de modernidade.

O conceito “modernidade” é ambíguo, até mesmo sua duração é controversa, sendo compreensível por diferentes ângulos. Mas o que seria um ser moderno? Para Berman:

(...) é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos (BERMAN, 1986, p. 15).

Foi, justamente, este período de mudanças que acabou por transformar o imaginário e tudo aquilo que a memória um dia tratou de rememorar. Afinal, já não existe materialidade no mundo, tudo se vai, pois como diz Rousseau: “eu não sei, a cada dia, o que vou amar no dia seguinte” (ROUSSEAU apud BERMAN, 1986, p. 17). Em suma, *tudo o que é sólido desmancha no ar*.

Ser moderno, portanto, é viver em contradição. É viver em uma falsa segurança que as organizações burocráticas proporcionam, estas decidem o futuro de comunidades, valores e vidas; são as responsáveis por inserir o mundo em um processo progressivo constante (BERMAN,

5 Reinhart Koselleck foi um historiador e teórico alemão ligado à História dos conceitos. As ideias aqui trabalhadas se encaixam nos seus estudos sobre o tempo, sobretudo em uma suposta assimetria entre passado e futuro, acentuada pelas concepções modernas de progresso.

1986, p. 12). Ao apontar o sentido que o conceito de “progresso” e o de “modernidade” adquiriram ao longo do tempo, pretende-se aqui fazer uma abordagem sobre a maneira como Adoniran Barbosa, nome artístico de João Rubinato, trabalhou tais conceitos. O cantor nasceu em agosto de 1910, descendente de italianos; utilizou a música como plataforma para retratar as dificuldades enfrentadas por imigrantes na crescente cidade de São Paulo no início do século XX. O compositor que na década de 1950 foi intérprete do grupo Demônios da Garoa, é considerado por muitos o pai do samba paulista, além disso, iniciou sua carreira na Rádio Cruzeiro do Sul, porém, cresceu a partir da parceria com Osvaldo Moles, jornalista, literário e publicitário que criou vários personagens representados pelo sambista.

Ademais, uma das mais aclamadas características de Adoniran Barbosa consistia em sua versatilidade linguística, na qual buscou retratar o brasileiro iletrado abarcando recursos da linguagem oral. No que diz respeito ao seu sucesso, e com o intuito de apresentar melhor o recorte deste trabalho, pode-se considerar como uma de suas canções mais famosas *Saudosa Maloca* (1951)⁶. Essa canção, fez parte de um momento da História do Brasil em que a ideia de progresso estava vinculada ao discurso político e econômico. Logo, o samba, ao realizar uma crítica a essa concepção de modernidade urbana, traz consigo uma estética musical distinta da que se fazia presente naquele momento.

A fim de estudar a maneira como a ideia de progresso e modernidade se inserem e se relacionam no cenário artístico-cultural brasileiro através da letra da canção de Adoniran Barbosa, *Saudosa Maloca* (1951), buscou-se, em primeiro momento, trabalhar o contexto musical da obra, para elucidar as transformações da canção brasileira nos anos 1950 - em especial o samba. Posteriormente, o debate volta-se para a análise do discurso, isto é, de que maneira a noção de progresso se faz presente na canção, bem como a realidade paulista e seu processo incessante de modernização. Deste modo, espera-se demonstrar que o compositor, através de seu samba, transmite uma concepção nostálgica, na contramão das ideias progressistas.

2. O SAMBA ENTRA NA RODA

O Brasil, no último século, adotou a ideia de modernização, como já pontuado. O novo objetivo era a busca por maior urbanidade e pelo estilo de vida cosmopolita; isto se estendeu desde a esfera econômica até a cultural. Assim, desenvolveu-se a concepção de progresso, ou seja, de uma sociedade que partilhava a perspectiva de um futuro promissor, onde tudo seria

6 A música tem duas versões, a primeira é de 1951 e conta com o arranjo de Nelson Miranda, já a segunda versão, arranjada pelo grupo Demônios da Garoa, é de 1955.

melhor. Os “anos dourados” se fixaram na memória nacional, todavia, ao se tratar da canção no campo historiográfico, esse momento acabou por ser deixado à margem das discussões, em uma espécie de “idade das trevas musicais” (NAPOLITANO, 2010, p. 59). Para tal, foi elaborado um projeto com o intuito de exaltar a “autenticidade” e a tradição musical da década de 1930, onde o samba - principalmente o carioca - era o conceito máximo da brasilidade⁷, em contraponto com os “decadentes” anos 1950 (NAPOLITANO, 2010, p. 60).

Dentro desse projeto, buscava-se uma estética que visava a construção de uma linguagem musical nativa, porém, no plano considerado erudito tinha-se a finalidade de instituir a canção brasileira a partir de materiais advindos do folclore rural e urbano; ou seja, uma composição que, apesar de seguir os princípios da música europeia, fosse nacional também por incorporar uma sonoridade que expressasse a alma do povo. Todavia, por música popular, os nacionalistas entendiam a música rural, e uma parte da produção urbana que acreditavam não ter sido influenciada pelo mercado cultural – naquele momento ainda em formação. Nesse sentido, o choro e o samba considerado “autêntico” se enquadraram na música artística brasileira, assim três forças tencionavam-se: “as dicotomias entre brasilidade e influências estrangeiras, entre o erudito e o popular e entre modernidade e tradição” (BAIA, 2014, p. 156).

Apesar desse embate historiográfico, nos anos 1950, “a presença vitalizante do samba de morro e dos seus compositores míticos acabou por apontar para a renovação do gênero naquela década” (NAPOLITANO, 2010, p. 67). Instituiu-se uma espécie de “samba crítico”, onde “a representação convencional da brasilidade era abarcada pelos compositores com o intuito de apontar as fragilidades e contradições da nação” (NAPOLITANO, 2010, p. 67). Este elemento se estendeu para além do Rio de Janeiro e chegou a São Paulo. Logo, a canção de Adoniran Barbosa se apropriou desse formato e acabou por fazer parte da nova estética no período.

Ademais, a quebra da hegemonia desse projeto historiográfico nacionalista ocorreu nos anos 1960, por meio da vinculação de setores da intelectualidade com a música popular (BAIA, 2014, p. 156). Todavia, a letra da canção de Adoniran Barbosa, além de ir contra o famigerado slogan “São Paulo não pode parar”, antecipa as posturas críticas da vanguarda paulista, sem buscar acentos eruditos para isso. “Uma narrativa cuja finalização é resignadamente dolorida,

7 É necessário pontuar que no meio historiográfico desenvolveram-se duas correntes interpretativas sobre o surgimento do samba e que necessariamente teria passado por uma delas até se popularizar nos demais estados como em SP. A primeira delas é a de que o gênero, vindo da Bahia, ganhou a forma que se popularizou no país através das rodas dos morros cariocas, nessa perspectiva, o mercado cultural seria uma ameaça, pois a apropriação do samba por outras camadas sociais descaracterizava-o e por isso havia a necessidade de preservar a estética tradicional. A segunda vertente enxerga o samba, ainda que surgido no morro, como produto da cidade do Rio de Janeiro, isto é, na convergência de diferentes culturas, logo, o trânsito pelas demais camadas socio-culturais teriam contribuído para sua consagração (BAIA, 2014, p. 158)

revelando, pois, a paulistanidade dos descontentes, na contramão de todo desenvolvimentismo” (BASTOS, 2014, p. 38).

3. *POGRESSION*

A trajetória de Adoniran Barbosa por si só já elucida como a temática paulista passou a ser retratada em suas canções. Ao não terminar o curso primário, o cantor exerceu diversas funções, que vão desde pintor a entregador de marmitas. Assim, “somente por volta de 1933 que ele vem a conseguir seu primeiro trabalho como cantor e que o levaria para uma longa trajetória pelas rádios” (MATOS, 2001, p. 52). Tanto é que foi no rádio, quando já consolidado, que Adoniran obteve um de seus maiores sucessos, o programa *História das malocas*⁸ (1955) - que por dois anos, 1958 e 1959, passou pela TV Record - onde interpretava o personagem Charuti-nho, em que já era possível perceber a sua inclinação para conteúdos nos quais a crítica social estava presente.

Deste modo, o processo criativo e a vivência de Adoniran Barbosa o levavam a denúncias de uma cidade que construía para destruir, tudo isso em ritmos que nem mesmo a memória poderia acompanhar. Ao olhar *Saudosa Maloca* (1951), observa-se que a letra nos faz aferir que há uma pessoa contando para outra a respeito de uma construção que existiu no local e foi derubada. “Se o sinhô não tá lembrado/Dá licença de contá/Que aqui onde agora está/ Esse edifício arto/ Era uma casa véia/ Um palacete assobradado” (Adoniran Barbosa, 1951). É assim que este misto de sentimentos passa a ser narrado para terceiros com o intuito de não deixar desaparecer a história do local e das pessoas presentes ali. O próprio Adoniran Barbosa conduzia essa relação íntima com os locais em sua vida diária, visto que em 1978, na inauguração da renovada Praça da Sé, o cantor concedeu uma entrevista ao *Jornal da Tarde* em que se diz feliz pelas mudanças, ainda que lamenta e sente saudades de como era:

Puxa vida, me dá uma saudade de uma porção de coisas que não existem mais. Eu passo e sinto um negócio em mim, não dá nem pra explicar. A praça da Sé ficou linda, agora ela é madame. Mas quando era menina pobre era mais gostoso vir aqui e conversar com ela (BARBOSA, 1978 apud CAMPOS JUNIOR, 2009, p. 512.).

Neste contexto, Adoniran Barbosa compõe *Praça da Sé* (1978), onde fica claro a sua memória pois, ressalta como o lugar mudou no espaço de alguns anos; o relógio, o velho bonde e as antigas brincadeiras já não existiam, ele diz: “É o progresso/É o progresso/Mudou tudo/Mudou até o clima” (Adoniran Barbosa, 1978). Outra canção que denota as mudanças que São

8 Vale dizer que o pouco que restou dos episódios radiofônicos foram transformados em um álbum - com o mesmo nome do programa - lançado pela gravadora Chantecler em 1961, contendo diálogos e canções.

Paulo sofreu é *Iracema* (1956), em que a jovem chamada Iracema acaba sendo morta ao cruzar uma rua na contramão e perde seu casamento. Percebe-se, assim, certa crítica às mudanças que acontecem nas ruas e ao grande tráfego que já congestionava São Paulo, em que as pessoas se preocupavam mais em tomar cuidado com as ruas do que justamente apreciá-las.

Por fim, outra temática que pode ser vista no cantor é a respeito da moradia; se em *Saudosa Maloca* Adoniran Barbosa, Joca e Mato Grosso vivem um estilo de vida mais boêmio e sem um local próprio, outras canções, como *Aguenta a Mão, João* (1965) e *Despejo na Favela* (1969), demonstram uma realidade bem mais ligada a falta de condições e a uma crítica que gira em torno dos problemas que afetam os moradores de São Paulo. A título de exemplo, em *Aguenta a mão, João*, nos deparamos com o problema das enchentes; questão recorrente e que afeta sobretudo a classe mais pobre residente em sua maioria nas favelas paulistas, assim, o cantor busca consolar o personagem João dizendo que ele “só” perdeu a cama, ao tempo que outros perderam bem mais. No entanto, não há como perder mais coisas ao tempo que o único bem de João era sua cama.

De forma semelhante, em *Despejo na favela*, vemos que Narciso é intimado por um oficial a ser despejado de seu barraco na favela, não apenas ele, mas todos aqueles que viviam naquele local; logo, somos apresentados a miséria daquele lugar quando Narciso diz que não seria um problema, pois ele quase não tem nada; porém: “Mas essa gente aí, hein?/ Como é que faz” (Adoniran Barbosa, 1969). É com esse estilo poético voltado para os pobres que vemos o contraste entre a realidade e a imagem de São Paulo como grande metrópole que estava por ser construída.

Portanto, Adoniran Barbosa mostrou uma relação muito próxima a realidade da cidade e de seus personagens, essencialmente a população pobre e residente das favelas, “suas composições se caracterizaram pela síntese de sotaques, entonações peculiares das múltiplas migrações que povoaram e repovoaram a cidade de São Paulo” (MATOS, 2001, p. 53). Deste modo, a cidade que crescia exponencialmente e mandava aqueles que a faziam crescer para as periferias, guardava diversas realidades que foram transmitidas através da genialidade de Adoniran Barbosa.

Finalmente, em *Conselho de Mulher* (1953), o cantor realiza uma sátira à concepção do paulista ter uma certa vocação ao trabalho, nos fazendo pensar que é, na verdade, uma invenção do próprio homem. Logo, essa concepção progressista foi amplamente difundida e se tornou algo constante no cotidiano das pessoas, nas palavras de Adoniran Barbosa: “Pogressio, Pogressio/Eu sempre iscuitei falar que o pogressio vem do trabaio/Então amanhã cedo, nós vai trabalhar” (Adoniran Barbosa, 1953).

4. SÃO PAULO NÃO PODE PARAR

A música *Saudosa Maloca* permite, então, aprofundar a realidade de um espaço que buscava se desenvolver enquanto metrópole, pois se caracterizava por múltiplas experiências urbanas voltadas para a consolidação de São Paulo pela ótica de cidade-progresso. Vive-se assim rodeado por novidades, desde estádios à redutos de arte; ao mesmo tempo, se cria uma “outra” São Paulo, formada por periferias que redefiniram a maneira de se relacionar e entender o crescimento acelerado da cidade (MATOS, 2001, P. 50). Adoniran Barbosa se encaixa, pela música, nesta segunda categoria, principalmente pela forma que escreve, ao utilizar de uma linguagem popular e acessível. Ao analisar o próprio ritmo moderno que contaminava a cidade, devido aos diversos sons e odores que o progresso traz consigo, vemos que o compositor é assimétrico a esta realidade; ele se voltava para caminhar e conversar pela grande metrópole (MATOS, 2001, p. 51). Afinal, foi em suas andanças que ele conheceu Joca e Mato Grosso⁹, que vieram a construir essa maloca, repleta de histórias e momentos que se foram pelo avanço desenfreado da modernidade. “Veio os homes com as ferramentas/ O dono mandô derruba/ Peguemo todas nossas coisas/ E fumos pro meio da rua” (Adoniran Barbosa, 1951).

Neste ponto, as máquinas soterram lembranças e mudam completamente o visual de São Paulo; olhar para o progresso é enxergar o passado como algo a ser superado. Não adianta, deste modo, gritar ou lutar para impedir este processo, pois como Adoniran diz: “os home tá coa razão/nois arranjá outro lugá” (Adoniran Barbosa, 1951). Com este excerto é perceptível uma sensação de conformidade com o progresso e o apagamento de sua maloca, o que se liga com o pensamento proposto e disseminado naquele período: fazer parte da modernização. A ideia de São Paulo enquanto locomotiva do país se multiplica, para tal, é necessário que as pessoas sintam orgulho da cidade e colaborem para o desenvolvimento da mesma, independente das condições que estas se encontravam (BRAGATTO, 2017, p. 3). O que vale é o futuro.

Apesar da perspectiva de um futuro promissor, a canção se coloca em contraposição a esse processo na medida em que trata de um problema ainda atual, a precarização ou falta de moradia. Na década de 1950, houve maior mobilidade nos estratos sociais médios e “ao mesmo tempo, ao processo de crescimento econômico acopla-se a crença na viabilidade de um país moderno e civilizado” (ARRUDA, 1997, p. 42), deste modo, a população de São Paulo aumentou no período. Isso ocorreu, principalmente, por causa do processo de industrialização que impulsionou correntes migratórias em busca do mercado de trabalho. O desenvolvimento da região

9 Joca e Mato Grosso são os amigos que Adoniran cita em *Saudosa Maloca*. Para mais informações ver: BRAGATTO (2017).

surtiu efeitos nos diversos planos, sobretudo a região central passou a ser cada vez mais ocupada por arranha-céus, os ‘edifício(s) artu(s)’ como é dito no samba” (BASTOS, 2014, p. 38). O ideal do progresso fixou-se de forma decisiva na paulistanidade e acabou sendo incorporado pelo discurso político. Logo, *Saudosa Maloca* descreve tal “processo e suas consequências nas camadas baixas através do experienciado por Adoniran Barbosa” (BASTOS, 2014, p. 38).

Assim, as metrópoles organizam as pessoas em diferentes camadas, o que acaba por mudar as relações sociais, visto que elas adquirem uma conotação distinta das cidades pequenas. É interessante pensar, a título de exemplo, que o ritmo e a relação entre as pessoas se modifica a tal ponto nas metrópoles que surge uma ideia de aglomeração, onde a existência do indivíduo seria apagada devido ao contato cada vez mais supérfluo e amontoado. A humanidade passaria a ser regulada pelo número, pela contabilidade; o que deixa de lado as particularidades pessoais, coisificando assim as relações humanas (SIMMEL, 2005, p. 580). Já neste aspecto, é perceptível que a ideia de progresso se expandiu tanto que os ideais cunhados no iluminismo se tornaram irrisórios; tudo se desenvolve em uma velocidade tão grande que surge um questionamento: qual o objetivo final deste progresso?

Identificar o escopo do progresso é uma tarefa complicada, tendo em vista que se relaciona com o que cada pessoa espera dessa situação. Ao olhar para a São Paulo de Adoniran Barbosa percebemos uma multiplicidade de temporalidades, exemplificada pela diferença constante entre a periferia e a metrópole rodeada por prédios e teatros. A modernidade, pautada em avanços estruturais e morais, já não cumpre tudo o que prometeu, seu comprometimento de libertar a sociedade foi quebrado. Afinal, as pessoas comuns - responsáveis pelo processo de modernização - não compartilhavam de um objetivo tão grandioso como libertar a sociedade, mas acabaram por serem inseridas em todo este processo (BRAGATTO, 2017, p.10). Em um exemplo mais conciso, o compositor representa a leveza de um tempo onde o passado era visto como importante, o futuro era posto de lado frente às memórias que eram criadas em sua jornada; o ato de parar e conversar, olhar e lembrar de pessoas, faz com suas canções e em específico *Saudosa Maloca*, se enquadre em um ritmo mais lento, ao ser comparada ao processo que se desenvolvia em São Paulo.

Em síntese, a percepção em metrópoles como São Paulo alcança um ritmo acelerado onde o futuro deve ser melhor que o passado; somente o avanço descontrolado para direções que ninguém conhece pode acalmar os ânimos de uma sociedade que se acostumou com o despertador que aponta para novidades diárias (KOSSELLECK, 2006, p. 321). Deste modo, o presente acaba por apresentar um caráter intransitivo, visto que o avanço e a busca por um sentido nesta aceleração da vida se mostram enquanto vertente utópica. Segundo Koselleck (2006), o

progresso seria um conceito genuinamente histórico, pois apreende a diferença criada na modernidade entre experiências e expectativas; somente ao superar um passado que já não servia, um futuro completamente novo pôde ser criado. Logo, tudo se transforma tão rapidamente que não há reações, o que dá luz a um sentimento de indiferença. Logo, tudo seria tão volátil que as conexões externas - e até internas - deixam de fazer bem ao espírito (BRAGATTO, 2017, p. 6).

É assim que o eu lírico, ao mesmo tempo em que critica, aponta reminiscências de seu passado, são os sons que ainda repercutem em sua vida capazes de acabar com a indiferença de sua existência. Deste modo, traça, através da letra uma autorreflexão sobre as próprias experiências vividas, que agem como obra artística, no sentido de contar uma história, mas que também servem como documento/testemunho para história individual e pública (ARFUCH, 2010, p. 117-118). “Preciá a demolição/ Que tristeza que nois sentia/Cada tábua que caía/ Duia no coração” (Adoniran Barbosa, 1951). Para Halbwachs, a memória individual se apoiaria na coletiva, pois uma faz parte da outra, porém, essa memória geral se mostra de forma esquematizada enquanto as narrativas de um indivíduo de maneira mais densa (HALBWACHS, 1990, p. 55).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se inferir, portanto, que a partir de Adoniran Barbosa as contradições entre tradição e modernidade são acentuadas, sobretudo pelas problemáticas que o progresso apresenta frente às relações sociais. O sentimento nostálgico, deste modo, se desenvolve “como um desejo por um lar que não existe mais ou nunca existiu” (BOYM, 2017, p. 153). Esta sensação, acentuada pela leveza que Adoniran levava em sua vida, se apresenta quase como um sintoma de nossa época, onde se olha para os velhos tempos como saída dessa realidade acelerada e marcada por mudanças.

Muitas vezes a nostalgia soa como saudade, mas ela seria, em suma, a ideia de retornar para um espaço de experiência que já não cabe em nosso cotidiano, que se perdera justamente no horizonte; logo, esse sentimento que Adoniran descreve em “Saudosa Maloca”, pode ser visto como “uma revolta contra a ideia moderna de tempo, o tempo da história e do progresso” (BOYM, 2017, p. 154).

Isto posto, ao pensar no autor e na realidade que ele se insere, há uma grande mudança na sensação que este tem com o tempo; se a infância marca o ritmo desacelerado, a década de 1950 coloca em pauta uma modernização que ainda não teve seu fim. É a partir de um samba crítico, que trabalha as incertezas e realidades daqueles que movimentam e guiam o progresso, onde Adoniran se insere nessa discussão e transpõe o seu tempo; sua maloca ainda queima e engendra a noção moderna, afinal, São Paulo ainda não pode parar e o que fica é a “saudosa

Maloca, maloca querida dim dim/ Donde nós passemos os dias feliz da nossa vida” (Adoniran Barbosa, 1951).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANKAVA, Matan. *AS HISTÓRIAS DAS MALOCAS: Urbanização e Comunicação na "Cidade que mais cresce no mundo"*. In: XXV Encontro Estadual de História - SP, 2020, São Paulo. Anais Eletrônicos do XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, 2020. v. 1. p. 1-15.
- ARFUCH, Leonor. *A vida como narração*. In: O espaço biográfico. Dilemas e subjetividades. Tradução, Paloma Vidal. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, pp. 111-151, 2010.
- ARRUDA, Maria Arminda do N. *Metrópole e cultura: o novo modernismo paulista em meados do século*. Tempo Social. Revista de Sociologia USP, n.09, v.02, out.1997, p.39-52.
- BAIA, Silvano Fernandes. *A linhagem samba-bossa-MPB: sobre a construção de um discurso de tradição da música popular brasileira*. *Per musí* [online]. 2014, n. 29, pp.154-168.
- BASTOS, Rafael José de Menezes. *Ensaio sobre Adoniran: Um estudo antropológico sobre "saúdosa maloca"*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 29, Nº 84, São Paulo, 2014, pp. 25-41.
- BERMAN, Marshall. *Modernidade - ontem, hoje e amanhã*. IN: Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das letras, 1986, p. 13-36.
- BOYM, Svetlana. *Mal estar na nostalgia*. História da Historiografia: Ouro Preto. V. 23, 2017, p. 153-165.
- BRAGATTO, Yara Boscolo. *Histórias do progresso de São Paulo: cultura urbana através da obra de Adoniran Barbosa*. São Paulo: XVII Enanpur, 2017, p. 1-17.
- CAMPOS Jr., Celso de. *Adoniran, uma biografia*. São Paulo. Editora Globo, 2004, pp.512-606.
- COELHO, Márcio. A paixão e a passionalização em saúdosa maloca. Cadernos de Semiótica Aplicada. São Paulo, 2003, pp. 128-153.
- KOSELLECK, Reinhart. *"Espaço de experiência" e "horizonte de expectativa": duas categorias históricas*. IN: Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 305-327.
- NAPOLITANO, Marcos. A música brasileira na década de 1959. Revista USP, São Paulo, 2010, pp. 58-73.
- NAVES, Santuza Cambraia. Canção popular no Brasil. Civilização Brasileira, RJ, 2010, pp. 19-60.
- MATOS, Maria Izilda Santos De. *A cidade que mais cresce no mundo: São Paulo território de Adoniran Barbosa*. São Paulo em Perspectiva: São Paulo. v. 15, n. 3, Julho 2001, p. 50-57.
- PEREIRA, José Aparecido. *A ideia de progresso em Kant*. Tempo da ciência vol. 15, 2008, p. 107-119.
- REIS, José Carlos. *Tempo e terror: estratégias de evasão*. IN: História, a ciência dos homens no tempo. Londrina: EDUEL, 2009, p. 27-58.

SILVA, Gabriel Rodrigues da. *Hegel e o progresso histórico*. Primeiros escritos: São Paulo, n. 10, 2020, p. 58-81.

SIMMEL, Georges. *As grandes cidades e a vida do espírito*. MANA, vol.11 no.2 Rio de Janeiro, 2005, p. 577-591.

COMO O DIREITO À CIDADE PODERIA RESSIGNIFICAR A EXPERIÊNCIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19?

CICERO ITALO RODRIGUES ARAUJO¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar, à luz da crise sanitária e econômica causada pela pandemia da COVID-19, um breve panorama acerca da experiência da população em situação de rua, especialmente na cidade de São Paulo. Para isso, faz-se necessário uma retomada histórica acerca do desenvolvimento dos centros urbanos e, por conseguinte, a retirada das pessoas que antes ali viviam. Além de o estudo olhar em perspectiva a intensificação das desigualdades sociais e as dificuldades encontradas para com essa população no enfrentamento da pandemia, ressalta-se alguns dados acerca do aumento da quantidade de pessoas que vivem atualmente em situação de rua no País. Por fim, busca analisar como o direito à cidade poderia servir para atenuar os efeitos dessa crise, haja vista que as reivindicações por habitação, saneamento, transporte e reformulação dos espaços urbanos são pautas históricas dessa população.

Palavras-chave: População de Rua; Pandemia; Direito à Cidade; Crise.

1. DA INVISIBILIDADE VISÍVEL

Em um primeiro momento, a afirmação de Caio de Lucca (2016, p. 10) “falar de violência para a população de rua é um pleonismo, ter de ficar na rua já é uma forma de violência” pode soar óbvia à boa parte das pessoas que enfrentam e, não obstante, levantam dados sobre diferentes eixos de pesquisas relacionadas aos Direitos Humanos, entretanto, para o senso comum, esta obviedade não é imediata. A experiência das vidas nas ruas é marcada cotidianamente pela constante luta por sobrevivência, a pandemia do novo coronavírus evidenciou isso. A negligência estatal às reivindicações históricas da população em situação de rua contribuiu expressivamente para que a crise sanitária hodierna se intensificasse para esse grupo.

A partir da lógica capitalista é visível notar que vivemos em um dos países mais desiguais e segregados do mundo. As cidades brasileiras materializam uma topografia de exceção, como apontado por Soares (2008), nas quais têm a violência estatal como problema central a ser superado. A maioria dos serviços públicos de qualidade e infraestrutura urbana se concentram em determinadas regiões que são ocupadas pela elite paulistana. Contudo, nestas mesmas áreas

1 Graduando em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. E-mail: rodriguesitalo808@gmail.com.

ocupadas pela elite, traços de uma sociedade estruturalmente desigual, há alta concentração de pessoas em situação de rua - quando comparadas ao resto da cidade – representando para estes sujeitos uma opção de moradia em razão do alto poder aquisitivo das pessoas que residem nestas localidades².

Deste modo, é notório que as contradições do sistema capitalista, principalmente durante a pandemia, como explica Soares (2008), atuaram a partir da intensificação da pobreza e da desigualdade nacional, tendo em vista que ambas servem de base para uma estrutura segregacionista. Enquanto uma parte da população, classes “médias” e “altas”, atravessa a crise sanitária assistida pelos poderes públicos estatais, outra parte, historicamente invisibilizada, permanece à mercê do abandono e da própria “sorte”. Nessa vertente, para exemplificar essa constatação, apesar de Jesus (2014) não tecer uma análise específica referente à população em situação de rua, há excertos no seu livro “Quarto de despejo” que colaboram para a compreensão do tema, como no trecho que ela escreve: “se uma família vive com a falta de saneamento, perto de um córrego, sem estruturas básicas de sobrevivência, ou seja, nas ruas, a sua existência cai juntamente com o seu custo de vida” (JESUS, 2014, p. 123) ³. Isto é, em uma sociedade estritamente capitalista, a existência dos indivíduos, no caso da presente pesquisa, a população em situação de rua, é pautada proporcionalmente ao valor da sua força de trabalho.

Assim, a invisibilidade e, por conseguinte, a naturalização da vida nas ruas retiram desses indivíduos o *status* de sujeitos de direitos, uma vez que “os excluem do pleno convívio em sociedade e os reduzem a cidadãos politicamente irreconhecíveis” (DE LUCCA, 2016, p. 18), colaborando para com a banalização da vida e da morte desses indivíduos, de acordo com teoria definida por Foucault (2007)⁴. Sendo, portanto, apagadas do seu status jurídico, estas pessoas

2 Villaça aponta que bairros como Vila Mariana, Higienópolis, Ipiranga, Perdizes, Cerqueira Cesar, Campos Elíseos, Água Branca, Santa Cecília, entre outros, definiram a tendência de bairros pioneiros e exclusivos da aristocracia paulistana. E que esse vetor de movimentação das elites na cidade acaba por concentrar investimentos públicos em um processo que retroalimenta de maneira contínua a desigualdade e a segregação. Deste modo, a concentração da “classe média” em determinadas regiões não quer dizer apenas que há o oferecimento de serviços públicos de qualidade, mas que para a população em situação de rua há uma alternativa para a sua própria subsistência, a partir da contribuição individual dos moradores da região, seja financeiramente, seja materialmente.

3 No seu livro “O quarto de despejo” Maria Carolina de Jesus (2014) narra as suas experiências enquanto moradora das comunidades do centro de São Paulo, na década de 50. Revelando, portanto, os reflexos da desigualdade urbana entre o centro e a periferia, expondo suas experiências cotidianas.

4 Seguindo a ideia desenvolvida por Foucault (2007), o qual define a vida como “possibilidade de erro e desvio”, ou seja, a ideia do que a morte se tornou objeto de normalização de poder. Quando aplicado hodiernamente, a política aparece como fato que nos constitui como seres legíveis e inteligíveis, isto é, quem merece morrer e quem merece viver, segundo a biotecnologia da morte defendida por Foucault.

veem-se desamparadas de qualquer proteção estatal, haja vista que, para o neoliberalismo brasileiro⁵, “essas mortes são aceitáveis não só porque suas vidas são consideradas sem valor, incorrigíveis ou inúteis ao mundo, mas porque essas mortes são apresentadas como uma solução possível ao problema” (DE LUCCA, 2016, p. 19), ou melhor, uma solução possível para a desresponsabilização estatal pelas condições precárias de existência que estão submetidas.

2. CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL BRASILEIRO

A priori, para uma análise estrutural do que o Estado tem de enfrentar hoje em relação à população de rua, é imprescindível, por exemplo, que seja feita uma retomada histórica do processo de formação urbano-industrial da capital paulista, para que se tenha um panorama exemplificativo do todo. Trata-se de analisar tanto a alta concentração de pessoas que chegaram à capital, como as que já residiam na cidade da garoa, mas foram obrigadas a migrar para regiões mais distantes do centro. Isto é, para regiões desvalorizadas, contribuindo com o abrupto crescimento da periferização, causado pela supervalorização das regiões centrais, em conjunto com a estigmatização da população que ali vivia.

Com a industrialização das capitais - especificamente São Paulo -, inúmeras famílias saíram não só do interior do Estado, como também de diversas outras regiões do Brasil, especialmente do Nordeste, em direção à capital paulista em busca de melhores condições de vida prometidas à época. E foi a partir dessas migrações que o conglomerado populacional de sociabilidades distintas, ocasionado pela industrialização repentina da cidade, passou a converter a sua territorialidade central, frequentada até então pela elite paulistana, em uma “crescente periferia” (KOWARICK, 2007, p. 10)⁶. Assim, o destino das pessoas que tinham como objetivo mudar de vida encontrava na “terra da garoa” seu alicerce.

Contudo, “nem todos aqueles que se colocavam a caminho da cidade realizavam em São Paulo o tão esperado projeto de vida” (DE LUCCA, 2011, p. 5). E foi por essas pessoas que as calçadas, viadutos e praças da capital paulista passaram a ser ocupadas e ressignificadas. Em

5 Como Bonavides explica que a ideia essencial do neoliberalismo não é a presença do elemento popular na formação da vontade estatal, nem tampouco a teoria igualitária de que todos têm direito igual a essa participação ou que a liberdade é formalmente esse direito, mas a ênfase nos princípios econômicos do capitalismo. A incessante busca pelo lucro, a partir de investimentos privados, que retira dos sujeitos que não produzem para o fortalecimento do sistema atual a garantia de seus direitos.

6 Importante pontuar que a visão de periferia na época era diferente das periferias que existem hoje em São Paulo. O crescimento populacional acelerado, com pessoas de diferentes regiões do Brasil, possibilitou que passassem a ocorrer leilões de loteamentos ilegais e autoconstruções de casas próprias para essas pessoas, aquilo que Kowarick denomina de “padrão periférico de crescimento urbano”.

um processo constante de readequação da área urbana, no século XX, aliado às condições precárias de trabalho que a massa trabalhadora que fora tentar a “sorte” em São Paulo teve de enfrentar, houve o aprofundamento das desigualdades sociais frente às contradições de distribuições socioespaciais que constituíam a área urbana central, como evidenciado por Monteiro (2017):

A cidade abriga interesses econômicos diversos, ou seja, campo das lutas de classes e o local privilegiado para o desenvolvimento do capitalismo. A cidade capitalista é desigual, com cenários totalmente diferentes e classes antagônicas e a habitação se insere neste contexto, portanto, situa-se no interior das tramas sociais e dos interesses de classes. Em função disto, o espaço urbano, produto da ação humana, é marcado pelas diferenças e interesses divergentes das classes sociais, sendo que um dos mais relevantes é a luta pela terra urbana e habitação, constituindo-se num problema para aqueles que dispõem de poucos recursos (MONTEIRO, 2017, p. 8).

Sendo assim, é inegável que foi a formação de um novo modo de produção capitalista, no Brasil, sustentado pelas desigualdades sociais e econômicas, que contribuiu para com o desequilíbrio na distribuição urbano-espacial das cidades. A alta especulação imobiliária e a negação do direito à propriedade privada são apenas dois dos problemas centrais que o Estado tem de enfrentar ainda na atualidade. Por muito tempo, o acesso à moradia esteve vinculado à necessidade de pagamento dos indivíduos para a ocupação de uma propriedade, influenciado pelo liberalismo que garantia proteção à propriedade privada, e não visto como direito fundamental de todo cidadão brasileiro. Por isso é um desafio atualmente para o Estado avançar com programas habitacionais para a população de rua, pois a mercantilização da moradia foi parte de um processo hegemônico liberal que foi construído para privilegiar uns mais ricos, em detrimento de outros mais pobres.

Interseccionado a isso, ressalta-se que a discriminação racial, enquanto mazela estruturante da formação do Estado brasileiro, foi e é um fator decisivo na escolha dos corpos invisibilizados e silenciados, haja vista que “o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (ALMEIDA, 2018, p. 51). Deste modo, a população pobre, e também negra, vê-se sem recursos para disputar sua sobrevivência social e cultural em uma sociedade secularmente racista, como salienta Clóvis Moura (1994). A urgente reformulação da mão de obra no fim do período escravista, aliado ao incentivo estatal ao branqueamento gradativo da população brasileira, há a substituição da mão de obra escrava pela imigrante vinda da Europa. Assim, a população negra encontra-se sem escolhas, uma vez que as seleções profissionais, culturais e políticas passaram a ser conduzidas de tal forma que essa população continuará imobilizada nas camadas mais oprimidas da sociedade.

Por isso, como salienta Clóvis (1994, p. 160), “raça e classe se imbricam nesse processo de competição do negro, uma vez que o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores do seu conjunto”. Todavia, o mito da democracia racial, ideologia difundida durante o século XX, impossibilitava essa interpretação social. A falsa ideia de que negros e brancos conviviam harmoniosamente, desfrutando de iguais oportunidades de existência, independentemente de suas origens raciais ou étnicas, impedia que a população negra se desvinculasse da condição de “ralé”. Assim, torna-se evidente que as barreiras que a população em situação de rua, composta majoritariamente por corpos negros, encontra na sociedade atualmente se referem não somente às questões de classe, mas também de raça, as quais, quando interseccionadas, as impedem de serem vistas.

Essa política se reflete, ainda na atualidade, a partir da composição étnica que integra este grupo, visto que segundo o Censo da População em Situação de Rua divulgado pela Prefeitura de São Paulo, em 2020, cerca de 70% dos indivíduos que estão nas ruas são negros⁷. Isto é, não dá para discutir políticas públicas para essa população, que sejam eficientes, sem levar em consideração o racismo estrutural que assola significativa parte deste grupo, uma vez que tal mazela tanto foi importante para a criação das desigualdades, como também para a sua manutenção atualmente (ALMEIDA, 2018)⁸.

Marcas desse racismo velado, que atravessa a população em situação de rua, é a estigmatização do negro “vagabundo” e “preguiçoso”, como Lélia González aponta (2018). A ideia de que uma parte da população habita as ruas dos centros urbanos por não querer trabalhar é traço do racismo estrutural que paira sobre esses indivíduos, é “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes” (ALMEIDA, 2018, p. 32).

3. CRISE PANDÊMICA DA COVID-19 E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Com a crise pandêmica da Covid-19 (SARS-COV-2), é indiscutível que a vida das pessoas nas ruas teve que se readequar. O Estado teve que procurar alternativas para que os efeitos da

7 SOBRINHO, Wanderley Preite. *Homens são 85% dos moradores de rua em SP; 70% são negros e há 386 trans...* Folha de SP, 31 jan. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/01/31/homens-sao-85-dos-moradores-de-rua-em-sp-70-e-negra-e-ha-386-trans.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

8 Silvio de Almeida é um dos maiores nomes, no Brasil, no estudo das três formas de racismo identificadas na sociedade brasileira: individual, institucional e estrutural. A que nos interessa é a estrutural, a qual diz que o racismo não é algo criado pelas instituições, mas reproduzido por ela. O racismo está presente na estrutura social que antecede as instituições, no cotidiano consciente e inconsciente das pessoas. O racismo institucional é uma decorrência do racismo estrutural, apenas.

crise não agravassem ainda mais a situação posta, uma vez que “a transmissão do vírus ocorre independentemente de cor, classe e endereço, quando ela atinge as estruturas desiguais financiadas pelo Estado, conseqüentemente, um grupo de pessoas é mais afetado do que o outro” (ARAÚJO, 2020, p. 3). Nesse sentido, ao interseccionar com o cotidiano da população em situação de rua, as dificuldades em lidar com as mazelas da pandemia ampliam-se, uma vez que, enquanto a principal recomendação da Organização Mundial de Saúde é o isolamento social, o descaso do governo municipal contribui para que não haja a garantia de acolhidas suficientes e, principalmente, no que diz respeito às condições de higienização desses espaços⁹.

Sendo assim, diversos problemas graves que até então estavam invisíveis para grande parcela da sociedade vieram à tona. Deste modo, pode-se dizer que as orientações dos órgãos de saúde não fazem sentido, pois lavar as mãos, usar álcool em gel, manter a imunidade em alta com uma boa alimentação e usar máscaras não são medidas acessíveis para quem não tem ao menos água para beber e alimentação adequada¹⁰. Isto é, essa desatenção do governo frente à crise pandêmica reflete-se nas dificuldades que essa população enfrenta ante a não garantia do seu direito à vida.

Basta acompanhar o plano de testagem da Covid-19 na população em situação de rua. Os Serviços de Assistência Social são responsáveis por informar às UBS de referência possíveis casos de Covid-19 nessa parcela da população. Contudo, os casos de contágios e óbitos da Pop Rua divulgados pela coordenação de Saúde Básica são controversos, na medida em que a testagem é insuficiente, sendo possível testar apenas nos grupos sintomáticos. Ademais, a não padronização da ficha epidemiológica na identificação de contágios da Covid-19 entre a população em situação de rua contribui para camuflar a quantidade real de infectados.

Essa lógica se reflete significativamente na vida dos indivíduos que dependem do Estado para sobreviver. Como explica Carla Rodrigues (2019), essa forma de violência tem sido chamada de necrobiopoder, ou melhor, mecanismo do Estado para distribuir de forma não igualitária o reconhecimento da humanidade, enquanto para a antropóloga Adriana Vieira (2019),

9 GASPARGARCIA. *Dignidade Humana: Em Meio à Crise de Covid-19, Pessoas em Situação De Rua acampam em frente à Prefeitura e avançam na conquista de direitos essenciais*. Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 29 jul. 2020. Disponível em: <<http://gaspargarcia.org.br/dignidade-humana-em-meio-a-cri-se-de-covid-19-pessoas-em-situacao-de-rua-acampam-em-frente-a-prefeitura-e-conquistam-direitos-essenciais/>>. Acesso em: 14 out. 2020.

10 FRANCESCHI, Ana; CRUZ, Keity; NETO, Olympio; MOURA, Rafael. *Fique em casa: o isolamento social e a situação de rua*. Ministério Público do Paraná, 18 jun. 2020. Disponível em: <<https://mppr.mp.br/2020/06/22682,15/Fique-em-casa-o-isolamento-social-e-a-situacao-de-rua.html>>. Acesso em: 14 out. 2020.

esta prática é nomeada de necrobiogovernança: “uma prática tecida nas rotinas policiais, judiciárias, hospitalares e escolares capaz de deslocar morbidamente a conhecida fórmula foucaultiana ‘fazer viver/deixar morrer’ para um ‘fazer morrer alguns’ e ‘deixar morrer outros e outro(a)s tanto(a)s’”¹¹.

Esta política de morte se faz presente com a falha do Estado em garantir políticas públicas eficientes não só durante a pandemia, mas para além dela. O número de pessoas em situação de rua entre 2012 e 2020 cresceu 140%, chegando a mais de 220 mil pessoas nas vias públicas das cidades ao redor do país¹². Com a crise causada pela pandemia da Covid-19 esse número só tende a aumentar. As barreiras sanitárias que a população em situação de rua encontra, aliado à falta de políticas habitacionais que não priorizem apenas o interesse econômico, caminham na contramão da crise sanitária hodierna. É entre a bifurcação etnocida e genocida que a vida nas ruas encontra um limite de negociação pela sobrevivência, que se decide sobre o que Giorgio Agamben chama de “vida nua”, onde a vida cessa de ser politicamente relevante e onde se joga com o limiar além do qual a vida pode ser impunemente eliminada (DE LUCCA, 2016, p. 10).

4. DIREITO À CIDADE E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DURANTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

A própria dinâmica de constituição, construção e distribuição socioespacial dos sujeitos nas cidades se deu de forma desproporcional e segregacionista, de acordo com Harvey (2014). Em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, é visível a má distribuição desses espaços e serviços. O direito à cidade surge, portanto, na reivindicação por serviços e infraestrutura urbana, como saneamento, transporte, moradia, e, principalmente, a reformulação dos espaços. A imobilidade estatal em garantir a efetividade dessas reivindicações se torna a maior barreira para o enfrentamento à pandemia. É a ausência de políticas de cunho habitacional, principalmente, que contribuem para que uma parcela da sociedade sobreviva nas calçadas, propensa a qualquer tipo de enfermidade e infortúnios, de modo que a pandemia passa a ser somente mais uma intempérie, contudo, de gravidade inigualável.

Diante disso, o direito à cidade se manifesta a partir da inversão da lógica capitalista atual, a qual opera com a garantia do direito de usar e ocupar, governar, produzir e desfrutar dos espaços de forma equitativa e democrática, primordialmente, durante a crise pandêmica,

11 Ibid., p.24.

12 IPEA. *População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19*. 16 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811>

visto que só a capital de São Paulo suporta uma quantidade expressiva de imóveis sendo inutilizados, cerca de quase 1.500¹³, enquanto, de acordo com o Censo da Pop Rua, apenas na cidade de São Paulo, há mais de 23 mil pessoas em situação de rua, dentre as quais cerca de 12 mil vivem fora dos abrigos municipais¹⁴. Nesse sentido, são evidentes as contradições do centro de uma das maiores metrópoles capitalistas do Brasil. Isto é, apesar da quantidade significativa de imóveis vazios, sem cumprir sua função social, a vida das pessoas nas ruas não é considerada em suas múltiplas dimensões de impacto social e habitacional, contribuindo para que a falta de políticas públicas intensifique ainda mais a indiferença estatal às particularidades das reivindicações habitacionais.

Quando Harvey (2014, p. 30) propõe que é preciso lutar pelo direito à cidade, afirma que isso “equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental”. Ou seja, as cidades da América Latina só se constituíram desta forma segregadas, fragmentadas e desiguais porque foram alicerçadas a partir de dinâmicas decisórias não democráticas. É preciso romper essa lógica segregacionista e possibilitar uma ampliação participativa da sociedade civil, e, primordialmente, de grupos vulneráveis, com a finalidade de democratização das cidades.

Desse modo, criar e, impreterivelmente, garantir que as políticas públicas que se atentem às especificidades das reivindicações feitas por esse grupo sejam de fato cumpridas poderia não só ressignificar a experiência da população em situação de rua durante a crise pandêmica atual, mas para além dela, visto que o foco destas políticas não é e nem deve ser somente a propriedade privada, mas o direito à vida e à moradia digna. E é nessa perspectiva que as potencialidades dessa população se evidenciam, ao reafirmar sua existência como vida digna de ser vivida e colocando em pauta a importância da reformulação dos espaços urbanos, de tal forma que a maior cidade da América do Sul, por exemplo, pudesse ser reconstruída sobre as bases de uma nova cidade com direito à vida urbana, transformada e renovada.

13 BRASIL, Agência. *Chega a 360 mil o número de famílias sem casa em São Paulo*. Exame, 7 de maio de 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/chega-a-360-mil-o-numero-de-familias-sem-casa-em-sao-paulo/>. Acesso em: 9 out. 2020.

14 PREFEITURA DE SÃO PAULO (São Paulo). Assistência e Desenvolvimento social. *População em Situação de Rua - Censo 2019*. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYzM4MDJmNTAtNzhIMi00NzliLTk4MzYtY2MzN2U5ZDE1YzI3IiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzO-TUtdNDZlYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9>. Acesso em: 9 out. 2020.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos pontos apresentados, ao negligenciar demandas históricas da população em situação de rua, como o direito à habitação, ao transporte, à alimentação, ao saneamento básico e à higiene, o Estado brasileiro claramente demonstra um afastamento dos ideais de um Estado Democrático de Direito. A crise econômica e sanitária que acomete o país, causada pela pandemia, evidenciou isso. Ou seja, apesar de a luta pela vida nas ruas ser anterior à crise hodierna, uma vez que as dificuldades encontradas por essa população nos grandes centros urbanos sobressaem-se às intempéries impostas pelo período atual, é notório que atualmente as vidas que ocupam as calçadas desses centros urbanos têm a missão de enfrentar dois inimigos centrais na luta pela sobrevivência: o Estado e a Covid-19.

A invisibilização dessa população e, porquanto, das suas reivindicações, torna evidente o fato de que ao ignorar as vulnerabilidades socioeconômicas específicas desse grupo, principalmente diante da crise do novo coronavírus, o Estado está contribuindo para com a morte desses indivíduos. Uma luta agonística que parece não apresentar nenhuma solução fácil, principalmente ao considerar a heterogeneidade da população de rua, ocupa o cotidiano das relações que se estabelecem entre os sujeitos das ruas. Entretanto, enquanto estes impasses, individuais, institucionais e estruturais, impossibilitem que a vida nas ruas possa ser protagonista de sua própria e nova história, apenas com a inversão da lógica capitalista atual é possível pensar em mudanças efetivas para a diminuição dessas desigualdades.

O direito à cidade, portanto, atua como uma ferramenta importante para a superação dessas barreiras socioespaciais que a população em situação de rua encontra no dia a dia. A pandemia do novo coronavírus expôs apenas uma pequena amostra do tamanho do problema, causado por anos de descaso público às pautas reivindicadas pela população de rua, que o governo real terá de lidar. Além de garantir o direito à habitação, reivindicação básica desse grupo assegurado pela Constituição Federal de 1988, o direito à cidade cumpre o papel de possibilitar a efetivação de políticas de mobilidade, higiene, alimentação etc. Por isso é necessário que haja mais financiamento, por parte da administração pública, de programas que tenham a finalidade de elaborar, instituir e avaliar políticas públicas que ofereçam condições materiais e imateriais para que a população que vive nas ruas tenha proteção, acolhimento e seja vista pela máquina pública como sujeitos de direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKAISHI, Ana Gabriela. *O “problema” do centro de São Paulo não está nas ocupações de prédios vazios, mas nos prédios vazios em si*. Cidades para que(m), 2019. Disponível em: <<https://cidadesparaquem.org/blog/2019/5/24/o-problema-do-centro-de-so-paulo-no-est-nas-ocupacoes-de-prdios-vazios-mas-nos-prdios-vazios-em-si>>. Acesso em: 10 out. 2020.

ALDO, Paviani. *Processo de Periferização e Pobreza Urbana: Uma Abordagem*. Observatório Geográfico América Latina, 1986. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/tegal1/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/PROCESSODEPERIFIZACAOEPROBREZA.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* São Paulo: Letramento, 2018.

ARAÚJO, Cícero PRADO, Gabriel. *Auxílio Emergencial: necropolítica como política de Estado*. Revista acadêmica XI de Agosto, p. 3, 11 jun. 2020. Disponível em: <https://pt.calameo.com/books/0063155236d1282b9bf52?fbclid=IwAR2NX_N0X2z86_8SMeJH8XQfFE8oBTknOeI-vfr6FKsKX7yKl4YV_NLiWO_4>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BONAVIDES, Paulo. *Do Estado Liberal ao Estado Social*. São Paulo. 2007, 8ª edição.

DE LUCCA, Daniel. *“Morte e vida nas ruas de São Paulo: a biopolítica vista do Centro”*, In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel. *Novas Faces da Vida Nas Ruas*. São Carlos/SP: EDFSCar, 2016.

_____. *“Sobre o nascimento da População de rua: trajetórias de uma questão social”*, In: CABANES, Robert.; GEORGES, Isabel.; RIZEK, Cibele.; TELLES, Vera (Orgs.). *Saídas de emergência: perder/ganhar a vida em São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 42ª ed. São Paulo: Editora Vozes, 2014.

FRANCESCHI, Ana; CRUZ, Keity; NETO, Olympio; MOURA, Rafael. *Fique em casa: o isolamento social e a situação de rua*. Ministério Público do Paraná, 18 jun. 2020. Disponível em: <<https://mppr.mp.br/2020/06/22682,15/Fique-em-casa-o-isolamento-social-e-a-situacao-de-rua.html>>. Acesso em: 14 out. 2020.

GASPAR GARCIA. *Dignidade Humana: Em Meio à Crise de Covid-19, Pessoas em Situação De Rua acampam em frente à Prefeitura e avançam na conquista de direitos essenciais*. Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 29 jul. 2020. Disponível em: <<http://gaspargarcia.org.br/dignidade-humana-em-meio-a-crise-de-covid-19-pessoas-em-situacao-de-rua-acampam-em-frente-a-prefeitura-e-conquistam-direitos-essenciais/>>. Acesso em: 14 out. 2020.

GONZALEZ, Lélia. *Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IPEA. *População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19*. 16 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811>

JESUS, Maria Carolina. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KOHARA, Luiz; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *População em situação de rua e o direito à moradia em tempos de Covid-19*. *Jornalgggn*, 15 abr. 2020. Disponível em: <<https://jornalgggn.com.br/cidades/populacao-em-situacao-de-rua-e-o-direito-a-moradia-em-tempos-de-covid-19/>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

KOWARICK, Lúcio. *Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas*. São Paulo. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a08n70.pdf>>

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1, 2018.

MONTEIRO, Adriana Rosana; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. *A questão habitacional no Brasil*. Scielo 2017.

MOURA, Clóvis. *Dialética racial do Brasil Negro*. Editora Anita Ltda., 1994.

RODRIGUES, Carla; AIRES, Suely. *Devir-negro: a leitura de Achille Mbembe*. Revista Cult, São Paulo, 2019

SOARES, Alessandro. *Desigualdade Urbana, Estado de Bem-Estar e Insatisfação Democrática*. p. 1-11, 2008.

SOBRINHO, Wanderley Preite. *Homens são 85% dos moradores de rua em SP; 70% são negros e há 386 trans....* Folha de SP, 31 jan. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/01/31/homens-sao-85-dos-moradores-de-rua-em-sp-70-e-negra-e-ha-386-trans.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

DO QUARTO DE DESPEJO À CASA DE ALVENARIA: MODOS DE MORAR EM CAROLINA MARIA DE JESUS

FERNANDA MOTA DE OLIVEIRA¹

GIOVANA GASPAROTTO SOUZA CABRAL²

Resumo: Esse artigo tenciona analisar e refletir sobre os modos de morar expostos nas duas primeiras obras da escritora Carolina Maria de Jesus, no que tange aos aspectos físicos, culturais e sociais dessas moradias. Carolina residiu em duas formas de moradia bastante distintas: morou doze anos em um barracão de tábua e zinco, na Favela do Canindé e posteriormente, migrou para uma casa de alvenaria no bairro de Santana. Sendo assim, observaremos de maneira analítica essas duas formas de moradia tendo como fonte os seus diários, que foram publicados como livros: *Quarto de despejo* (1960) e *Casa de Alvenaria* (1961).

Palavras-chave: Quarto de despejo; Casa de alvenaria; Moradia; Carolina Maria de Jesus.

1. INTRODUÇÃO

Carolina Maria de Jesus foi uma escritora notória por ter denunciado, através de seus relatos, as mazelas vividas pelas populações pobres, e sobretudo por ela mesma, nas favelas paulistanas na década de 1950. Seus diários deram origem às obras *Quarto de despejo* (1960), em que a autora relata sua vivência na favela do Canindé em São Paulo na década de 1950, e *Casa de Alvenaria* (1961), em que a autora narra suas vivências durante e após a publicação de seu diário, a partir da década de 1960, o que inclui a transição de moradia para uma casa de alvenaria em Santana-SP. Essas obras são as principais fontes dessa publicação, na qual visamos descrever e analisar os modos de morar físicos e sociais da autora.

O artigo foi dividido em quatro subtítulos: o primeiro, Vida e obra de Carolina Maria de Jesus, trata da vida da autora, bem como apresenta suas obras que foram publicadas; o segundo Traduções, recepção de suas obras e publicações acadêmicas, apresenta de forma ampla os desdobramentos de suas publicações, tanto no sucesso que alcançaram, quanto na influência cultural e acadêmica de Carolina; o terceiro, As favelas paulistanas, conceitua o que é o fenômeno da favela em São Paulo e faz um breve histórico da sua ocorrência; o quarto, Modos de morar:

1 Mestranda em História pela Universidade Federal de São Paulo. À época do envio do artigo, em 2020, a autora ainda não tinha ingressado no mestrado.

2 Graduada em História pela Universidade Federal de São Paulo.

Quarto de despejo (1960) e *Casa de alvenaria* (1961), reflete acerca dos modos de morar de Carolina.

2. VIDA E OBRA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Nascida no ano de 1914 em Sacramento, Minas Gerais, Carolina foi uma escritora negra, poeta e cronista que relatou em forma de diário a realidade social, econômica e cultural em que vivia. Morou na favela do Canindé em São Paulo, entre 1948 e 1960 e, por pouco tempo, de aluguel em uma casa de alvenaria em Osasco no ano de 1960, até que em 1961 foi para a sua sonhada “casa própria”, também de alvenaria, em Santana, aonde residiu até 1977, quando então faleceu.

Ganhou bastante notoriedade após a publicação de sua primeira obra, em 1960, *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. Apesar de ter tido pouco acesso aos estudos, sendo alfabetizada até o segundo ano primário, Carolina lia e escrevia e, em sua primeira obra, em forma de diário, retratou em vinte manuscritos³ seu cotidiano na favela do Canindé — localizada às margens do rio Tietê. As vivências retratadas não se resumiram, porém, à sua busca diária por subsistência, ou seja, à sua relação com o trabalho que exercia como catadora de papelão, ferro e outros materiais e a fome, que se apresenta de forma viva na obra, mas revelam as vivências de outros favelados com quem ela convivía, seus modos de morar e sua relação com seus três filhos: João José, José Carlos e Vera Eunice. Além disso, esse diário funcionava como um espaço onde Carolina exercia reflexões políticas e morais acerca da vida na favela.

Carolina teve dificuldades em publicar a sua obra, ela relata em *Quarto de Despejo* (1960) que havia enviado diversas vezes seus manuscritos para editoras, que sempre os recusavam. Foi somente após conhecer Audálio Dantas, jornalista interessado em fazer um jornalismo de denúncia social, que publicou excertos de seus manuscritos no jornal *Folha da Noite* (1958) e na revista *O Cruzeiro* (1959 e 1960), e que sua obra passou a ser conhecida e foi oficialmente publicada.

Com o sucesso de sua primeira obra, Carolina conquista sua almejada casa de alvenaria e é nesse momento que escreve sua segunda obra, *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*, publicada em 1961, também em forma de diário. Sobre isso, Audálio Dantas, na apresentação

3 Audálio Dantas escreve em *A atualidade do mundo de Carolina*, prefácio à 10ª ed. que “a história da favela que eu buscava estava escrita em uns vinte cadernos encardidos que Carolina guardava em seu barraco. Li, e logo vi: repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história – a visão de dentro da favela.” DANTAS, Audálio. *A atualidade do mundo de Carolina*. In: JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10 ed. - São Paulo: Ática, 2014, p. 5.

da Obra (p.5), descreve que “Casa de Alvenaria é, na forma, o mesmo que o diário escrito na favela do Canindé; na essência, é coisa bem diferente; é um depoimento, também, mas sobre outro mundo – o mundo de alvenaria que foi sonho e conquista de Carolina”.

Nessa obra autora narra os bastidores do lançamento de seu primeiro livro, seu percurso de saída da favela, sua vida familiar, a mudança na sua relação com a fome, sua relação com os habitantes e ex-vizinhos da favela do Canindé, entre outros desdobramentos que decorrem do sucesso de sua primeira obra. Após o lançamento de seu segundo livro, *Casa de Alvenaria* (1961), Carolina dedicou-se a escrever outras obras como *Pedaços de fome* (1963) e *Provérbios* (1963). Faleceu em sua casa em 1977 de insuficiência respiratória, relegada ao ostracismo, uma vez que após a explosão de vendas da sua primeira obra e de intensa cobertura da mídia nesse período, caiu no esquecimento e retornou à pobreza. Outras obras, como *Diário de Bitita* (1986), *Antologia Pessoal* (1996), *Meu Estranho Diário* (1996), são de sua autoria, mas só foram organizadas e publicadas após a sua morte.

Segundo Jan Niklas em reportagem ao jornal *O Globo* (2018):

Carolina nunca foi tratada como a uma mulher inteligente e à frente do seu tempo (...) O aspecto da pobreza, da favela, da falta de estudos chamou mais a atenção como produto midiático, de puro marketing. Causou também ciúmeira na “classe” literária, muito elitizada: o boicote a Carolina foi feio, sem sentido, colonial e assustador.

3. TRADUÇÕES, RECEPÇÃO DE SUAS OBRAS E PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Quarto de despejo (1960), sua obra de maior sucesso, foi amplamente difundida, sendo traduzida e editada dezenove vezes em diferentes países e vendendo milhares de exemplares. *Casa de Alvenaria* (1961), *Diário de Bitita* (1986) e *Meu estranho diário* (1996), são outras de suas obras que foram traduzidas para outros idiomas. No entanto, essas não receberam o mesmo prestígio e receptividade do público que *Quarto de despejo* (1960), pois o público se desinteressou pelo que Carolina tinha a dizer quando ela deixou a favela, tendo o seu segundo livro publicado uma tiragem muito menor do que o primeiro

Ainda sobre o sucesso de *Quarto de Despejo* (1960), Audálio Dantas (2014, p.6) destacou que:

Um livro assim, forte e original, só podia gerar muita polêmica. Para começar, ele rompeu a rotina das magras edições de dois, três mil exemplares no Brasil. Em poucos meses, a partir de agosto de 1960, quando foi lançado, sucessivas edições atingiram, em conjunto, as alturas dos 100 mil exemplares.

Carolina teve seus escritos adaptados em marchinhas de carnaval, produzidas pelo compositor B. Lobo e em peça teatral, produzida em 1961 por Edy Lima. Também inspirou o documentário *Favela – Das Leben in Armut* (Favela: a vida na pobreza) dirigido pela alemã Christa Gottmann-Elter e o programa *Caso Verdade*, exibido pela rede Globo em 1983. Sua trajetória de vida foi o tema do documentário *Carolina*, produzido em 2003 por Jeferson De, e do documentário *Vidas de Carolina* dirigido por Jéssica Queiroz em 2014. Além disso, Carolina também teve sua imagem divulgada em artigos de diversos jornais e revistas nacionais e internacionais, mas principalmente no jornal *O Globo* do Rio de Janeiro.

Diversos estudos foram realizados acerca da vida e obra de Carolina, em diversas áreas, o que inclui a publicação de artigos acadêmicos, teses, dissertações e biografias. A exemplo dessas publicações, podemos citar “Subjetividades femininas: mulheres negras sob o olhar de Carolina Maria de Jesus, Maria Conceição Evaristo e Paulina Chiziane” (2008), dissertação de mestrado de Renata Jesus da Costa, que se propõe a analisar a posição de Carolina na sociedade enquanto sujeito feminino; *Muito Bem, Carolina!* (2007) de Marília Novais da Mata Machado e Eliana de Moura Castro, biografia sobre Carolina com enfoque na psicologia social e “Carolina Maria de Jesus e o pensamento liminar na literatura brasileira” (2020), de Carolina Schenatto da Rosa e Gilberto Ferreira da Silva, artigo publicado para a *Revista Estudos Feministas* e que visa pensar a (des)colonialidade na construção das relações entre raça e gênero a partir dos escritos da autora.

No escopo das produções acadêmicas, também podemos destacar José Carlos Sebe Bom Meihy, Professor Dr. e historiador aposentado pela Universidade de São Paulo, e pioneiro nos estudos de História Oral no Brasil, que contribuiu com as obras *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus* (1994), de sua autoria, juntamente a Robert Levine, que se propõe a uma abordagem de investigação historiográfica da vida da escritora e *Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio* (1998), obra que se propõe a analisar os silenciamentos históricos em que são postas às literaturas periféricas, sobretudo as de Carolina. O autor também foi organizador das obras *The Unedited Diaries of Carolina Maria de Jesus* (1999), *Meu estranho diário* (1996) e *The Life and Death of Carolina Maria de Jesus* (1995), publicou capítulos de livros sobre Carolina e apresentou trabalhos acadêmicos.

Cabe destaque também a Raffaella Andrea Fernandez, pesquisadora que na tese de doutorado “Processo criativo nos manuscritos do espólio literário de Carolina Maria de Jesus” (2015) buscou compreender os processos criativos presentes nas narrativas dos manuscritos de Carolina, propôs-se a realizar uma cartografia dos manuscritos e a analisar os encontros e desencontros presentes numa linguagem ímpar do qual a autora valeu-se nos textos originais.

Em *A poética de resíduos de Carolina Maria de Jesus* (2009), Fernandez apresenta os resultados de sua trajetória de estudos sobre os manuscritos de Carolina e busca estabelecer uma análise crítica literária, de forma a exaltar a escritora para além de alguém que fala apenas sobre a favela, uma vez que Carolina se dedicou também a escrever poemas, novelas, entre outros. Nesse sentido, cabe evidenciar também a obra *Clíris: poemas recolhidos* (2019), editada pela pesquisadora, e que reúne, entre outros textos, 21 poemas inéditos de Carolina e 12 composições musicais também de sua autoria, que nunca foram antes publicados.

4. AS FAVELAS PAULISTANAS

Tendo em vista que Carolina Maria de Jesus residiu na favela do Canindé, faz-se necessário trazer à luz das discussões a conceituação do termo “favela”, bem como um breve histórico acerca da formação das favelas na cidade de São Paulo, contexto em que se insere os relatos trazidos pela autora. Podemos definir “favela” como um tipo de ocupação urbana em que as moradias se realizam como um aglomerado de domicílios, em assentamentos irregulares ou informais, que podem dar-se em áreas públicas ou privadas. A favela também se caracteriza pela ocupação desornada, pela construção de moradias precárias e pela prática de autoconstrução (muito comum) ocorrer com materiais improvisados como placas de compensado, plástico, papelão, zinco, etc., e/ou de segunda mão. Além disso, as favelas possuem ausência de serviços públicos e população de baixa-renda. PASTERNAK (2006, p. 179) aponta a origem do termo:

A palavra favela se origina, ao que parece, em um arbusto comum na região de Canudos, chamado favela. Os soldados do exército brasileiro, voltando da luta contra Antônio Conselheiro e seus adeptos, não tinham lugar onde morar no Rio de Janeiro. Vão ocupar o Morro da Providência, onde se instalaram em barracos como o arbusto favela nos morros da região de Canudos. Daí o nome para esse tipo de assentamento.

Com a proclamação da República, em 1889, ocorrem mudanças em São Paulo que buscam transformar a cidade em um lugar cada vez mais urbanizado, tendo como modelo as cidades europeias e recebendo intensa imigração, em grande parte europeia, para trabalhar não apenas nos cafezais, mas também nas nascentes fábricas paulistas. A partir dessa concentração de imigrantes na cidade, que vem para trabalhar, são formados bairros operários e industriais.

Mas esse fenômeno não ocorreu separadamente de outro: a abolição da escravidão no Brasil em 1888. Segundo Marcos Napolitano (2016: p. 18), o incentivo a vinda de imigrantes para o Brasil representava a substituição do negro como componente racial brasileiro, ideologia do branqueamento, e substituiria a mão de obra negra escravizada. Os destinos dos negros recém libertos variavam de acordo com a região do país, mas em sua maioria, foram relegados a trabalhos desqualificados. Muitos passaram a realizar trabalhos braçais nas fábricas, nos portos

e dedicaram-se a trabalhos domésticos, dando continuidade ao que já ocorria no Império. A marginalização econômica e social dos negros no pós-abolição justifica as mazelas sofridas por essas populações nas décadas subsequentes.

Segundo REIS (2004, p.141) a cidade foi crescendo como um polo de produção, de distribuição industrial e de comércio. CASTILHO (2013, p. 35) registra que se em 1890, a cidade contava com 65 mil habitantes, em 1930, a cidade já possuía 900 mil. Para SETÚBAL (2008, p. 170) a capital paulista se torna também um centro cultural, nela converge os sistemas de transporte, a sede do governo, as instituições de ensino e os principais órgãos de imprensa. E nela foram morar as elites.

Mas esse investimento na infraestrutura da cidade foi feito de maneira desigual, havia bairros que recebiam mais atenção, por serem os locais onde as elites e a classe média se instalaram, e os bairros que eram centrais no Império perdem, gradualmente, a sua importância. Para CASTILHO (Ibidem, p.36) enquanto a população rica e classe média gozavam de diversos planos urbanísticos e melhorias implementadas na cidade, as classes trabalhadoras ficavam relegadas às vilas operárias, aos cortiços em casarões antigos e abandonados das zonas mais centrais, aos barracões ou edículas precárias nos quintais dos casarões e às casas de autoconstrução nas periferias ou loteamentos populares.

Houve um fluxo de migrantes para São Paulo que ocorreu entre o final de 1940 e o início dos anos 50, o que fez com que o crescimento populacional da cidade aumentasse novamente e que, em consequência disso, aumentasse o número de pobres na cidade, e nos bairros mais pobres, o que dá início a formação de favelas. Esse fenômeno ocorria em zonas mais afastadas do centro e fazia com que esse contingente populacional ocupasse de forma irregular o solo urbano, seja através de loteamentos clandestinos ou da invasão de áreas públicas e privadas, o que fez com que o desenho urbano de São Paulo se ampliasse.

Outros fatores relevantes em relação a formação das favelas para LARA (2012, p. 141) foi a destruição dos cortiços e cabeças-de-porco em um projeto higienista conduzido por Prestes Maia e as obras de automobilismo realizadas em seu governo e que continuaram sendo realizadas nos posteriores, como o alargamento ou abertura de avenidas. GODINHO (1955, p. 8) cita que:

Pelos anos de 1942 a 1945, quando então prefeito o Dr. Prestes Maia, com as desapropriações feitas em virtude da abertura de avenidas, como a Nove de Julho e outras, nos Campos Elíseos etc., muitas pessoas ficaram sem abrigo. Improvisaram-se uns barracões no local onde se achava instalado o Parque Changai, e assim se iniciou a primeira favela que era denominada 'Favela Prestes Maia' ao longo da Avenida do Estado.

5. MODOS DE MORAR EM QUARTO DE DESPEJO (1960) CASA DE ALVENARIA (1961)

A obra é intitulada como *Quarto de Despejo* porque, segundo a autora, em 1948, Prestes Maia começou a organizar uma reforma de urbanização na cidade de São Paulo em que os pobres que habitavam “os porões” foram retirados de lá e jogados ao relento. Assim, conforme Carolina (1960, p.17):

É porque a favela é o quarto de despejo de São Paulo. É que em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós os pobres que residíamos nas habitações coletivas fomos despejados e ficamos debaixo da ponte. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós os pobres somos os trastes velhos.

Ainda a respeito do título das obras, segundo o site de decoração e arquitetura Decorfacil, casas de alvenaria:

(...) são construções feitas com cimento, tijolos ou blocos de concreto, argamassa, vigas e colunas de ferro e água, é claro. A alvenaria é um dos tipos mais seguros de construção e é perfeita para quem sonha em ter uma casa moderna, que pode seguir tanto uma linha tradicional e clássica, quanto um modelo mais rústico ou até industrial, uma vez que há a possibilidade de inserir junto com a alvenaria materiais como madeira, pedra, metal e vidro, além da opção de deixar os tijolos aparentes.

Carolina, na favela, morava em uma autoconstrução com materiais improvisados encontrados no lixão, dos quais ela cita as tábuas estragadas e os papelões mofados e apodrecidos. Sua casa estava sujeita a goteiras, a insetos e a ratos. E era insalubre, ou seja, um lugar demasiado úmido e fétido. Quando saía da favela e avistava casas de alvenaria, ela desejava ter uma pois, para a autora, isso significava viver com mais qualidade de vida e promover para os seus filhos o mesmo. A diferença entre as duas habitações em que a autora viveu fica nítida quando evocamos o excerto do prefácio de *Casa de Alvenaria* (p.7):

Mas entremos na Casa de alvenaria de Carolina, que é bem diferente daquele barraco número 9 da Rua A, favela do Canindé, que tinha sala-quarto-cozinha num só cômodo nada cômodo. A casa de Carolina, agora, é casa-sobrado, com sala, salinha, quarto, cozinha, quintal, jardim. E uma escada que, se não me engano, tem dezenove degraus! No jardim de Carolina tem uma roseira que bota muitas rosas, vêm as crianças, colhem as rosas, ela não se incomoda, porque – pensa – Deus faz nascer mais. A roseira é felicidade na casa de alvenaria, assim como o menino nu chorando de barriga vazia era tristeza no barraco do Canindé.

É importante frisar que Carolina não descreve muito a respeito de sua moradia na casa de alvenaria, diferentemente do livro anterior, em que o modo de morar na favela é objeto central da obra, o título *Casa de Alvenaria*, se refere a um fenômeno: a transição social. Na maior parte do livro, a escritora não está em sua casa de alvenaria e nem convivendo com a sua vizi-

nhança, como no livro anterior, ela está viajando ou realizando passeios e participando de eventos sociais, pois o livro tenciona mostrar as mudanças e transformações socioeconômicas que a fama trouxe para Carolina e como é finalmente pertencer ao status social de ascender à “sala de visita”.

É possível observar, através dos lugares em que ela relata que esteve, como foi meteórica a sua fama, uma vez que visitou lugares frequentados pelas elites, como o Copacabana Palace e foi recebida na Mansão dos Matarazzo e na casa de Leonel Brizola. É possível traçar um percurso linear de mudanças de endereço e configuração dos espaços de moradia em *Casa de Alvenaria*, como destaca PALMA (2017, p. 14): “(...) o início na favela, a saída da favela, a vida em Osasco, a mudança para Santana, o período convivendo com os inquilinos, a saída dos inquilinos e a reforma do sobrado”.

Carolina faz uso do termo “sala de visitas” para se referir às moradias urbanas fora da favela e à sua nova condição de vida. Possuir uma sala de visitas é possuir uma casa de alvenaria, uma casa particular, sendo algo que representa um “status” para a escritora. No prefácio de *Casa de Alvenaria*, feito pelo repórter Audálio, ele diz que ela “lutou desesperadamente para entrar na sociedade mais ampla e menos infeliz da sala de visitas” (p.5).

Émile Littré (apud PERROT, 1991: p. 307) escreveu que: “A vida privada deve ser cercada de muros. Não se permite esquadrihar e revelar o que se passa na residência de um particular”. Nos anos 60, quando o livro de Carolina é escrito, já se havia disseminado popularmente a ideia de que as casas deveriam ser próprias, e que as moradias coletivas não eram desejáveis, relegada desde sempre às classes populares, que antes viviam nos cortiços e desde os anos 40 migraram para as favelas. E assim, amontoadas, convivendo em grande quantidade nos mesmos diminutos espaços, aos olhos das camadas dominantes essas pessoas vivem em torno de uma sexualidade primitiva e dentro de um caos selvático (1991, p. 316).

Os barracões se inserem em um espaço de uso compartilhado, o que faz com que a convivência com os vizinhos seja extremamente intensa, como relata Carolina. Ela precisa conviver muito próximo até mesmo daqueles com que ela não se dá bem, como a dona Rosa, que a odeia e maltrata seus filhos e que, em um episódio, vai até a janela do seu barracão quando ela não se encontra e joga um jarro de fezes neles (1960, p.13). Esse episódio também revela que não há muita segurança e privacidade nos barracões. “E o pior na favela é o que as crianças presenciam” (1960, p.40) diz a autora, sobre a nudez e as brigas que as crianças presenciavam publicamente.

Entre esses espaços compartilhados estão as torneiras, que as mulheres geralmente utilizavam para procedimentos de limpeza, tanto dos barracões, quanto de higiene pessoal. Mas

essa água não estava disponível o tempo inteiro, como menciona Carolina, ao dizer que aos domingos a água era recolhida mais tarde que nos demais dias (1960, p. 23). Essa torneira de uso comum, pelo amanhecer, “ficava suja de bosta” e era a única que havia. Faltava saneamento básico nas favelas. O próprio jarro de fezes existia porque não havia um vaso sanitário dentro dos barracões. Faltava também, muitas vezes, dinheiro para comprar sabão para limpar as próprias roupas: Carolina relata mais de uma vez que chegara a ficar três semanas sem lavá-las (1960, p. 90).

As roupas eram lavadas nos rios, que é outro espaço compartilhado. Sobre o rio, ela diz em *Quarto de despejo*: “Nós pobres viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginal. Não mais se vê os corvos voando às margens do rio, perto dos lixos” (p. 55). Havia deficiência de água e as brigas eram frequentes em torno da torneira de uso comum. Carolina, ora para evitar as brigas e as conversas que aconteciam na torneira, ora pela falta de água, relatou que por vezes lavava as roupas na lagoa, cuja prefeitura já informara que transmitia a “doença do caramujo” (p. 71), a esquistossomose.

A favela é vista pelos vizinhos moradores de sua casa de alvenaria como um lugar de decadência moral. Além do estigma em relação à imagem que foi construída de uma casa salubre e da ideologia da casa própria, bem como a rejeição às moradias coletivas, e da favela ser considerada pior que o cortiço e que a cabeça-de-porco⁴ havia o fato de que os favelados, de vez em quando, organizavam batucadas que soavam como bagunça e irritavam esses vizinhos de fora da favela conforme trecho de *Quarto de despejo* (2010, p.27):

(...) Tem noite que eles improvisam uma batucada e não deixa ninguém dormir. Os vizinhos de alvenaria já tentaram com abaixo assinado retirar os favelados. Mas não conseguiram. Os vizinhos das casas de tijolos diz:
– Os políticos protegem os favelados.
Quem nos protege é o povo e os Vicentinos. Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitorais.

Em sua primeira obra, Carolina chama atenção para o fato de que a favela é construída em terrenos irregulares, estando sujeita à ação do Estado, que pode exigir que os moradores desocupem a área visando utilizá-la para outras finalidades. Carolina até relata um episódio de desocupação de um desses terrenos irregulares, que pertenciam ao Estado, onde havia sido construída uma favela e algumas casas de alvenaria, mas que, após o episódio, os moradores

4 Segundo a própria Carolina em *Quarto de despejo*: “Eu falei que residia em favela. Que favela é o pior cortiço que existe”. P.23.

tiveram que migrar para outras favelas, incluindo a dela, para construir seus novos barracos (p. 65).

Isso ocorreu com a favela do Canindé anos depois de Carolina ter se mudado para a casa de alvenaria. A favela sofreu um processo de desfavelamento considerado bem-sucedido, em que a maioria das pessoas foram removidas. Ela se localizava conforme o documento SÃO PAULO (CIDADE, 1962, p.10): “na margem esquerda do Rio Tietê, entre as ruas Azurita (antiga rua do Pôrto) e Felisberto de Carvalho. Era próxima à 4ª e 5ª Parada, hoje estação Eng. Gualberto, nas imediações do Rio Aricanduva, entre a estrada de ferro e o rio Tietê”.

Embora o foco esteja nos modos de morar dentro da obra *Quarto de despejo* (1960) e em *Casa de Alvenaria* (1961) não há como não citar um aspecto que faz parte do cotidiano do morador da favela: a fome. Ela organiza os hábitos dos sujeitos e sua relação com o espaço. Devido à fome, certas atitudes são tomadas, como a de procurar alimentos entre os restos, correndo o risco de comer coisas estragadas e adoecer. A saúde é precarizada dentro da favela, não apenas pela dificuldade em manter uma boa higiene e os contatos frequentes com os outros, que podem ter uma doença contagiosa, mas também pela fome e os meios de tentar saciá-la.

Carolina cita que ia às feiras buscar os alimentos descartados. Também cita um episódio em que um caminhão passou na favela e jogou uma lata com linguiças vencidas, e descreve outro caso em que jogaram mantimentos apodrecidos para os favelados. Segundo a autora: “Eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (1960, p.28). Além das pessoas que jogavam lixo para os favelados, havia pessoas que nem mesmo deixavam seus restos disponíveis para eles. Ela relata que no Frigorífico jogavam creolina para os favelados não pegarem o resto de carne para comer e outros casos em que os mercadores e feirantes preferiam ver o alimento estragar a dar para eles.

De acordo com CORREIA (2004, p.47) o significado de casa que existe desde as primeiras formas de habitação é o de teto, alojamento e refúgio. Da casa como lugar de proteção, de defesa e de autonomia contra as intempéries e ameaças externas. Contra a chuva, o sol forte, as ventanias, os animais e de investidas externas contra o indivíduo. E mesmo essas funções primordiais não se realizam plenamente no barraco. Carolina relata que há goteiras no teto, que há a invasão da chuva com a enchente e de insetos e ratos, que há até mesmo o roubo de bancos que deixou no espaço do seu próprio quintal e que a vizinha entra no seu espaço privado para jogar fezes nos seus filhos. Não há a sensação de proteção no barraco e nem de autonomia.

Para CORREIA (Ibidem, pp.31-48), ao longo dos anos a casa vai assumindo diferentes significados para a população, se destacando aqui os de “santuário do lar” e o de “estojo do

homem". São duas formas que as pessoas aspiram ao construir uma habitação, e que Carolina manifesta o desejo de ter e as consegue ao final, através da sua casa de alvenaria em Santana, mas que durante o tempo em que vivia na favela pareciam realidades muito distantes para ela. A casa como estojo do homem é o espaço em que o morador imprime a sua identidade à casa, a decora e personaliza conforme seu gosto pessoal. Carolina até tenta personalizar seu barraco, fazer com algumas tábuas um cantinho para os seus livros e para escrever, porém, ela nunca se sente realizada no intento, pois não enxerga o barraco como lar e exatamente por isso não estabelece um relacionamento com a casa associando-a ao bem-estar da vida doméstica, como um "santuário". Para ela, o cotidiano doméstico é penoso e a casa é desconfortável.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que Carolina Maria de Jesus se tornou uma autora muito importante para entender como aconteceu o fenômeno da favelização em São Paulo, por oferecer um depoimento como alguém que residiu doze anos em uma das favelas que se formavam nos anos 50 e 60. Através do estudo das suas duas obras podemos entender como eram os modos de morar nessas favelas e como ele se contrastava com o modo de morar da classe média, ao qual Carolina ascende em *Casa de Alvenaria*. E nessa comparação entre esses diferentes modos de morar, nos deparamos com a desigualdade social como tônica. O livro promove mal-estar e indignação pelas agruras da vida na favela. A visão que temos de morar na favela é a de que essas pessoas estão lutando pela sobrevivência, mediante as maiores dificuldades e destemperos.

Ao mesmo tempo, podemos fazer duas observações acerca do modo como Carolina conduz a narrativa e se posiciona perante ela: a autora apresenta uma visão da favela que rompe com os estigmas sociais criados, e tenta reforçar a empatia e compreensão em torno dos fenômenos da favela e das pessoas que lá residem. E ao mesmo tempo, possui alguns dos mesmos preconceitos higienistas das elites e governanças ao se referirem às favelas. Ela possui uma visão negativa de muitos moradores da favela e de muitos dos fenômenos que lá ocorrem, ressaltando o tempo inteiro sua elevação moral em não ceder à bebedeira e de cultivar o hábito da leitura e da escrita. Entretanto, ela também reside a favela, e muitas vezes defende os moradores de lá, buscando compreender a pobreza como agente causadora das situações com as quais ela discorda, como na passagem em que ela se coloca como parte "desse povo", os favelados:

(...) Passou um senhor, parou e nos olhou. E disse perceptível: - Será que este povo é deste mundo? Eu achei graça e respondi: - Nós somos feios e mal vestidos, mas somos deste mundo." (1960; p. 146)

O que é fundamental, no entanto, é que a Carolina tem plena noção do abandono do poder público e de que as pessoas têm uma visão negativa e até mesmo preconceituosa acerca dos moradores da favela, inclusive dela. E ela busca de certa forma através dos seus escritos dar voz a esses moradores e principalmente, fazer uma denúncia social a respeito das mazelas a que ela e os outros estão submetidos. Carolina demonstra a variedade de personalidades que há dentro da favela, desestigmatizando-a da visão de antro da bandidagem e dos maus costumes, uma vez que em *Quarto de Despejo* (1960) a maioria dos favelados, por exemplo, são trabalhadores desafortunados, e que mesmo aqueles que bebem e entram em confusões, assim o fazem para se desvencilhar da fome e outras intempéries vivenciadas na exclusão urbana.

Destaca-se a necessidade de um olhar empático, voltado para a ação e para a promoção da sensibilidade, pois a obra em seu tempo foi amplamente lida e não mudou a situação dos favelados vizinhos de Carolina, não melhorou as condições de vida da favela do Canindé e de nenhuma outra favela paulistana. A obra tirou a autora da favela, mas a levou para um mundo de pessoas oportunistas que a olhavam com exotismo, para situações sociais em que ela mesma percebia a falsidade e eloquência vazia, como é possível perceber no excerto da obra *Casa de Alvenaria* (1961):

Alguns iam à minha mesa. As mulheres que estavam na minha mesa falavam em reforma social. ...Eu pensava: Elas são filantrópicas nas palavras. São falastronas. Papagaios noturnos. Quando avistam-me é que recordam que há favelas no Brasil.

Carolina ao ascender ao espaço social da “sala de visitas”, conseguiu realmente melhorar as condições de vida dela e da família, mas não encontrou a felicidade que imaginava encontrar em sua casa de alvenaria. Ela não fala tanto sobre a casa tão sonhada, está sempre fora e quando está dentro do ambiente doméstico, é pensando em mudanças, em reforma, em adequação, chegando até mesmo a contratar uma empregada doméstica branca na tentativa de realização pessoal. A alegria inicial que ela sente ao se mudar para esse espaço, se transforma logo em desconforto, até por conta do assédio midiático. Segundo ela:

Estou lutando para ajeitar-me dentro da casa de alvenaria. E não consigo. Minhas impressões na casa de alvenaria variam. Tem dia que estou no céu, tem dia que estou no inferno, tem dia que penso ser a Gata Borralheira (1961, p.51).

Faz-se necessário que as obras de Carolina, bem como a sua biografia sejam conhecidas como denúncia da exploração midiática a que ela foi submetida pela editora, pelos jornalistas e por outros veículos da mídia. Divulgavam tanto os endereços da escritora quanto o valor completo de quanto ela estava recebendo ou iria receber em dinheiro, fazendo com que houvesse muitos pedintes à sua porta, e também com que a mesma não tivesse paz, sendo quase todos os

dias importunada por pessoas interessadas em explorar a fama momentânea de Carolina ou obter ajuda financeira. Além disso, Audálio Dantas e outros tantos inibiram Carolina de lançar suas outras obras em vida, de lançar suas músicas, de fazer parte da rádio e guiar a sua própria vida como a ela convinha. As pessoas que diziam se importar com ela não se interessaram em oferecer uma formação, cursos e meios de sobrevivência alternativos para a Carolina, nem se interessaram em ensiná-la a administrar o seu dinheiro e investir em planos de vida à longo prazo. Se preocuparam em gozar do sucesso meteórico de Carolina enquanto esse durou, o que fez com que após passado esse sucesso, Carolina morresse novamente na pobreza e no esquecimento em vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTILHO, Juliana Vargas de. *A favelização do espaço urbano em São Paulo*. Estudo de caso: Heliópolis e Paraisópolis. 2013. 257f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- CORREIA, Telma de Barros. “A Casa e seus significados” In: *A Construção do Habitat Moderno no Brasil (1870-1950)*. São Carlos: RiMa, 2004.
- DANTAS, Audálio. *A atualidade do mundo de Carolina*. In: JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 10 ed. - São Paulo: Ática, 2014.
- GODINHO, Marta Teresinha. *O serviço social nas favelas – São Paulo*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social, 1955.
- JESUS, Carolina Maria de. *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada*. Rio de Janeiro, Editora Paulo de Azevedo, 1961.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10 ed. - São Paulo: Ática, 2014.
- LARA, Fernão Lopes Ginez de. *Modernização e desenvolvimentismo: formação das primeiras favelas de São Paulo e a favela do Vergueiro*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Acesso em: 23 nov. 2019.
- LITTRÉ, Émile. Dictionnaire de la langue française, 1863-1872 apud PERROT, Michelle. “Maneiras de morar” In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, v. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom de. Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio. *Revista USP*, São Paulo, v. 37, p. 82-91, 28 set. 1998, p. 85. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/27047> >. Acesso em: 25 nov. 2019
- REDAÇÃO, Da. Casa de alvenaria: conheça as vantagens, desvantagens e fotos. In: *Decor Fácil*, 9 maio 2019. Disponível em: <<https://www.decorfacil.com/casa-de-alvenaria>>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. 1. ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.
- NIKLAS, Jan. Nova biografia de Carolina de Jesus tenta afastá-la do estereótipo de ‘escritora de favela’ *Cultura: O Globo*, 14 mar. 2018. Disponível em: < <https://tinyurl.com/6m67wu8> >. Acesso em: 31 out. 2019.
- PASTERNAK, Suzana. *São Paulo e suas favelas*. Pós. Rev Programa Pós Graduação Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 19, jun. 2006.
- PALMA, Daniela. *As casas de Carolina: espaços femininos de resistência, escrita e memória*. Cad. Pagu n.51 Campinas 2017.

PERROT, Michelle. "Maneiras de morar" In: PERROT, Michelle. *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, v. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

REIS, Nestor Goulart. *São Paulo: vila cidade metrópole*. São Paulo: PMSP, 2004

SÃO PAULO (CIDADE), Divisão de Serviço Social, "Desfavelamento do Canindé", São Paulo, 1962.

ENTRE A PRESERVAÇÃO E A DESTRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO: O CASO DA MANSÃO MATARAZZO PELO JORNAL FOLHA DE S. PAULO

DÉBORA PINESE FRIAS¹

Resumo: A Mansão Matarazzo, construída em 1896, na Avenida Paulista, área central de São Paulo, a mando do Conde Francisco Matarazzo, foi alvo de conflitos concernentes à preservação e destruição de seu patrimônio. A fim de compreender algumas das polêmicas advindas dessas disputas, realizou-se uma pesquisa de notícias e opiniões de leitores sobre o caso, publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*. Os recortes temporais foram estabelecidos entre março e abril de 1989, por ocasião das explosões que visavam afetar a estrutura da mansão e a promulgação da resolução do Conpresp, que iniciou o processo de tombamento a nível municipal; março de 1994, momento em que a Justiça decidiu por destombar a edificação e janeiro de 1996, quando o prédio foi demolido definitivamente.

Palavras-chave: Mansão Matarazzo, Demolição, Tombamento, *Folha de S. Paulo*.

1. INTRODUÇÃO

Em âmbito nacional, a Constituição Federal de 1988, em seu parágrafo 216, apresenta o que se deve considerar como patrimônio cultural brasileiro: bens de natureza material e imaterial que de forma individual ou em conjunto, relacionam-se com a identidade, memória ou ação da sociedade brasileira. Estes bens podem compreender: formas de expressão; criações científicas, artísticas e tecnológicas; modos de criar e viver; obras; documentos; edificações; sítios e objetos arqueológicos (BRASIL, 1988). O patrimônio cultural brasileiro, portanto, deve estar ligado às relações humanas com a sua sociedade e com a história.

Com a finalidade de proteção destes produtos culturais, passíveis de serem considerados patrimônios das sociedades que os produziram, foi criado o processo de tombamento. De acordo com a historiadora Márcia Regina Romeiro Chuva, em *Os arquitetos da memória* (2009), o instituto do tombamento é:

Um ato administrativo que deu origem à tutela do Estado sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, em virtude do valor cultural que lhe fosse atribuído, por meio do

1 À época do envio do artigo, em 2020, a autora era graduanda em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Guarulhos. Data de submissão do artigo: 26/10/2020.

Sphan. O tombamento tem como finalidade impor uma delimitação de propriedades públicas ou privadas, sem, no entanto, promover a desapropriação ou impedir a sua alienabilidade (CHUVA, 2009, p. 147).

Apesar do estudo supracitado ser relativo ao âmbito nacional em vista da criação do Decreto-lei nº 25/1937, que consistiu na primeira legislação brasileira da área, o artigo aqui delineado abrange as esferas municipais e estaduais de preservação do patrimônio visando um imóvel da cidade de São Paulo. O conceito de tombamento definido por Márcia Chuva, no entanto, é relevante para a compreensão da reflexão obtida a partir da análise deste caso.

Para tanto, observamos a necessidade de pontuar quais os órgãos de preservação do patrimônio cultural em São Paulo estavam inseridos no contexto de defesa ou contestação da proteção do imóvel abordado pelas notícias analisadas no presente artigo. No campo estadual, o órgão responsável por este tipo de processo era o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). Criado em 1968 por meio da Lei nº 10.247, e de acordo com o artigo 261 da Constituição do Estado de São Paulo, de 1988, era o órgão pelo qual o Poder Público se possibilitava a pesquisar, identificar, proteger e valorizar o patrimônio do Estado.

Já no campo municipal, o órgão que estava em observância dessas funções era o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp). Fundado no ano de 1985, por meio da Lei nº 10.032 e tendo algumas de suas normas atualizadas pela Lei nº 10.236 de 1986, o Conselho deliberava; comunicava o tombamento; delimitava a área do entorno; promovia a preservação e junto à Secretaria Municipal de Cultura, era responsável pela formulação de diretrizes acerca da proteção de bens culturais e naturais do município.

Tendo em vista o campo do patrimônio cultural brasileiro, os órgãos competentes e políticas públicas inseridas no contexto de disputas sobre a Mansão Matarazzo, imóvel que até meados da década de 1990 se encontrava em uma das principais vias de São Paulo, escolhemos abordar neste artigo as formas como o periódico *Folha de S. Paulo* noticiou os acontecimentos concernentes ao caso. Por se tratar de uma análise da cobertura jornalística, compreendemos assim que os documentos analisados tratam de representações feitas a partir dos eventos históricos.

Segundo o historiador francês Roger Chartier (2011), a partir de suas reflexões sobre o autor Louis Marin, as representações deveriam ser analisadas a partir dos seguintes procedimentos:

Daí vem a atenção que devemos prestar a esses “procedimentos” que asseguram o funcionamento reflexivo da representação: nos quadros, a moldura, o enfeite, a decoração; para os textos, o conjunto dos dispositivos discursivos e materiais que constituem o aparato formal da enunciação. (CHARTIER, 2011, p. 22).

Analisar, portanto, documentações jornalísticas de forma a considerá-las como representações acerca dos eventos históricos sobre os quais narram, leva a uma percepção de que há formas estéticas e de linguagem que devem ser consideradas neste processo. Isso porque estes elementos podem ser fundamentais para a narrativa apresentada. O artigo que aqui se delineia, portanto, buscou compreender como os elementos estéticos e textuais das notícias veiculadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, puderam influenciar nos debates públicos acerca da preservação, da Mansão Matarazzo, apesar de não terem o poder de decisão direta no caso.

Acerca da família proprietária do imóvel, foi possível descobrir que o Conde Francisco Matarazzo, imigrante italiano de grande importância para a industrialização do município de São Paulo, fundou em 1890, com mais dois irmãos, a empresa Matarazzo e Irmãos, a qual veio se chamar Companhia Matarazzo S. A, um ano depois. Com o crescimento de seus negócios, a companhia passou a se chamar Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo (IRFM) e diversificou suas demandas (FONSECA, 2019, p. 6). Em 1896, o Conde realizou o primeiro pedido de construção de uma edificação no local do atual número 1230 da Avenida Paulista, região central de São Paulo, que ficou conhecida como Mansão Matarazzo.

Posteriormente, em 1941, por iniciativa de seu filho Conde Francisco Matarazzo Jr., foi realizada a última grande reforma da mansão, com mudança no estilo arquitetônico da fachada, passando a apresentar características mais retangulares na estrutura, que possuía dois andares, três arcos na parte frontal, uma escadaria em frente à porta e um recuo no meio do andar superior. Tais alterações partiram de um projeto realizado pelo arquiteto italiano Marcello Piacentini, renomado durante o fascismo e conhecido pela busca de uma tradição com estilo antimoderno, o que evidenciou a simpatia dos donos da propriedade com este contexto político italiano (FONSECA, 2019, p. 5-6).

Essa edificação foi alvo de controvérsias relacionadas a sua preservação como patrimônio histórico cultural. De acordo com Jorge Coli (*apud* FONSECA, 2019), três pedidos de tombamento foram realizados para o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). O primeiro em 1975, pela Sociedade Amigos da Lapa Baixa, em decorrência da comemoração dos 100 anos de imigração italiana no Brasil. O segundo foi pedido por Aziz Ab’Saber, em 1976, que considerava a construção juntamente com a sua área verde, contrastantes ao crescimento da Avenida Paulista. E o terceiro,

proposto pelo deputado Fábio Feldmann, em 1988, que não foi acatado (FONSECA, 2019, p. 3-4).

Além dos pedidos mencionados, em 1982, estava aberto um estudo de tombamento, por meio de uma pesquisa do Condephaat, por um levantamento de 32 imóveis no município com possível valor cultural (FONSECA, 2019, p. 2). A mansão, apesar dos pedidos por sua preservação e por ter feito parte desse estudo, não foi tombada nesta época, tendo seu tombamento apenas em 1990, pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), um ano depois da reabertura do processo pelo órgão estadual. A Justiça decidiu pelo destombamento da mansão em 1994 e, dois anos mais tarde, a demolição foi realizada por completo, após o desmoronamento da parte frontal da edificação.

2. O CASO DA MANSÃO MATARAZZO A PARTIR DO JORNAL *FOLHA DE S. PAULO*

Durante a quinta-feira, do dia 30 de março de 1989, ocorreram explosões no terreno da Mansão Matarazzo. As primeiras denúncias dos moradores da região se deram por volta das seis horas da manhã e foram recebidas pelo assessor da presidência do Condephaat, Levi Correa de Araujo. Posteriormente, próximo a uma hora da tarde do mesmo dia, houve mais uma explosão. Esses acontecimentos sucederam a um ofício enviado ao início daquela semana para os escritórios do Grupo Matarazzo de reabertura do processo de tombamento, pelo órgão estadual de defesa do patrimônio.

Apesar do diretor de comunicação do Grupo Matarazzo, Hamilton Gomes de Oliveira declarar para a *Folha de S. Paulo* que a explosão decorreu de uma reforma nos encanamentos, o assessor do Condephaat salientou a possibilidade de ter ocorrido de forma intencional, devido a reabertura do processo de tombamento no início da semana (MANSÃO..., 1989, p.4). Ademais, a reforma não possuía o alvará necessário do órgão, uma vez que o imóvel estava dentro da área de proteção abrangida pelo tombamento realizado em 1986, do Hospital Umberto I², antigo Hospital Matarazzo - como pode ser observado na Figura 1 -, e, portanto, foi aplicada uma multa à família (AVENIDA..., 1989, p. 4).

2 Vale ressaltar que o tombamento do Hospital Umberto I, foi iniciado em 1984 por meio do Processo 23374/1984, do Condephaat e apreciado pelo órgão em 1986 em uma Sessão Ordinária (SÃO PAULO, 2014, p. 37). Além disso, as normas do órgão previam que os tombamentos de edificações e sítios deveriam considerar uma área envoltória de 300m, em que nenhuma obra poderia ser realizada sem uma prévia autorização do Conselho. Ver: SÃO PAULO. Decreto n. 13.426, de 16 de março de 1979. *Cria a Secretaria de Estado da Cultura e dá providências correlatas*. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, [1979]. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1979/decreto-13426-16.03.1979.html>>. Acesso em: 23 out. 2020.



Figura 1 – Mapa de uma pequena parte da região central de São Paulo, gerado pelo My Maps, do Google. O ponto A corresponde ao local onde a Mansão Matarazzo se localizava; o ponto B corresponde ao desativado Hospital Umberto I e a avenida logo abaixo desses pontos é a Avenida Paulista. Fonte elaborada pela autora.

A partir dessas duas explosões ocorridas no dia 30 de março de 1989, as disputas em torno da Mansão Matarazzo se acentuaram. Isso porque o imóvel já havia sido alvo de um estudo para tombamento anos antes, mas esse caso foi arquivado, com alegações de que a casa não era representativa de uma arquitetura brasileira e portanto, não deveria ser tombada como patrimônio cultural do Brasil³. No entanto, em 1989, a partir de pedidos de reabertura desse caso, o processo foi desarquivado para revisarem as motivações que levaram ao não tombamento e aproximadamente um mês após a retomada do processo, em 25 de abril de 1989, Carlos A. C. Lemos, que tinha participado do primeiro Conselho que decidiu não seguir com o tombamento, publicou na *Folha de S. Paulo* um artigo de opinião, declarando que a posição supracitada era “xenófoba” (LEMOS, 1989, p. 3). Lemos finalizou o seu texto apontando para uma solução: “Porque então não se pensar numa solução semelhante para preservar um parque e uma casa que, se não merece um tombamento, também não mereceu as bombas de gente assustada sem saudade e amor à memória de seus antigos” (Idem, p.3).

No primeiro de abril, o jornal *Folha de S. Paulo* noticiou sobre a liminar expedida no dia das explosões, requerida pelo Condephaat para que a demolição fosse suspensa e informou a

3 A data do arquivamento desse processo é incerta, uma vez que a partir das fontes jornalísticas analisadas para esse artigo, Carlos A. C. Lemos (1989, p. 3), um dos membros da comissão do estudo de tombamento argumenta que o arquivaram em 1975, mas como consta na bibliografia lida, durante o ano de 1982 esse processo ainda estava aberto (FONSECA, 2019, p. 2).

intenção da família Matarazzo de recorrer contra essa liminar (CONDEPHAAT..., 1989, p. 3). Logo ao lado dessa notícia, que relatava sobre a exclusão do tombamento da mansão Matarazzo em 1982, há um pequeno texto da Redação com o título *Fim de casarões começou em 82*, informando como a incidência de demolições de casarões aumentou a partir deste mesmo ano, tendo apenas quatro destas edificações tombadas e preservadas (FIM..., 1989, p.3). Além disso, este é o ano em que se abriu o estudo dos 32 imóveis possíveis de serem tombados - no qual a mansão foi incluída -, o que pode induzir a conclusão dos leitores a uma relação de causalidade paradoxal entre o tombamento e a degradação ou destruição dessas edificações.

No dia seguinte, de acordo com a cobertura do jornal *Folha de S.Paulo*, os técnicos e engenheiros da Secretaria das Administrações Regionais de São Paulo visitaram a mansão e acharam fios e uma caixa de espoletas, além de buracos que tinham sido feitos para a colocação de explosivos, o que indicava uma tentativa de implosão da edificação (TÉCNICOS..., 1989, p. 6). A partir dessa vistoria, o assessor de Obras e Serviços da Secretaria das Administrações Regionais, Ricardo Pereira da Silva, constatou que os danos, apesar de graves, eram recuperáveis, pois não tinham prejudicado a fundação da casa (Idem, p. 6). Segundo essa mesma notícia, a Prefeitura iria intimar a família Matarazzo a restabelecer a segurança do prédio, para garantir a sua preservação (Idem, p. 6). O que aconteceu, no entanto, foi que cerca de uma semana depois, no dia 9 de abril de 1989, noticiaram mais uma explosão na edificação, com suspeitas de terem comprometido a estrutura da mansão (NOVA..., 1989, p. 5).

Essa terceira explosão ocorreu no meio da madrugada e posteriormente, segundo noticiado na *Folha de S.Paulo*, 200 quilos de dinamites foram encontrados na casa, evidenciando outra tentativa de implosão, a qual não teve o seu sucesso completo devido a uma falha técnica em que parte desses explosivos não foram detonados (CASA..., 1989, p. 3). Após esse ocorrido, as suspeitas de que as explosões foram criminosas e tinham ligação com a família Matarazzo cresceram. Isto pode ser notado a partir de textos presentes nas edições dos dias 9 e 11 de abril, sendo que na primeira, o arquiteto e professor da USP Andrea Piccini alegou estarem “minando a estrutura da casa” (NOVA..., 1989, p. 5). Desta forma, foi demonstrado no dia em que se noticiava a terceira explosão, que Piccini já considerava uma intencionalidade no ocorrido. Na segunda edição supracitada do dia 11 de abril, noticiou-se a tentativa de implosão em tom assertivo: “Eduardo A. Matarazzo ordenou a demolição” (EDUARDO..., 1989, p. 5).

Em concomitância às notícias dos ataques sofridos na estrutura da edificação, o jornal *Folha de S.Paulo* publicava textos que contribuíam para fomentar opiniões contrárias à preservação da mansão. Um exemplo dessa dinâmica aparece na edição do dia 9 de abril de 1989, pois logo abaixo da notícia sobre a terceira explosão, há um texto apresentando a opinião do artista

plástico J. Toledo - identificado como o preservacionista da memória do arquiteto Flávio de Carvalho -, que questionava o valor histórico que a mansão Matarazzo poderia ter. De acordo com a reportagem, Toledo compreende a mansão como “uma obra de mau gosto, semelhante a um cofre, além de ter sido projetado pelo pior arquiteto do mundo, o italiano Marcello Piacentini” (SUCURSAL..., 1989, p. 5). Aqui, para além da crítica ao elemento estético, o artista plástico questionava a legitimidade e o simbolismo de se tomar uma edificação que fora produto de um arquiteto ligado ao fascismo italiano.

A Mansão Matarazzo, apesar das tentativas para destruí-la, resistiu às sucessivas explosões e no dia 12 de abril de 1989, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), publicou pela *Folha de S. Paulo* a Resolução nº 1/89 de 10 de abril, a qual abria o processo de tombamento a nível municipal (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 1989, p. 6). No dia seguinte, o mesmo jornal noticiou que a Prefeitura de São Paulo declarou utilidade pública da edificação⁴ e sua consequente desapropriação, além de informar que os funcionários da casa, o proprietário da Engenharia Badra S A, contratada para a explosão, e os herdeiros do imóvel seriam intimados a depor naquela semana (PREFEITURA..., 1989, p. 6).

A *Folha de S. Paulo* noticiou os depoimentos dados pelos funcionários da mansão na primeira página do caderno Cidades, o que apesar de atribuir algum destaque para o caso, demonstrou uma outra ocasião em que notícias foram posicionadas de forma a corroborar com uma ideia contrária ao tombamento. Apresentada próxima à essas informações sobre o caso Matarazzo, as notícias em destaque da primeira página tinham os títulos: *Patrimônio de SP pode virar ruína* (SANTO, 1989, p. 1) e *Conservação dos bens é contraditória* (1989, p. 1). Em ambos os textos o jornal apresentou informações relacionadas ao patrimônio histórico do município de São Paulo, que segundo os textos, estavam em estados de conservação precários.

O posicionamento da notícia da mansão cujo debate sobre a sua proteção e os ataques a sua estrutura estavam em pauta recentemente, abaixo de um longo texto sobre a insatisfatória situação em que se encontravam outros patrimônios do município, demonstra a intencionalidade do jornal ao reportar aquelas informações. Em suma, essa forma de posicionar as notícias poderia induzir aos leitores conclusões que levassem a opinião pública ter uma posição contrária frente à tentativa de preservação deste imóvel.

Além disso, em mais um momento o periódico publicou próximo a notícias sobre o caso, um artigo de opinião contrária a preservação da mansão, denominado *Desapropriação absurda*

4 A utilidade pública da edificação foi declarada através do Decreto 27.727/89.

(1989, p. 2). O autor desse texto, não identificado pelo jornal, apresentou uma argumentação contrária a desapropriação da casa com a finalidade de estabelecer a Casa de Cultura do Trabalhador e Museu do Trabalho - planejados pela prefeita Luiza Erundina -, alegando que, em um local com desigualdade e miséria como São Paulo, os recursos econômicos do município deveriam ser direcionados a obras que seriam realmente “necessárias” a cidade. Ademais, o autor defende que com a desapropriação, a Erundina conseguia “ao mesmo tempo agredir a propriedade privada e desconsiderar a miséria da população” (DESAPROPRIAÇÃO..., 1989, p. 2).

No dia seguinte, na terceira página do Caderno Cidades da *Folha de S. Paulo*, foi noticiado que um dos herdeiros da mansão, Eduardo Andrea Matarazzo, tinha sido indiciado pela terceira explosão da casa após assumir toda a responsabilidade pelo ocorrido. De acordo com a notícia, ele foi indiciado pelos artigos 165, 251 e 330 do Código Penal, estes respectivamente diziam respeito a infrações de danos a bens de interesse artístico, histórico e arquitetônico; incriminação pelo uso de explosivos, colocando a vida de outrem em risco; e desobediência das determinações judiciais (POLÍCIA..., 1989, p. 3). Após o indiciamento, o herdeiro declarou que a sua família estudaria a possibilidade de preservar a mansão (MATARAZZO..., 1989, p. 4).

Apesar de grande parte das notícias veiculadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* e analisadas para este artigo terem comunicado ideias contrárias a preservação do imóvel, foi possível encontrar três depoimentos de leitores favoráveis à proteção, nos dias 17 e 26 de abril. Em uma dessas declarações, um dos autores apelou às autoridades para que não se calassem diante das ações depreciativas da família Matarazzo (PAINEL..., 1989, p. 3). Ademais, a decisão a favor da preservação da Mansão Matarazzo ocorreu, mesmo com resistência da família proprietária, conforme Jaime Rodrigues (2011) apresenta em seu artigo:

A decisão final sobre o imóvel que abrigaria o Centro da Cultura do Trabalhador e o Museu do Trabalho paulistanos viria à tona em março de 1990. Pela Resolução 1/90 do Conpresp, tombaram-se a casa principal, a portaria e o terreno com vegetação arbórea. A área de proteção envoltória foi definida como sendo os limites do lote (RODRIGUES, 2011, p. 17).

No entanto, em 1994, a 13ª Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu pelo cancelamento do processo de tombamento da Mansão Matarazzo, após solicitação da família (JUSTIÇA..., 1994), que recorreu ao tombamento supracitado. O advogado da família Matarazzo alegou na notícia para *Folha de S. Paulo* que a Prefeita Erundina à época do tombamento, em 1990, decidiu por retaliar a família pelo início da demolição sem o alvará da Prefeitura, mas com o destombamento, um dos planos seria a construção de um centro comercial, com um shopping center (JUSTIÇA..., 1994).

A Prefeitura de São Paulo ainda poderia recorrer a decisão, mas isso não ocorreu, uma vez que Luiza Erundina, que havia encabeçado o planejamento de tombamento a nível municipal e a ideia de tornar o imóvel de utilidade pública com o estabelecimento da Casa de Cultura do Trabalhador e Museu do Trabalho, não estava mais no cargo de prefeita. A mansão teve, portanto, a sua proteção enquanto patrimônio municipal, cancelada.



Figura 2 – Vista da Mansão Matarazzo, em 1993. Foto: Mônica Zarattini. Fonte: BATISTA, Liz. Era uma vez em SP... mansão dos Matarazzo. *O Estadão*. São Paulo. 31 jul. 2015. Disponível em: <http://m.acervo.estadão.com.br/noticias/acervo,era-uma-vez-em-sp-mansao-dos-matarazzo,11299,0.htm>. Acesso em: 01 de out 2020.

Dois anos mais tarde, em 1996, enquanto no local funcionava um estacionamento, a parte frontal da edificação desmoronou devido a uma infiltração em decorrência das chuvas na cidade (PAREDE..., 1996, p. 4). O desmoronamento não causou vítimas, mas a mansão foi interditada pelo Contru (Controle de Uso de Imóveis), sendo que seu diretor, Carlos Alberto Venturilli, declarou à *Folha de S.Paulo*, que os proprietários seriam intimados a demolirem ou construírem no terreno com urgência e que abriria um inquérito para apurar as responsabilidades sobre o ocorrido (CONTRU..., 1996, p. 6).

A edificação que tinha tido sua fachada, em grande parte, mantida - como pode se observar na Figura 2 - mesmo depois de todas as tentativas de destruí-la por completo, sofreu com a falta de manutenção e posteriormente, com o início de sua demolição completa. Posteriormente, em meados da segunda década do século XXI, o plano da construção de um Shopping Center foi colocado em prática, e nos dias em que foi escrito este artigo, esta é a construção que pode ser encontrada no número 1230 da Avenida Paulista, no centro da capital paulista.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disputas em relação à preservação ou demolição da Mansão Matarazzo se estenderam ao longo dos anos de 1989 a 1996, por meio de medidas dos órgãos estaduais e municipais na

tentativa de preservação do imóvel e por ações de depredação, com responsabilidade atribuída aos próprios herdeiros da edificação. A casa tinha um valor para a sociedade paulistana, que pôde ser identificado através dos pelo menos três pedidos de abertura de processo de tombamento. Isso não é de se surpreender uma vez que seu dono foi um expoente na industrialização do município de São Paulo.

Por sua vez, os questionamentos acerca dos valores artísticos e históricos da mansão também eram válidos, devido às influências expressas em sua última reforma, pelo arquiteto italiano Marcello Piacentini, que se aproximava de motivos arquitetônicos fascistas. No entanto, a tentativa da prefeita da época, Luiza Erundina, de preservar a mansão para atribuí-la um uso social por meio da criação da Casa de Cultura do Trabalhador e do Museu do Trabalho, consistiu na oportunidade de ressignificar um bem da elite paulista para uso do povo. Infelizmente, o projeto nunca saiu do papel, dando o status de “Museu Inexistente”, pontuado por Jaime Rodrigues (2011).

Onde se localizava a mansão Matarazzo ao longo do século XX, que preservava a imagem de uma Avenida Paulista antes do processo de verticalização da região central do município de São Paulo e poderia ceder espaço para projetos que valorizassem a classe trabalhadora paulistana, em meados da década de 2010 foi construído o Shopping Cidade São Paulo. Compreende-se, portanto, em consonância com o artigo de Rodrigues, que “Terra do trabalho, São Paulo celebra patrões, mas não celebra oficialmente os trabalhadores em nenhum lugar da memória de grande visibilidade.” (RODRIGUES, 2011, p. 3). A oportunidade de dar voz e reconhecer a classe trabalhadora como elemento imprescindível para a cidade de São Paulo, por meio do planejamento de um Museu e Centro de Cultura na mansão elaborado por Erundina, se esvaiu. Atualmente um local que poderia ser de rememoração, abriga mais um *shopping center* na capital paulista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVENIDA tem m2 mais caro da cidade. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 31 mar. 1989. Cidades, p. 4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10554&keyword=Matarazzo%2Cmansao&anchor=4091882&origem=busca&originURL=&pd=a326c0cdc70d9f35aeabca7ffc1b5c2b>>. Acesso em: 03 out. de 2020.

BRASIL. Artigo 216. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Constitui%C3%A7%C3%A3o-Federal-1988-Artigo-216.pdf>>. Acesso em: 16 de mar 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. Brasil: Presidência da República [1937]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 15 mar de 2021.

CASA Matarazzo resiste a 200kg de dinamite. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 12 abr. 1989. Cidades, p. 3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10566&keyword=mansao%2CMatarazzo&anchor=724139&origem=busca&originURL=&pd=e73c94ab2295c17faedb0d0f4f057365>>. Acesso em: 04 out. de 2020.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. In: *Fronteiras*, v. 13, n. 24, p. 15–29, 17 dez. 2011.

CHUVA, Márcia. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. v. 1. 480p.

CONDEPHAAT suspende demolição da mansão Matarazzo na Paulista. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 1 abr. 1989. Cidades, p. 3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10566&keyword=mansao%2CMatarazzo&anchor=724139&origem=busca&originURL=&pd=e73c94ab2295c17faedb0d0f4f057365>>. Acesso em: 03 out. de 2020.

CONSERVAÇÃO dos bens é contraditória. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 14 abr. 1989. Cidades, p. 1. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10568&keyword=Matarazzo&anchor=4872986&origem=busca&originURL=&pd=03761b3bffa4328ea6d26953b478b5c0>>. Acesso em: 04 out. de 2020.

CONTRU interdita mansão Matarazzo. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, p. 6. 06 jan. 1996. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=13025&keyword=Matarazzo%2CMatarazzo&anchor=290002&origem=busca&originURL=&pd=eb41230e8fe78f502783017774f3225c>>. Acesso em: 05 out. de 2020.

DESAPROPRIAÇÃO absurda. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 14 abr. 1989. Opinião, p. 2. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10568&keyword=Matarazzo&anchor=4872967&origem=busca&originURL=&pd=d47dfd31cfe1d08da64dee3e7e471696>>. Acesso em: 03 out. de 2020.

EDUARDO A. Matarazzo ordenou a demolição. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 11 abr. 1989. Cidades, p. 5. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10565&keyword=Matarazzo&anchor=723937&origem=busca&originURL=&pd=6a023ae8ad28a35155ff99286d684126>>. Acesso em: 03 out. de 2020.

FIM de casarões começou em 82. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 01 abr. 1989. Cidades, p.3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10555&keyword=Matarazzo&anchor=721165&origem=busca&originURL=&pd=ce6b118b90edb41c2e71ac89044edfa3>>. Acesso em: 03 out. de 2020.

FONSECA, Lucas Santana Coelho. *A degradação do patrimônio cultural: O caso da Mansão Matarazzo (1989-1996)*. In: 2º Encontro Internacional História & Parcerias, 2019, Rio de Janeiro. Anais do 2º Encontro Internacional História & Parcerias. 2019.

JUSTIÇA destomba mansão dos Matarazzo. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 16 mar. 1994. Cotidiano, p. 1. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/16/cotidiano/35.html>. Acesso em: 01 out. 2020.

LE MOS, Carlos A. C. *A casa dos Matarazzo*. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 25 abr. 1989. Opinião, p.3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10579&keyword=mansao%2CMatarazzo&anchor=4089280&origem=busca&originURL=&pd=0761b9e4000370792afa78c06730ce8a>>. Acesso em: 05 out. de 2020.

MANSÃO Matarazzo está em obras e sofre explosões. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 31 mar. 1989. Cidades, p.4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10554&keyword=Matarazzo%2Cmansao&anchor=4091882&origem=busca&originURL=&pd=a326c0cdc70d9f35aeabca7ffc1b5c2b>>. Acesso em: 03 out. de 2020.

MATARAZZO admite estudar a preservação da mansão. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 17 abr. 1989. Cidades, p. 4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10571&keyword=mansao%2CMatarazzo&anchor=4083686&origem=busca&originURL=&pd=c3968de3c52b2dab1eb46eca638ff29d>>. Acesso em: 04 out. de 2020.

NOVA explosão compromete estrutura da Mansão Matarazzo. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 09 abr. 1989. Cidades, p. 5. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10563&keyword=Matarazzo&anchor=723445&origem=busca&originURL=&pd=04131944787c79fa2cb1d5b9a3acca9d>>. Acesso em: 03 out. de 2020.

PAINEL DO LEITOR. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 17 de abril 1989. Opinião, p. 3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10571&keyword=Mansao&anchor=4083491&origem=busca&originURL=&pd=460efe83e8dc34389b60e29e18908fb9>>. Acesso em: 04 out. de 2020.

PAREDE da casa dos Matarazzo desmorona. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 05 jan. 1996. Via Sp, p. 4. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=13024&keyword=Matarazzo&anchor=289905&origem=busca&originURL=&pd=3f77b0917b8c2a2f4ee58aea1ceb222a>>. Acesso em: 05 out. de 2020.

POLÍCIA indícia Eduardo Matarazzo por explosão na casa. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 15 abr. 1989. Cidades, p. 3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10569&keyword=Matarazzo&anchor=4873045&origem=busca&origemURL=&pd=04f14d23604781b20e52bb36f10a5784>>. Acesso em: 04 out. de 2020.

PREFEITURA decreta a utilidade pública da mansão Matarazzo. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 13 abr. 1989. Cidades, p. 6. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10567&keyword=Matarazzo&anchor=4044122&origem=busca&origemURL=&pd=f3c57ac3ba40aac0b21eefd3f56b761b>>. Acesso em: 04 out. de 2020.

RODRIGUES, Jaime. DO MUSEU INEXISTENTE. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. In: XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, jul. 2011. p. 1-21.

SANTO, José Marcelo Espírito. Patrimônio de SP pode virar ruína. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 14 abr. 1989. Cidades, p. 1. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10568&keyword=Matarazzo&anchor=4872986&origem=busca&origemURL=&pd=03761b3bffa4328ea6d26953b478b5c0>>. Acesso em: 03 out. de 2020.

SÃO PAULO. Artigo 261. *Constituição Estadual de São Paulo*. São Paulo, SP: Governo Estadual, 1988. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Constitui%C3%A7%C3%A3o-do-Estado-de-S%C3%A3o-Paulo-1989_Artigos-260-e-261.pdf>. Acesso em: 16 mar de 2021.

SÃO PAULO. Decreto n. 13.426, de 16 de março de 1979. *Cria a Secretaria de Estado da Cultura e dá providências correlatas*. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, [1979]. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1979/decreto-13426-16.03.1979.html>>. Acesso em: 23 out. 2020.

SÃO PAULO. Lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968. *Dispõe sobre a competência, organização e o funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/LEI-10.247-DE-22.10.1968_cria%C3%A7%C3%A3o-do-CONDEPHAAT.pdf>. Acesso em: 16 mar de 2021.

SÃO PAULO. Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985. *Dispõe sobre a criação de um conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental da cidade de São Paulo*. São Paulo: Câmara Municipal. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-10032-de-27-de-dezembro-de-1985/>>. Acesso em: 17 mar de 2021.

SÃO PAULO. Lei nº 10.236, de 16 de dezembro de 1986. *Altera dispositivos da [Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985](#), que dispõe sobre a criação do CONPRESP*. São Paulo: Câmara Municipal. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-10236-de-16-de-dezembro-de-1986>>. Acesso em: 17 mar de 2021.

SÃO PAULO. *Resolução Sc 13, de 18-2-2014*. Diário Oficial do Estado, São Paulo, SP. N. 37. 22 fevereiro 2014. Seção I, p. 37-38.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. Resolução nº1/90 - CONPRESP. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/2d13c_01_T_Av_Paulista_1230.pdf>. Acesso em: 15 mar. de 2021.

SUCURSAL DE CAMPINAS. Valor histórico da mansão é discutível. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 09 abr. 1989. Cidades, p. 5. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10563&keyword=Matarazzo&anchor=723445&origem=busca&origemURL=&pd=04131944787c79fa2cb1d5b9a3acca9d>>. Acesso em: 03 out. de 2020.

TÉCNICOS acham prova de tentativa de implosão na mansão Matarazzo. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 02 abr. 1989. Cidades, p. 6. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10556&keyword=tombamento&anchor=721532&origem=busca&origemURL=&pd=424e0f95647e7b8b2bcff6610562bdf6>>. Acesso em: 03 out. de 2020.



Academia

A GINECOLOGIA NA FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DE SÃO PAULO E OS DISCURSOS MÉDICOS SOBRE A MULHER (1918 – 1930)

ANA PAULA SANTOS¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a constituição da ginecologia na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo por meio da análise de 8 teses de fim de curso defendidas na clínica ginecológica entre 1918 e 1930. A partir dessa análise, que consiste numa leitura extensiva dos documentos escolhidos, pretendo evidenciar como os médicos recém-formados se preocupavam em delimitar os saberes e práticas que consideravam importantes para a área ginecológica, bem como demarcar o lugar da medicina paulista diante da medicina estrangeira. Salientarei também como esses médicos expunham e fortaleciam suas ideias acerca da atividade científica e de que forma as mulheres eram representadas em suas falas.

Palavras-chave: Ginecologia; Mulheres; Discursos médicos; Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a constituição da ginecologia na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, tomando como ponto de partida as teses de fim de curso defendidas na clínica ginecológica entre 1918 e 1930. Por meio desta documentação, evidenciarei as relações que se estabeleceram entre os saberes e práticas médicas e os corpos femininos, abordados como objeto de estudo nas teses. Mapearei como ao mesmo tempo que os médicos paulistas expunham e fortaleciam suas ideias acerca da atividade científica, esses agentes também compartilhavam e perpetuavam um determinado ideário sobre o corpo feminino e o papel social atribuído à mulher nas primeiras décadas do século XX.

Esse artigo se insere num campo de pesquisas sobre a constituição das especialidades médicas voltadas aos cuidados do corpo feminino no Brasil (FREITAS, 2008). Dentre esses trabalhos estão as pesquisas de Ana Paula Vosne Martins (2004) e Fabíola Rohden (2009), nos quais são analisados textos médicos do século XIX (MARTINS, 2004) e teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (ROHDEN, 2009). Nesses trabalhos, as autoras buscaram evidenciar que as especialidades dedicadas ao corpo feminino se constituíram a partir da demarcação da diferença natural entre homens e mulheres. Essas diferenças se baseavam

1 Bacharel em História pela Universidade de São Paulo (USP) | e-mail: anapaulasantos6@gmail.com

na biologia dos corpos, uma vez que os órgãos genitais e reprodutivos se tornaram imperativos para estabelecer a distinção entre homem e mulher (LAQUEUR, 2001). De acordo com a bibliografia sobre o tema, as transformações sociais ocorridas no final do século XVIII, marcadas sobretudo pela luta das mulheres pela igualdade, trouxeram novas preocupações quanto a função que cada sexo deveria desempenhar na sociedade. Frente a essas novas demandas, os estudiosos buscaram na *natureza*, justificativas para manter a ordem social caracterizada pela divisão sexual e dominação masculina (MARTINS, 2004).

Os discursos médicos analisados por Martins (2004) e Rohden (2009) demonstraram que os médicos inseridos na *ciência da mulher*² se preocupavam em conhecer e delimitar as características dessa pretensa natureza que controlava a mulher. A partir da análise de textos médicos brasileiros (incluindo teses, revistas, boletins, entre outros) do século XIX, Martins (2004) demonstra que a classe médica possui um grande interesse em desvendar uma natureza feminina a partir do conhecimento pormenorizado de seus corpos. Em sua análise acerca das teses de fim de curso da Faculdade do Rio de Janeiro entre 1830 e 1940, além de outros materiais, Rohden (2009) também salienta que a busca por essa natureza estava presente nas teses que abordavam os temas da sexualidade e reprodução das mulheres. Dessa forma, as pesquisas médicas desenvolvidas no âmbito da ciência da mulher foram fundamentais na construção de um conjunto de saberes acerca do corpo feminino e da ideia de uma natureza essencialmente feminina que o controlava.

A análise do conteúdo das Teses defendidas na Faculdade de Medicina de São Paulo entre 1918 e 1930 nos revelou alguns deslocamentos em relação aos apontamentos de Martins (2004) e Rohden (2009). Percebe-se que a busca por uma natureza feminina já não se fazia tão proeminente nas teses paulistas, desse modo, o presente estudo se propõe a realçar quais novos elementos passaram a compor os estudos em ginecologia, evidenciando de que maneira esses médicos buscavam legitimar o seu campo de estudos como área científica.

2. AS TESES DE FIM DE CURSO DA FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DE SÃO PAULO

Em São Paulo, a instalação de um curso médico público ocorreu somente em 1913 com a criação da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, sob a direção de Arnaldo Vieira de Carvalho (MOTA, 2005;

2 O termo “ciência da mulher”, utilizado por Martins (2004) e Rohden (2009), diz respeito a constituição de uma área médica voltada especificamente para o corpo feminino

SILVA, 2014). O primeiro ano do curso médico foi realizado provisoriamente na Escola de Comércio Álvares Penteado, no Largo do Francisco, sendo transferido para a Rua Brigadeiro Tobias no ano seguinte, onde permaneceu até 1930. Entretanto, algumas disciplinas tiveram que ser ministradas em outras instituições como é o caso da clínica ginecológica ministrada nas dependências da Santa Casa de Misericórdia da capital (Faculdade de Medicina de São Paulo, 1938, p. 20-26).

Ao final do curso médico, os alunos deveriam apresentar uma tese de doutoramento vinculada a uma das cadeiras médicas do curso. Os regulamentos da Faculdade orientavam quanto à forma que a tese deveria ser apresentada, indicando quais eram os conteúdos obrigatórios para compor o material e como deveriam estar dispostos no documento. As teses deveriam ser apresentadas a uma banca examinadora, a qual poderia aprovar ou reprovar o trabalho apresentado (VERZOLLA, 2017).

A partir desses documentos, podemos conhecer as ideias e concepções que foram mobilizadas pelos médicos recém-formados em seus trabalhos. As teses de fim de curso não apenas representam o início (e consolidação) de um campo de produção discente em São Paulo no século XX, como também, refletem as influências dos conteúdos ministrados em aulas, da bibliografia selecionada, além de estarem alinhados a própria produção científica dos docentes, uma vez que as teses deveriam passar pela aprovação dos mesmos (VERZOLLA, 2017).

Entre 1918 e 1930, identifiquei 485 teses de fim de curso defendidas na Faculdade³. Para a elaboração do presente artigo, foram selecionadas, dentre as 24 teses da clínica ginecológica, 8 para a leitura extensiva, a saber: *Dos cuidados pós-operatórios nas intervenções gynecológicas* (GUIMARÃES, 1920); *Semiologia do collo do utero* (STILLITANO JÚNIOR, 1922); *Da röntentherapie na hypofunção ovariana (doses irritativas)* (CORTE BRILHO, 1924); *Levantar precoce das laparotomizadas* (MEDINA, 1924); *Menstruação e corpo luteo* (LOBO, 1924); *Sobre a cura do prolapso uterino pela interposição vesico vaginal do utero. Processo de Schauta Werthein* (DORES, 1927); *Esterilização temporaria radiologica* (LUPI, 1927) e *A esterilização pelo metodo de Neumann e Rose* (BOCCHINI, 1929). Para efetuar a escolha da documentação, optei por realizar um levantamento ao longo do período estudado, selecionando teses distribuídas ao longo dos anos.

3 As teses de fim de curso estão localizadas atualmente na Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e estão disponíveis para consulta em: www.dedalus.usp.br.

3. A CLÍNICA GINECOLÓGICA E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS

A tarefa de redigir uma tese ao final do curso médico para a obtenção do diploma não era largamente aceita pelos estudantes. Alguns médicos eram contrários a obrigatoriedade da tese, enquanto outros a encaravam como possibilidade de divulgar os conhecimentos e práticas adotados pelos médicos da Faculdade. Tanto entre as falas daqueles que defendiam a apresentação da tese, quanto daqueles que se posicionavam contra, desenhavam-se ideias do que era um trabalho *científico*, apoiado na noção de *objetividade e neutralidade*:

Como, entretanto, pretender dum alunno que, até às vésperas, se assentava nos bancos acadêmicos, venha agora expor trabalhos e opiniões científicas? Vós sabeis, melhor do que eu, o que seja rigor científico. Vós sabeis quão grande é a dificuldade de estudos e interpretações em sciencias naturais, de cunho eminentemente objectivo, porque sujeitos à innumeras causas de erro (LOBO, 1924, p. 4).

Na citação acima, percebe-se que José Ignácio Lobo, ao criticar a obrigatoriedade da tese e pretender afastá-la da atividade científica, defende uma noção de cientificidade cujas características principais são o rigor e a objetividade. Interessante notar que para Lobo (1924) o trabalho científico, embora seja caracterizado por ele mesmo como “eminentemente objectivo”, ainda está sujeito a erros e controvérsias. Mais adiante, o autor enfatiza que pretenderá trabalhar com o “conceito exacto de menstruação [...]” (LOBO, 1924, p. 5). O termo “exacto” utilizado nessa frase nos remete a tentativa do autor de se afastar de quaisquer imprecisões ou incertezas.

Além da objetividade, a noção de imparcialidade também aparece associada a prática científica. Na tese de João Dorez nos deparamos com a seguinte afirmação:

As considerações que vimos de fazer no capítulo anterior, a respeito da operação de Schauta Wertheim, com absoluta isenção partidária, tem base apenas na literatura que conseguimos obter e na experiencia do nosso mestre Professor Moraes Barros (DORES, 1927, p. 33)

Nessa citação, percebemos que o autor procura enfatizar o quanto sua pesquisa seria embasada apenas pela experiência e leitura, com “absoluta isenção partidária”. Eugenio Bocchini (1929) é ainda mais enfático ao dizer que sua pesquisa sobre a esterilização feminina pelo método de *Neumann e Rose* não envolveria qualquer tipo comentário, limitando-se “[...] tão somente ao processo e aos seus resultados, sem comentarios as razoes que o dictaram” (BOCCHINI, 1929, a guiza do prefácio).

Vimos, portanto, que a defesa da objetividade e imparcialidade na produção do conhecimento científico é um elemento presente nas falas dos médicos estudados que buscavam se eximir de quaisquer julgamentos ou posicionamentos frente aos assuntos trabalhados, explicitando a existência de um afastamento total do especialista e do seu objeto de análise (o corpo feminino).

Podemos dizer que esse modelo de ciência neutra e objetiva caminhava no sentido contrário ao que a crítica feminista propõe para compreender a produção do conhecimento científico (GÓES, 2019). Para Donna Haraway (1995), a produção do conhecimento científico é realizada a partir de um corpo que está localizado social e politicamente, e que assume uma visão parcial mesmo pretendendo o contrário. De acordo com a autora, a fala dos cientistas que se colocam como imparciais e não localizados, é uma tentativa de *descorporificação* do pesquisador, transformando-o naquele que está em lugar nenhum (não localizado) mas que tudo pode enxergar - *Truque de Deus* (HARAWAY, 1995). A ideia de imparcialidade do pesquisador não se verifica nas atividades científicas, uma vez que seus olhares estarão sempre criando ativamente traduções de mundo, e nunca observando passivamente os seus objetos:

Não há nenhuma fotografia não mediada, ou câmera escura passiva, nas explicações científicas de corpos e máquinas: há apenas possibilidades visuais altamente específicas, cada uma com um modo maravilhosamente detalhado, ativo e parcial de organizar mundos (HARAWAY, 1995, p. 22).

Arelado a essa pretensa neutralidade e objetividade, estava a concepção de que somente os médicos, como especialistas, seriam os únicos capazes de avaliar corretamente as diversas situações que lhes eram apresentadas pelos pacientes, a partir de pressupostos científicos. Como observamos na tese de Primo Lupi (1927), que ao estudar a esterilização temporária radiológica nas mulheres, reforça que a escolha por tal tratamento deveria partir somente do médico, uma vez que a própria mulher não saberia avaliar corretamente a necessidade de tal procedimento (correndo o risco de não querer mais conceber) e tampouco o seu companheiro, cujos interesses individuais (sexuais) se sobreporiam aos interesses clínicos, supostamente universais e desinteressados. Para Lupi (1927), a esterilização temporária estava restrita a casos em que as mulheres apresentassem alguma condição patológica, o que só poderia ser avaliado pelo médico. Percebemos, portanto, que os médicos, como representantes da ciência, construíam um discurso de autoridade sobre as questões relacionadas ao corpo, principalmente feminino, de forma que caberia a eles a avaliação de quando e como agir. Esse posicionamento também afastava a figura dos considerados leigos das atividades científicas, representadas na fala de Lupi (1927) tanto pela mulher, quanto pelo homem.

Outra característica percebida é que a produção do conhecimento científico é associada por esses médicos aos estudos experimentais, que ganhavam força nas Faculdades de Medicina a partir das últimas

décadas do século XIX. Como aponta Márcia Regina Barros da Silva (2014), o ensino médico na Faculdade de São Paulo a partir de finais do século XIX, estava voltado tanto para a realização de aulas práticas, quanto para experimentação em laboratórios. Stillitano Junior (1922), por exemplo, afirma em sua tese que os laboratórios de análises clínicas eram fundamentais para a atividade médica, uma vez que a partir dos resultados obtidos auxiliavam no estabelecimento de um diagnóstico. Além da prática experimental, os debates e as controvérsias que acompanham a atividade científica também são evocados nas falas de alguns médicos. Para essa parcela de autores, os resultados obtidos nas experiências médicas não deveriam apenas ser apresentados ao núcleo de especialistas como, também, debatidos por estes: “É e pela divulgação dos resultados obtidos, o que permite e facilita o cotejo, que poderemos concluir pela superioridade de um deles” (DORES, 1927, prefácio).

Os médicos da área ginecológica também se mostraram preocupados em tornar visíveis os estudos desenvolvidos e as técnicas aplicadas na enfermaria da Santa Casa de Misericórdia, dirigida pelo médico Nicolau Moraes Barros: [...] a contribuição que trazemos da Enfermaria de Gynecologia, do Professor Moraes Barros [...] é pequena, mas expressiva e susceptível de estimular pelos resultados obtidos a disseminação do processo... (Medina, 1924, p. 40)

A importância da divulgação dos conhecimentos e técnicas partilhados por esse núcleo de médicos, pode ser compreendida como uma forma inserir a medicina paulista nos debates científicos de início do século XX, e de demarcar o seu lugar dentro da medicina brasileira, uma vez que a Faculdade de São Paulo havia sido inaugurada somente em 1913 (MOTA, 2005). Em algumas teses, percebemos que havia uma preocupação em posicionar a medicina paulista em relação aos estudos estrangeiros. Desse modo, alguns médicos recém-formados buscavam valorizar as atividades desenvolvidas no âmbito nacional, como Eugênio Bocchini: “Procuramos alheiar-nos das estatísticas estrangeiras, pois já de tempo de nos emanciparmos desta rotina de só se galardoar o merito extranho” (BOCCHINI, 1929, a guiza do prefácio), ou mesmo de equipará-las aos países europeus, considerados por esses médicos exemplos do progresso científico: “[...] demonstrar que os resultados obtidos com a operação de Schauta Wertheim, no Serviço do Professor Moraes Barros, podem ser comparados com os dos melhores especialistas europeus e americanos” (DORES, 1927, p. 51).

Em relação à medicina estrangeira, foi possível observar que a ginecologia paulista estava em contato principalmente com a literatura médica germânica, citando periódicos como o *Zentralblatt für Gynäkologie*,

da Sociedade Alemã de Ginecologia e Obstetrícia, além de algumas teses discutirem técnicas e orientações partilhadas por este círculo médico como a operação de *Schauta Wertheim* (DORES, 1927)⁴.

4. REPRESENTAÇÕES DA MULHER NAS TESES DE FIM DE CURSO

Ressaltamos anteriormente que nas teses de fim de curso da Faculdade de Medicina de São Paulo, a busca por desvendar uma pretensa natureza feminina não estava presente nas falas desses médicos, assim como o desejo de conhecer a mulher como um todo (em todas as suas dimensões). Observamos como esse núcleo de especialistas voltou-se a delimitar o objeto de estudo da ginecologia, direcionando seus olhares aos órgãos genitais e reprodutivos da mulher.

José Ignácio Lobo (1924) ao propor um estudo sobre a menstruação e o corpo lúteo, realiza a seguinte justificativa: “Importância científica destas questões? a que tem o estudo da vida genital da mulher. Sua importância prática? a possibilidade de concorrerem para a solução therapeutica dos desvios menstruaes de causa ovariana” (LOBO, 1924, p. 5). Observamos que o autor se utiliza do termo “vida genital” ao se referir aos órgãos genitais da mulher, o que evidencia um recorte do objeto de interesse da ginecologia, centrado nos órgãos reprodutivos.

As observações relatadas Dorez (1927) são bons exemplos dessa especificidade adotada pela ginecologia paulista no início do século XX. Ao descrever os casos de prolapso uterino tratados cirurgicamente na enfermaria da Santa Casa, notamos que o útero adquire centralidade em sua fala sobre a própria mulher ou seu histórico, onde a eficácia do tratamento defendido (operação de *Schauta Wertheim*) seria comprovada a partir da observação das condições do órgão de interesse: se o útero permanece fixo após a cirurgia, se está deslocado, quais as suas características e outras informações.

Somando a isso, percebemos também a presença de uma linguagem técnica e a utilização de novos termos da anatomia, fisiologia e patologia, por exemplo:

[...] o aparelho genital [...] dá signal de sua presença, quebra a lethargia do sonno em que vivia, pela postura do primeiro ovulo, pela manifestação externa dessa primeira ruptura follicular, a primeira menstruação ou menarcha (CORTE BRILHO, p. 1924, 15).

Se compararmos essa citação com a fala do médico Barthner de 1874 (MARTINS, 2004), percebemos uma significativa diferença na forma como o autor descreve a ocorrência da primeira menstruação:

4 O médico Erich Muller Carioba que atuava na enfermaria ginecológica da Santa Casa de Misericórdia e que orientou a tese de José Bonifácio Medina (1924), já havia atuado em Freiburg, Alemanha, onde trabalhava com o ginecologista alemão Bernhard Krönig. O livro de Krönig, *Operative Gynäkoloie*, é também citado nas teses de Dorez (1927) e Bocchini (1929).

[Com a puberdade] a bacia se amplia, o monte de Vênus escurece, os lábios, que Lineu comparou a pétalas de flores, desabroçam, e as paredes da vagina se umidificam com um líquido que exprime seu grau de sensibilidade (BARTHNER, 1874, citado por MARTINS, 2004, p. 162).

Diferente da linguagem utilizada por Corte Bilho (1924), Barthner busca descrever o processo menstrual de forma literária e com termos anatomopoéticos. Já na tese citada, os adjetivos poéticos dão lugar a descrições concentradas nas estruturas genitais, com a utilização de termos anatômicos e fisiológicos. Embora exista essa diferença de linguagens entre ambos os textos médicos citados, não podemos dizer que se trata de uma ruptura, uma vez que há ainda a permanência de escolhas semelhantes à anterior como, por exemplo, ao dizer que o aparelho genital feminino “acorda do sono em que vivia”.

Nas falas dos médicos paulistas, estava em construção também um imaginário que, por um lado representava a figura do médico e, por outro, a figura da mulher. A imagem construída do médico e a descrição da mulher eram completamente diferentes, seja por suas características, seja pelo papel que deveriam desempenhar na relação médico-paciente.

Uma das características utilizadas pelos médicos para descrever a mulher é instabilidade. A tese de José Guimarães (1920) sobre os cuidados pós-operatórios, é um bom exemplo de uma construção narrativa onde mulher é retratada como instável e imprevisível, o que exigia do médico uma conduta cautelosa a fim de explicar o que for necessário e evitar informá-la sobre complicações mais graves devido ao risco de despertar reações inesperadas: “Não se deve, então, pronunciar diante delia a palavra fatal – embolia [...] prevenindo-a de quê, provavelmente, no dia seguinte, aparecerão escarros sanguinolentos, o que poderia assustar uma doente não, avisada” (GUIMARÃES, 1920, p.34) ou então “[...] é tal o seu estado de espírito, que, sendo afastada esta possibilidade sem nenhum aviso [conceber], podem surpreender o medico com um resentimento que assume proporções fora de toda a expectativa (GUIMARÃES, 1920, p. 44).

Pela imprevisibilidade do temperamento, o médico alerta para que o estado nervoso da paciente seja sempre analisado, pois este poderia tanto ser influenciado pela intervenção médica, quanto poderia influenciar o estado geral do corpo desencadeando, inclusive, processos dolorosos: “Ha, nesses soffrimentos das primeiras horas, grandes variantes [...] Porém, ao lado dessas caüsas, entra, como factor dominante às vezes, o estado nervoso da recém-operada” (GUIMARÃES, 1920, p. 12).

A instabilidade também é retratada como característica natural da mulher por Lupi (1927), onde a amenorreia (ausência da menstruação) ocasionada pela esterilização radiológica poderia gerar um conjunto de reações nas mulheres, incluindo abatimento ou perda da memória. Interessante notar que, embora o

procedimento esterilizante seja realizado diretamente nos ovários, os efeitos poderiam recair sobre o sistema nervoso ou gerar efeitos emocionais.

As razões para essas consequências não foram descritas pelo autor, entretanto, é possível aproximar essa fala da teoria em voga no início do século XX de que as substâncias produzidas pelos ovários eram importantes para a manutenção e equilíbrio da economia corporal feminina (ROHDEN, 2008).⁵

Outra característica crucial para entendermos a relação estabelecida entre médico e mulher-paciente, é a concepção que muitos médicos tinham de que aqueles que estivessem fora do círculo de especialistas, não poderiam compreender as determinações médicas, mesmo que isso implicasse assumir que a mulher, dona do seu próprio corpo, não seria capaz de compreendê-lo e de opinar acerca das intervenções que seriam realizadas sobre ele.

Já Medina (1924) acrescenta ainda outras características tidas como naturais da mulher, a saber: a futilidade e a subversão. Em sua fala, a imagem da mulher é representada como quem, sem possuir motivos verdadeiramente importantes, se recusava a seguir as orientações médicas. Segundo a descrição de Medina (1924), os motivos importantes se reduziriam às reações do organismo da paciente que deveriam ser avaliadas pelo especialista.

Da mesma forma como enxergamos a construção de um imaginário sobre a mulher nas falas médicas, é possível notar como o médico constrói, ao mesmo tempo, uma imagem de si mesmo. Nesse sentido, a tese de Guimarães (1920) é um bom exemplo de como a figura do médico ideal era retratada nesses trabalhos, nos quais esse profissional era comumente descrito a partir de adjetivos como vigilante, racional e consciente, capazes de prever e agir antecipadamente: [...] prevêr a tempo uma complicação, com a certeza necessária, sem falso alarme, e pôr em jogo os recursos necessários, sem perda de um só minuto, conscientemente, eis o que compete à pessoa que assiste uma operada (GUIMARÃES, 1920, p. 4)

5. REPRODUÇÃO: FUNÇÃO NATURAL E SOCIAL DA MULHER

Ao abordarmos alguns conteúdos presentes nas teses da cadeira de clínica ginecológica entre 1918 e 1930, percebemos como a ideia de que a função da mulher estava atrelada a sua capacidade reprodutiva

5 Nas teses de Primo Lupi (1927) e Eugênio Bocchini (1929), ambas sobre esterilização feminina, o conceito de eugenia também está presente. Ambos os autores defendem a utilização da esterilização como forma de impedir a perpetuação de indivíduos considerados inviáveis pela medicina.

continuava a permear o imaginário desse núcleo de especialistas. Essa aproximação inseria-se em uma preocupação social e política da medicina em relação à família. Como uma célula indispensável aos projetos de civilização e modernização, a família adquiriu a função política e social de produzir novos cidadãos de acordo com os preceitos de higiene e instrução em voga naquele período, enquanto sobre a mulher fora depositado a responsabilidade de garantir o funcionamento dessa célula (MARTINS, 2004).

Stilitano Júnior (1921), ao descrever a prática de exame do colo uterino, apresenta um histórico da vida da paciente que se inicia na idade da primeira menstruação e encerra na menopausa. Ao analisar as teses de medicina do Rio de Janeiro, Rohden (2009) também observa que a delimitação da vida da mulher pela medicina se iniciava com a puberdade, momento no qual o corpo feminino passava pelas transformações necessárias para iniciar a vida reprodutiva, e se encerrava com a chegada da menopausa, momento no qual o corpo deixava de estar apto para a atividade reprodutora. Esse enquadramento é chamado de *resumo cronobiológico*, onde a cronologia da vida da mulher é atrelada a sua capacidade biológica (MARTINS, 2004; ROHDEN, 2009).

Tal abordagem também está presente na tese defendida por José Guimarães (1920), que considera indispensável que a medicina se volte para o conhecimento dos processos relacionados as genitais femininas, uma vez que a responsabilidade pela propagação da espécie dependia desses órgãos:

As considerações fisiológicas que dizem respeito aos ovários, trompas e útero são tão importantes que devem ser tomadas na devida conta. E, finalmente, a propagação da espécie dependendo destes órgãos, tudo quanto diz respeito a intervenções cirúrgicas praticadas sobre elles, quer sejam de carácter destructivo, quer constructivo, devem despertar um grande interesse (GUIMARÃES, 1920, p. 43).

A associação entre os órgãos genitais femininos e a atividade reprodutiva, é também evocada por Corte Brilho (1924) ao descrever as mudanças assistidas pelas mulheres na puberdade. Para o autor, o organismo feminino se transforma para obedecer a função de perpetuar a espécie. Há, entretanto, uma particularidade em seu discurso ao observar que a chegada da primeira menstruação não implicava no preparo imediato do organismo feminino para a reprodução: “É então que, embora ainda não inteiramente desenvolvido e não ainda, na imensa maioria dos casos, apto á perpetuação da especie, o organismo feminino se aproxima rapidamente da possibilidade da maternidade” (CORTE BRILHO, 1924, p. 15).

A tese de Lupi (1927) possui uma perspectiva semelhante, uma vez que a gestação é descrita como uma experiência a qual nem todas as mulheres estão igualmente destinadas, tendo em vista que, em alguns

casos, esse processo pode trazer riscos tanto para a mulher, quanto para o feto. Mesmo que o autor expresse certa cautela, a mulher continua inerentemente atrelada à experiência de reprodução.

Já na tese de Lobo (1924), a finalidade dos órgãos genitais femininos seria unicamente a capacidade de gerar filhos: “A mulher, no estado natural, não deveria ser menstruada, pois a sua função principal sendo de procrear, as gestações deveriam seguir-se uma a outra” (LOBO, 1924, p. 13). O elemento significativo de sua argumentação está na defesa de que o aparecimento do fluxo sanguíneo é, na verdade, resultado de uma falha na concepção, ou então a “consequência de uma concepção frustrada” ou um “acidente na vida da espécie” (LOBO, 1924). Podemos inferir que para o autor, desde o momento em que a mulher se torna capaz de reproduzir, o natural é que as gestações ocorram seguidamente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura das teses de fim de curso, produzidas entre 1918 e 1930, revelou uma preocupação entre os médicos paulistas em constituir a especialidade ginecológica na Faculdade de Medicina de São Paulo, delimitando os saberes e práticas que consideravam importantes para compor essa área como, por exemplo, a ênfase dada a prática médica e aos estudos experimentais. A busca pela constituição da área ginecológica também envolvia uma preocupação em demarcar o lugar da medicina paulista em relação à medicina brasileira e estrangeira por meio da divulgação dos saberes ali desenvolvidos e da inserção da Faculdade nos debates médicos de seu tempo (MOTA, 2005). As teses analisadas também apontaram para a delimitação dos objetos de estudo da ginecologia e para a utilização de uma linguagem especializada, composta por descrições anatômicas e fisiológicas.

Nos textos médicos sobre a mulher do século XIX (MARTINS, 2004) e em algumas teses da Faculdade do Rio de Janeiro no final do século XIX até meados do século XX (ROHDEN, 2009), havia uma forte preocupação em encontrar e definir a *natureza feminina*. Preocupação esta que não está presente nas teses de fim de curso produzidas pela Faculdade de Medicina de São Paulo entre 1918 e 1930. De toda forma, o atrelamento da mulher a sua capacidade reprodutiva continuava presente nos discursos dos médicos paulistas, demonstrando que essa concepção permanecia ainda no ideário médico.

Acerca desse ideário, percebemos como os médicos partilhavam de um imaginário acerca da mulher, mencionando-a como ser marcado pela imprevisibilidade e instabilidade. Essa construção é oposta ao que os médicos postulavam sobre si mesmos, descrevendo-se como cientistas descorporificados e, por isso, racionais, objetivos e neutros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOCCHINI, E. *A esterilização pelo método de Neumann e Rose*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina de São Paulo, 1929.
- CATÁLOGO da biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo/USP. Disponível em: <www.dedalus.usp.br>. Acesso em: 23 out. 2020.
- CORTE BRILHO, M. *Da röntgentherapie na hypofunção ovariana (doses irritativas)*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1924.
- DORES, J. *Sobre a cura do prolapso uterino pela interposição vesico vaginal do utero. Processo de Schauta Wertheim*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina de São Paulo, 1927.
- FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO PAULO. Memória histórica da faculdade de medicina da universidade de S. Paulo, 2 de abril de 1913 – 2 de abril de 1938. São Paulo: *Empresa Graphica da Revista dos Tribunais*, 1938.
- FREITAS, P. “A mulher é seu útero”: a criação da moderna medicina feminina no Brasil. *Antíteses, Londrina*, v. 1, n. 1, p. 174-187, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2TksFlG>>. Acesso em: 23 out. 2020.
- GÓES, J. Ciência sucessora e a(s) epistemologia(s): saberes localizados. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis*, v. 27, n.1, 2019.
- GUIMARÃES, J. *Dos cuidados pós-operatórios nas intervenções gynecológicas*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1920.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 5, p. 07-41, 1995. Disponível em: <<https://bit.ly/3knJMyR>>. Acesso em: 23 out. 2020.
- LAQUEUR, T. Inventando o sexo: dos gregos à Freud. Rio de Janeiro: *Relume Dumerá*, 2001.
- LOBO, J. I. *Menstruação e corpo luteo*. Tese de doutoramento apresentada a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1924.
- LUPI, P. *Esterilização temporaria radiologica*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina de São Paulo, 1927.
- MARTINS, A. P. V. Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: *Fiocruz*, 2004.
- MEDINA, J. B. *Levantar precoce das laparotomizadas*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1924.
- MOTA, A. A Casa Arnaldo: Sobre a criação de uma Faculdade de Medicina. In: _____ *Tropeços da medicina bandeirante: medicina paulista entre 1892-1920*. São Paulo: Edusp, p. 167-220, 2005.

ROHDEN, F. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.133-152, 2008.

ROHDEN, F. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: *Fiocruz*, 2ed., 2009.

SILVA, M. R. B. O laboratório e a república: saúde pública, ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo (1891-1933). Rio de Janeiro: *Fiocruz*, 2014.

STILLITANO JÚNIOR, J. *Semiologia do collo do utero*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1922.

VERZOLLA, B. L. P. *Medicina, saúde e educação: o discurso médico-eugênico nas teses doutorais da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo entre 1920 e 1939*. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

A RELIGIOSA DE DIDEROT: ENTRE INOCÊNCIA E ÍMPETO DE LIBERDADE

RENATO COSTA LEANDRO¹

Resumo: Dentre as obras escritas por Denis Diderot, *A Religiosa* é um de seus romances mais inventivos e polêmicos. Nele, o filósofo tece suas críticas à religião ao apresentar as práticas perversas e desumanas sofridas pela protagonista Suzanne Simonin, jovem obrigada a seguir o voto de clausura, mas que, contrariamente, deseja se libertar da opressora vida monacal e da moral que pesa sobre as mulheres de sua época. No decorrer da narrativa, Suzanne transparece uma certa inocência, traço distintivo de seu caráter, e seu ímpeto de liberdade ganha corpo, passando a ser entendido por ela mesma como um projeto emancipatório. Partindo desta relação, o artigo busca compreender a noção de inocência elaborada por Diderot no interior do romance, ao verificar outros de seus escritos que também versam sobre as noções de inocência e sociabilidade.

Palavras-chave: *A Religiosa*; Diderot; Inocência; Liberdade; Sociabilidade.

1. INTRODUÇÃO

No começo de 1759, o marquês de Croismare, respeitável figura do círculo filosófico e literário parisiense, deixa a movimentada vida na capital francesa em direção a suas terras na Normandia, de modo a pôr em ordem seus negócios. A estadia que aparentemente deveria ser curta acabou se prolongando tempo suficiente para que seus amigos enciclopedistas, os quais muito o estimavam, planejassem um modo de trazê-lo de volta a Paris (GRIMM, 2009, p. 223). Inspirando-se em um fato real ocorrido no ano anterior², eis que o gênio de Diderot concebe, em 1760, as memórias de Suzanne Simonin e as endereça ao estimado marquês, na esperança de que este homem sensível (DIDEROT, 2009, p. 47) retornasse e tomasse partido no caso da pobre religiosa, a qual, através da verve poética de seu criador³, foi obrigada a viver enclausurada em três conventos. Ainda que com a melhor das intenções, *A Religiosa* [*La Religieuse*]

1 Mestrando em Estética e Filosofia da Arte no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e graduado em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) | e-mail: renatocleandro@outlook.com

2 Franklin de Mattos esclarece a gênese da criação de Diderot: “Em 1758, Paris acompanhou com curiosidade o caso de uma religiosa de Longchamp, que recorre à justiça para anular seus votos, com a alegação de que os tinha professado por coação da família. [...]. Valendo-se do ocorrido, os amigos de Croismare deram à freira um nome fictício – Suzanne Simonin –, imaginando que fugira do convento e se instalara em Paris, de onde, por carta, no começo de fevereiro de 1760, implorara socorro a seu protetor [Croismare]” (MATTOS, 2018, p. 98).

3 Um dos amigos de Diderot encontrou-o chorando enquanto escrevia as memórias de Suzanne; quando perguntado sobre o motivo do choro, o filósofo respondeu: “desolo-me com uma história que estou me contando”

nasce, portanto, de uma perfídia, uma mistificação⁴, fato este que, em verdade, apenas rende mais mérito à obra; é o que Grimm nos elucida no Prefácio-anexo. Tal mistificação, é válido explicitar, extrapola a esfera da sagaz brincadeira entre os enciclopedistas; segundo Raquel de Almeida Prado, Diderot também “desconcerta e mistifica o leitor [...] através de afirmações contraditórias e de um jogo permanente entre ficção e realidade” (PRADO, 2003, p. 129), jogo este que, ainda segundo a estudiosa, é mediado pela ironia do início ao fim da narrativa (PRADO, 2003, p. 137).

Para além da genialidade criativa de Diderot e sua obra, *A Religiosa* é um dos escritos mais polêmicos do filósofo – não à toa foi publicado postumamente em 1796⁵ –, na medida em que apresenta, por meio de uma narrativa ficcional, as violências e perversões sofridas pela protagonista no interior das instituições cristãs, valendo-se sobretudo do claustro como ambiente representativo máximo de tais práticas desumanas. Ainda que em *A Religiosa* “o alvo de Diderot, segundo suas próprias declarações, é a instituição do claustro” (MATTOS, 2018, p. 117), tal crítica se apresenta a partir da interioridade de Suzanne, de modo que suas memórias não apenas apresentam as aflições sofridas pela jovem, como também expõem marcas de seu caráter, o qual, incorruptivelmente, movimenta-se em direção a sua única e irrestrita busca: a de ser livre. O ímpeto de liberdade de Suzanne passa a ser entendido por ela como um projeto emancipatório, como uma espécie de tentativa de revolução⁶ (DIDEROT, 2009, p. 88), haja vista que família, clero e Estado, quase em uníssono, impossibilitam-na de agir nessa direção. No confronto com a ordem social vigente, permeado por obstáculos perversos e desumanos, somos apresentados àquilo que melhor define o caráter de Suzanne: uma certa inocência. Partindo

(GRIMM, 2009, p. 225). Raquel de Almeida Prado nos lembra que a irmã mais nova de Diderot, também freira, morreu louca num convento de Ursulinas (PRADO, 2003, p. 143), o que pode justificar a emoção do filósofo.

- 4 São diversos os comentadores que se debruçam sobre a mistificação por trás da composição do romance; citaremos alguns. Anne Coudreuse identifica que tal “mistificação atua sobre o mistificado como sobre o mistificador, porque ela supõe a duplicação do autor, presente na ficção (em seu ator, Suzanne Simonin), e na realidade à qual ele o representa: em seu espectador (Croismare) com quem se identifica para se contemplar”, isso porque tal projeto de Diderot é “autotético, por evidentes razões biográficas, mas sobretudo porque Diderot [...] realiza uma reflexão atenta sobre a escrita e seus poderes” (COUDREUSE, 1999, p. 55, tradução nossa). Roberto Romano acentua a “automistificação” pela qual passa Diderot durante a composição ficcional (ROMANO, 2009, p. 17). Franklin de Mattos analisa detidamente a questão em *A cadeia secreta* (MATTOS, 2018, p. 97-111).
- 5 Diderot sofrera fortes reprimendas da opinião e do poder público por conta de seus escritos que desafiavam a moral da época, tendo direitos de impressão caçados e sendo, inclusive, preso. Por esses motivos, inicialmente apenas um público seletivo teve acesso ao romance de Suzanne, por meio da *Correspondance Littéraire* de Grimm. Sobre o assunto, cf. MATTOS, 2018, p. 41-42.
- 6 Segundo Coudreuse, o termo “revolução”, cuja presença se dá algumas vezes ao longo do romance, inclusive no final da história, é “emprestado do registro político” (COUDREUSE, 2012, p. 14), fato este que acentua ainda mais o teor crítico da obra.

desta relação, a qual figura como um dos temas centrais da obra, buscaremos compreender o sentido de significação da noção de inocência elaborada por Diderot no interior do romance, ao analisarmos sua estrutura narrativa e verificarmos outros escritos do filósofo que também versam sobre as noções de inocência e sociabilidade. *dolor sit amet*

2. A JORNADA DE SUZANNE: FAMÍLIA, CLAUSTRO, SOBREVIVÊNCIA E PROJETO EMANCIPATÓRIO

Suzanne Simonin é uma jovem burguesa forçada por seus pais a realizar os votos religiosos. O motivo que a leva a ser enclausurada em seu primeiro convento é, desde o início, imposto externamente: o pretendente e futuro marido de sua irmã mais velha direcionava gracejos à jovem Suzanne, a qual prontamente advertiu sua mãe sobre o despudor do rapaz (DIDEROT, 2009, p. 49). Senhora Simonin, visando garantir o casamento da filha mais velha, afasta Suzanne do ambiente familiar encaminhando-a ao convento de Sainte-Marie. Em meio a este drama familiar, dois episódios contíguos marcam a passagem da jovem religiosa em seu primeiro convento: a visão da loucura como efeito da vida claustral e a primeira recusa dos votos. Certo dia, uma das freiras enclausuradas escapuliu de sua cela e, num acesso de loucura, “descabelada e quase sem roupa” (DIDEROT, 2009, p. 54), protagonizou uma cena de suicídio, a qual horrorizou a recém-chegada. Segundo Fabiana Tamizari, “Diderot acredita que, ao isolarmos o homem do convívio com os seus pares, o privamos da sua condição natural, o que certamente, desequilibrará sua estrutura psicofisiológica” (TAMIZARI, 2019, p. 11). De fato, é o que encontramos em *Sobre as mulheres*, escrito de 1772 onde Diderot, ao discorrer sobre a constituição psicofisiológica da mulher – “ser extremo na sua força e na sua fraqueza” (DIDEROT, 2000, p. 220) –, diz: “para tornar-se louca, faltaria à mulher apaixonada apenas a inteira solidão que procura” (DIDEROT, 2000, p. 220); para ele, é o útero, “órgão suscetível de espasmos terríveis [...], que suscita em sua imaginação fantasmas de toda espécie [...], que partem todas as suas ideias extraordinárias” (DIDEROT, 2000, p. 223). Ser testemunha de tal desequilíbrio foi o bastante para que Suzanne prontamente emitisse seu juízo: “[...] vi minha sorte na desta desafortunada, e no mesmo instante ficou decidido em meu coração que eu preferiria morrer mil vezes a me expor a isto” (DIDEROT, 2009, p. 54). Seguindo sua voz interior, a despeito dos jogos e tentativas de manipulação por parte da madre superiora, Suzanne desafia a ordem religiosa e familiar ao recusar, em cerimônia pública, a tomada de hábito, dizendo desejar ser “tudo, exceto religiosa”: “não quero sê-lo, eu não o serei” (DIDEROT, 2009, p. 56). Desse modo, Suzanne volta à casa dos pais – um outro claustro –, onde será encerrada em seu quarto por longos seis meses (DIDEROT, 2009, p. 62).

Ao ser avisada que logo partirá para outro convento, Suzanne prontamente recusa a ideia e não hesita em dizer: “dei viva voz ao meu protesto diante dessa estranha proposta, [...] não sentia o menor gosto pelo estado religioso” (DIDEROT, 2009, p. 50); mas, para o desespero da jovem, seu destino estava traçado por motivos obscuros. O fato por trás desta tomada de hábito forçada não é tanto a falta de dinheiro de seus pais para seu dote de casamento, mas sim o segredo de que Suzanne é filha ilegítima, fruto de um caso extraconjugal de sua mãe (DIDEROT, 2009, p. 64), a qual tentará expiar todas as suas faltas e pecados cometidos em vida através da jovem religiosa⁷. De encontro com a morte, as últimas palavras da mãe de Suzanne explicitam seu desejo:

Seu nascimento foi a única falta importante que cometi; ajude-me a expiá-la, e que Deus me perdoe por tê-la posto no mundo, em consideração às boas obras que você praticar. [...] e, embora a escolha do estado que você abraçou não tenha sido tão voluntária quanto eu teria desejado, tema modificá-lo (DIDEROT, 2009, p. 81).

Ajudar a expiar a falta da mãe será, a despeito de toda tentativa contrária, sofrer os tormentos e as mazelas do claustro. Nesse sentido, a condição existencial de Suzanne é marcada desde o início da narrativa por conjunturas e exigências alheias a sua própria vontade. Mesmo que a jovem reconheça sua alienação⁸ somente ao realizar seu segundo voto religioso em Longchamp, quando o professou “sem reflexão e sem liberdade” (DIDEROT, 2009, p. 105), pode-se dizer que, a partir da confissão da senhora Simonin, a jovem nunca dispôs de si mesma, pois as circunstâncias que a puseram no mundo, de acordo com as tradições sociais vigentes na França do século XVIII, invalidam sua ação autônoma; seu destino é determinado como que tragicamente e qualquer tentativa de modificá-lo deve ser antecedido, como diz a mãe, por um temor. Ainda que tal imposição não seja considerada uma exceção, e sim uma prática comum na sociedade francesa da época, Suzanne desafiou seus pais e as autoridades religiosas na ocasião de

7 Em *Sobre as mulheres*, Diderot assevera: “A mulher corrompida propaga a corrupção. Ela a propaga pelo mau exemplo; por seus conselhos insidiosos; às vezes pelo ridículo” (DIDEROT, 2000, p. 229). Nesse sentido, podemos relacionar a atitude da mãe de Suzanne – a de expiar sua culpa na jovem filha – a tal tipo feminino descrito por Diderot, uma vez que a mãe engendra em si esta expressão duplicada: a de corrompida, ao gerar uma filha bastarda, e a de corruptora, ao sobrepujar o desejo de liberdade da filha. O filósofo também afirma algo que se assemelha ao ocorrido no romance: “Sob o império desses costumes, o amor conjugal é desdenhado; e este desdém enfraquece o sentimento de ternura maternal, se não o extingue. [...]. A mulher que permite aproximação de um outro que não o seu marido não mais ama a sua família, e não é mais respeitada por ela. [...]. Os nascimentos são incertos, e os filhos não mais reconhecem o pai, nem o pai o filho” (DIDEROT, 2000, p. 230).

8 Cf. DIDEROT, 2009, p. 80. Raquel de Almeida Prado faz uma interessante leitura sobre este momento da incorporação brutal de Suzanne à sociedade do claustro: “aqui, a representação simbólica do contrato social apresenta-o como ilegítimo, não livremente consentido, como bem o lembra a jovem religiosa, que, repetidas vezes, insiste no estado de alienação em que se encontrava durante a cerimônia dos votos” (PRADO, 2003, p. 150).

seu primeiro voto em Sainte-Marie; a “firmeza pouco comum” (DIDEROT, 2009, p. 66) que insurge na protagonista⁹ terá consequências no mínimo dolorosas, pois, em Longchamp, as práticas repressoras se tornam cada vez mais cruéis e frequentes à jovem que resiste em aceitar o claustro, o que a faz conhecer, como ela mesma diz, “o peso de um estado ao qual não fui de modo algum chamada” (DIDEROT, 2009, p. 65). Entretanto, a cada ato de torpeza sofrido durante a vida monacal, o caráter de Suzanne nos é cada vez mais revelado e, junto dele, seu projeto emancipatório.

É no pronunciamento de seu segundo voto religioso em Longchamp que encontramos uma afirmação de efeito quanto ao caráter da jovem religiosa: “Interrogaram-me, sem dúvida, e eu, sem dúvida, respondi, pronunciei os votos, mas não guardo a menor lembrança deles, e me vi tão inocentemente convertida em religiosa quanto me haviam tornado cristã [...]” (DIDEROT, 2009, p. 79). A inocência de Suzanne carrega em si, a princípio, um sentido duplo dos mais notáveis: ainda que tal inocência possa ser compreendida como um traço de fragilidade, de submissão às necessidades – como na ocasião de seu segundo voto (DIDEROT, 2009, p. 78) –, é essa mesma inocência que impulsiona sua busca por liberdade. A morte de Madre Moni, sua primeira superiora em Longchamp, fortalece seu projeto emancipatório, na medida em que a jovem passa a questionar as restrições e práticas de mortificação outrora extintas por Moni, mas que agora são novamente instituídas pela madre substituta, Sainte-Christine. Nesse momento, a inocência de Suzanne torna-se traço de sua capacidade de resistir às atrocidades do claustro, ao passo que também incita, por desobediência, a intensificação delas – ou como diz a protagonista, um “refinamento de crueldade” (DIDEROT, 2009, p. 118).

A resistência de Suzanne é evidenciada, com efeito, na seguinte confissão: “não omito nada do que podia levar a me temer, a me odiar, a me perder, e vou até o fim” (DIDEROT, 2009, p. 85). Por tentar obstinadamente obter a resilição de seus votos, Suzanne é deslocada de praticamente toda a comunidade religiosa, sendo cada vez mais atormentada e espionada, como ela revela: “Desde que se efetuara uma revolução em minha cabeça, observavam-me com mais atenção do que nunca, seguiam-me com os olhos [...]” (DIDEROT, 2009, p. 88). Nesse sentido, podemos dizer que a virtude da protagonista não reside, como preconiza a vida monacal, na

9 Em *Sobre as mulheres*, Diderot assevera que “a mulher se resolve muito mais dificilmente do que o homem: mas quando toma o seu partido, ela é muito mais determinada” (DIDEROT, 2000, p. 229), de modo que, “onde há muitas vezes um muro de bronze para nós [homens], há muitas vezes apenas uma teia de aranha para elas” (DIDEROT, 2000, p. 228). Entretanto, neste mesmo texto, Diderot também admite a fragilidade das mulheres, a qual se dá por sua constituição psicofisiológica e pela história, haja vista que “a crueldade das leis reuniu-se, contra as mulheres, à crueldade da natureza” (DIDEROT, 2000, p. 225).

prática de penitências¹⁰, tampouco no sacrifício de ser enclausurada para expiar o pecado da mãe, mas sim em seu ímpeto de liberdade, uma vez que, para a jovem, “é ela [a virtude] que me encoraja e me sustenta em meu projeto” (DIDEROT, 2009, p. 99). A virtude de Suzanne é uma manifestação ligada a sobrevivência, cuja validade se dá apenas quando efetivada na concretude da experiência – caso contrário, Suzanne já estaria satisfeita apenas com a sua revolução interna. Sua intenção é simples: “Peço para ser livre, porque o sacrifício de minha liberdade não é voluntário” (DIDEROT, 2009, p. 99) – diferentemente do sacrifício religioso, este sim voluntário¹¹. Ela deixa claro também que “não se trata aqui de uma ação ditada pelo interesse, nem pela paixão” (DIDEROT, 2009, p. 100), uma vez que sua busca nada mais é do que o simples e natural desejo de dispor de si mesma. Ao suplantar a ideia de que o indivíduo possa se realizar apenas por si mesmo, enclausurado, a virtude de Suzanne aponta para uma necessidade de socialização¹², de modo que o claustro é claramente um ambiente contrário à disposição de socialização natural do homem, como Suzanne posteriormente dirá em uma das exclamações mais notáveis do romance:

O homem nasceu para a sociedade. Separai-o, isolai-o, suas ideias se desunirão, seu caráter se transtornará, mil afeições ridículas se elevarão em seu coração, pensamentos extravagantes germinarão em seu espírito como as sarças em uma terra selvagem. Colocai um homem em uma floresta, ele se tornará feroz; em um claustro em que a ideia da necessidade se junta à da servidão, é pior ainda; de uma floresta, a gente sai; de um claustro, não se sai mais; na floresta, é-se livre, é-se escravo no claustro (DIDEROT, 2009, p. 165-166).

A crítica de Diderot à prática antinatural de clausura, a qual constrange a inocência e a luta de Suzanne, será reforçada mais a frente por dom Morel, o diretor religioso: “é uma espécie de loucura” (DIDEROT, 2009, p. 208). Nesse mesmo sentido, o advogado da jovem religiosa, senhor Manouri, tecerá sua crítica ao claustro, num discurso cujo teor será eminentemente político:

10 Fabiana Tamizari observa que “Diderot não acreditava haver uma conexão necessária entre virtude e prática religiosa; acreditava que os homens poderiam ter outros motivos para agir de forma virtuosa e comprometida, como a inclinação natural para a prática do bem, educação ou experiência” (TAMIZARI, 2019, p. 4).

11 A voluntariedade presente no sacrifício religioso será confirmada por dom Morel, o diretor religioso (DIDEROT, 2009, p. 205). Nesse sentido, o sacrifício por liberdade de Suzanne não deveria ser um sacrifício, na medida em que a liberdade, como veremos na sequência, é uma característica inalienável do homem; por isso, não é voluntário, e sim imperativo da vida.

12 Em um dos diálogos com o advogado Manouri, Suzanne dirá: “[...] odeio a vida solitária, sinto que a odeio, sinto que a odiarei sempre. Não saberia sujeitar-me a todas as misérias que enchem o dia de uma reclusa, é um tecido de puerilidades que desprezo. [...] A falta de vocação transpassa todas as minhas ações, é visível; insulto a todo instante a vida monástica” (DIDEROT, 2009, p. 137-138).

Deus, que criou o homem sociável, aprova que ele se encerre? Deus, que o criou tão inconstante, tão frágil, pode autorizar a temeridade de seus votos? [...]. Todas essas cerimônias lúgubres que são observadas na tomada do hábito e na profissão, quando se consagra um homem ou uma mulher à vida monástica e à desventura, suspendem as funções animais? Ao contrário, não despertam elas no silêncio, no constrangimento e na ociosidade, com uma violência desconhecida pelas pessoas do mundo, que uma multidão de distrações arrebatam? [...]. Onde é que vemos esse tédio profundo, essa palidez, essa magreza, todos esses sintomas da natureza que enlanguesce e se consome? [...]. Fazer voto de obediência, isto é renunciar à prerrogativa inalienável do homem, a liberdade. Se se observam esses votos, é-se criminoso; se não se observam, é-se perjuro. A vida claustral é de um fanático ou de um hipócrita (DIDEROT, 2009, p. 131-132).

O discurso inflamado do senhor Manouri, em suma, conclui que os votos religiosos “ferem o pendor geral da natureza” (DIDEROT, 2009, p. 131), ou seja, a disposição à sociabilidade. A fala do advogado também faz referência às funções animais – aos desejos sexuais –, cuja existência, como aponta, não é eliminada pela clausura. Tais desejos se relacionam com outra característica da vida claustral, também citada por Manouri, que será mais elaborada no convento de Saint-Eutrope, em Arpajon, o último pelo qual Suzanne passa, e que reforça a suposta inocência de seu caráter: o tédio.

Em Saint-Eutrope, Suzanne vivencia aquilo que Fabiana Tamizari define como a “representação da sexualidade nos claustros” (TAMIZARI, 2019, p. 14). Agora, a jovem religiosa não mais enfrentará as investidas violentas contra sua integridade física, baseadas em castigos e penitências, mas será constrangida ainda corporalmente por meio de práticas sexuais invasivas, as quais serão protagonizadas pela própria madre superiora. Suzanne parece não compreender o sentido das investidas de sua superiora¹³; em uma dessas ocasiões, a jovem diz que, ao ser tocada, o prazer da madre “aumentava, e como eu não pedisse coisa melhor do que acrescer sua felicidade de uma maneira tão inocente, eu lhe beijava a testa, as faces, os olhos e a boca” (DIDEROT, 2009, p. 167). Eis aqui o ponto máximo da narrativa em que a inocência de Suzanne nos é apresentada e que também é colocada à prova. A lasciva superiora, cujos desejos presentes em sua constituição material foram contrariados pela vocação forçada, acaba dando vasão a eles, direcionando-os à jovem religiosa, a qual é caracterizada diversas vezes pelo epíteto “inocente”¹⁴. O tédio, outrora apresentado por Manouri como um dos sintomas do claustro, é uma

13 Franklin de Mattos caracteriza a passagem de um convento a outro pontuando que “o episódio de Saint-Eutrope é a princípio uma espécie de antítese de Longchamp. Se este convento era sinistro e gelado, Saint-Eutrope é amável e sensual, marcado por jogos, risos, música, bordado, guloseimas, licores e carícias furtivas” (MATTOS, 2018, p. 116).

14 “Inocente, não é nada [...]”; “A inocente! Ah, querida inocente! Quanto me agrada!” (DIDEROT, 2009, p. 168); “Como ela é inocente!” (DIDEROT, 2009, p. 176); dentre outras.

das disposições internas que leva a superiora de Arpajon às práticas sexuais¹⁵, como sugere Suzanne em conversa com a madre após confessar-se ao padre Lemoine (DIDEROT, 2009, p. 197-198). Junto ao tédio, o desejo e a imaginação, elaborados como uma espécie de devaneio ou sonho, compõem o quadro das disposições realçadas na superiora, as quais passam a ser experimentadas, ainda que de maneira confusa, por Suzanne no novo convento. Em Arpajon, a linguagem dos conventos dá lugar à linguagem dos sentidos, cujo conhecimento escapa a jovem religiosa (DIDEROT, 2009, p. 175). Segundo a superiora, a linguagem dos sentidos serve para dissipar o tédio, mas Suzanne acredita que talvez ela possa aumentá-lo (DIDEROT, 2009, p. 175). Não satisfeita, a jovem completa: “o que significa esta linguagem dos sentidos sem objeto?” (DIDEROT, 2009, p. 175); a superiora responde: “quando se fala, é sempre a alguém, o que é melhor, sem dúvida, do que conversar a sós, embora isto não seja inteiramente despedido de algum prazer” (DIDEROT, 2009, p. 175), aludindo assim à prática da masturbação¹⁶. A isso, a jovem religiosa não poderia responder algo diferente senão: “não sei de nada, e prefiro nada saber, a adquirir conhecimentos que me tornariam talvez mais digna de lástima do que sou. Não tenho desejos, e não quero em absoluto buscar os que eu não poderia satisfazer” (DIDEROT, 2009, p. 176). Aqui encontramos uma notável demonstração da suposta inocência de Suzanne, pois, além de manifestá-la, ela a reforça: “[...] eu o sou bastante [inocente], e antes quisera morrer do que deixar de sê-lo” (DIDEROT, 2009, p. 176).

A questão sexual pintada por Diderot no convento de Saint-Eutrope, em especial a recusa de Suzanne a respeito disso, não é de modo algum, como demonstramos em nota, uma reprimenda do enciclopedista às disposições sexuais, mas é uma estratégia elaborada na intenção de reforçar o caráter inocente da protagonista, já que ele figura tanto como motor de seu projeto emancipatório quanto como capacidade de sobrevivência ante as ações desonestas praticadas pelas instituições religiosas e sociais. É exatamente este o motivo de sobrevivência observado pelo padre Lemoine no momento em que Suzanne confessa os abusos sofridos pela desequilibrada madre superiora (DIDEROT, 2009, p. 193); Dom Morel, mais a frente, dirá praticamente

15 A relação entre tédio e desejo sexual também está presente em *Sobre as mulheres* (DIDEROT, 2000, p. 228) e no Suplemento, quando Oru, explicando ao capelão sobre o uso dos véus que simbolizam a censura sexual das mulheres taitianas, diz que “[...] no momento em que a jovem murcha, se entedia, sendo de maturidade apta a conceber desejos, [...], a mãe levanta o véu da filha” (DIDEROT, 2005, p. 193), ato que marca o consentimento da prática sexual, a qual, de acordo com a moral deste povo, visa unicamente a reprodução.

16 Nesse sentido, a madre perguntará à Suzanne: “Nunca pensou em passear suas mãos sobre este colo, estas coxas, este ventre, estas carnes tão rijas, tão suaves e tão brancas?”; a jovem, obviamente, responderá: “[...] não, há pecado nisto [...]” (DIDEROT, 2009, p. 177). Diderot não recrimina a prática da masturbação, e ele o diz, com as devidas explicações, através de Bordeu, personagem da Continuação do diálogo (DIDEROT, 2005, p. 161). natureza

a mesma coisa: “Foi sua inocência que se impôs à sua superiora; mais instruída, ela a teria respeitado menos” (DIDEROT, 2009, p. 207).

O projeto de Suzanne na busca por liberdade a partir da resilição de seus votos não faz dela uma jovem desprovida de fé, muito pelo contrário, é em sua inocência, a qual possibilita questionar de dentro da instituição as práticas religiosas, que se funda uma espécie de religião natural¹⁷. É nesse sentido que Suzanne confessa à irmã Ursule sua integridade, outrora confirmada por Madre Moni: “[...] minha alma se ilumina facilmente, se exalta, se comove, e aquela boa superiora me dissera cem vezes, abraçando-me, que ninguém teria amado a Deus como eu; que eu possuía um coração de carne e as outras, de pedra” (DIDEROT, 2009, p. 100). A fé de Suzanne caminha por veredas mais puras do que as dos torpes corredores dos conventos¹⁸, cercados de hipocrisia e fanatismo, e, ainda que suas companheiras não a levem a sério, a jovem não deixará de confessar a pureza de sua interioridade: “[...] não faço um juramento facilmente: tomo Deus por testemunha que meu coração é inocente” (DIDEROT, 2009, p. 105).

Inocente ou não, sabemos que o projeto emancipatório empreendido por Suzanne não é alcançado, uma vez que seus votos não são anulados pelas autoridades clericais. Ao final de suas memórias, Suzanne percebe que seu projeto emancipatório nada mais é do que mera ilusão, a qual não se prolongará por muito tempo (DIDEROT, 2009, p. 209). Para a heroína de Diderot não há liberdade, nem mesmo uma ilusão prolongada da mesma; resta-lhe apenas a conturbada fuga do claustro e, por fim, a morte, de modo que a conclusão da narrativa – ainda que ajustada para resolver as confusões causadas pelos enciclopedistas – confirma aquilo que a mãe da protagonista já antecipou em seu início: “Minha filha, você não tem nada e não terá jamais” (DIDEROT, 2009, p. 68). Em *Sobre as mulheres*, Diderot sugere algo parecido: “O que é então uma

17 Em 1770, Diderot publica um texto intitulado Da suficiência da religião natural. Neste escrito, como observa Paulo Piva, o filósofo assume o deísmo como religião natural, o qual é apresentado como “um modo pretensamente mais sensato e racional do que faria o cristianismo ou o catolicismo tradicional” (PIVA, 2008, p. 82).

18 Ainda que Suzanne não concorde com as práticas cruéis do claustro, sua interioridade confere alto valor à religião cristã, principalmente pelo conforto que esta lhe proporciona, visto seu interminável sofrimento, de modo a, inclusive, reconhecer-se em Jesus (DIDEROT, 2009, p. 121). Em certo momento, Suzanne dirá: “Eu sou cristã, eu sou inocente [...]” (DIDEROT, 2009, p. 124). Florence Lotterie aponta que “a habilidade de Diderot consiste em não fazer de sua heroína uma mera personagem a favor do anticlericalismo, ou mesmo da irreligião própria de uma certa militância filosófica, mas sim à encarnação de um cristianismo virtuoso” (LOTTERIE, 2009, p. 62, tradução nossa). Nesse sentido, Suzanne não é a única personagem do romance que manifesta uma fé “genuína”; Madre Moni e irmã Ursule também o fazem. Sobre tais personagens, Fabiana Tamizari argumenta que essa foi uma abertura de Diderot para aqueles que escolhessem livremente viver nos conventos (TAMIZARI, 2019, p. 12), ao passo que Raquel de Almeida Prado entende a presença de Madre Moni como uma concessão de Diderot a um “sentimento estético, ainda sensível a manifestações de fervor místico” (PRADO, 2003, p. 147). Em *Sobre as mulheres*, Diderot afirma que “só uma cabeça de mulher pode exaltar-se a ponto de pressentir seriamente a aproximação de um deus [...]” (DIDEROT, 2000, p. 220) e caracteriza as sensações místicas das enclausuradas como “histerismo experimental” (DIDEROT, 2000, p. 223).

mulher? [...] ninguém na sociedade, a devoção constitui seu único e derradeiro curso” (DIDEROT, 2000, p. 225). Deste modo, “o que Diderot mostra em *A Religiosa* é uma face da clausura feminina que se expressa de forma mais ampla na vida social” (TAMIZARI, 2019, p. 22).

A despeito do desenlace trágico da história de Suzanne, seu caráter inocente parece ter um sentido peculiar no romance, haja vista sua oscilação entre submissão e ímpeto de liberdade, a qual persiste, como buscamos demonstrar, até o fim da narrativa. A suspeita se intensifica, principalmente, quando analisamos aquilo que Diderot elaborou em outros de seus escritos que versam sobre as noções de inocência, sociabilidade, virtude e religião.

3. A INOCÊNCIA DESMISTIFICADA

No *Suplemento à viagem de Bougainville*, escrito em 1772, o filósofo elabora dialogicamente uma caracterização sobre o tema da inocência e do caráter natural dos indivíduos que pode desanuviar o impasse que encontramos no romance de 1760. Ao desembarcar na ilha do Taiti, o capelão, integrante da tripulação do navegador francês Bougainville, é acolhido na cabana do nativo Oru. Este oferece-lhe cama, comida e mulheres – sua esposa e filhas –, as quais o capelão prontamente recusa, uma vez que “sua religião, sua condição, os bons costumes e a honestidade não lhe permitem aceitar tais ofertas” (DIDEROT, 2005, p. 185). De pronto, Oru assevera: “Não sei o que é a coisa que chamas religião, mas só posso pensar mal dela, visto que te impede de apreciar um prazer inocente, ao qual a natureza, a soberana senhora, nos convida a todos; de dar existência a um de teus semelhantes [...]” (DIDEROT, 2005, p. 185). Inicia-se aqui uma longa conversação entre os dois personagens, na qual Diderot busca desestabilizar o discurso da sociedade civilizada, pautado principalmente nos aspectos da conduta ético-religiosa (DIDEROT, 2005, p. 187), ao confrontá-lo com a lógica de vida, digamos, natural dos indígenas do Taiti. Oru, o porta voz da sociedade harmônica taitiana, compreende os preceitos da sociedade dita civilizada como “contrários à lei geral dos seres” e “opostos à natureza e contrários à razão” (DIDEROT, 2005, p. 188); para ele, o indivíduo é um ser “que tem liberdade, vontade, desejo” (DIDEROT, 2005, p. 188), e o sexo é um “prazer inocente” – ainda que não signifique liberdade feminina, pois é compreendido unicamente como um ato de reprodução, visando a prosperidade da sociedade. Desse modo, Oru acredita que a civilização pautada em leis éticas de fundo religioso tornou “a condição do homem pior que a do animal” (DIDEROT, 2005, p.188). Sua concepção geral sobre o tema é apresentada na seguinte fala:

Queres saber, em todos os tempos e em todos os lugares, o que é bom e mau? Apega-te à natureza das coisas e das ações; a tuas relações com teu semelhante; à influência de tua conduta sobre tua utilidade particular e ao bem geral. Estás delirando, se crês que haja algo seja no alto, seja embaixo, no universo, que possa acrescentar ou subtrair às

leis da natureza. Sua vontade eterna é que o bem seja preferido ao mal, e o bem geral ao bem particular. Ordenarás o contrário; mas não serás obedecido. Multiplicarás os malfeitores e os infelizes pelo temor, pelos castigos e pelos remorsos; depravarás as consciências; corromperás os espíritos; eles não saberão mais o que devem fazer ou evitar. Perturbados no estado de inocência, tranquilos na perversidade, terão perdido a estrela polar no seu caminho (DIDEROT, 2005, p. 189).

A crítica de Diderot, pela boca de Oru, aos costumes e convenções da sociedade civilizada nos possibilita uma interpretação mais aguçada da noção de inocência que outrora encontramos no romance de Suzanne Simonin. Segundo Oru, as leis e convenções sociais pautadas principalmente na ética cristã colocam os indivíduos em um perturbador “estado de inocência” calcado na repressão das disposições naturais dos seres. A concepção de Oru acerca do “bem geral”, a qual justifica a sociabilidade natural dos indivíduos, vai de encontro com aquilo que dom Morel, o advogado Manouri e, acima de tudo, Suzanne disseram anteriormente: “O homem nasceu para a sociedade. Separai-o, isolai-o, suas ideias se desunirão, seu caráter se transtornará [...]” (DIDEROT, 2009, p. 165) – é nesse sentido que Franklin de Mattos nos lembra que “para o autor de *A Religiosa* a sociabilidade é o mais forte pendor da natureza humana” (MATTOS, 2018, p. 118). Suzanne encontra-se envolta em um ethos marcado pelo isolamento, por intermináveis repressões a suas disposições naturais, sobretudo em relação ao seu desejo de ser livre. Portanto, a inocência, principal característica de seu caráter, pode ser considerada, em primeiro momento, como fruto do constrangimento que sofreu, haja vista os costumes da sociedade em que está inserida, de modo que ele é, nesse sentido, um certo desvio do caráter natural defendido por Oru.

Se Diderot, através de Oru, compreende o “estado de inocência” como algo perturbador, em última instância, negativo tanto para o indivíduo quanto para o corpo social, por qual motivo a inocência da jovem religiosa criada por Diderot parece ser, na economia do romance, algo digno de patético louvor e simpatia? Segundo Anne Coudreuse, é unicamente através da inocência e piedade da heroína que Diderot, de maneira irônica, é capaz de tecer sua crítica às instituições religiosas e ao claustro:

Para Diderot, o cristianismo é uma ideologia, uma máquina de discurso na qual se faz necessário entrar para a subverter. Um discurso, ao mesmo tempo, idêntico e diferente. Esta é a função da ironia. É uma crítica interna: no espaço (é somente no interior do convento que se pode denunciar a vida conventual), na instituição (somente uma freira pode desnudar a monstruosidade das outras freiras), e na linguagem (é por meio da linguagem da piedade que a ideologia cristã é denunciada). A piedade de Suzanne não é, portanto, apenas uma estratégia retórica para não desagradar o marquês de Croismare e ganhar sua simpatia, mas é o único discurso no qual uma crítica eficaz ao cristianismo é possível (COUDREUSE, 2012, p. 11, tradução nossa).

Atentos a este caráter irônico do romance, uma das passagens que levanta maior suspeita quanto à inocência da religiosa está presente no post-scriptum, ao final de suas memórias, quando a jovem diz ao marquês: “Sou uma mulher, talvez um pouco coquete, que sei eu? Mas é natural e sem artifício” (DIDEROT, 2009, p. 221). Em *Sobre as mulheres*, Diderot fala sobre uma certa “falsa inocente”, isto é, um tipo feminino corrompido pela sociedade galante e pela libertinagem. Segundo o filósofo, tal mulher corrompida estreia pelo “coquetismo”, continua pela “galantaria” e termina por “contar tantos amantes quanto conhecidos” (DIDEROT, 2000, p. 230). Ainda que Suzanne não se entregue à libertinagem – mas experimente, furtivamente, um prazer polêmico em Arpajon –, ainda que seu criador tente, sempre que possível, justificar sua inocência, inclusive pelo assentimento de outras personagens, Suzanne talvez estacione no primeiro “estágio” da tal “falsa inocente”: levantar dúvida sobre seu próprio caráter, indicando um possível coquetismo, e depois afirmá-lo contrariamente como “natural e sem artifícios”, coloca em xeque a verossimilhança de sua inocência e do romance como um todo.

Mesmo que Diderot busque imprimir uma tal verossimilhança ao caráter da pobre religiosa, por meio do pathos narrativo estrategicamente elaborado a partir de “técnicas dramáticas” (MATTOS, 2018, p. 120) e “meios eminentemente teatrais” (MATTOS, 2018, p. 122), engana-se o leitor que admite a inocência de Suzanne. Florence Lotterie diagnostica que a motivação narrativa de Diderot “está na proclamação da inocência da heroína, garantia de seu ethos virtuoso no momento em que ela conta sua história. É por isso que a história deve escapar do registro de obscenidades. Diderot logicamente relutará em dar ‘ideias obscenas’ à Suzanne” (LOTTERIE, 2009, p. 41, tradução nossa). Para Lotterie, Diderot deve mascarar a postura erótica da narradora em nome do efeito patético que a obra intenciona (LOTTERIE, 2009, p. 44). Por isso, a inocência autoproclamada por Suzanne e reconhecida por outros personagens é ambígua, irônica e, em última instância, uma construção arbitrária e moralista. Nesse sentido, para que se acredite nos relatos de Suzanne e, principalmente, em sua inocência, é preciso fazer aquilo que Franklin de Mattos, baseando-se na leitura de Georges May, indica: “proibir o leitor de refletir” (MATTOS, 2018, p. 124) – nesse sentido, afirma May, “só o crítico descobre as armadilhas precisas do romancista” (MAY apud MATTOS, 2018, p. 127). Raquel de Almeida Prado admite que a leitura distanciada do romance favorece uma interpretação mais aguçada da narrativa e, num movimento duplo, pontua que a atitude de Suzanne no post-scriptum é, ao mesmo tempo, uma prevenção contra a inverossimilhança de seu próprio coquetismo e uma “artificiosa reivindicação de ‘naturalidade’” (PRADO, 2003, p. 138-139).

4. CONCLUSÃO

A suposta inocência de Suzanne Simonin, traço distintivo de seu caráter e fruto da sutileza irônica de seu criador, inevitavelmente causa simpatia e comove aquele que conhece sua história – assim como também comoveu Diderot e seu correspondente –, ao mesmo tempo em que garante uma crítica eficaz às práticas religiosas e sociais de sua época. Ainda que Diderot não pretendesse desenvolver um romance psicológico – onde a principal intenção seria apresentar a subjetividade da personagem –, mas sim uma obra que convida o leitor ao combate das injustiças sociais por meio da ação concreta, foi apenas no irônico desenvolvimento do caráter singular de Suzanne, de sua inocência e seu ímpeto de liberdade, que o filósofo pode compor aquilo que, com mérito, se considera uma “obra de gênio” (DIDEROT, 2009, p. 225).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COUDREUSE, Anne. La Religieuse de Diderot : une critique de la claustration conventuelle : *Communication Colloque "Rapport hommes/femmes dans l'Europe Moderne : Figures et paradoxes de l'enfermement"*, Montpellier, 2012.
- _____. Pour un nouveau lecteur: La Religieuse de Diderot et ses destinataires. *Recherches sur Diderot et sur l'Encyclopédie*, vol. 27, p.43-57, 1999.
- DIDEROT, Denis. Continuação do Diálogo. In: DIDEROT, Denis. *Os pensadores: Diderot*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2005.
- _____. *Diderot: Obras VII – A Religiosa*. Tradução, organização e notas de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- _____. Sobre as mulheres. In: DIDEROT, Denis. *Diderot: Obras I – Filosofia e Política*. Tradução, organização e notas de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- _____. Suplemento à viagem de Bougainville. In: DIDEROT, Denis. *Os pensadores: Diderot*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2005.
- GRIMM, Friedrich Melchior von. Prefácio à obra precedente. In: DIDEROT, Denis. *Diderot: Obras VII: A Religiosa*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- LOTTERIE, Florence. Présentation. In: DIDEROT, Denis. *La Religieuse*. Paris: Flammarion, 2009.
- MATTOS, Franklin de. *A cadeia secreta: Diderot e o romance filosófico*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- PIVA, Paulo Jonas de Lima. O acerto de contas de Diderot com o ceticismo. *Trans/Form/Ação*, Marília, v.31, n.2, p.79-95, 2008.
- PRADO, Raquel de Almeida. *A jornada e a clausura*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ROMANO, Roberto. Introdução. In: DIDEROT, Denis. *Diderot: Obras VII: A Religiosa*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- TAMIZARI, Fabiana. *A Religiosa e a liberdade feminina no pensamento de Diderot*. Texto Aberto IEF, Coimbra, n.6, p.1-23, 2019. CICERO, Marcus Tullius. *Finibus Bonorum et Malorum*.

BEAUVOIR E LÉVI-STRAUSS: ANTROPOLOGIA E FILOSOFIA DA EXISTÊNCIA NA GÊNESE DE *O SEGUNDO SEXO*

SAMANTA DO CARMO¹

Resumo: O ponto de partida para as formulações feitas a seguir, por meio das quais abrimos um espaço de leitura e investigação de *O Segundo Sexo*, foi a presença dos dados etnográficos articulados pela filósofa francesa Simone de Beauvoir na obra acima mencionada. Ao investigarmos de que maneira a gênese de *O Segundo Sexo* se relaciona com o debate em torno do legado da tradição filosófica da modernidade europeia e com a fundamentação das ciências sociais na primeira metade do século XX, deparamo-nos com a necessidade de detalhar o encontro entre o pensamento de Beauvoir e as teses de Claude Lévi-Strauss em *As Estruturas Elementares do Parentesco*. O presente artigo se dedica a esmiuçar essa relação, na intenção de entender como os métodos da antropologia, formulados e discutidos no período, representaram novos caminhos filosóficos para as insuficiências conceituais sentidas por Beauvoir.

Palavras-chave: O Segundo Sexo; Simone de Beauvoir; Existencialismo; Estruturalismo.

1. INTRODUÇÃO

Na segunda parte de *O Segundo Sexo*, dedicada à “História”, Simone de Beauvoir (2019) indica explicitamente a etnografia como fonte de suas pesquisas, apontando seu papel para construção das ideias ali apresentadas. Na abertura, a autora escreve: “É revendo à luz da filosofia existencial *os dados da pré-história e da etnografia que podemos compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu*” (BEAUVOIR, 2019, p. 95, grifos nossos). A autora não discute, porém, as transformações por que passava a antropologia desde o início do século XX, mas acompanha tanto o debate suscitado pelas obras de Marcel Mauss e Michel Leiris como as inovações trazidas pelas *Estruturas elementares do parentesco*. Além disso, desde a publicação em 1922 d’*Os Argonautas do Pacífico Oriental*, de Bronislaw Malinowski, que lançou as bases da prática da observação participante de longa duração, a disciplina podia ser vista como parte do debate sobre o subjetivismo e a objetividade, no qual Beauvoir e seus contemporâneos estavam engajados desde os anos 1930. O momento em que ela escreve o livro era, portanto, um momento decisivo.

1 Jornalista, bacharela em Filosofia pelo Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília (UnB), bolsista DAAD em 2018 no programa Winterkurs.

Mas se os interesses de Simone de Beauvoir nesse momento podem ser entendidos em parte pelo Existencialismo, a especificidade de sua contribuição também pode ser flagrada por outras vias. A via que nos interessa investigar neste artigo é a aproximação entre filosofia existencial, antropologia e estruturalismo. Para isso, vamos nos dedicar a demonstrar a maneira como essa aproximação acontece à medida que Simone de Beauvoir lê e resenha *As Estruturas Elementares do Parentesco*, Claude Lévi-Strauss, quando está prestes a terminar *O Segundo Sexo*. Tal aproximação evidencia sua busca de alternativas à racionalidade moderna, o que também caracteriza parte dos métodos e autores que a filósofa mobiliza fora da filosofia para construir a obra publicada em 1949.

* * *

As Estruturas Elementares do Parentesco e *O Segundo Sexo* foram publicados em 1949, com poucos meses de diferença. Claude Lévi-Strauss e Simone de Beauvoir haviam se conhecido ainda em 1929, tendo sido, durante três semanas, colegas de estágio pedagógico no Liceu Janson de Sailly, em Paris. Ao comentar a repercussão de seu “estudo sobre ‘A mulher e os Mitos’” na revista *Les Temps Modernes*, Beauvoir (2009) diz ter ouvido que o antropólogo censurava certas inexatidões do texto, relativas às sociedades primitivas. A autora sabia que Lévi-Strauss trabalhava na finalização de sua tese sobre as estruturas de parentesco e pediu para saber sobre a pesquisa:

Fui à casa dele várias manhãs seguidas; instalava-me diante de uma mesa, lia uma cópia datilografada do seu livro; ele confirmava minha ideia da mulher como outro; mostrava que o macho permanece o ser essencial, até no seio daquelas sociedades matrilineares, que são chamadas de matriarcais (BEAUVOIR, 2009, p. 133).

Como narra Lévi-Strauss (ERIBON; LÉVI-STRAUSS, 2005), foi Michel Leiris, com quem trabalhava no Museu do Homem, que intermediou o reencontro. Mas mais significativas que a mediação são a lembrança de uma convergência entre os problemas investigados por ambos e as maneiras com que tentavam respondê-los. Conforme relata Lévi-Strauss a Eribon:

Ela estava terminando *O Segundo Sexo*. Michel Leiris tinha me falado do livro um dia, no Museu do Homem. Disse a Leiris *que eu também acabara de escrever uma obra, quase sobre os mesmos problemas*. Leiris contou a Simone de Beauvoir, que veio ler as provas de *As estruturas* na minha casa, porque queria conhecer o estágio mais atual da pesquisa antropológica antes de encerrar seu livro (ERIBON; LÉVI-STRAUSS, 2005, p. 71, *grifos nossos*).

Deixando, por ora, o que seriam esses *quase mesmos problemas*, cabe notar que, para além das correções e precisões, o reencontro resultou não apenas em diversas menções ao antropólogo em *O Segundo Sexo* enfim publicado, mas também em uma resenha escrita pela própria Beauvoir na revista *Les Temps Modernes* sobre *As Estruturas Elementares do Parentesco*.

Nesse texto, lê-se nos termos da autora como ela encontra no estudo do colega confirmações para seu próprio trabalho, que iriam além da ideia da mulher como outro mencionada em sua autobiografia (2009, p. 134). Os novos métodos propostos por Lévi-Strauss – que não só em breve redefiniriam a antropologia, mas também ajudariam a estabelecer o que, poucos anos depois, seria designado como estruturalismo – integravam o debate, que vinha das décadas precedentes, sobre a ruptura com o pensamento filosófico moderno. Este contexto também explica a “virada” de Beauvoir em direção ao estudo dos mitos² e seu interesse pelos dados de diversas culturas, disponibilizados pela etnografia.

Na resenha, Beauvoir (2007, p. 183) saúda o livro de Lévi-Strauss como um “brilhante despertar” da sociologia francesa, que andava “adormecida”, afirmando que os esforços da escola durkheimiana tinham se revelado decepcionantes, “pois se baseavam em hipóteses metafísicas contestáveis e em postulados históricos não menos duvidosos” para organizar os fatos sociais de forma inteligível. Igualmente decepcionante – mas de outra forma –, a escola americana, que pretendia “abster-se de toda especulação”, havia se limitado “a acumular fatos, sem elucidá-los”. Para a filósofa,

Lévi-Strauss desejou retomar a tentativa de seus mestres, evitando seus defeitos; ele também supôs que as instituições humanas são dotadas de significação; mas procurará a chave desta na humanidade própria daquelas; ele conjura os espectros da metafísica, mas não aceita, por outro lado, que este mundo seja apenas contingência, desordem, absurdo; seu segredo será tentar pensar o dado sem a intervenção de um pensamento que seja estrangeiro a este: no coração da realidade ele descobrirá o espírito que a habita. Assim ele nos reconstitui a imagem de um universo que não tem a necessidade de refletir o céu para ser um universo humano (BEAUVOIR, 2007, p. 183).

O próprio Lévi-Strauss frisa a importância da resenha para a recepção de seu livro, a qual o autor define como “calorosa” (ERIBON; LÉVI-STRAUSS, 2005, p. 82). Para esclarecer e mensurar o valor do adjetivo, deve-se lembrar que o antropólogo vinha de uma temporada de mais de uma década fora da França e que o livro, que reunia e sintetizava suas pesquisas, foi escrito

2 No terceiro volume de sua autobiografia, *A Força das Coisas* (2009), a autora se refere à publicação inicial do que viria a ser *O Segundo Sexo* como seu “estudo sobre ‘A mulher e os Mitos’” (2009, p. 133). Em outro trecho, Beauvoir (2009, p. 133) explica que, depois de ter lido *A Idade Viril*, de Michel Leiris (1939), abandonou “o projeto de uma confissão pessoal para me ocupar da condição feminina em sua generalidade. Fui fazer leituras na Nacional e estudei os mitos da feminilidade”.

enquanto ele trabalhava como conselheiro cultural junto à embaixada da França em Nova Iorque. Lévi-Strauss havia voltado a Paris para defender sua tese de doutorado – justamente o manuscrito lido por Beauvoir. Deve-se lembrar também, como o faz o próprio antropólogo, que a filósofa já era então a “grande dama francesa” e seu engajamento em relação ao estudo conferiu ao livro uma repercussão inusitada, que ultrapassava sua difusão no círculo restrito dos antropólogos (DOSSE, 1993, p. 45-46). Uma proposta de refundação da disciplina, com abertura para novos horizontes filosóficos, é um dos pontos que justificam o entusiasmo de Beauvoir pelo trabalho.

Até aqui, falamos do contexto do encontro entre Simone de Beauvoir e Claude Lévi-Strauss; agora, vamos tratar da discussão teórica feita por Beauvoir a partir de *As Estruturas*.

Ao resenhar *As Estruturas elementares do parentesco*, a filósofa comenta que a exogamia é uma manifestação tão original quanto a da própria humanidade (BEAUVOIR, 2007). A articulação entre natureza e cultura que Beauvoir encontra em Lévi-Strauss converge com seu esforço de demarcar a feminilidade como desdobramento cultural, e não como decorrência direta de uma “natureza” de fêmea:

O extremo interesse desse costume [proibição do casamento entre paralelos e recomendação dele entre primos cruzados] provém do fato de que graus de parentesco biologicamente equivalentes são considerados de um ponto de vista social como radicalmente dessemelhantes: torna-se patente que não é natureza quem dita suas leis à sociedade (BEAUVOIR, 2007, p. 185-186).

Assim, a autora não nega a existência de dados biológicos, mas argumenta que as consequências disso não são determinadas naturalmente. Seguindo o estudo de Lévi-Strauss, Beauvoir (2007, p. 184) sugere que a distribuição coletiva de valores entre os membros de uma sociedade sempre foi um fenômeno cultural – “e a mulher é um produto escasso essencial à vida do grupo”, de modo que evitar sua monopolização é um cuidado primeiro das coletividades. Isso porque, segundo Beauvoir (2007), o *mitsein*³ humano, a relação com outrem, é um existencial, e é nesse sentido profundo que a proibição do incesto deve ser lida.

Há, portanto, um sentido positivo em tal interdição: espera-se que a renúncia de uma parente por parte de um indivíduo assegure uma renúncia simétrica por parte de outro, a qual trará aos primeiros novos aliados. “A reciprocidade é a maneira imediata de integrar a oposição entre mim e outrem: sem uma tal integração, a sociedade não existiria”, escreve Beauvoir (2007,

3 Literalmente, “ser-com”, termo utilizado inicialmente por Heidegger em *Ser e tempo* (§26) para tematizar a coexistência dos outros e o que ele chama de “ser-com cotidiano” e retomado por Sartre em *O ser e o nada* (Terceira parte, cap. 1, III, e sobretudo cap. 3, III. “O ser-com [Mitsein] e o Nós”).

p. 185), que prossegue afirmando que não existiria sociedade se essa reciprocidade não fosse uma transferência de valores concreta, a troca, cuja importância já havia sido destacada por Marcel Mauss. Vale mencionar que desde seus primeiros romances (*A Convidada*, 1941; *O Sangue dos Outros*, 1943), Beauvoir se ocupava com os temas da alteridade e reciprocidade e se empenhava em garantir uma base social e corpórea para suas ideias⁴.

Uma observação extremamente importante impõe-se aqui: não é entre os homens e as mulheres que aparecem as relações de reciprocidade e de troca; elas se estabelecem *por meio das mulheres*, entre os homens; *existe e sempre existiu entre os sexos uma profunda assimetria* e o “Reino das mulheres” é um *mito* superado; qualquer que seja o modo de descendência, quer os filhos sejam incluídos no grupo do pai ou naquele da mãe, as mulheres pertencem aos machos e fazem parte do conjunto de prestações que eles se consentem. Todos os sistemas matrimoniais implicam que as mulheres sejam dadas por certos machos a outros machos (BEAUVOIR, 2007, p. 185, grifos nossos).

Comentadoras como Suely Kofes (2008) e Françoise Lionnet (2013) identificam nesse trecho a interpretação criativa de Beauvoir⁵. A ideia de que a troca e a reciprocidade ocorrem “entre os homens” e “*por meio das mulheres*” já estava presente em *As Estruturas Elementares do Parentesco*; o que não estava presente era a hipótese de uma profunda assimetria entre os sexos.

Sabe-se que, quando escreveu *As Estruturas Elementares do Parentesco*, Claude Lévi-Strauss tinha em mente redigir um segundo estudo sobre as estruturas *complexas* de parentesco. O autor se irritava com as soluções de seus antecessores na antropologia que, diante de sistemas complexos, imaginavam soluções mais complexas ainda, e dizia que, em sua opinião, “por trás do complexo deve existir o simples” (ERIBON; LÉVI-STRAUSS, 2005, p. 145). O “elementar” tem este sentido: aquilo que há de mais fundante em um modo de vida, uma cultura, que se elabora respondendo à natureza.

Ao longo da trajetória de construção de *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir parte de um desconforto com o subjetivismo idealista do existencialismo, ao que se somaram suas reflexões sobre consciência individual e cultura, as quais começaram a ser traduzidas em termos de

4 Isso pode ser entendido pela maneira como Simone Beauvoir relembra a obra *Por uma Moral da Ambiguidade* (1947) em *A Força das Coisas* (2009 [1963], p. 60): ao reavaliar seu ensaio anos depois de tê-lo escrito, a autora critica algumas de suas formulações por serem “mais ocas que as máximas kantianas” e comenta que não compreende o idealismo presente nele, já que, na época, relembra ela, acreditava que “os homens se definiam por seu corpo, suas necessidades, seu trabalho” e não colocava “nenhuma forma, nem qualquer valor acima dos indivíduos de carne e osso”.

5 Há uma segunda indicação da autora neste trecho, observada por Mauro Barbosa de Almeida (2007), que aponta como ela vai usar os estudos de Lévi-Strauss para contestar a tese que afirma a existência de um matriarcado, elaborada por Baschoven e retomada por Engels para dar contornos de disputa de classe à diferenciação social entre homens e mulheres.

mistificação depois de sua viagem aos Estados Unidos⁶. Apoiando-se nos modelos da antropologia, a autora reuniu componentes suficientes para formular a ideia de que a alteridade da qual se ocupava não se configurava apenas como uma noção idealista ou como elemento de uma consciência individual, mas sobretudo como um elemento concreto de organização social que implicava uma certa condição da mulher enquanto existente, uma condição das consciências enquanto existentes e se colocando no mundo.

Se a proibição do incesto é universal e normativa ao mesmo tempo é porque ela traduz uma atitude original do existente: ser homem é se escolher como homem, definindo suas possibilidades sobre a base de uma relação recíproca com o outro; a presença do outro nada tem de acidental: a exogamia, bem longe de se limitar a registrá-la, ao contrário, a constitui; através dela se expressa e se realiza a transcendência do homem; ela é a recusa da imanência, a exigência de ultrapassá-la; aquilo que os regimes matrimoniais asseguram ao homem, pela comunicação e pela troca, é um horizonte em direção ao qual ele possa se projetar; sob sua aparência barroca, eles lhe asseguram um além-humano (BEAUVOIR, 2007, p. 188).

Nessa formulação, feita no final da resenha sobre *As Estruturas Elementares do Parentesco*, o conteúdo do livro de Lévi-Strauss já aparece interagindo com as teses de uma ontologia do sujeito existencialista, que vai reaparecer nos capítulos “História” e “Os Mitos” de *O Segundo Sexo*. Neles, Beauvoir detalha como esse conjunto de elementos, na dinâmica de suas relações com as condições econômicas, técnicas e materiais, qualifica homem e mulher em termos de Sujeito e Outro na configuração que ela chama de “sociedades primitivas”.

Ainda na resenha, a autora sinaliza que o horizonte filosófico desse debate não aparece explicitamente no trabalho de Lévi-Strauss. No entanto, ao destacar esse fato, ela aponta outra semelhança entre seu pensamento e o do antropólogo: o humanismo.

De onde provêm estrutura e princípio? Lévi-Strauss não se permite aventurar sobre o terreno filosófico, não se separa jamais de uma rigorosa objetividade científica; mas seu pensamento se inscreve evidentemente na grande corrente humanista que considera a existência humana como contendo em si sua própria razão (BEAUVOIR, 2007, p. 188).

Vendo o trecho mais de perto, deve-se notar que um elemento em especial do trabalho de Lévi-Strauss permite, e mesmo fomenta, a pergunta inicial de Beauvoir: como a autora afirma na resenha, o antropólogo rejeita o “velho dilema” de que “ou os fatos humanos são intencionais ou não possuem significação”, recusando-o como explicação para o estabelecimento da regra da

6 Segundo Penelope Deutscher em *The Philosophy of Simone de Beauvoir* (2008), foi só a partir das suas viagens aos Estados Unidos, entre 1947 e 1948, que Beauvoir venceu sua aversão a diversas formas de análise social. Foi em meio a sua primeira análise do racismo que Beauvoir forneceu sua primeira explicação da distinção entre “ser” e “tornar-se” tal como se aplica à subjetividade corporificada – uma formulação que, posteriormente, ficaria famosa ao ser reempregada na afirmação “não se nasce mulher, mas torna-se”, em *O Segundo Sexo* (DEUTSCHER, 2008, p. 77)

exogamia (BEAUVOIR, 2007, p. 188). Na leitura da filósofa, a proibição do incesto é a própria lei do dom: é a transferência de valores de um indivíduo a outro que firma entre eles uma relação de aliança. Firmar alianças não é algo contingente, e nem é por acaso que a sexualidade está nessa posição central – como argumenta Beauvoir (2007, p. 184), “[e]ssa singularidade decorre do caráter particular da sexualidade mesma: é normal que a dobradiça entre natureza e cultura se encontre no terreno da vida sexual, pois esta, extraída da biologia, coloca imediatamente outrem em jogo”.

Enquanto dado, a sexualidade determina a necessidade da aliança; entretanto, ela não define como e com quem a relação deve ser estabelecida. Daí o aspecto duplo dessa estrutura fundamental. “O autor [Claude Lévi-Strauss] os define [os fatos humanos] como estruturas nas quais o todo precede as partes e cujo princípio regulador possui um valor racional mesmo quando não seja racionalmente concebido”, escreve Beauvoir (2007, p. 184), apontando o caminho aberto pelo colega ao rejeitar o velho dilema. A resposta para a pergunta sobre a origem de “estrutura” e “princípio” só poderia, portanto, ser formulada filosoficamente. Mostrando-se surpresa com a concordância entre a tese de Lévi-Strauss e aquelas defendidas pelo existencialismo, a autora, na sequência do trecho citado acima, afirma: “a existência, ao se colocar, coloca suas leis, em um único movimento; ela não obedece a nenhuma necessidade interior; entretanto escapa à contingência por assumir as condições de seu brotar” (BEAUVOIR, 2007, p. 184).

Ao longo de *O Segundo Sexo*, Beauvoir repete em diversas passagens a afirmação de que um elemento – seja o corpo, a força física, a maternidade ou uma ferramenta – não se explica em si, mas apenas tem significado, “realidade vivida”, “enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade” (BEAUVOIR, 2019, p. 65). É nesses termos que a autora recusa a metafísica transcendental, e é na perspectiva estruturalista que ela também reafirma sua recusa de que tudo seja contingência e desordem. Nesse livro, entretanto, essas questões são aprofundadas como que por outra via: não por tematização direta, mas como pano de fundo; não como elaboração teórica, mas como modo de pensar. Ao dirigir seus estudos sobre a condição da mulher para os mitos, é como se Beauvoir percorresse em parte esse caminho, dando vazão a seus esforços (e de vários de seus contemporâneos) em buscar nas práticas intersubjetivas um novo espaço para situar o humano no mundo e, na própria dinâmica dessas relações, aquilo que as regula.

Se lembrarmos que Beauvoir se afirma inicialmente como escritora e que seu ingresso na filosofia não se dá sem um certo contragosto, veremos que tal via – a via da tematização indireta – não é estranha à sua trajetória. Seu primeiro ensaio filosófico, *Pyrrhus et Cinéas* (1944), foi motivado por um convite: em 1943, Jean Grenier trabalhava em uma coletânea sobre

“as tendências ideológicas da época” e convidou Beauvoir para colaborar – pedido inicialmente recusado. Ao que se sabe, a autora só teria aceitado a proposta por insistência de Grenier e Sartre, e porque enfrentava dificuldades em transpor para uma peça de teatro as questões que deixara em aberto no romance *O Sangue dos Outros* (BEAUVOIR, 1961). O ensaio *Por uma Moral da Ambiguidade*, publicado em 1947, foi encorajado por um de seus estudantes, por um pedido de Albert Camus e pelos debates intelectuais gerados pela publicação de *O Ser e o Nada*, de Sartre (BEAUVOIR, 2009). Por outro lado, é possível dizer igualmente que os interesses filosóficos de Beauvoir sempre sustentaram seus romances, como um tipo de esqueleto: em *A Convidada* (1943) e em *O Sangue dos Outros* (1945), estão em jogo as dificuldades da coexistência; trata-se de pensar como na relação com outrem intervimos, querendo ou não, em seu destino, sendo necessário assumirmos tal responsabilidade. *O Segundo Sexo*, por sua vez, tem algumas especificidades: como mencionamos, Beauvoir passou de um projeto autobiográfico para a *descrição* da condição da mulher. Tudo isso nos leva a refletir sobre a maneira como Beauvoir compõe suas teses.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Etnografia, etnologia e antropologia são hoje compreendidas como três etapas da pesquisa e da formulação teórica antropológica. Em *Outras Naturezas, Outras Culturas*, Philippe Descola explica que a etnografia consiste em entender e documentar os dados de uma cultura a partir da convivência com seus membros: aprender a língua, saber do que eles se alimentam, como são seus sistemas de parentesco, etc. A etnografia contribuiria para o conhecimento detalhado de um único povo, sendo a etnologia o passo adiante: a partir das informações etnográficas de diferentes grupos, o etnólogo estabeleceria comparações em escala local, tentando estabelecer traços comuns entre sociedades distintas que coexistiriam num mesmo espaço, por exemplo, as sociedades ameríndias da Amazônia. O antropólogo, por fim – que vem a ser a mesma pessoa que faz etnografia e etnologia – tentaria entender fenômenos mais amplos, em escala mundial, destacar princípios e ordenar as diferenças culturais encontradas em uma infinidade de dados (DESCOLA, 2016, p. 33-35). Para situar a explicação, é preciso dizer que, além de ser um importante antropólogo contemporâneo, Descola fez seu doutorado sob orientação de Lévi-Strauss, a quem tal diferenciação e sistematização é atribuída.

Para entender os estudos de Beauvoir, porém, ainda que seja importante ter em mente as diferenças sistematizadas por Descola, devemos pensar que a clara distinção e subordinação entre esses três campos não correspondia àquilo que caracterizava as pesquisas antropológicas

no momento em que Simone de Beauvoir escreve, nem se aplica diretamente às fontes “etnográficas” referidas por ela.

Assim, não causa espanto a heterogeneidade dos dados articulados por Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*. Suas fontes são as mais diversas: a filósofa recorre às narrativas de Heródoto, às recentes (para seu tempo) descrições sobre as “Amazonas de Daomé”⁷, feitas por militares e pela imprensa, e a “muitos outros testemunhos antigos e modernos” (BEAUVOIR, 2019, p.96). Ou seja: trata-se de uma vasta gama de relatos, obtidos por diferentes metodologias além da etnografia e marcados pelas mais diversas inspirações políticas e epistêmicas.

Ao longo da segunda parte do livro, intitulada “História”, Beauvoir refuta a tese do antropólogo suíço Baschoven sobre o matriarcado – retomada, sabidamente, por Engels –, citando para tanto o livro *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Em “Os Mitos”, as fontes se multiplicam. Os estudos de caso texto de Lévi-Strauss são mencionados novamente algumas vezes, somando-se a eles as descrições e relatos de Malinowski, assim como citações dos trabalhos de James Frazer, Henri Luquet e Georges Dumézil. Entre as referências utilizadas, estão ainda os livros do Velho Testamento e *As viagens de Marco Polo*. Outra fonte mobilizada é a tradição dos geógrafos islâmicos viajantes do período medieval, por meio dos estudos de Abu Ubaide Abdalá Albacri, do século XI, que Beauvoir menciona como “o geógrafo El Berki”. Assim, como indicado anteriormente, o caráter heterogêneo e volumoso das fontes com as quais a filósofa trabalha é uma marca característica de seu pensamento.

Com seu estudo sobre a condição da mulher quase finalizado e o aporte da leitura das teses de Lévi-Strauss, Beauvoir incorporou ao seu trabalho a tarefa não realizada pelo colega e que, de certa forma, já estava em seus projetos: se, como resenhou Beauvoir, o antropólogo não se permitira aventurar-se pelo terreno filosófico, o que ela buscou em *O Segundo Sexo* – à luz da filosofia existencial e partindo da revisão dos dados da pré-história e da etnografia – foi justamente compreender como a hierarquia entre os sexos foi instituída (BEAUVOIR, 2019).

Na obra, Simone de Beauvoir busca se contrapor ao discurso de reificação da mulher e da desigualdade de status entre homens e mulheres como um dado natural. Nesse sentido, as práticas às quais a autora se volta são hábitos, costumes e narrativas de grupos sociais não-europeus, registrados por pesquisas etnográficas⁸. “Um dos méritos da antropologia está em

7 Soldados mulheres que compunham cerca de um terço do exército do então reino de Daomé, atual Benin, situado na região do Golfo da Guiné na África, lutando contra a tentativa de dominação francesa iniciada por volta de 1890 (RIBEIRO, 2019).

8 Como observa Jacques Gutwirth (2001), a antropologia naquele período se preocupava com a inteligibilidade das realidades socioculturais dos grupos étnicos “sem escrita”, “primitivos”, outros em relação ao sujeito europeu, pela experiência da diferença; foram necessárias décadas para reconhecer que há em todas as sociedades,

escapar à ideia que o presente é eterno”, observa Descola contemporaneamente (DESCOLA, 2016, p. 48). Articulando filosofia existencial, história e etnografia, Beauvoir realoca a condição da mulher e a dominação do homem e traça o devir dessas relações em meio às práticas dos existentes, retirando-as do âmbito exclusivo da natureza ou do acaso para inseri-las no da cultura, aqui entendida como ação do homem estabelecida sobre o solo da estrutura.

A partir dessa pequena incursão pela argumentação de Simone de Beauvoir, é possível compreender, por fim, não apenas de que maneira a antropologia é central para o desenvolvimento de suas formulações sobre a condição da mulher ao longo do tempo, mas também como a gênese de *O Segundo Sexo* se relaciona com o debate em torno do legado da tradição filosófica da modernidade europeia e com a fundamentação das ciências sociais na primeira metade do século XX. Como Maurice Merleau-Ponty, Claude Lévi-Strauss e outros, Beauvoir carrega um sentimento de insatisfação e desconforto com o pensamento filosófico de sua época. Se o contexto de frustração e desorientação em relação à filosofia moderna e de fundamentação das novas ciências sociais, assim como a crítica ao ainda idealista pensamento sartreano não aparecem explicitamente tematizadas em *O Segundo Sexo*, como já mencionamos, foi possível neste artigo demonstrar de que forma eles são pano de fundo para o interesse e uso da etnografia por Beauvoir. Do mesmo modo que esse pano de fundo, a recusa pela filósofa do determinismo biológico, do materialismo e da psicanálise em suas contribuições para o debate sobre a condição da mulher colocam Beauvoir na trilha de uma ciência – a antropologia – e, com ela, os horizontes abertos pelo estruturalismo.

inclusive aquela mesma de onde o sujeito se origina, estruturas não transparentes que podem ser penetradas e observadas pelo trabalho etnográfico. Philippe Descola (2016, p. 55), por sua vez, retoma a tese de Tzvetan Todorov e defende que “a eficácia com a qual a Europa instaurou sua dominação colonial” decorre de sua “curiosidade pelo outro, por compreender e sistematizar as diferenças”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Tradução Alfredo Bosi. 5ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BARBOSA, M. Nota sobre a Resenha das Estruturas Elementares do Parentesco por Simone de Beauvoir. *Campos - Revista de Antropologia*, Curitiba, v.8, n.1, out. 2007, p. 191-194. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/9546/6620>. Acesso em: 28 nov. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. *A Força das Coisas*. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. As Estruturas Elementares do Parentesco, de Claude Lévi-Strauss. *Campos - Revista de Antropologia*, Curitiba, v.8, n.1, out. 2007, p. 183-189. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/9547/6621>. Acesso em: 16 out. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. *Memórias de uma moça bem comportada*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

BEAUVOIR, Simone de. *Na Força da Idade*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. 5ª ed. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

DESCOLA, Philippe. *Outras Naturezas, Outras Culturas*. Tradução de Cecília Ciscato. São Paulo: Editora 34, 2016.

DEUTSCHER, Penelope. *The Philosophy of Simone de Beauvoir*. Ambiguity, conversion, resistance. New York: Cambridge University Press, 2008.

DEUTSCHER, Penelope. Manière Du Départ: Beauvoir, Merleau-Ponty and Lévi-Strauss Take Their Leave. *Paragraph*, v. 34, n. 2, p. 233-243, 2011. Disponível em: www.jstor.org/stable/43263785. Acesso em: 29 set. 2019.

DOSSE, François. *A História do Estruturalismo*. Tradução de Álvaro Cabral. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

ERIBON, Didier; LÉVI-STRAUSS, Claude. *De perto e de longe*. Tradução de Lea Mello e Julieta Leite. São Paulo: Cosac & Naify, 2005.

FALLAIZE, Elizabeth. Simone de Beauvoir and the demytification of woman. In: Plain, Gill; Salles Susan (org.). *A history of feminist literary criticism*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 85-104, 2007.

GUTWIRTH, Jacques. A etnologia, ciência ou literatura?. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 223-239, Dec. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 out. 2019.

INSTITUTO MYRDAL. *Gunnar Myrdal*. Disponível em: <https://institutomyrdal.wordpress.com/gunnar-myrdal/>. Acesso em: 24 nov. 2019.

KOFES, Suely. No labirinto, espadas e novelo de linha: Beauvoir e Haraway, alteridades, e alteridade, na teoria social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 865-877, set./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 out. 2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Lévi-Strauss nos 90: voltas ao passado. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 105-117, out. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 nov. 2019.

LIONNET, Françoise. Consciousness and Relationality: Sartre, Lévi-Strauss, Beauvoir, and Glissant. *Yale French Studies*, n. 123, 2013, p. 100-117. Disponível em: www.jstor.org/stable/23645877. Acesso: em 17 out. 2019.

LÓPEZ SÁENZ, Carmen. Merleau-Ponty (1908-1961) y Simone de Beauvoir (1908-1986): El cuerpo fenoménico desde el feminismo. *Sapere Aude*, v. 3, n. 6, p. 182-199, 20 dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/4472>. Acesso em: 25 nov. 2019.

MERLEAU-PONTY, Maurice. O metafísico no homem. In: MERLEAU-PONTY, Maurice. *Textos escolhidos*. Tradução de Marilena Chauí. São Paulo: Abril Cultural, 1975, p. 369-382. (Coleção Os Pensadores).

MERLEAU-PONTY, Maurice. De Mauss a Claude Lévi-Strauss. In: MERLEAU-PONTY, Maurice. *Textos escolhidos*. Tradução de Marilena Chauí. São Paulo: Abril Cultural, 1975, p. 383-396. (Coleção Os Pensadores).

PEIXOTO, Fernanda. A viagem como vocação – antropologia e literatura na obra de Michel Leiris. In: LEIRIS, Michel. *África Fantasma*. Tradução de André Pinto Pacheco. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

ROCHA, Everardo; FRID, Marina (org.). *Os Antropólogos*: de Edward Tylor a Pierre Clastres. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2015.

ROWLEY, Hazel. *Tête-à-tête*: Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre. Tradução de Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

SANDAY, Peggy; GOODENOUGH, Ruth. *Beyond the Second Sex*: new directions in the anthropology of gender. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1990.

SILVA, Franklin. *O Outro*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

SOBRAL, Luís Felipe. "Michel Leiris". In: *ENCICLOPÉDIA de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2016. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/autor/michel-leiris>. Acesso em 22 out. 2020.

CRÍTICA DA RAZÃO DESOBEDIENTE: A DIALÉTICA PASSADA A LIMPO DE HEGEL A BENJAMIN

ANDRÉ CARDOSO SZNAJDER¹

Resumo: Pretendemos, com este trabalho, discutir os caminhos tomados pela noção de formação (*Bildung*) em Hegel e sua relação com a crítica do progresso feita por Benjamin. Assim, num primeiro momento, trataremos do papel do progresso e da rememoração (*Erinnerung*) no processo de formação (*Bildung*) do Espírito Absoluto, tendo em vista principalmente o desfecho da *Fenomenologia do Espírito*. À luz de algumas observações de Adorno sobre a questão do progresso, pensaremos nos problemas históricos da intelectualidade alemã que Hegel tomou para si. Por fim, discutiremos as críticas de Benjamin ao progresso e à combinação entre modernização e barbárie.

Palavras-chave: Rememoração; Bildung; Unbildung; Progresso; Periferia.

No prefácio de sua *Fenomenologia do Espírito* (doravante, PhG), Hegel diz:

Certamente, o espírito nunca está em repouso, mas sempre tomado por um movimento para a frente. Na criança, depois de longo período de nutrição tranquila, a primeira respiração - um salto qualitativo - interrompe o lento processo do puro crescimento quantitativo; e a criança está nascida. Do mesmo modo, o espírito que se forma lentamente, tranquilamente, em direção à sua nova figura, vai desmanchando tijolo por tijolo o edifício de seu mundo anterior (2014, p. 28-9).

Para Hegel, a emergência da consciência filosófica não se dá de bate-pronto com uma só formulação. Ela exige um processo de formação (*Bildung*) que parte da consciência imediata do objeto. A verdade não é reservada a um restrito grupo de artistas ou filósofos que, privilegiados por uma intuição intelectual, estariam habilitados a acessar o absoluto num piscar de olhos. Ainda assim, veremos a importância do filósofo no acesso ao saber verdadeiro. Para Hegel, nesse ponto, é importante a ruptura com Schelling na PhG: “se o verdadeiro só existe no que (ou melhor, como o que) se chama quer intuição, quer saber imediato do absoluto, religião, ser [...], então o que se exige para a exposição da filosofia é, antes, o contrário da forma do conceito” (idem, p. 26)². A filosofia como emergência da verdade só se consoma no resultado de seu desenvolvimento progressivo. A PhG busca cumprir essa tarefa como a apresentação do “vir-a-ser da ciência em geral” (idem, p. 38).

1 Graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP).

2 Lukács sustenta que o “método da *Fenomenologia do Espírito* brota da polêmica de Hegel contra a filosofia schellingueana” (2018, p. 582). Hegel rejeita três aspectos centrais da filosofia de Schelling: a) o aristocratismo da noção de intuição intelectual segundo o qual “o conhecimento do absoluto só seria acessível a poucos eleitos, só aos gênios” (idem, p. 565); b) a “unidade simples das contradições, sendo que, nessa unidade, todo caráter

A consciência deve então se lançar numa experiência (*Erfahrung*) onde buscará a verdade do objeto. Nesse percurso, vai desfazendo, tijolo por tijolo, a edificação do pensamento ingênuo, que identifica na experiência imediata do objeto a possibilidade de acesso a sua verdade. “Por mais sem reservas que Hegel se fie à determinidade de seu objeto, na verdade à dinâmica objetiva da sociedade, mais solidamente imune ele está à tentação de aceitar a fachada de modo não crítico” (ADORNO, 2013, pp. 78-9). Por isso, podemos, sem medo, admitir que a dialética hegeliana pretende sobretudo engatar a *construção* da verdade pela *destruição* do fato, pelo menos tal como o positivismo os descrevia de forma intransigentemente rígida. Os fatos mais imediatos à consciência se dissolvem diante do trabalho crítico da “negação determinada” e, com isso, também se perde sua autoridade como acesso ao saber verdadeiro. A verificação da correspondência entre o objeto e o critério de sua verdade só é possível pelo “processo de compreensão do seu desenvolvimento” e isso tem por consequência a dissolução da falsa rigidez dos conceitos. A noção hegeliana de “negação determinada” ataca igualmente o positivismo, que ignora as contradições na determinação do objeto, e o ceticismo, que abdica da dimensão produtiva dessas contradições.

Hegel trata, nomeadamente, essa *Bildung* como um “progresso pedagógico” (2014, p. 39), ou seja, como a passagem de um estado inculto para o domínio do saber. No entanto a consciência só pode conhecer a si mesma enquanto consciência, ou seja, só pode se tornar consciência-de-si com a emergência do Espírito: “essa substância absoluta que na perfeita liberdade e independência de sua oposição – a saber, das diversas consciências-de-si para si essentes – é a unidade das mesmas: Eu, que é Nós, Nós que é Eu” (idem, p. 142). Sendo assim, a *Bildung* da consciência filosófica encontra, no percurso fenomenológico, o espírito como *figura absoluta de socialização*. A consciência, ao saber de si mesma, sabe-se como espírito socializado, não mais como consciência individualizada e isolada. Quando pensamos a PhG como a busca da resolução da cisão entre o objeto e ele mesmo, não falamos de um solipsismo ontologizante. A experiência da consciência é a mediação desse processo e compõe uma dimensão mais alargada do Espírito, para além de seu sentido epistemológico. “A experiência que a consciência faz aqui não é somente a experiência teórica, o saber do objeto; mas toda a experiência” (HYPPOLITE, 1999, p.

contraditório foi apagado, ao passo que a identidade hegeliana dos contrários foi da identidade e da não-identidade” (idem, p. 567) e c) a “imediatividade da ‘intuição intelectual’” que “produz em medida crescente uma visão global anti-historicista” (idem, p. 573). Assim, a base temporal do acesso ao saber verdadeiro é o que diferencia Hegel de Schelling, de modo que tal processo corresponda ao caminho de elaboração das deficiências da consciência imediata. O saber absoluto não pode ser ponto de partida, mas horizonte racional de uma fenomenologia do Espírito.

26), incluindo suas dimensões ética, jurídica, literária, religiosa, social, etc. O espírito, para atingir sua meta, dá uma volta gigantesca por todos os domínios onde aparece, de modo que as figuras da consciência são também “figuras de um mundo” (HEGEL, 2014, p. 300). Lukács também insiste nesse ponto ao ver na PhG um “panorama sistematizado do desenvolvimento histórico da humanidade” (2018, p. 413). A *edificação* da consciência filosófica consiste num processo amplo de formação cultural do espírito absoluto, que não se limita a uma experiência epistemológica, mas, a cada passo, descobre-se um movimento histórico e universal³. O movimento que leva a consciência imediata até o Espírito Absoluto deve ser, portanto, progresso qualitativo. Mas, nesse processo, para que a consciência progrida concretamente, ela deve abandonar sua condição individual e assumir seu caráter universal: “a tarefa de conduzir o indivíduo, desde seu estado inculto até ao saber, devia ser entendida em seu sentido universal, e tinha de considerar o indivíduo universal, o espírito consciente-de-si na sua formação cultural” (HEGEL, 2014, p. 38).

A experiência da consciência, portanto, não passa da sucessão de figuras que lhe aparecem na tentativa de cumprir o encargo do saber verdadeiro. Esse movimento de superação das figuras que esgotam suas faculdades especulativas não as elimina completamente. O movimento dessa experiência se vale de dois mecanismos centrais. Em primeiro lugar, a negação determinada, cuja atividade incide sobre um conteúdo específico, não abstrato, opera a cisão entre seu critério de verdade e sua aptidão para cumpri-lo. A negação determinada faz emergir uma nova figura mais habilitada a cumprir a verdade prescrita pela anterior, garantindo a coesão do encadeamento das figuras (Cf. ARANTES, 2000, p. 299). De outro lado, temos a rememoração (*Erinnerung*) que, embora apareça como mecanismo milagroso do saber absoluto, perpassa toda a experiência da consciência trabalhando silenciosamente como órgão de acumulação e garantindo que nenhum conteúdo das figuras seja perdido na sua superação. Assim, a *Bildung* não precisa se lamentar por aquilo que passou, e conserva seu conteúdo na mesma medida que o supera (*Aufhebung*). Por meio desses dois mecanismos do espírito, a *Bildung* se faz progresso, pois o processo de formação da consciência filosófica é eminentemente acumulativo, onde a produção do novo não implica na eliminação do superado.

3 Ainda assim, vale destacar que a dimensão epistemológica da *Fenomenologia do Espírito* não deixa de ser fundamental em sentido profundamente dialético. Embora o Espírito, em seu caminho de realização especulativa, imponha condições que ultrapassam o domínio do conhecimento, nenhuma delas pode fugir ao exercício da consciência sobre as figuras, em termos epistemológicos. A epistemologia, de modo algum é liquidada, mas, enquanto passo necessário, permanece como dispositivo intransponível.

O trabalho de formação do Espírito Absoluto é, assim, *construção retroativa*. A atividade rememorativa vai, no decorrer do processo fenomenológico, ruminando o conteúdo espiritual das figuras: cada estágio é sempre *recorreção especulativa* do estágio anterior. Desse modo, a *recorreção retroativa absoluta é o desfecho*, onde as figuras se tornam momentos do Presente Absoluto do Espírito. A filosofia, na figura do saber absoluto, aparece como o momento supremo de reunião de todo o conteúdo figurativo para a consumação da unidade de todos os momentos. Assim, a consciência vê os momentos de sua formação num só presente, permitindo ao espírito absoluto não só organizar sua riqueza total, mas também destravar o advento da história, como atividade do espírito, agora consciente de si, no tempo, uma vez que “só está no tempo o espírito total” (HEGEL, 2014, p. 450).

. . .

A resolução especulativa da PhG foi embasada pela absorção do não-idêntico como momento da identidade absoluta. Aquilo que, ao longo do percurso, se chocava e entrava em confronto saía de mãos dadas pela reconciliação espiritual. Todo material espiritual, convertido em Momento, foi reordenado num mesmo Presente absoluto cujo nexos de unificação está submetido à autoridade da filosofia. Mas valeria analisar se a filosofia realmente seria capaz de cumprir tal tarefa.

Se se pode presumir algo como especificamente alemão, então é o fato de que o grandioso está mesclado com o monstruoso de uma tal maneira que não se pode distingui-los por quaisquer limites convencionais. Enquanto ultrapassa todo o limite, quisera, ao mesmo tempo, subjugar, do mesmo modo que as filosofias e obras de arte idealistas tampouco toleravam qualquer coisa que não surgisse dentro do círculo fechado de sua identidade. Também a tensão desses momentos não é nenhum dado primitivo, nenhum assim chamado caráter nacional [...] O absoluto transformou-se em absoluto horror. Se, de fato, por longos períodos que se prolongaram para além da primeira época burguesa, as malhas da rede civilizatória – do aburguesamento – não estiveram tão firmemente tecidas quanto nos países ocidentais, então manteve-se intocada uma reserva de forças em estado natural. Com isso, gerou-se tanto o firme radicalismo do espírito quanto a permanente possibilidade de regressão. Por isso, nem Hitler pode ser considerado como destino do caráter nacional alemão, nem foi por acaso que ele se impôs na Alemanha (ADORNO, 1995, p. 128-9, trad. mod.).

“É o desenvolvimento retardatário do capitalismo que põe o intelectual em evidência”, de modo que “vai se tomando problemática a ideia de uma revolução nacional clássica e se aprofundando a fratura que aparta as camadas cultivadas das grandes massas amorfas tangidas pela inércia reinante” (ARANTES, 1996, p. 307). A ausência, na Alemanha da passagem ao século XIX,

de uma classe historicamente apta à condução de um processo revolucionário⁴ que exorcizaria a nação do fantasma do atraso foi patologicamente recebida por sua intelectualidade. De um lado, foram acometidos por uma depressão política que era experimentada como “um desencontro coletivo com a civilização do tempo”, de modo que tudo, aos olhos do intelectual, parecia ilógico e sua experiência nacional fosse uma “verdadeira *Bildung* às avessas” (idem, p. 73). De outro lado, o absurdo que era fazer parte da nação tão avançada intelectualmente quanto atrasada economicamente fez os intelectuais assumirem uma posição de “messianismo nacional” na esperança de “acertar o passo com as coisas e as ideias” (idem, p. 364). Isso se transformou numa mania de “pensar até o fim”, onde o espírito, a única arma que os intelectuais tinham às mãos para essa batalha de redenção nacional, assumia uma condição patológica. Por isso, a posição que a filosofia ocupa na PhG como redentora das contradições do movimento fenomenológico – que, como vimos, não é meramente epistemológico, mas também histórico-universal – faz parte desse voluntarismo intelectual que expressa como “a considerável irrealidade social das ‘ideias modernas’ [no caso, a de progresso] no cenário alemão dá lugar a uma realidade redobrada no plano do ideal” (idem, p. 366).

Podemos dizer, junto com Adorno, que, em Hegel, “a unidade do sistema repousa sobre a violência irreconciliável” (2013, p. 102). Isso se deve ao fato de a resolução especulativa da PhG estar fundamentada historicamente na inserção periférica da modernização alemã, que, para Adorno, carrega consigo a “permanente possibilidade de regressão”, pois o atraso conserva suas forças mal resolvidas na “tentativa de acertar o passo das ideias com as coisas”. A recaída é o fantasma que assombra os países retardatários e, quando as amarras da sua rede civilizatória distendem, a reserva de forças naturais, que ainda está presente em latência no seu presente histórico, pede a conta. Adorno, portanto, contesta o caráter progressivo da *Bildung* em Hegel, que está entre aqueles em cuja filosofia “a verdade não é passível de ser perdida” (ADORNO, 2009, p. 37). A garantia da acumulação e o trabalho da *Erinnerung* não estão absolutamente seguros quanto ao conteúdo de sua verdade pela sua “permanente possibilidade de regressão” ante a violência proveniente de sua truculenta reconciliação que elas carregam congenitamente por vício formativo. Ou seja, com o resultado da *Bildung* da consciência filosófica, o espírito absoluto não pode comemorar progresso algum, pois ele não é quem ri por último: “o *pathos*

4 “No século XIX vemos de modo crescente (mais notadamente na Alemanha) que eles [os liberais moderados] se tornaram absolutamente relutantes em começar uma revolução, por medo de suas incalculáveis consequências, preferindo um compromisso com o rei e a aristocracia” (HOBBSAWM, 2019, p. 111).

hegeliano que atribui ao espírito do mundo a única realidade efetiva, eco celeste de uma gargalhada infernal, prescreve a si mesmo uma tal extirpação [do particular sob o universal]” (idem, p. 288).

. . .

Benjamin se afasta tanto de Hegel quanto de Adorno. A noção de progresso persiste no seu pensamento. Vejamos de que modo.

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso (BENJAMIN, 1985, p. 226).

Benjamin não recusa a noção de progresso como acumulação. Seu afastamento se dá em função do conteúdo desse acúmulo. Não podemos simplesmente admitir, como faz Löwy que “a história universal do historicismo é falsa, pura acumulação artificial” (2005, p. 132). A crítica de Benjamin não pode ser reduzida a mera rejeição da ideologia do progresso. De certo modo, quando Adorno sugere um movimento duplamente progressivo-regressivo, sua posição acaba por rejeitar a noção hegeliana de elaboração acumulativa do tempo do Espírito. Benjamin não faz isso; sua crítica não só reconhece o triunfo decisivo do progresso, mas também recolhe suas determinações antagônicas, a fim de sinalizar para suas inflexões imoderadas. Assim, longe de ser mera construção artificial, o progresso, como acúmulo de “escombros sobre escombros”, revela que a modernização escolta uma acumulação ambígua tanto de construção quanto de destruição. Os tijolos do edifício do mundo anterior que Hegel via se desmanchar não cessaram de ser derrubados. Mas também não se trata, na sua leitura, da “permanente possibilidade de regressão”, e sim da combinação entre construção e destruição. Por isso, todo progresso é progresso da barbárie.

Adorno estava tentando indicar que o progresso é um movimento truncado e intermitente, pois as amarras frouxas da rede civilizatória, de vez em quando, pedem a conta. Até na sua célebre imagem, essa noção é precisa: “não há nenhuma história universal que conduza do selvagem à humanidade, mas há certamente uma que conduz da atiradeira até a bomba atômica. Essa história termina com a ameaça total da humanidade organizada contra os homens organizados” (ADORNO, 2009, p. 266). A bomba atômica não explodiria a qualquer momento, mas sua devastação era, na leitura de Adorno, expressão da “permanente *possibilidade* de regressão”. A

persistência da barbárie, pelo menos após o Terceiro Reich, não era de fato consumada, ela persistia enquanto *ameaça geral*.

“A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral” (BENJAMIN, 1985, p. 226). A exceção, como o resíduo bárbaro da modernização não é, para Benjamin, mera possibilidade, e sim a realidade dos processos sociais no seu avesso constitutivo. A *Bildung* é acompanhada de uma *Unbildung*, não apenas potencialmente destrutiva, mas permanentemente. Curioso que Adorno tem uma observação a esse respeito: nas fases em que os desenvolvimentos das forças produtivas se separam do suporte das ligações inter-humanas, então

o espírito do mundo, totalidade dos particulares, pode se converter naquilo que ele soterra sobre si. Salvo um engano completo, essa é a marca distintiva da época atual. Em contrapartida, em períodos em que os viventes necessitam do progresso das forças produtivas ou ao menos não são visivelmente ameaçados por esse progresso, prepondera com certeza o sentimento de concordância com o espírito do mundo, apesar da contracorrente cheia do pressentimento de que tudo não passa de um cessar-fogo (ADORNO, 2009, p. 256).

É claro que Hegel vivia um período de desenvolvimento das forças produtivas como promessa de realização do novo mundo⁵. Por outro lado, Benjamin recolhe os resultados explosivos dos processos de modernização e não cansa de criticar as teses progressistas que veem com “assombro” os acontecimentos bárbaros do século XX. Na verdade, ele percebe como o espírito não avança sem soterrar oprimidos, tanto seus corpos – “num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano” (BENJAMIN, 1985, p. 115) – quanto sua memória⁶. A experiência intelectual de Benjamin está profundamente arraigada num arroubo não só de destruição das forças produtivas, mas também de uma demonstração do que elas são capazes. No entanto, Benjamin dedica-se a tomar distância do “agora apareceu

5 “A apaixonada crença no progresso que professava o típico pensador do Iluminismo refletia os aumentos visíveis no conhecimento e na técnica [...]” (HOBBSAWM, 2019, p. 48-9). Apesar, de Hegel estar distante da classificação de um “típico pensador do Iluminismo” as condições históricas sobre as quais ele produziu sua filosofia são marcadas pelo desenvolvimento crescente da técnica.

6 Ao passo que as mortes são tratadas como parte do progresso histórico, o discurso progressista soterra também a memória. Hegel assume essa posição: “Pode-se chamar-se astúcia da razão ao seguinte: a razão faz que as paixões atuem por ela e que aquilo graças ao qual ela chega à existência se perca e sofra dano. [...] A Ideia não paga por si o tributo de ser determinado e caducidade, mas mediante as paixões dos indivíduos. César teve de realizar o necessário, de derrubar a liberdade apodrecida; ele próprio pereceu nesse combate, mas o necessário subsistiu: a liberdade sucumbiu, em conformidade com a Ideia, sob o acontecer externo” (HEGEL, 2013, pp. 103-4). A “tradição dos oprimidos” diria que aqueles que sucumbem *em nome do* progresso, sucumbem efetivamente *pela* barbárie. A luta dos oprimidos é também para “salvar os mortos” que ainda não estão seguros diante da continuidade do “amontoar de escombros” que recorda deles como reveses no caminho rumo ao progresso.

a destruição”, pois, na sua leitura, ela sempre esteve presente como avesso da modernização, na vida dos oprimidos; na verdade, o Terceiro Reich é mais uma das figuras históricas da barbárie, perfeitamente adequada às dinâmicas de destruição imanentes ao progresso, que lhe fornecem alento. A *Bildung* prova de sua própria desobediência: não se trata de enxergar, no período em que Benjamin escrevia, um momento caótico, escuso do progresso racional, mas a epifania do acúmulo de todas as forças produtivas⁷ e espirituais para a formação de Presente reconciliado consigo mesmo.

A crítica direcionada a Hegel, apesar de não declarada, é severa. Benjamin contesta “o conceito hegeliano de uma *Erinnerung* (recordação, lembrar) totalizante e infinita, na qual a majestade do espírito absoluto se transforma facilmente em apologia do desenrolar histórico” (GAGNEBIN, 2013, p. 110). Há, em Benjamin, uma crítica à unilateralidade do processo hegeliano de formação da consciência filosófica. Esse, como desenvolvimento que é, ao mesmo tempo histórico, pelo fundamento temporal do encadeamento de suas figuras, e condição da história, pela conquista do espírito consciente-de-si apto a produzir um tempo conceituado, vale-se da negatividade do tempo para a construção especulativa do novo mundo. Benjamin alerta para o rastro de destruição que ele deixa não apenas no seu processo de formação, mas também na sua pretensa realização no espírito absoluto e em sua realização efetiva na história universal. O presente absoluto da história, que só cumpre suas condições de inteligibilidade – e, portanto, de efetividade – como atividade unificadora da *Erinnerung*, torna-se possível se, com ele, a violência de sua reconciliação atingir as margens da modernização ainda distantes de qualquer tipo de reconciliação. Adorno, aqui, nos ajuda ao indicar que a “antecipação filosófica da reconciliação é um atentado contra a conciliação real” (2013, p. 102).

A reconstrução do passado, função central da *Erinnerung* na PhG, também é tema de Benjamin: “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’” (BENJAMIN, 1985, p. 224). A história se faz enquanto reelaboração, ao mesmo tempo, teórica e prática da luta entre os oprimidos e os opressores cristalizada no tempo-de-agora (*Jetztzeit*). A disputa da história envolve também a efusão de sua narração, que está articulada com a tarefa

7 Benjamin já havia percebido esse momento histórico de destruição das ⁷forças produtivas em *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*: “A utilização antinatural das forças produtivas é encontrada na guerra, que prova com suas devastações que a sociedade não estava suficientemente madura para fazer da técnica o seu órgão, e que a técnica não estava suficientemente avançada para controlar as forças elementares da sociedade. [...] Essa guerra é uma revolta da técnica, que cobra em ‘material humano’ o que lhe foi negado pela sociedade” (1985, pp. 196).

tanto de redimir a penúria dos oprimidos do presente quanto de salvar aqueles que sucumbiram no passado da narrativa gloriosa do progresso: “os mortos não estão em segurança se o inimigo vencer” (idem, pp. 224-5).

No entanto, a grande divergência entre Benjamin e Hegel acerca da noção de história se expressa no que eles entendem, respectivamente, por “tempo-de-agora” (*Jetztzeit*) e Presente (*Gegenwart*). Este é *resultado* especulativo do trabalho rememorativo do qual o saber absoluto se vale para cumprir o critério da sua verdade absoluta, a saber, a “unidade mesma” dos momentos de sua formação. O *Jetztzeit*, de outro lado, é *interrupção* do processo histórico que combina *Bildung* e *Unbildung*, é precisamente o “explodir do *continuum* da história” (BENJAMIN, 1985, p. 230). O *Jetztzeit* é um torvelinho de abertura histórica, não, como pretendia Hegel, o resultado da formação triunfante do tempo espiritual. Na verdade, Benjamin passa a limpo a dialética hegeliana na sua obsessão pela formação, rastro de uma experiência intelectual desasossegada pelo atraso nacional. A continuidade da história, em seu encadeamento progressivo é teratologicamente verídica. Assim como em Hegel, o passado não desaparece; entretanto, mortandade e opressão são renovadas a cada passo, de modo que a correção do tempo histórico tenha a extorsão da formação como seu coeficiente, e não sua vitória monumental. A *Bildung* não fracassou, não é artificial, mas, como só avança pela convocação de seu oposto, sua glória é extorquida pela atividade de rememoração que junta ao caldo do tempo presente componentes dos mais monstruosos. Por isso que a consagração hegeliana, ao articular suas oposições, produz uma “oscilação entre celebração entusiasta e acomodações regressivas” (ROSA FILHO, 2009, p. 288). No entanto, Benjamin percebe que a *Bildung* não se comporta para com seu oposto (*Unbildung*) com alternância, mas com cumplicidade. A *Bildung*, como resultado do *continuum* da história, é milagre macabro.

A categoria central da noção de história de Benjamin não é, “como se poderia esperar quando se passou pela escola da dialética hegeliana ou marxista, a da mediação, ainda menos a da ‘mediação a partir do processo global [...]’. O conceito-chave é o da interrupção da história” (LOWY, 2013, p. 96). Enquanto, para Hegel, o desenrolar histórico constitui o Presente na colheita de seu resultado especulativo, em Benjamin, o “tempo-de-agora” explode o próprio desenrolar histórico no seu “amontoar de escombros sobre escombros”. Vale explicitar que não se trata de uma implosão, pois o progresso não sucumbe às suas próprias contradições; ou, se sucumbe, deixa, em seu tributo, a catástrofe total. Não se pode confiar na ideia hegeliana de que “não há contradição sem promessa de reconciliação”, de que é preciso buscar o verdadeiro no

falso. O verdadeiro não é imanente ao falso, mas lhe é imposto extrinsecamente como emergência (*Ausnahmezustand*). O “tempo-de-agora” não é a realização do resultado épico, mas a fuga dele na sua consagração catastrófica.

. . .

Em carta a Niethammer de 1816, Hegel indica que “o espírito mundial deu ordem para avançar” (apud. ROSA FILHO 2009, p. 19). Mas, parece que a Alemanha, durante mais de um século, se recusava a obedecer a Razão. Permanecia numa realidade atrasada a despeito de todas as tentativas teóricas malogradas de engatar a marcha do progresso. Daí a depressão intelectual alemã que acometeu um filósofo como Hegel, que viu na dialética a saída para a reconciliação absoluta e a superação do marasmo nacional. A mania do absoluto atravessou o Reno de modo transfigurado: a Revolução se daria nas cabeças, e não cortando elas. Da mesma maneira, o progresso permanecia obstinado e, com isso, essa mania ia se transformando num amontoado de escombros que crescia até o céu. Até que, mais ou menos cem anos depois esses escombros despencaram sobre a cabeça dos intelectuais. Entre elas estava Walter Benjamin, alertando que essa barbárie não era nenhuma surpresa.

O caso alemão, na sua condição de inserção periférica na modernização capitalista foi exemplar do modo pelo qual o “avanço” que Hegel antevia combinava o “grandioso com o monstruoso”. A mania da *Bildung*, própria de sua condição de intelectual periférico, ofuscava a “*Bildung* às avessas” que era particular das periferias. A razão não parecia estar muito disposta a obedecer a suas próprias prerrogativas de reconciliação, pois se olhássemos bem, nas margens, sempre encontraríamos as disposições bárbaras do progresso. A catástrofe alemã só foi espantosa para aqueles que viam na inserção periférica na modernização uma correnteza que escoava a seu favor.

Benjamin percebeu como o novo tempo convoca sempre o seu oposto, não como mera possibilidade, mas como efetividade da vida dos “oprimidos”. O progresso é sempre progresso da barbárie, como “amontoado de ruínas cresce até o céu”. E, naquele mesmo movimento para o qual o espírito parecia se encaminhar – e que Hegel viu com tanta empolgação –, Benjamin alertou seu passo em falso, como a desobediência imanente dos espíritos da periferia. Ele deu um testemunho intelectual da articulação persistente entre *Bildung* e *Unbildung* e, assim, de como podemos usar os destinos trágicos da história alemã para reler Hegel. Em vez de confiar que a história corria a seu favor, disse que só havia uma maneira de escapar da catástrofe total: é preciso puxar imediatamente o freio de emergência antes que caiamos no abismo do progresso sem fim para o qual nos dirigimos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W. *Dialética Negativa*. Trad. M. Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, 2009 [1966].
- _____. *Palavras e Sinais: Modelos críticos 2*. Trad. M. H. Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995 [1969].
- _____. *Três Estudos sobre Hegel*. Trad. U. R. Vaccari. São Paulo: Unesp, 2013 [1963].
- ARANTES, P. *Hegel: a ordem do tempo*. Trad. R. R. Torres Filho. Hucitec/Polis. São Paulo, 2000 [1973].
- _____. *Ressentimento da Dialética: Dialética e Experiência Intelectual em Hegel (Antigos Estudos sobre o ABC da Miséria Alemã)*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política* (v.1). Trad. S. P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GAGNEBIN, J.-M. *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2013 [1994].
- HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. Trad. P. Meneses. Petrópolis. Vozes/São Francisco. 2014 [1807].
- _____. *A Razão na História*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2013 [1822-31].
- HOBBSBAWM, E. *A Era das Revoluções*. Trad. M. Penchel e M. L. Teixeira. São Paulo: Paz e Terra, 2019 [1962].
- HYPPOLITE, J. *Gênese e Estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel*. Trad. S. Rosa Filho et. al. São Paulo: Discurso Editorial, 1999 [1947].
- LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. Trad. W. N. C. Brant. São Paulo: Boitempo, 2005 [2001].
- LUKÁCS, G. *O Jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista*. Trad. N. Schneider. São Paulo. Boitempo. 2018 [1938].
- ROSA FILHO, S. *Eclipse da moral: Kant, Hegel e o nascimento do cinismo contemporâneo*. São Paulo: Discurso Editorial/Editora Barcarolla, 2009.

DEUS PERDOARIA OS ARTISTAS, MAS O ESTADO, NÃO: UMA ANÁLISE DAS “ARMADILHAS DA NARRATIVA” NA TENSÃO POLÍTICO-JURÍDICA ENTRE ARTES E RELIGIÃO

ALICE CALIXTO GONÇALVES¹

Resumo: Ao longo do presente artigo, busca-se compreender quais os termos de discordância na tensão jurídica-política entre artes e religião. Em um primeiro momento, analisa-se o paradigma prático; de que forma expressões como “teor pornográfico” e “vilipêndio a símbolos religiosos” são utilizadas no ordenamento jurídico brasileiro como ferramentas para reprimir manifestações artísticas no país. Em um segundo momento, questionam-se quais os parâmetros teóricos para esse debate. O texto legislativo e, conseqüentemente, os discursos relativos à relação entre artes e religião são construídos sob determinadas molduras narrativas. Assim, constatou-se que, para alcançar um debate produtivo, é necessário identificar os termos do desentendimento do debate e analisá-los a partir de três níveis de discordância.

Palavras-chave: Artes; Discordância; Liberdades; Religião.

1. INTRODUÇÃO

Em agosto de 2020, a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CDFL) aprovou em primeiro turno o Projeto de Lei nº 1.958/18, de autoria do presidente da Casa, Rafael Prudente (MDB DF). De acordo com o Deputado, a preocupação detrás da proposta reside nos atos que possam causar constrangimento aos cidadãos brasileiros, por isso seria “fundamental diferenciarmos o que é uma expressão artística daquela em que o sexo explícito e as diversas formas de parafilia são expostos, os quais se constituem em atos que ferem, que atentam contra valores arraigados da sociedade brasileira.”²

Na tentativa de proteger a liberdade religiosa, o Projeto de Lei visa à proibição de “expressões artísticas ou culturais que contenham fotografias, textos, desenhos, pinturas, filmes ou

1 Graduanda em Direito pela Escola de Direito de São Paulo - FGV DIREITO SP com passagem pela University of Southern California Gould School of Law - USC GOULD. Cofundadora do Grupo de Estudos de Direito do Entretenimento, Mídia e Cultura da FGV - DEMC FGV. Contato: alicecalixto13@gmail.com.

2 Trecho da Entrevista com Rafael Prudente em “Censura Velada ou escancarada vira debate a partir de Projeto de Lei controverso”. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2020/08/4870059-censura-velada-ouescancarada-vira-debate--a-partir-de-projeto-de-lei-controverso.html>>. Acesso em: 10 de set. 2020.

vídeos que exponham o ato sexual e a performance com atrizes ou atores desnudos”, correspondentes à “teor pornográfico”; e “elementos, objetos cultuados pelas diversas matrizes religiosas que representam o sagrado e a fé de seus seguidores”, relativos à “vilipêndio a símbolos religiosos”.

No entanto, o que esses conjuntos de palavras representam na prática? Carregam consigo alguma força para além do discurso por si só? Assim, nas próximas seções deste estudo, analisa-se as experiências brasileiras entre artes e religião e, posteriormente, as questões teóricas tangentes aos termos de discordância do debate.

2. O PANORAMA DA TENSÃO ENTRE ARTES E RELIGIÃO

Há de se perceber que as manifestações artísticas e liberdades religiosas, juntamente à moral e os bons costumes, possuem ligações inegáveis (NORONHA, 2015) e, conseqüentemente, é recorrente na história brasileira. Alguns eventos das artes performáticas no país tornaram-se memoráveis. Em 1931, Flávio de Carvalho, engenheiro, arquiteto, pintor e experimentalista do corpo, performava *Experiência n.º 3*; na qual usou um chapéu durante a procissão de Corpus Christi, provando a ordem moral e sendo encaminhado à Polícia Central de São Paulo.

Em 1985, Márcia Pinheiro, posteriormente conhecida como Márcia X, apresentava *Celofane motel suíte*⁴. Vestindo duas camadas de “não-roupas” (uma capa de plástico preta por cima de outra transparente) a artista lia um poema para seu parceiro Alex Hamburger, que passa a cortar partes da veste preta. Assim, o corpo nu da artista, aos poucos, ficava visível sob a capa transparente. A performance acabou por despertar a fúria do serviço de segurança do evento, culminando com um revólver apontado para a artista quase nua e seu *partner*. No dia seguinte, o acontecimento foi registrado nas páginas dos jornais. No ano de 2000, Márcia X performava *Desenhando com terços* em que, vestindo uma camisola, usava terços para montar desenhos em forma de pênis no chão da sala.

Em 2017, Wagner Schwartz performava *La Bête*⁵ (“O bicho”) no Museu de Arte Moderna de São Paulo. Com o corpo nu, o artista reproduzia o conceito das esculturas da série Bichos de Lygia Clark, até que teve seu pé tocado por uma criança e passou a ser severamente repreendido

3 Para saber mais, acessar: Experiências secretas – Flávio de Carvalho. Disponível em: <[Experiências secretas – Flávio de Carvalho | James Lisboa](#)>. Acesso em: 05 de setembro de 2020.

4 Para saber mais, acessar: “X”: Percursos de alguém além de equações. Disponível em: <<http://marciart.br/mxText.asp?sMenu=4&sText=43>>. Acesso em: 05 de setembro de 2020.

5 Para saber mais, acessar: La Bête. Disponível em: <<https://www.wagnerschwartz.com/la-b-te>>. Acesso em 05 de setembro de 2020.

sob acusações de pedofilia e pornografia. No mesmo ano, a exposição *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*⁶, no Santander Cultural de Porto Alegre, ganhou a atenção da mídia ao ser cancelada pela própria instituição sob a alegação de apologia à “pedofilia, zoofilia e blasfêmia”; uma vez que diversas obras, como o caso de *Travesti da lambada e deusa das águas*, de Bia Leite continham trechos como “Criança viada travesti da lambada” e “Criança viada deusa das águas”.

Em 2019, destaca-se o caso do *Especial de Natal Porta dos Fundos: A Primeira Tentação de Cristo*⁷, em que Jesus (interpretado por Gregório Duvivier) e Orlando (por Fábio Porchat) teriam um relacionamento homossexual. Na época, Benedicto Abicair, ora desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, censurou a obra para “acalmarem os ânimos [dos fundamentalistas religiosos]”. No mesmo ano, na véspera do natal, a sede da produtora foi atacada com bombas incendiárias pelo ocorrido. E por fim, no início de 2020 destaca-se o caso da Exposição *Todxs xs Santxs*⁸. Em cartaz no Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica, no Rio de Janeiro, um dos trabalhos expostos era composto por uma imagem de uma santa com o seio nu e um pênis, cancelada pós acusações de “ataque direto aos valores cristãos”.

Isto posto, nota-se que Arte e Direito são áreas que permitem correlações distintas. Essa conexão pode acontecer, majoritariamente, de seis formas, sendo estas: (i) a arte como objeto de proteção do Direito que trata do desenvolvimento de criações culturais, os direitos autorais e conexos; (ii) a arte como objeto do Direito; (iii) a arte como objeto de proteção da memória cultural - pensando nos patrimônios culturais; (iv) o Direito como objeto da arte; (v) a arte como documento cultural e ainda; (vi) a arte como mecanismo de propagação dos direitos sociais e da justiça. (FRANCA, 2011 apud BITTAR, 2020).

Nos casos analisados neste estudo, observa-se uma vitrine de como os valores morais de um determinado tempo estão caminhando (NEVES, 2020); ou seja, aqui se analisa a correlação da arte como objeto do Direito. Por isso, a atenção recai sobre diversos elementos: o corpo humano, a nudez, o sexo, a sexualidade, a obscenidade, os símbolos religiosos, a fé, a tutela do

6 Para saber mais, acessar: Entenda a polêmica da “Queermuseu”, mostra cancelada após críticas em redes sociais. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/entenda-a-polemica-da-queermuseu-mostra-cancelada-apos-criticas-em-redes-sociais>>. Acesso em: 05 de setembro de 2020.

7 Para saber mais, acessar: Atentado à sede do Porta dos Fundos estará no próximo especial de Natal, diz Porchat. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/04/atentado-a-sede-do-porta-dos-fundos-estara-no-proximo-especial-de-natal-diz-porchat.shtml>>. Acesso em: 05 de setembro de 2020.

8 Para saber mais, acessar: Prefeitura suspende exposição que traz Virgem Maria com órgão masculino. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-suspende-exposicao-que-traz-virgem-maria-com-orgao-masculino-24278942>>. Acesso em: 05 de setembro de 2020.

Estado, ou ainda a história e a própria definição do que se entende por arte; isto é, elementos típicos e próprios da espécie humana (NEVES, 2020). Para melhor compreender a problemática detrás do debate, os elementos listados anteriormente são partes de duas grandes estruturas: as artes e as religiões. Portanto, faz-se necessário compreender quais os pontos responsáveis pela relação intensa entre essas estruturas. O que é obsceno e violador à moral na nudez? Por que determinados discursos são legitimados e outros censurados? As crenças religiosas são ferramentas ou obstáculos para as artes?

Fica evidente, portanto, que regulamentações como o Projeto de Lei aqui exposto visam a equacionar determinadas tensões em relação a valores em conflito e, muitas vezes, em competição. No caso, entre a expressão artística e a expressão religiosa, que são colocadas como tensas. Por um lado, entende-se as artes que, por essência, possuem um caráter mutável e inovador – e há quem diga obsceno; capazes de desglorificar o belo e recatado, transgredindo as formas e estruturas que antes conhecíamos (ADLER, 1990). Enquanto, por outro lado, as religiões, compreendidas muitas vezes como portadoras de um caráter imutável, circundando a moral e os bons costumes sociais.

Neste ponto, há de se perceber: este estudo não objetiva a ideia de essência, mas de discursos. Então, é preciso adotar a premissa de que as artes e a religião são incapazes de coexistir? Trata-se de elementos antagônicos na estrutura de Estado em que estamos inseridos? Estamos à frente de controvérsias complexas não apenas por suas extensas complicações políticas, mas também pelas questões teóricas que se mostrarão protagonistas do debate. Eis o cerne da questão: do pluralismo religioso à liberdade de expressão, falamos de valores fundamentais de textura aberta. Dessa forma, em busca de um debate efetivamente produtivo, para além de uma normatividade pontual, é preciso entender com clareza as raízes de discordância do debate (SKINNER, 1989).

3. OS TERMOS DE DISCORDÂNCIA: UM DEBATE TEÓRICO

Antes de mais, para entender os entraves teóricos da problemática, é necessário recorrer aos entendimentos do historiador Hayden White. Na obra *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism* (1978), White pontua que

when we seek to make sense of such problematical topics as human nature, culture, society, and history, we never say precisely what we wish to say or mean precisely what we say. Our discourse always tends to slip away from our data towards the structures of consciousness with which we are trying to grasp them; or, what amounts to the same thing, the data always resist the coherency of the image which we are trying to fashion

of them. Moreover, in topics such as these, there are always legitimate grounds for differences of opinion as to what they are, how they should be spoken about, and the kinds of knowledge we can have of them (1978, p. 1).⁹

Isto é, quando procuramos dar sentido a determinados tópicos de estudo, como a sociedade, a história e a cultura, não somos capazes de expressar o que realmente queremos dizer. O discurso, como forma, considera as diferentes opiniões e perspectivas sobre os temas. No entanto, ao falar sobre novas descobertas e novas áreas, é evidente a necessidade de definir novos contornos e novos conceitos, sendo necessário ter consciência de que estruturamos nossos pensamentos e convicções inseridos em determinadas molduras narrativas de acordo com o que observamos (ou somos induzidos a observar). Desse modo, a premissa de narrativas transparentes é completamente afastada (WHITE, 1978).

Então, os trópicos discursivos¹⁰ se estruturariam em diferentes momentos

Interpretation thus enters into historiography in at least three ways: aesthetically (in the choice of a narrative strategy), epistemologically (in the choice of an explanatory paradigm), and ethically (in the choice of a strategy by which the ideological implications of a given representation can be drawn for the comprehension of current social problems) (WHITE, 1978, p. 70).¹¹

O discurso se adequa por um movimento pré-figurativo que é mais tropical do que lógico. Construimos um imaginário social que reproduzimos em todas as perspectivas da vida: ética, política, história e jurídica. Portanto, os textos legislativos, invariavelmente, também são construídos sobre determinadas molduras narrativas; isto fica evidente ao determinar o que é “teor

9 “Quando procuramos explicar tópicos problemáticos como natureza humana, cultura, sociedade e história, nunca dizemos com precisão o que queremos dizer, nem expressamos o sentido exato do que dizemos. Nosso discurso sempre tende a escapar dos nossos dados e voltar-se para as estruturas de consciência com que estamos tentando apreendê-los; ou, o que dá na mesma coisa, os dados sempre obstam a coerência da imagem que estamos tentando formar deles. Além disso, em tópicos como esses, sempre existem motivos legítimos para diferentes opiniões quanto ao que eles são, sobre a forma que se deveria falar deles e quanto aos tipos de conhecimento que podemos ter deles.” (WHITE, 1978, p. 1, tradução própria).

10 De acordo com White, para entender o que são os trópicos é necessário compreender a relação léxico- semântica da palavra. Nesse sentido “A palavra *trópico*, do tropo, deriva de *tropikos*, *tropos*, em que no grego clássico significa *mudança de direção* ou *desvio*, e na *koiné*, *modo* ou *maneira*. Essa palavra surge nas línguas indo-Europeias modernas como formas de *tropus*, que no latim clássico significava *metáfora* ou *figura de linguagem*, e no latim tardio, especialmente quando aplicada na teoria da música, *tom* ou *compasso*. Todos esses sentidos, sedimentados na palavra *trope*, no inglês antigo, capturam a força do conceito expressado no inglês moderno como *style*, um conceito em especial, adequado para examinar a forma de composição verbal que, a fim de diferenciá-la da demonstração lógica e, de outro, da pura ficção, chamamos pelo nome de *discurso*.” (WHITE, 1978, p. 2, tradução própria).

11 “Assim, a interpretação entra na historiografia em pelo menos três formas: esteticamente (na escolha de uma estratégia narrativa), epistemologicamente (na escolha de um paradigma explicativo) e eticamente (na escolha de uma estratégia pela qual as implicações ideológicas de uma determinada representação possa ser deduzidas para a compreensão de problemas sociais atuais).” (WHITE, 1978, p. 70, tradução própria).

pornográfico”, por exemplo. Ocorre que, a opção adotada pelos parlamentares nem sempre considera um trópico básico: a história.

Se arte e religião são antagônicas, o que dizer sobre a Vênus de Hohle Fels, a escultura mais antiga da representação do corpo humano; uma figura feminina nua? Para onde foram as notórias igrejas renascentistas, carregadas das mais variadas obras de arte, os vitrais, as pinturas e as esculturas? O que distingue os corpos nus retratados por Botticelli, Michelangelo, Leonardo da Vinci, Rafael Sanzio e Diego Velázquez? Ora ainda Matthias Grünewald, El Greco ou o brasileiro Manuel da Costa Ataíde? Quando as artes deixaram de impulsionar a crença e a fé e passaram a se tornar incompatíveis?

Nota-se então, a existência de um vínculo estrutural entre o Belo e o Justo. Ou seja, da mesma forma que o Renascimento transforma as concepções estéticas nas Artes por meio de uma volta ao classicismo pagão; o Direito sofre, durante o mesmo período, um processo de naturalização – com o humanismo jurídico (NORONHA, 2015). No entanto, a problemática da liberdade humana e dos movimentos de ruptura entre os conceitos, Beleza e Justiça, ainda perpassa os séculos passados para os dias de hoje.

Assim, em busca de mais esclarecimentos, Cris Olivieri e Edson Natale, notórios expoentes do debate sobre Direito e Artes no Brasil, organizaram na obra *Direito, Arte e Liberdade* (2018) uma série de entrevistas com religiosos de diversas crenças. Afinal, uma vez laico, o Estado brasileiro não deveria adotar, discriminar ou apoiar nenhuma religião, deixando que o cidadão decida e viva de acordo com suas respectivas crenças¹².

Nesse sentido, Dom Clovis Erly Rodrigues, bispo emérito e arquivista provincial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil sugere que a religião e a arte sempre alimentaram uma à outra. Ocorre que, “nada acontece de bom quando a religião é usada para servir outros interesses: o fanatismo que cega também oblitera a razão” (RODRIGUES, 2018, p.146). Na mesma linha, Henrique Vieira, teólogo e pastor evangélico da Igreja Batista do Caminho define que a arte e a religião, mesmo que de forma distinta, fazem parte do campo da expressão e de uma das dimensões mais profundas da humanidade; o problema, o inibidor e limitador se pautam sob o fundamentalismo religioso e o moralismo (VIEIRA, 2018, p.153).

Em busca de outras matrizes religiosas, Makota Valdina de Oliveira Pinto, do terreiro Tanuri Junsara, sabiamente relembra que o Brasil vive questões culturais e diferentes culturas, isso porque cada região age e reage de maneira distinta. Assim, as artes incomodam porque

12 É relevante lembrar isso porque, por mais que o Projeto de Lei e os principais debates na grande mídia são relativos à fé cristã, as vidas, culturas e as mais diversas crenças não se confundem entre si.

lidam diretamente com as mudanças dos tempos e da vida em relação a temas como sexualidade, por exemplo (PINTO, 2018, p.163). De forma similar ainda, o Xequê Mohamad Al Bukai, Diretor de Assuntos Religiosos da União Nacional das Instituições Islâmicas do Brasil (UNI) afirma que a arte, em sua natureza, nada mais é do que a resposta ao apelo do espírito que, na sua origem, faz parte do mundo metafísico. E evidentemente, não há arte sem criatividade e criatividade sem liberdade (BUKAI, 2018, p.170).

Desse modo, por mais polêmica que a obra seja, não cabe ao Judiciário delimitar seu alcance. Assim, a partir deste ponto, é necessário recorrer à doutrina jurídica. De acordo com Dimitri Dimoulis e Dimitri Christopoulos (2009), os limites do debate devem ser buscados no instituto do dano moral; no sofrimento ou na dor de quem o exercício desta liberdade lesa moralmente pessoas reais. Assim, a arte não pode ser censurada cada vez que alguém sente uma ofensa ao “sentimento religioso”.

Como afirmou Ronald Dworkin, “em uma democracia, ninguém, independentemente de quão poderoso ou impotente seja, pode ter o direito de não ser insultado ou ofendido”. A liberdade de proibir condutas que ofendem ou ridicularizam nossos valores não é apenas um indício de imaturidade pessoal e política. Constitui uma clara expressão de intolerância. Não há lugar, na democracia, para o direito de não sermos ofendidos, sob pena de qualquer alegação de ofensa tornar-se obstáculo ao exercício de qualquer liberdade. Uma minoria religiosa não poderia exercer seu culto, caso a maioria se sentisse ofendida. E vice-versa. Os pensadores e artistas não seriam avaliados pelos seus pares, mas por quem se sente ofendido. Em resumo, em nome do respeito das convicções sagradas de certa comunidade, a liberdade de expressão, individual e coletiva, seria abolida. (DIMOULIS; CHRISTOPOULOS, 2009, p.11)

Então, em tempos de tabus e moralismo, o Estado, na forma que é concebido, deveria regular a pluralidade dos sujeitos de direito? É capaz de cumprir sua função tanto para o artista, quanto para o religioso? Cada vez de forma mais evidente no presente estudo, percebe-se que o cerne da questão não se trata propriamente de um embate entre as artes e as crenças religiosas. No caso, o conflito reside na discordância teórica e conceitual dos elementos do debate (SKINNER, 1989). Isto é, podemos concordar que as liberdades artísticas e religiosas devam caminhar lado a lado. Entretanto, ainda não sabemos exatamente sobre o que discordamos.

Vivemos cercados por diferentes símbolos: seja no mundo jurídico, em que se associa a figura do juiz à justiça; no mundo das artes, em que *Madona Sistina*, de Rafael, simboliza o Renascimento; ou ainda, no mundo cristão, em que a cruz é a respectiva representação do sacrifício de Jesus Cristo. Assim, diante de um processo de simbolização, a vida em sociedade passa a ser caracterizada a partir de seus significados, crenças e símbolos (BITTAR, 2020).

Desse modo, é inevitável notar que “Arte, Direito e Religião se transformam pelos mesmos métodos e critérios” (NORONHA, 2015, p. 91) e não existem sem esforços interpretativos.

Então, se a sociedade adota valores conservadores, suas manifestações aceitas – artísticas ou religiosas - e suas ferramentas – as leis -, fatalmente seguem a mesma orientação. Isto é, uma sociedade conservadora, resulta em tendências jurídicas conservadoras e, na mesma linha, espaço para processos artísticos conservadores. O mesmo ocorre diante de ondas progressistas, por exemplo (NEVES, 2020).

Nessa perspectiva, enquanto o preâmbulo da Constituição Federal (Lei Federal)¹³, promulgada em 1988, invoca a proteção de Deus, também prevê, no mesmo texto, a proteção legal à liberdade de expressão, à liberdade artística e à liberdade religiosa;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; (Brasil, 1988)

Bem como, no Código Penal (Lei Federal):

Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso: Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência. (Brasil, 1940)

A problemática não decorre da carência de direitos ou garantias constitucionais para proteger as crenças religiosas ou a liberdade artística. Então, é descabido estabelecer uma hierarquia de liberdades a título de proteger o sentimento religioso. E para além disso, quando o próprio ordenamento jurídico tutela a ideia do “Divino”, de forma que passa a impor deveres de respeito e imperativos de silêncio, em situações como o Projeto de Lei analisado, o Estado entra em contradição com o princípio da laicidade (LOREA, 2008 apud DIMOULIS; CHRISTOPOULOS, 2009, p.10). Portanto, para o debate, não é necessário aprovar uma nova lei com novas palavras-

13 Preâmbulo completo: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.”

chaves indeterminadas. Eis o que ocorre: o Estado falha ao pautar suas decisões e propostas em termos e conceitos indeterminados e sem clareza alguma.

Há de se entender que o surgimento dos direitos dos homens nasce apenas em função da mudança das condições sociais ao longo dos séculos; as liberdades (também chamadas de direitos sociais) constituem, em sua essência, poderes. Isto é, a liberdade religiosa, decorre de uma resposta às guerras de religião; as liberdades civis, como efeito da luta dos parlamentos contra o absolutismo; a liberdade política e social, como consequência do amadurecimento do movimento dos trabalhadores (BOBBIO, 2004).

No entanto, ocorre que antes o Estado era visto como garantidor de direitos, enquanto atualmente, é visto como uma ameaça aos direitos (impacto direto do nosso imaginário social). Ou seja, diante do aumento das polarizações e extremismos, houve um esgarçamento da noção de sociedade como um todo e, conseqüentemente, da noção de Estado como forma política da sociedade (BOBBIO, 2004).

Desse modo, identifica-se que:

nasce uma nova dificuldade: os termos avaliativos são interpretados de modo diverso conforme a ideologia assumida pelo intérprete; com efeito, é objeto de muitas polêmicas apaixonantes, mas insolúveis, saber o que se entende por aperfeiçoamento da pessoa humana ou por desenvolvimento da civilização (BOBBIO, 2004, p.12).

A produção legislativa (e conseqüentemente, o discurso) concentra-se em uma linguagem persuasiva, mas com valor teórico inexistente para o debate, dado o nível de generalidade dos termos e conceitos utilizados. Isto é, constroem-se discursos irrelevantes para análises teóricas do Direito (BOBBIO, 2004, p.9) responsáveis por entender as reais controvérsias do Estado Moderno, como é o caso do debate entre artes e religião.

4. PARÂMETROS TEÓRICOS APLICADOS NO CASO DO PROJETO DE LEI Nº 1.958/18

Até esse ponto, percebe-se que se trata de uma falácia acreditar que, como sujeitos podemos observar algo sem desenvolver juízos de valor. Estruturamos molduras narrativas ao redor do que observamos, construindo assim, um imaginário social em todos os âmbitos da vida, inclusive, do discurso (WHITE, 1978). Assim, em busca de parâmetros teóricos para o debate; quando a linguagem deixa de ser um mero acessório e passa a ser a própria prática política, torna-se inevitável recorrer à obra *Language and political change* (1989) do historiador Quentin Skinner.

O que precisamos saber aqui não são quais palavras devemos usar no debate entre artes e religião, mas sim quais conceitos estas palavras carregam. Segundo Skinner (1989), existe

disjunção completa entre as “palavras-chaves” que são usadas para discutir “as questões reais” no mundo social. Nesse sentido,

we might be disagreeing about one of at least three different thing, not all of which are self-evidently disagreements about meaning; about criteria for applying the word; about whether the agreed criteria are present in a given set of circumstances; or about what range of speech acts the word can be used to perform. (SKINNER, 1989, p.11).¹⁴

Isto é, para mapear os sentidos dos termos de desentendimento e compreender as condições do debate, determina-se aqui três níveis de discordância: (i) a discordância semântica; (ii) a discordância de aplicação e (iii) a valência política do conceito (GHIRARDI, 2018). Então, por exemplo, diante do Projeto de Lei nº 1.958/18 quais os níveis de discordância a respeito da expressão “teor pornográfico”?

No que tange (i) a discordância semântica, busca-se entender quais elementos estão inseridos dentro do conceito de determinada expressão, trata-se de uma discordância em relação ao parâmetro. Portanto, a performance de um artista imóvel com o corpo nu tem “teor pornográfico”? Uma fotografia de um casal se beijando com seus corpos nus tem “teor pornográfico”? E se estiverem vestidos, tem “teor pornográfico”? Qual é o sentido de “teor pornográfico”?

No entanto, caso não ocorra uma discordância no campo da semântica e as partes do debate estejam articulando os mesmos elementos quando se determina o que é “teor pornográfico”, deparamo-nos com o segundo nível de desentendimento, (ii) a discordância de aplicação. Isto é, o conceito em si está claro, mas a leitura dos fatos diverge; a discordância não se dá em relação ao parâmetro, mas em relação à avaliação do fato. Então, a performance *La Bête* e Wagner Schwartz tem “teor pornográfico”? E a performance *Desenhando com terços* de Márcia X? A *Criação de Adão* na Capela Sistina tem “teor pornográfico”?

Nesta sequência, se a discordância não se verificar no momento de aplicação, trata-se por fim, de uma análise (iii) da valência política do conceito. Ou seja, determinar que um fato possui “teor pornográfico” diz a respeito de uma caracterização positiva ou negativa? É de um elogio ou uma ofensa falar que a Exposição *Todxs xs Santxs* tinha “teor pornográfico”? E no caso de uma cena de sexo explícito em uma novela?

14 “Podemos estar discordando sobre uma das três coisas diferentes, nem todas as quais são evidentemente discordâncias sobre o significado; sobre o critério para a aplicação de uma palavra; sobre se os critérios acordados estão presentes em um determinado conjunto de circunstâncias; ou sobre como diferentes atos de fala performam diferentes efeitos de sentido.” (SKINNER, 1989, p.11, tradução própria).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É natural que existam tensões no debate entre diferentes liberdades, como no caso da liberdade de religião e da liberdade de expressão e artística. No entanto, é necessário observar além; quais são os elementos do debate e afinal, sobre o que discordamos? E aqui reside o problema; sem essas respostas perdemos, como sociedade, oportunidades de ter um debate coerente sobre o tema (SKINNER, 1989).

Sendo assim, “*one of the most important uses of evaluative language is that of legitimating as well as describing the activities and attitudes of dominant social groups*”¹⁵ (SKINNER, 1989, p.21). Há de se perceber neste ponto, que o desentendimento reside não apenas na discordância (seja entre os legisladores, os juízes, a sociedade civil, os fundamentalistas religiosos, os artistas ou o a própria teoria do Direito) sobre o que é “arte”, mas também sobre o que é “religioso”, “teor pornográfico”, “obsceno” e tantos outros termos e expressões usados de forma igual para dizer coisas distintas.

Se o artista registra e retrata aquilo que ele observa no mundo a partir dos mesmos métodos, em que passo está a transformação das dimensões artísticas, jurídicas e religiosas? Trata-se aqui, de relações entre influenciados e influentes que conversam ao longo da história, atendendo-se aos mesmos fenômenos, mas reagindo de maneiras distintas (NEVES, 2020). A Arte, o Direito e a Religião são símbolos de poder em que, inevitavelmente, espelham a sociedade em que vivemos. Um espaço em que somos atores e espectadores, que reflete nossos desejos e nossas lutas; “um espelho infiel – condenado, mesmo contra a sua vontade, a dizer a verdade” (NEVES, 2020, p. 347).

Portanto, diante da análise da tensão jurídico-política faz-se necessário mapear os sentidos e conceitos para entender essa contradição entre artes e religião em busca de desenvolver parâmetros teóricos a respeito da tentativa de superproteger o “Divino” (DIMOULIS; CHRISTOPOULOS, 2009) e a moral e os bons costumes. Afinal, nas sociedades democráticas, em casos como o Projeto de Lei nº 1.958/18, o mais importante é evitar cair na armadilha do termo equívoco (WHITE, 1978), impossibilitando um debate produtivo para o ordenamento jurídico brasileiro. Caso contrário, devemos estar prontos para rezar pela morte dos artistas.

15 “um dos usos mais importantes da linguagem avaliativa é o de legitimar, bem como descrever as atividades e atitudes dos grupos sociais dominantes.” (SKINNER, 1989, p.21, tradução própria).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, Amy M. Post-Modern Art and the Death of Obscenity Law. *Yale Law Journal*, Vol. 99, Nº. 6, pp 1359-1378. Apr. 1990.
- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. *Semiótica, Direito e Arte*. São Paulo: Almedina, 2020.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BUKAI, Mohamad Al. A diversidade religiosa é a fonte de riqueza e de beleza para qualquer sociedade e cultura. In: OLIVIERI, Cris; NATALE, Edson (org.). *Direito, arte e liberdade*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018, p. 170-177.
- DIMOULIS, Dimitri; CHRISTOPOULOS, Dimitris. O direito de ofender. Sobre os limites da liberdade de expressão artística. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais - REBEC*, Vol. 3, Nº. 10, 2009.
- GHIRARDI, José Garcez. Always invisible, yet obvious: the place of socially vulnerable citizens in Brazil's legal education. In: KUNZ, Lena; MESE, Vivianne Ferreira. (Org.). *Rechtssprache und Schwächerenschutz*. 1ed.: Nomos eLibrary, 2018, v., p. 349-356.
- LOREA, Roberto Arriada (org.). *Em defesa das liberdades laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.
- NEVES, José Roberto de Castro. *O espelho infiel*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.
- NORONHA, Ibsen. Considerações sobre Direito, Arte e Religião. In: MAMEDE, Gladston; FRANCA FILHO, Márcilio Toscano; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (Orgs.). *Direito da arte*. São Paulo: Atlas, 2015, p. 87-113.
- PINTO, Makoto Valdina. Você tem que ter o direito de crer e o direito de não crer. In: OLIVIERI, Cris; NATALE, Edson (org.). *Direito, arte e liberdade*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018, p. 161-168.
- RODRIGUES, Dom Clovis. Arte e Religião nunca foram antagônicas. In: OLIVIERI, Cris; NATALE, Edson (org.). *Direito, arte e liberdade*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018, p. 147-152.
- SKINNER, Quentin. Language and political change. In: BALL, Terence et al. *Political Innovation and conceptual change*. CUP, 1989, 1995.
- VIEIRA, Henrique. Arte e religião são dimensões profundas, potentes, frágeis e criativamente humanas. In: OLIVIERI, Cris; NATALE, Edson (org.). *Direito, arte e liberdade*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018, p. 153-160.
- WHITE, Hayden. *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism*. Baltimore: 1978.

“EM MIM NÃO POÇO EXPLICAR QUE SOU UM COLCHÃO DE PANCADAS...”: ESCRITOS DE MULHERES E ESCRITOS SOBRE MULHERES NA AMÉRICA PORTUGUESA

MARIANA RODRIGUES DE VITA¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a violência histórica pela qual as mulheres sofreram apagamento sendo sistematicamente secundarizadas no discurso histórico hegemônico. O artigo é resultado de uma pesquisa de iniciação científica alocada no Projeto Mulheres na América Portuguesa, o qual constrói um catálogo digital de documentação escrita por e de mulheres na América Portuguesa, logo, se utiliza de documentos que possibilitam analisar o cotidiano de grupos subalternizados, como os das mulheres. Entendidas nesse artigo como uma categoria social construída, desse modo, enquanto grupo, são lidas em conjunto devido à histórica opressão que as violenta, ou seja, como uma categoria política, e não de identidade. Sendo assim, a categoria teórica “mulher”, no singular, envolve diferentes classes, raças, orientações sexuais, etc., mas não intenta homogeneizar.

Palavras-chave: História das Mulheres; Brasil Colonial; Documentação.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa de iniciação científica alocado no “Projeto Mulheres na América Portuguesa – M.A.P.”. O título “em mim não poço explicar que sou um colchão de pancadas” é um excerto da carta de Esperança Garcia, em transcrição modernizada (SILVA, 2015, p.6). Esperança é considerada a primeira advogada do Piauí, foi uma mulher negra, escravizada que aos 19 anos buscou na justiça oficial alento e respeito; sua jornada é muito significativa e representa a ânsia em se fazer ouvir.

O projeto M.A.P. é idealizado como uma resposta à necessidade de um grupo de pesquisadoras que se veem diante de uma escassez de documentos escritos sobre e por mulheres no passado colonial. No entanto, é necessário fazer um apêndice sobre a significação do conceito de escasso nesse contexto. A fragmentação e a disposição espaçada revelam que a inexistência ou raridade de documentos escritos por esse grupo subalternizado, é complexa. Segundo Maria Izilda de Matos:

1 Graduada em História pela Universidade de São Paulo – USP.

Os estudos históricos com a abordagem de gênero trouxeram à luz uma diversidade de documentações, um mosaico de pequenas referências esparsas, as dificuldades estão mais na fragmentação do que na ausência da documentação (MATOS, 1998, p. 69).

Quando esses documentos produzidos por mulheres ou sobre elas foram postos em contraste com documentos escritos por homens ou que discorrem sobre os mesmos é discrepante a diferença quantitativa. A escrita foi renegada às mulheres, suas aparições através da documentação se fazem em documentos oficiais do Estado, seja por crimes cometidos contra e por elas, petições ou inquisições.

Sendo assim, o discurso hegemônico não era criado pelas mulheres, mas é diante de processos secos de mãos de escrivães que as encontramos, ou seja, são documentos que detalham pouco sobre a vida cotidiana das mulheres, suas características, diferenças sociais, econômicas e ações políticas que tanto interessa à História Social, estão alheios à condição execrável imposta às mulheres. Nas linhas de seus crimes e de suas heresias (ou não), no entanto, é possível montar a sombra das mulheres do Brasil Colonial.

A partir disso, o catálogo com documentação de e sobre mulheres não intenta construir histórias bibliográficas de cada uma das mulheres, pois a pretensão de ‘reconstruir a vida a partir de um resgate’ seria problemática pela tentativa de ser totalizante. Também não há perspectiva de produção de uma galeria de celebridades, que hierarquiza ou coleciona histórias e memórias de mulheres extraordinárias que de alguma forma transgrediram as normas socioculturais pelo seu pioneirismo ou singularidade. Essas histórias particulares são valorativas, suas protagonistas tem um importante papel social tanto em seu tempo histórico quanto na contemporaneidade, no entanto, o Projeto M.A.P. alinhado a História Social, com enfoque em História do Cotidiano se interessa essencialmente na reconstrução das histórias das mulheres anônimas. É através delas que é possível remontar à sociedade colonial.

O propósito do Projeto M.A.P., assim como a pesquisa de iniciação científica, é localizar mulheres anônimas. Não é de interesse construir a representação imagética da “mulher brasileira” como o arquétipo da nacionalidade, ou seja, como uma mulher-tipo que representa todas as mulheres. Sendo assim, abomina-se a singularidade que une e esvazia as diferenças; mas se explora as diversidades étnico-sociais, regionais, de sexualidade, entre outros elementos, para complexificar as mulheres em suas heterogeneidades.

É preciso considerar que as pesquisas acadêmicas que centralizaram mulheres em seu papel de agente histórico, até os anos de 1960 e 1970, tiveram pouco espaço e não constituíam um campo de estudo consagrado. Logo, foi como se houvesse um mar de documentação longe

das pesquisadoras e pesquisadores, pois as dificuldades de encontrá-los devido a não catalogação filtrada por gênero gerava a impressão de que esse tipo de documento não existia, ou existia em raros exemplos. E o deslocamento de suas resistências para as margens dos livros de história, ou seja, a secundarização dos seus atos políticos e vida social, interpretados como curiosidades históricas, e não parte integrante da sociedade são duros demais para serem aceitos. Por isso que esse artigo tem como escopo o aprofundamento da análise desse desaparecimento das mulheres que dão corpo aos documentos judiciais e suas figurações.

A metodologia utilizada neste artigo provém da História Social, centralizando o foco de análise nos sujeitos preservados em documentos escritos, que não tiveram aparição histórica robusta. Destacando a particularidade do Projeto M.A.P. que se encontra justamente na percepção de que arquivos brasileiros, não possuem um recurso de busca por gênero, em sua maioria. Faz-se necessário uma catalogação filológica e histórica que priorize as mulheres para que democratize o acesso a documentos que lhes diz respeito, seja por sua participação intelectual direta, ou por se tratar de uma ação movida por ela, através da citação ou petição. As fontes primárias são documentações escritas, o que promove para as pesquisadoras a manual tarefa de procurar mulheres nos obscuros arquivos pelo Brasil como pesquisadoras/caçadoras de documentos.

O presente artigo está segmentado em três tópicos. Em primeiro lugar, metodologia e revisão da bibliografia, que promove uma revisão acerca das pesquisas sobre história das mulheres; em segundo, o tópico “Contextualização do discurso e da resistência” analisa a exploração histórica da opressão contra as mulheres e suas ações combativas contra o discurso dominante. Em terceiro, “A violência histórica de gênero”, que discute as ideias de violência de gênero dentro da História, na qual grande parte da população das mulheres se viu expulsa da história de modo geral, e apenas algumas personalidades distintas foram visualizadas, e mesmo assim a partir do filtro do patriarcado.

2. METODOLOGIA E REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA

Tratando-se de pesquisa brasileira é possível dizer que os estudos que hoje são englobados por gênero começaram de modo substancial e amplo nos anos 1970, com enfoque no “trabalho feminino”, em especial o fabril (IZILDA, 1998, p. 67). Ao longo dos anos, principalmente na década de 1980, as temáticas foram se ampliando e muitos dos desafios encontrados por estudiosas da época ainda são devastadores. Houve uma denúncia à opressão histórica, mas que colocou a mulher como signo da subversão, dando-lhe *status* de rebelde (IZILDA, 1998, p. 68).

Focalizou-se a presença das mulheres enquanto atuantes na vida social como sujeitos históricos, assim como houve a reapropriação da diferença social (RAGO, 1995, p. 82). Já nos anos 1990, a violência diante de perspectiva histórica, aliou-se à diversificação de documentos, sendo assim a conclusão de que a pesquisa histórica não tematizou propriamente as mulheres enquanto objeto de estudo levou pesquisadoras e pesquisadores a salientar e desenvolver as relações entre mulheres e História, usando para tal uma gama de documentações que ultrapassava os documentos oficiais estatais.

Nas últimas décadas, pesquisadores e pesquisadoras articularam a temática do gênero com a Nova História, a qual tinha por objetivo maior uma história social [...]. É nesse sentido que, desde os anos 1990, surgiram inúmeros centros de estudo de gênero em reputadas universidades de todo o mundo e se organizaram vários eventos internacionais sobre o tema [...] (MORAIS, 2017, p.85)

Desde então, há um considerável aumento de pesquisas no campo de estudo sobre mulheres, e em se tratando do contexto da América Portuguesa, o mesmo se aplica através de pesquisas temáticas que envolvem sexualidade, escravidão, propriedade de terras, religião, dentre outros temas.

Neste estudo de iniciação científica sobre mulheres, utiliza-se a categoria gênero de forma analítica e não temática, ou seja, emprega-se o termo gênero como uma forma de ver e rever a história, sublinhando o ponto de ação de metade da população mundial, que foi apresentada oficialmente a partir de caricaturas e figurações. Para isso, é necessário que a metodologia seja um instrumento flexível ponto de vista daquele que faz pesquisa para colocar o método a serviço do estudo, levando em consideração diferentes formas de documentação e métodos de avaliação que coloquem em foco vozes nubladas.

Os estudos de gênero, porém, não representam opção para o pesquisador preocupado com um método que pressuponha equilíbrio, estabilidade e funcionalidade. Tal temática é extremamente abrangente e impõe dificuldades para definições precisas. São muitos os obstáculos para os pesquisadores que se atrevem a enveredar pelos estudos de gênero, campo minado de incertezas, repleto de controvérsias e de ambiguidades, caminho inóspito para quem procura marcos teóricos fixos e muito definidos (IZILDA, 1998, p.71).

Acrescentando a esse ponto de amplificação das vozes silenciadas a partir da pesquisa histórica, é válido pontuar a necessidade de escrever sobre mulheres dentro da academia como uma feminista, sendo o próprio feminismo um método que alinha a prática da ciência à política. A neutralidade não é um caminho possível, já que a própria subjetividade das historiadoras e historiadores junto com as demandas sociais antipatriarcais, que visam o combate à dominância masculina e emancipação das mulheres, constroem a historiografia. “(...) a História não narra

o passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade daquele que recorta e narra, à sua maneira, a matéria da história.” (RAGO, 1995 p.84).

Mesmo dando enfoque a sujeitos históricos, os sistemas fazem parte de suas relações sociais são importantes. Quando se trata do patriarcado, um sistema no qual a dominância masculina é institucionalizada, o capitalismo que o inseriu em sua nova ordem também demandou a pacificação através do seu paradoxo conceitual de paz, o extermínio. O assassinato em massa de mulheres iniciado no século XVI na Europa, a caça às bruxas, é uma chave de compreensão da misoginia na América Portuguesa (FEDERICI, 2018).

As mulheres foram fundamentais, a partir da reprodução social e do trabalho doméstico não remunerado, para a acumulação primitiva. A transição plástica, e não natural do feudalismo para o capitalismo, foi especialmente cruel em deter resistências construídas em modos de vida comunitários e sublinhar novos comportamentos pudicos de submissão. Sendo assim, um dos métodos de análise constitui no tríplice principal e relacional de classe, raça e gênero a partir de um viés marxista e foucaultiano vinculado às pesquisas de Silvia Federici (2018).

As pesquisas da autora constituem uma das bases teóricas desta pesquisa, somada às da Mary Del Priore (1997), uma historiadora cujo estudo focaliza necessariamente nas mulheres da América Portuguesa a partir da relativização dos sentidos comuns e no aprofundamento de temas como a sexualidade, a maternidade e história cotidiana. Mary Del Priore é acadêmica na área de História Social, e tem relevância na divulgação científica.

Para esta pesquisa individual em questão, por articular história e memória das mulheres, teve forte influência os estudos das obras de Maria Izilda Santos de Matos (1998), historiadora da USP, cujas linhas de pesquisa envolvem gênero, mulheres e memória para o período colonial do Brasil. Além dessa, tem-se como base teórica a obra *Quotidiano e poder: em São Paulo do século XIX* da pesquisadora Maria Odila Leite da Silva Dias (1984) da área de História Social, que tem interessantes trabalhos de referência sobre Brasil Império. Assim, embora, com recorte temporal diferente do artigo aqui apresentado, as pesquisas de Dias, por sua perspectiva metodológica, em muito contribuem. Da mesma forma, utiliza-se os escritos de Joan Scott (1995), uma historiadora de gênero francesa que elucida essa temática justamente na área acadêmica da história, principalmente através da História Cultural, assim como a historiadora Margareth Rago (1995).

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO DISCURSO E DA RESISTÊNCIA

A autonomia do corpo da mulher lhe era renegada por figuras masculinas próximas ou por instituições, tal qual a Medicina: “entre os séculos XVIII e XIX, as parteiras, que até então

praticavam a medicina, foram perdendo espaço para os homens (...)” (FREITAS, 2008, p. 7) o Judiciário “nas raras ocasiões em que testemunhavam [as mulheres] seu depoimento era contestado, através da insinuação de que os homens as manipulavam.” (BACELLAR, 1990, p.17) assim como o Estado e a Igreja. (PRIORE; SCWARTZ, 1999, p.136). Assim, a vidas mulheres brancas, negras, indígenas, pobres, ricas eram cerceadas em diferentes instâncias e níveis.

Controlar o corpo das mulheres era fundamental para dominar a reprodução social, e em se tratando de uma colônia, cuja população branca era minoria em números, a questão racial também foi gritante na opressão contra as mulheres negras e indígenas. Segundo Sueli Carneiro:

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. (CARNEIRO, 2011, p.1)

Não só o corpo, mas comportamentos considerados desviantes eram podados usando todos os meios possíveis. Um caso muito interessante que exemplifica isso é da Brites Manoela, estudado pela Sueli Creusa Cordeiro de Almeida. Manoela foi seduzida e enganada por João do Rego Bastos, um homem da mesma camada social, mas que declinou ao casamento deixando Brites grávida. No entanto, ela utilizou de sua voz para convencer a própria família de João a mover um processo contra ele, o obrigando, obrigado mesmo com rancor e ódio, a se casar com ela.

Após a morte do marido, Brites resolveu mudar o modo como vivia, recebendo em sua casa todo tipo de pessoa, inclusive de condições sociais inferiores. Contrariado com esse comportamento, seu irmão, moveu um processo que pedia o confisco e enclausuramento de Brites Manoela, que foi aceito e aplicado (ALMEIDA, 2003, p.105). Esse caso explicita que a autonomia poderia ser atacada, mesmo se a mulher possuísse bens.

Diante desse regime externo às mulheres que as regia, é muito difícil, baseado nos documentos que temos acesso hoje, determinar o quanto as mulheres eram colaboracionistas ou desviantes, ou seja, o quanto reproduziam ou eram contrárias ao patriarcado. Mas, ainda assim, apontar apenas duas categorias fixas de mulheres, como “submissas” e “insubmissas”, seria simplista. Para entender essa zona cinzenta entre a resistência e a cooperação, as palavras centrais são: negociação e improviso. Sendo assim, no dia a dia, as mulheres movidas pela sobrevivência utilizavam redes comunitárias e instituições até o limite de ajuda que elas poderiam oferecer; criavam e usavam artifícios conforme lhes favorecia.

Principalmente para a camada mais pobre, o cotidiano significava resiliência às autoridades quando interrompiam suas necessidades. Sendo assim, as categorias binômias devem ser

deixadas de lado, pois compreender as diferentes mulheres em seus respectivos grupos sociais denota especificidade.

Ainda em termos de negociação e resistência, é interessante apontar para processos inquisitoriais que aconteceram na América. A inquisição foi uma instituição ligada à Igreja Católica que combatia heresias, bruxaria e comportamentos considerados problemáticos pelo paradigma cristão. O relacionamento entre mulheres, e principalmente o ato sexual entre elas, era um desses pecados a serem combatidos. A documentação deixada pelos processos é uma importante fonte de análise, pois pode ser descritiva em relação à rede social das mulheres em questão, do cotidiano, de suas práticas “desviantes” e subversões à sociedade misógina. O documento a seguir é referente ao processo inquisitorial de Isabel Antônia, cuja acusação foi o pecado nefando, atentado ao casamento, ao se deitar com outra mulher. Evidencio aqui o trecho:

ella o djttopeccado nefando alguã / tresuezes, em djfferentesdjas p(o)ndo { } / se huã em cima da outra e ajuntan / do feus corpos e uafos e isto femauer / mediante outro nenhum Instrumento / exterior penetrante et ellaReedefsi / (Transcrito por: MAP | MCPS)

Diante de processos inquisitoriais ocorridos no Brasil Colônia, catalogados pelo Projeto M.A.P. e sendo o inquisidor Heitor Furtado de Mendonça, há um padrão em relação às perguntas. É muito relevante, por exemplo, o ato sexual quando feito por duas mulheres, ser detalhado para aprimoramento da punição. A questão da penetração é agravante, portanto, quando Isabel afirma ter apenas se deitado em cima de outra, é possível se questionar: fora então a realidade explicitamente relatada ou foi um método de escape do interrogatório? Ou seja, há uma possibilidade de que conscientemente Isabel tenha atenuado alguns detalhes específicos do acontecimento que aos olhos dos inquisidores seriam agravantes. Não seria então resistência?

4. CONCLUSÃO

Até o presente momento, os resultados da pesquisa apontam para a seguinte comprovação da hipótese inicial provinda das discussões no grupo de pesquisa Mulheres na América Portuguesa e leitura de bibliografia: como sujeito histórico coletivo e anônimo, as mulheres foram deslocadas de seus papéis como agentes para representações figurantes. O sujeito universal era o homem, tendo isso por consequência implicado na narrativa e metodologias históricas unívocas e excludentes.

Ao se estudar a história das mulheres como um campo de pesquisa, e não temáticas que pejorativamente se configurariam como apêndices da ciência, é necessário fazer, antes de tudo, uma reflexão sobre os próprios métodos a serem utilizados na pesquisa. Atualmente, o termo

gênero é utilizado para tratar temáticas como essa que discorro nesse artigo, no entanto, ele não é um sinônimo de mulher, e sua abrangência pode ser muito útil para constituir uma área dentro das pesquisas de diversos cursos (inclusive, a própria natureza ampla da pesquisa demanda interdisciplinaridade), como também pode ser delicada sem a especificação, ou seja, história das mulheres.

Esse primeiro grande desafio implica em uma pergunta: “o quanto podemos classificar as ações e pensamentos de um sujeito histórico como sendo combativo, em múltiplos conceitos de resistência, ou apenas ‘fruto de sua época’, ou seja, harmônicos com o discurso hegemônico?”. Para possíveis soluções quanto a isso, é necessário fazer um estudo profundo da documentação que vise buscar respostas para perguntas que os gêneros textuais que temos acesso hoje podem discorrer justamente nos vazios da documentação. Os documentos, portanto, são fontes valiosas tanto para o Projeto M.A.P. quanto para essa pesquisa, não como um inventário descritivo, mas uma sistematização valorativa, que tem como objetivo entender as zonas cinzentas de suas relações sociais, e acima de tudo exercer justiça histórica, transformando documentação em prova da opressão.

A memória é, portanto, um organismo vivo, não uma coletânea de fatos. Os seus curadores não são neutros, assim como também não se restringem a “profissionais da memória”. Seu domínio é de todos, mas não se exclui o conflito e poder emergentes de sua disputa. O estudo da história de mulheres tanto no período colonial, como em outros na história, passa necessariamente por reflexões de ordem metodológica, pois é necessário considerar o contexto socio-cultural da opressão que lhes é externa também se interioriza em suas mentalidades, assim como é preciso compreendê-las não com conotações heroicas anacrônicas, mas como agentes históricas de seus respectivos tempos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. *O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português – XVI-XVII*. Tese (Doutoramento em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- ARAÚJO, M.; SANTOS, M. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79. 2007, p. 95-111.
- BACELLAR, C. A mulher em São Paulo colonial. *Espado, Tiempo y Forma*. Serie IV, Hf Moderna, t. 3, 1990, pp. 367-386
- DIAS, Maria Odila da Silva. Mulheres sem história. *Revista de História*, 1983. P.33
- _____. *Quotidiano e Poder Em São Paulo no Século XIX*. Brasiliense, 1995.
- DURAN, M.; BENTIVOGLIO, J. Paul Ricoeur e o lugar da memória na historiografia contemporânea. *Dimensões*. Vol. 30, 2013, p. 213-244.
- FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa*. São Paulo: Editora Elefante, 2017. FERREIRA, M. *Dicionário de ensino de História*. São Paulo: FGV Editora, 2019. p.155-161.
- FREITAS, P. A mulher é o seu útero. A criação da moderna medicina feminina no Brasil. *Antíteses*. Vol.1, n 1, jan-jun de 2008. pp.174-187
- GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje-Anpocs*, 1984, p. 223-244.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- LACERDA, M. *Colonização dos corpos: ensaio sobre o público e o privado*. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- MACHADO, M. *Mulher, Corpo e Maternidade*. In: SCHWARCZ, L.; GOMES, F. Dicionário da Escravidão e da Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. pp. 334-342.
- MATOS, M. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*. (11), jan de 2013. pp.67-75.
- MELO, E. Feminismo: velhos e novos dilemas uma contribuição de Joan Scott. *Cadernos Pagu*. (31), julho-dezembro, 2008. pp.553-564
- MENDONÇA, J.; RIBEIRO, P. Algumas reflexões sobre a condição da mulher brasileira da colônia às primeiras décadas do século XX. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. Araraquara. v. 5, n.1, 2010.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. Mulheres proprietárias nas capitanias do Norte, séculos XVII-XVIII: balanço historiográfico e apontamentos. *Revista de História Seculum*. João Pessoa, nº 36, 2017. p. 85-100.

OLIVEIRA, L.; JACÓ-VILELA, A. A mulher nas narrativas do saber médico na transição entre os séculos XIX e XX. *Quadernos de Psicologia*. Vol. 19, n.3, 2017. p. 241-251.

OLIVEIRA, E. Resenha A mulher na História do Brasil de Mary del Priore. *Cad. Pesq.* (70) agosto de 1989.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

PRIORE, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

RAGO, M. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Z. (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

SILVA, Leandro Alves da. *A carta de Esperança Garcia: uma mensagem de coragem, cidadania e ousadia*. Ministério da Cultura, Porto Alegre. 2015. p.6

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. *Educação & Realidade*. Vol.20, n.2, 1995.

SCHWARTZ, S. Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva. *Economia e Sociedade*. Campinas, 1999.

TILLY, L. Gênero, História das mulheres e História Social. *Cadernos Pagu*. (3), 1994. pp. 29-62.

FONTES

SILVA, Leandro Alves da (Coord.). *A carta de Esperança Garcia: uma mensagem de coragem, cidadania e ousadia*. Porto Alegre: Ministério da Cultura, 2015.

Processo inquisitorial de Isabel Antônia, Salvador, 1592. In: *M.A.P. Mulheres na América Portuguesa: Grupos de Pesquisas Humanidades Digitais*. Catálogo. Disponível em: <http://map.prp.usp.br/MAP=Fichas.html>. Acessado em 21/06/2021.

CARNEIRO, S. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Portal Geledés*. 06/03/2011. Disponível em: <https://www.geledés.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acessado em 21/06/2021.

“ESTAMOS TROCANDO O PNEU COM O CARRO ANDANDO”: EDUCAÇÃO ESCOLAR E ENSINO DE HISTÓRIA NO MEIO RURAL EM SÃO LUIZ DO PARAÍTA (SP) DURANTE UMA PANDEMIA

LAÍS APARECIDA FARIA CHARLEAUX¹

Resumo: O presente artigo analisa os impactos da pandemia do COVID-19 no ensino e na educação destinados aos alunos moradores da zona rural da cidade de São Luiz do Paraitinga, localizada no interior de São Paulo, na região do Vale do Paraíba. Com o isolamento social, as escolas adotaram o ensino remoto como estratégia para dar continuidade ao aprendizado. Entretanto, essa nova forma apresenta grandes dificuldades sobre as quais apresentamos uma reflexão neste texto. Para investigar tal situação utilizou-se como fonte documental entrevistas realizadas com três professoras de História que atuam no município, as quais permitiram uma breve análise das estratégias usadas pelas escolas para ultrapassar algumas das adversidades impostas pelo contexto, principalmente no âmbito do ensino de História.

Palavras-chave: COVID-19; Educação Escolar Rural; Educação remota; Ensino de História; Cultura escolar.

A crise sanitária, econômica e política instaurada pela pandemia do COVID-19 no Brasil e o (des)governo caótico comandado por Jair Bolsonaro, que não oferece o suporte mínimo e necessário à população para o enfrentamento da doença, têm afetado inúmeras áreas da vida e do cotidiano dos cidadãos brasileiros, além de expor cada vez mais as desigualdades do país. No presente artigo abordo uma dessas áreas afetadas, a educação escolar, pois o cenário de isolamento social levou ao fechamento das escolas. Por isso, as instituições, de modo geral, adotaram como alternativa as aulas à distância, visando diminuir os impactos no ensino e aprendizado para tentar “salvar” o ano letivo.

A partir disso, proponho tal discussão com ênfase nas escolas e práticas educacionais destinadas aos moradores da zona rural da pequena cidade de São Luís do Paraitinga, interior de São Paulo, baseada em entrevistas com três professoras de História - razão pela qual enfatizo o ensino dessa disciplina específica. Trata-se de um tema relevante visto que, embora segundo

1 Graduanda em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e integrante do Programa de Educação Tutorial. Esse artigo parte de informações coletadas para relatório final da Unidade Curricular “Ensino de História: Estágio e Pesquisa” do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), sob a supervisão do Prof. Dr. Antonio Simplicio de Almeida Neto.

o censo do IBGE (2010) apenas aproximadamente 15% da população brasileira reside em áreas rurais e ao observar o estado de São Paulo esta porcentagem diminuía para 4%, esse número representa mais de um milhão e meio de habitantes no âmbito estadual. Entretanto, ao examinarmos as políticas educacionais temos o seguinte quadro, segundo Sérgio Celani Leite (1999, p.14 *Apud* ANTONIO e LUCINI, 2007, p.178):

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado (...) e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”

Deste modo, proponho aqui um deslocamento no sentido de trazer essas populações da margem para o centro do debate, mas sem a pretensão de esgotar a análise sobre o assunto. Pelo contrário, esse trabalho pretende contribuir com esse amplo campo de estudo a partir de algumas reflexões e considerações a respeito do ensino remoto, da educação no meio rural e das implicações decorrentes do COVID-19. Por fim, pretendo apresentar as estratégias elaboradas pelas comunidades escolares - em especial as professoras de História entrevistadas - com objetivo de superar as adversidades do contexto e as desigualdades evidenciadas pela pandemia, como a dificuldade de acesso à *internet*. Entende-se como pano de fundo dessas estratégias a luta pelo direito de acesso à educação, instituído na Constituição de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

1. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para compreender as experiências desse período pandêmico, dentre as principais fontes que alicerçam as reflexões apresentadas, encontram-se três entrevistas realizadas com professoras de História atuantes, no ano de 2020, em São Luiz do Paraitinga.² Entende-se que as entrevistas “(...) revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas” (PORTELLI, 1997, p.31). Destarte, entre as entrevistadas estão: Erika Severiano, que leciona há 11 anos e atualmente é professora em 3 escolas rurais do município; e Leda Nardi, que leciona há 12 anos e passou por 3 escolas rurais no município, atualmente trabalhando em uma

2 A partir do texto Documento/Monumento, presente no livro História e Memória, de Jacques Le Goff, entende-se as entrevistas realizadas como documentos, que mesmo não se tratando dos tradicionais documentos escritos, com uma seleção, análise e olhar crítico por parte do historiador, podem ser usadas para estudo e compreensão de processos históricos, de modo mais amplo, já que são frutos da sociedade e reflexo das suas ações.

delas, a escolha das duas deve-se ao fato delas serem as únicas professoras de História a lecionarem atualmente na zona rural do município e possuírem grande experiência nessa área. A terceira entrevistada, Marina Gabos, leciona há 8 anos as disciplinas de História e de Sociologia, sendo atualmente professora dessa segunda disciplina na única escola de Ensino Médio do município, além de atuar nas zonas rurais de municípios vizinhos, como Lagoinha (SP) e Natividade da Serra (SP). Optou-se pela escolha dessa professora pois além dela residir em zona rural, possui grande contato e experiência com alunos também moradores da zona rural.³

A metodologia escolhida foi a História Oral, a qual, segundo o historiador Alessandro Portelli, é capaz de “(...) expressa(r) a consciência da historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade em eventos públicos: guerras, revoluções, greves, inundações (...), terremotos (...)” (2001, p. 14). A partir dessa perspectiva, o trabalho com as fontes orais teve três momentos: um primeiro de preparação do roteiro, um segundo de realização da entrevista, que se deu em ambiente virtual, de forma separada com cada professor, e um terceiro de escuta, consulta e análise, possibilitada pela gravação.⁴

O roteiro foi composto por 17 perguntas para guiar a conversa de forma flexível, buscando a adaptação ao ritmo das entrevistadas, com ênfase nas experiências profissionais delas. As questões englobavam os maiores desafios e dificuldades enfrentados por elas, pelos alunos, pela direção e pela comunidade escolar com a instituição do ensino remoto; as formas encontradas para dar continuidade ao processo de ensino, especificamente o de História; se elas tiveram uma devolutiva do que foi encaminhado para os estudantes, qual foi o processo avaliativo escolhido e quais as suas percepções com relação às alterações no ensino e nas relações escola-aluno durante esse período.⁵

Além das entrevistas também foram utilizadas e analisadas atividades encaminhadas pelas professoras aos alunos durante a pandemia e um breve questionário respondido pela Secretaria da Educação de São Luiz do Paraitinga sobre os alunos e as escolas, somado as referências bibliográficas que serviram como aporte teórico para as reflexões, tais como Escolano (1998), Brandão (1999), Viñao Frago (2007) e Vincent *et all* (2001).

3 Mediante termo de consentimento as entrevistadas autorizaram a divulgação e uso de suas respectivas entrevistas e de seus nomes.

4 As entrevistas somaram um total de 3hrs e 37 min.

5 As perguntas foram abertas de modo a possibilitar inúmeras respostas de acordo com a experiência e subjetividade da entrevistada, por isso este artigo não apresentará um resultado geral das respostas, procuraremos seguir Alessandro Portelli: “a história oral permanece mais no entre: seu papel é precisamente conectar a vida aos tempos, a primazia à representatividade”. (2001, p. 15) Assim, as respostas e análises serão apresentadas ao longo do artigo junto ao cotejamento bibliográfico.

2. UM PANORAMA DA EDUCAÇÃO LUIZENSE E A PRESENÇA DA ZONA RURAL

Um dos principais desafios impostos por esse momento é o isolamento social, que provocou o fechamento das escolas e a possibilidade da educação remota. Porém, para analisar a educação, remota ou não, faz-se essencial considerar as particularidades da realidade da zona rural, visto que as questões socioeconômicas das comunidades escolares e dos seus alunos impactam muito no processo de ensino e aprendizado e na instituição escolar. Por isso, farei a seguir uma breve apresentação da educação neste município.

São Luiz do Paraitinga está localizada no interior paulista, na região do Vale do Paraíba, à 170 km da capital do estado. Segundo o censo do IBGE (2018), possui 10.397 habitantes, dentre os quais 4.217 residem na zona rural, cerca de 40% da população, fazendo com que maior parte da sua economia seja voltada para a agropecuária, a criação de animais e o cultivo da terra. Já a quantidade de alunos da zona rural matriculados no Ensino Fundamental é de 60%. Segundo dados da Secretaria de Educação do município, entre 1184 alunos matriculados em 2020, 785 estão na zona rural.

Para atender esse total de estudantes, segundo a Secretaria de Educação, existem 8 escolas municipais que abarcam a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, dentre as quais 5 encontram-se em diferentes bairros rurais (Distrito de Catuçaba, Pamona, São Sebastião, Alvarengas e Caetanos), variando entre 8 a 18 km de distância do centro da cidade e entre 102 a 162 alunos matriculados, com exceção da EMEIEF Joaquim Ribeiro de Almeida (localizada no Bairro dos Caetanos, com 54 alunos matriculados, porém está não possui Ensino Fundamental II). Nessas escolas atuam duas professoras entrevistadas: Erika Severiano encontra-se nos três primeiros bairros citados e Leda Nardi no penúltimo.

Já com relação ao Ensino Médio, há no município uma única escola, pertencente a esfera estadual da educação, a Escola Estadual Monsenhor Ignácio Gioia, com 382 alunos matriculados que, segundo censo do IBGE (2018), precisam se deslocar até ao centro do município para terem acesso ao ensino. Nessa escola, a professora entrevistada foi Marina Gabos, que já atuou na área de História e atualmente leciona Sociologia.

Nota-se como a zona rural é parte fundamental da constituição de São Luiz do Paraitinga. A partir dos relatos das professoras identificamos algumas especificidades das escolas rurais do município no tocante as suas condições e relações socioeconômicas, as quais serão traçadas a seguir. Para examinar essas particularidades partiremos da fala inicial da professora Leda Nardi na entrevista, a qual leva a reflexão sobre as diferenças significativas entre os bairros, seus alunos e as escolas, e os impactos no ensino e na educação:

Trabalhando nessas três escolas eu percebi que escola de zona rural não pode ser tratada no singular. Existem características de cada região, de cada comunidade, que são muito impactantes no perfil da escola. (...) Quando circulamos nas regiões rurais perceberemos que cada bairro tem características muito diferentes um do outro. (...) Existem luizenses e identidades, que precisam ser consideradas pela escola para promover uma educação mais significativa. (NARDI, Relato Oral)

Como apresentado por Nardi, no bairro de São Sebastião, os moradores são, em geral, proprietários de suas terras, nas quais eles investem e tem uma alta produtividade, possuem casas muito boas com relação a infraestrutura e seu contato se dá muito mais com a cidade vizinha, Taubaté, que é maior e apresenta melhor infraestrutura do que a sua própria cidade de São Luiz do Paraitinga. Na escola desse bairro, EMEF João Gonçalves dos Santos, as propostas de ensino podem ser melhor elaboradas no quesito tecnologia, por exemplo, pois é a única escola da rede municipal que está oferecendo aulas online aos seus alunos, já que o bairro possui uma infraestrutura melhor, como acesso à internet, e a população tem mais recursos financeiros, como acesso a celular e computador.

Já no bairro dos Alvarengas, os moradores, de modo geral, não são proprietários de suas terras, poucos moram em residência própria, a maior parte é de caseiros ou arrendatários da terra e o tipo da construção também é mais simples. Muitas vezes a família inteira trabalha na terra de um terceiro em troca de moradia. Na escola desse bairro, EMEIEF Cassiana dos Santos Moreira, os alunos não possuem um bom acesso à internet, essa “mal chega lá, muito mal eles conseguem acessar o WhatsApp para conversar entre eles ou com os professores, imagine acessar um link com fotos ou vídeos.” (NARDI, Relato Oral)

A professora Erika Severiano também constatou em suas experiências os efeitos da estrutura socioeconômica nas comunidades escolares, refletida no baixo retorno de seus alunos no quesito “dúvidas” ou conversas através do WhatsApp, pois entre os 220 alunos das três escolas onde leciona, o retorno não chega a 80, cerca de um terço. Enquanto no bairro de São Sebastião a direção optou pelas aulas online devido ao maior retorno e à melhor condição para os alunos acompanharem, como já mencionado. No bairro do Pamônã, a EMEIEF João Gonçalves dos Santos é a escola em que menos os alunos dão algum retorno. Por exemplo, no último bimestre, em uma sala de 17 alunos, apenas 3 retornaram. A dificuldade com essa comunidade escolar, segundo a entrevistada, aparece antes da pandemia, porém se intensificou nessas circunstâncias e o aspecto socioeconômico é o fator principal para isso, porque além das dificuldades financeiras do bairro, nele está localizado o abrigo que acolhe crianças abandonadas ou retiradas dos seus responsáveis pelo Conselho Tutelar das cidades de São Luiz do Paraitinga, Lagoinha e Natividade da Serra. Devido a esse abrigo, essa é a escola com uma das maiores taxas de transferências.

Entretanto, após análise das entrevistas foi perceptível na fala das três entrevistadas como o bairro possuindo ou não melhor infraestrutura, a *internet* na zona rural é precária, as oscilações e as dificuldades para acessá-las estão sempre presentes, em menor ou maior grau. Segundo a professora Marina Gabos, a dificuldade de acesso torna-se um obstáculo para o aluno sanar dúvidas, perguntar ou pedir maiores explicações através de aplicativos de mensagens. Há relatos frequentes de alunos que precisam subir em morros, procurar lugares mais altos ou andar quilômetros para ter acesso ao sinal da rede. Com isso, há alunos alheios às atividades e sem contato com a escola. Também há aqueles que disseram cumprir o mínimo necessário apenas para passar de ano, como se fosse uma questão burocrática.

Na fala das três professoras percebe-se que há grande desistência da escola por parte dos alunos da zona rural nesse período devido às dificuldades. Todavia, essa desistência não surgiu nesse momento, apenas se intensificou, pois muitos dos estudantes ajudam seus pais na lavoura, em casa ou no trato com animais e, por vezes, preferem o trabalho ao estudo - partindo da compreensão de que o trabalho seria mais importante do que a educação formal.

Nesse sentido, considerando as relações e percepções existentes entre os principais atores da escola - os pais, alunos e professores - (VIÑAO, 2007, p. 88), Carlos Rodrigues Brandão realizou um estudo de campo no Bairro de Catuçaba, em São Luiz do Paraitinga, a partir do qual desenvolveu vários trabalhos importantes, entre eles *Trabalho do Saber: cultura camponesa e escola rural* (1999), fundamental para a observação da relação entre a comunidade e a escola no meio rural. Apesar desse trabalho ter como base uma pesquisa de campo realizada na década de 1980, abordarei aqui o que entendo como permanências observadas nessas relações a partir das entrevistas realizadas, ou seja, o que há de comum entre os relatos de experiência e o trabalho de Brandão.

Segundo as professoras, parte da intensificação do abandono da escola nesse momento está relacionada a um entendimento, de algumas famílias, de que a educação formal é supérflua se comparada ao trabalho da terra. Assim nos deparamos com a expressão empregada por Leite, segundo a qual “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade” (1999, p.14 *Apud* ANTÔNIO e LUCINI, 2007, p.178).

De acordo com estudo de André de Souza Martinello, após a observação em campo, Brandão chega a algumas conclusões, entre elas a de que “para algumas famílias agricultoras, a instrução formal que seus filhos recebem é um tempo (desimportante)” (2012, p.1). Esta também é uma percepção das três professoras comentada em entrevista, mas elas também ressaltam que enquanto para algumas pessoas a escola é tratada como um serviço mais fácil em comparação ao trabalho na roça, para outras o estudar é tão difícil quanto.

Para Brandão o que difere as percepções das famílias no tocante à valorização do estudo dos filhos e a presença ativa desses na escola seria a qualidade e o tempo dedicado ao estudo pelos seus pais (2012, p. 2). Porque, geralmente, os pais que tiveram maior acesso aos estudos tendem a valorizar mais a educação formal, enquanto filhos de pais analfabetos estudam menos ou apresentam menor motivação. Nesse sentido, grande parte da população rural que possui poucas condições financeiras enxerga como maior herança a se deixar para o filho o saber trabalhar a terra e cuidar dos animais, sendo a escola vista nesses casos como um lugar de lazer ou um empecilho (MARTINELLO, 2012). Porém, também há de se perceber casos nos quais os pais incentivam o estudo do filho justamente por não terem usufruído de condições de acesso ao estudo quando mais novos, enxergando a escola como possível meio de ascensão social.

Ao olhar essas diferenças de classe, Brandão também percebe como aqueles de melhor condição financeira, fazendeiros ou agricultores com maiores áreas de terras, “compreendem o estudo como um dos mecanismos pelos quais os herdeiros aprenderão a tocar negócios e manejar cálculos matemáticos, desejando para seus filhos, capacidade de administrarem” (MARTINELLO, 2012, p. 2). E ainda cabe registrar aquelas famílias que enxergam a escola como lugar de preparação do filho para uma possível mudança para a cidade.

Desse modo, pode-se constatar a existência nuances nas relações escolares na zona rural, na qual estão envolvidos os pais e os alunos, observado tanto em Brandão como nas entrevistas. O entendimento a respeito da educação e do ensino passa por diversas questões socioeconômicas, que se contrapõem, justapõem ou sobrepõem, impactando a vida estudantil do aluno, da comunidade escolar e fazendo parte do que pode-se chamar de cultura escolar. Esse conceito empregado por Viñao Frago (2007, p. 87), trata de:

(...) um conjunto de teorias, ideias, princípios, normas, modelos, rituais, inércias, hábitos e práticas (formas de fazer e pensar, mentalidades e comportamentos) sedimentadas ao longo do tempo em forma de tradições, regularidades e regras de jogo não interditas, e repartidas pelos seus actores, no seio das instituições educativas.

Esse conjunto mencionado varia de espaço para espaço, não havendo uma regra, por isso ao examinar determinados espaços escolares é preciso considerar os atores em suas relações, entre professores, pais, alunos, coordenação, sua composição social, grau de profissionalização; assim como os discursos, linguagens e conceitos empregados no cotidiano, somados aos aspectos organizativos e contexto físico da instituição. Como com o isolamento não foi possível observar o cotidiano escolar e da comunidade, a chamada “caixa preta da escola”, buscou-se através das entrevistas e da bibliografia compreender aspectos desse conjunto, que delinea o ensino e o aprendizado, possuindo suas peculiaridades na zona rural.

3. OS NOVOS DESAFIOS E DIFICULDADES DO ENSINO E DO FAZER PEDAGÓGICO

Entretanto, São Luiz do Paraitinga não representa um cenário isolado, a educação rural no município também precisa ser pensada a partir de aspectos de ordem geral também impactados pelo cenário da pandemia que foram mencionados nas entrevistas. Um deles é o impacto no papel de socialização da instituição escolar na vida do aluno, comentado pela professora Erika Severiano quando se referiu ao isolamento social, que impossibilita o convívio presencial nas escolas.

Segundo Guy Vincent, Bernard Lahire e Daniel Thin, em “Sobre a Teoria da Forma Escolar” (2001), a forma escolar de socialização foi construída e moldada entre os séculos XVI e XVII e se tornou hegemônica com o passar dos anos, ou seja, apesar do papel de socialização não ser exclusivo a escola, é inegável a participação fundamental desta. Essa forma diz respeito à maneira pela qual um indivíduo se insere na sociedade, tornando-se ser sociável ao assimilar hábitos e códigos a partir da instituição escolar. Entre as características que acabam por moldar o comportamento dos alunos podemos elencar a organização do espaço-tempo da instituição, as formas de escrituração presentes nos manuais, livros, lições, e a hierarquização entre alunos e professores.

Entre os impactos do ensino remoto observados ao longo da entrevista na fala das professoras pode-se citar a fragmentação e uma extensão do espaço-tempo, pois as aulas não ocorrem mais na escola. O tempo também não é mais único, embora algumas escolas ainda busquem fornecer aos alunos o mesmo tempo de aula de antes da pandemia, outras reduziram-no (nos casos das aulas online) para não sobrecarregar docentes ou discentes. Já onde não há aulas online o tempo é fragmentado entre aquele em que o professor prepara um material específico e o tempo em que o aluno realiza o proposto. Além disso, as professoras relatam que tiveram o seu tempo de trabalho estendido, pois ele agora se confunde com o tempo da casa, o tempo familiar, somado a isso as dúvidas dos alunos muitas vezes chegam em horários diversos, alterando a logística de trabalho. As entrevistadas demonstraram como esse contexto impôs a dificuldade de uma nova percepção do espaço-tempo, seu domínio e organização.

Com relação ao espaço da aula, houve uma alteração profunda e radical do ambiente escolar referente aos espaços edificadas e não edificadas. Segundo Agostín Escolano, a arquitetura da escola se constitui como um programa educador, ela é elemento do “currículo invisível”, ou seja, seus espaços possuem “significados e transmitem uma importante quantidade de estímulos, conteúdos e valores do chamado currículo oculto, ao mesmo tempo em que impõem suas leis como organizações disciplinares” (ESCOLANO e FRAGO, 1998, p.27). Sendo assim, a arquitetura da escola manifesta um discurso, um sistema de valores, como a ordem e a disciplina, que

marcam a aprendizagem sensorial e motora. Por isso é fundamental a observação do espaço da escola, para assim compreender padrões sociais, culturais e pedagógicos que influenciam a criança. Entretanto, com o isolamento os alunos não frequentam mais esses espaços, eles permanecem em suas casas. Dessa forma, o local de aprendizado se fragmenta e se altera, bem como a ordem e disciplinas impostas por eles. Não há mais um único local da sala de aula, o ensino e aprendizagem ocorrem em no mínimo dois novos espaços, aquele onde o professor leciona e o espaço onde o aluno está participando ou fazendo a sua atividade, sendo que esses não se inter-relacionam, senão virtualmente.

Ao olharmos esses novos espaços de aprendizagem que se situam dentro da casa de cada um, percebemos como muitos tiveram de se adaptar à nova realidade espacial. As entrevistadas mencionaram como exemplo comprar novos móveis, como mesa, cadeira ou lousa e aumentar a franquia da internet. A cozinha, o quarto e a sala de casa tornaram-se integrantes da nova sala de aula, como mencionou a professora Erika Severiano: “hoje o quarto que era o lugar mais íntimo da minha casa é a sala onde eu dou aula” (SEVERIANO, Relato Oral), destarte há uma alteração dos espaços que provoca até mesmo uma alteração na relação entre a família moradora. Agora tempo e espaços estão condicionados não só à instituição escolar, mas também à rotina doméstica de cada um.

Por último, a socialização - característica fundamental da forma escolar -, também é afetada e de uma maneira das mais intensas devido ao isolamento social. Como relataram as três professoras em entrevistas, os alunos acabam sofrendo muito com a falta de interação com outros colegas, assim como elas mesmas. Leda Nardi ao comentar sobre seus alunos fica profundamente emocionada e a entrevista precisa de uma pausa. Já Erika Severiano faz a seguinte comparação: “para os alunos da zona rural, a escola é como se fosse a praça dos seus pais” (SEVERIANO, Relato Oral), pois no seu cotidiano na zona rural os moradores vivem distantes uns dos outros. A escola da zona rural para a criança é como a praça do centro de uma cidade do interior para os adultos, é o lugar de interação, de convívio e conversas, onde o aluno encontra com os amigos que moram longe. Mas, para além dos impactos na relação aluno com aluno ou professor com aluno, há os impactos na relação da comunidade escolar com a instituição, pois como relatado por Leda Nardi, antes do contexto pandêmico as quadras das escolas eram usadas para lazer em certas noites da semana pelas comunidades, o que estreitava os laços de pertencimento desta com a escola e entre os moradores do bairro.

4. AS NOVAS ESTRATÉGIAS ELABORADAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Quando perguntado as professoras sobre os desafios e adversidades enfrentadas nesse período pandêmico, percebeu-se em suas respostas como as realidades e condições para o estudo desses jovens são diversas. Como apresentado anteriormente, as dificuldades de acesso e isolamento já presentes na vida rural se intensificaram ainda mais com a instauração desse novo contexto. Todavia na pergunta seguinte, a respeito de como estão ocorrendo as aulas de modo remoto, mesmo diante dos impasses e obstáculos as entrevistadas relataram inúmeras maneiras pensadas e aplicadas. Como bem ressalta Severiano, a educação durante a pandemia é uma batalha pelos direitos dos alunos e pela manutenção do vínculo deste com a escola. Somado a isso, há o fato de que essas estratégias e metodologias foram pensadas e ajustadas pelos atores (professores, alunos e pais) durante a própria pandemia, assim como ainda estão sujeitas a alteração. Ninguém tinha um preparo mínimo para o enfrentamento dessa situação, como indica uma metáfora sugerida por Erika Severiano: “estamos trocando o pneu com o carro andando” (SEVERIANO, Relato Oral).

Leda Nardi, em percepção similar, comenta como a metodologia para elaborar as atividades foi se ajustando em cada fase da Pandemia. Mas de modo geral, ela buscou se orientar por um caminho, que consiste em considerar mais as habilidades socioemocionais do currículo do que as habilidades específicas, pois as segundas estão relacionadas mais ao conteúdo e são muito difíceis de serem atingidas com o ensino remoto e a falta de recursos dos alunos piora o quadro. Há aqui um outro desafio, que é percebido como uma preocupação em todas as entrevistas: a necessidade de cumprir o currículo do ano letivo, o que implicaria em passar cada vez mais atividades para o aluno visando vencer as limitações do ensino remoto *versus* os problemas psicológicos de alunos e professores, como a depressão e a ansiedade intensificados por uma sobrecarga de tarefas e atividades.

Ainda segundo Nardi, inicialmente, em março de 2020, com a suspensão das aulas por 15 dias, a professora recebeu orientação da direção da escola para fazer uma retomada e revisão de seus conteúdos, razão pela qual montou um roteiro de estudo que a escola imprimiu e entregou na casa de seus alunos. Esse roteiro baseava-se na releitura de partes principais do livro didático, que ficou com eles, e posterior elaboração de um mapa mental ou uma história em quadrinhos, visando uma sistematização do conteúdo de forma mais lúdica.

No segundo momento, ao notar a extensão da Pandemia e pensar nas dificuldades de se estudar em casa, ela buscou reduzir o conteúdo e se apropriou de uma habilidade desenvolvida com as turmas do 6º ano e usou-a para as demais turmas: a ideia de aproximação do aluno com a fonte histórica e com a produção do saber histórico. Nessas atividades ela pediu um trabalho de campo de análise de fonte histórica. Recorrendo a um familiar mais velho ou a um objeto

mais antigo da casa, era necessário anotar algumas considerações sobre a escolha em um diário que seria posteriormente usado em sala de aula.

Já em um terceiro momento, por volta da metade do ano, surgiu nova orientação do uso de apostilas elaboradas pelo estado de São Paulo. Todavia, essas novas apostilas foram consideradas mais complexas para o trabalho remoto, pois possuem uma maior quantidade de exercício, que são mais extensos e exigem mais conteúdo e explicação para responder. Por isso os professores de História da rede municipal de ensino, inclusive Leda Nardi e Erika Severiano, realizaram um encontro virtual e investiram na criação de um “Roteiro de Aprendizagem” único da disciplina, para todas as escolas do município, selecionando exercícios específicos da apostila do estado e contendo textos e imagens complementares às atividades para auxiliar a compreensão e melhorar o aprendizado. A partir desse roteiro, ao passar os mesmos exercícios para todas as crianças dos anos semelhantes, os professores pretendem analisar com o fim da Pandemia e o retorno das aulas presenciais, como está o ensino de História no município, o desempenho dos alunos e os problemas a serem enfrentados na disciplina. Assim como as outras atividades, esses roteiros são levados pela coordenação na casa dos alunos a cada mês e no mês seguinte são recolhidos quando é entregue um novo.

Com relação ao Ensino Médio, como a escola é estadual as aulas assistidas pelos alunos são gravadas por professores da rede e disponibilizadas a partir do aplicativo criado pelo estado de São Paulo. Entretanto, na fala da professora Marina Gabos percebe-se críticas a essas políticas educacionais formuladas, uma vez que não são voltadas a população que tenha um acesso precário a *internet*, como a rural. Como alternativa, a escola e os professores elaboraram os “Roteiros de Atividade”, feitos a cada mês, que ficam disponíveis em uma pasta online ou em cópia impressa na escola para retirada, e após serem feitos pelos alunos devem ser devolvidos para correção.

Como essas atividades não são entregues nas casas, uma das estratégias desenvolvidas pelos alunos da zona rural - que por vezes não podem se deslocar sempre até a escola localizada no centro da cidade -, foi uma pessoa pegá-la para vários alunos do mesmo bairro onde moram. Vemos assim a manifestação das redes de solidariedades presentes no ambiente rural e que emergem de mais explicitamente com o isolamento e o contexto pandêmico, sendo muito importantes como forma de ajuda e enfrentamento das dificuldades.

Outra particularidade desses roteiros está na sua interdisciplinaridade. Essa estratégia foi pensada para diminuir a carga de conteúdos e realizar alguma interlocução entre as matérias, muitas vezes difícil de se viabilizar com o ensino presencial. O roteiro de humanas integra

as matérias de História, Geografia, Filosofia e Sociologia, concentrando-se em torno de uma temática central comum, pensando na elaboração de uma atividade que integre todas as áreas - como por exemplo, os conceitos de “identidade”, “ética” e “globalização”. Assim era preciso relacioná-los às disciplinas com base no que o professor solicitava.

Entre todas as estratégias mencionadas, nota-se uma característica comum a elas: a presença das formas de escrituração. A escrita prevaleceu com o novo cenário e até se intensificou, porque sem as aulas presenciais ou um contato por fala, os exercícios e formas de avaliação continuam sendo escritos e a presença de manuais, apostilas ou livros didáticos são de extrema importância, visto que esses materiais são os principais meios de consulta e pesquisa em que prevalecem na ausência da *internet*. Nesse sentido, as experiências relatadas demonstram um imperativo do livro didático sobre os demais tipos de livros, sendo este muitas vezes o único livro na casa e a principal fonte de conhecimento escrito daquele espaço.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo mostramos através da análise dos relatos de experiência colhidos, como a educação nas escolas rurais enfrenta diversas dificuldades que se acentuam com o isolamento social e a imposição do ensino à distância, uma vez que esse recurso necessita fundamentalmente de meios tecnológicos que, por vezes, não chegam a essas populações, notadamente as de menor renda. Entretanto, por outro lado, buscou-se ressaltar as iniciativas elaboradas pelas escolas, professoras, coordenadoras, diretoras, alunos e responsáveis a fim de lidar com essas adversidades, principalmente no ensino de História, visando manter uma interação e contato mínimo entre aluno e escola, salvaguardando e lutando pelo direito de acesso à educação, como bem ressaltaram as professoras.

Ademais, como uma das principais conclusões, faz-se necessário destacar que, ao longo das reflexões, pode-se perceber como o ensino remoto ocorrido no âmbito domiciliar foi uma medida emergencial diante do cenário do COVID-19, que visou manter o convívio e contato entre aluno e instituição, além de dar prosseguimento ao ano letivo para reduzir os possíveis danos de aprendizado. Entretanto, notou-se nas falas das professoras como de forma alguma esse novo formato substituiu a socialização, a interação intelectual e as relações afetivas permitidas e produzidas pelo espaço escolar, fundamentais para o desenvolvimento do aluno como pessoa, principalmente para aqueles moradores da zona rural que já viviam cotidianamente isolados espacialmente. Nesse sentido, todas as docentes demonstraram preocupação com as condições dos seus alunos para a realização dessas atividades, valorizando mais a manutenção da interação, na medida do possível, do que a cobrança de conteúdos e notas.

Por fim, acredita-se que a realidade do município e das escolas de São Luiz do Paraitinga apresenta características políticas, culturais, sociais e econômicas específicas, bem como - enfatizaram as professoras - quaisquer outras localidades e escolas, que precisam ser consideradas no processo de ensino para alcançar uma aprendizagem significativa. Porém, essa não é uma realidade única e exclusiva desse espaço, podendo ser observada também na zona rural de municípios vizinhos, entre outros espaços do estado e do país. Afinal, como mencionado na introdução, segundo o censo do IBGE (2010), aproximadamente 15% da população brasileira reside nesses espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIO, Clésio Aclino e MARIZETE, Lucini. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 27, n. 72, maio/ago. 2007, p. 177-195.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural*. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 5 Out. 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 Out. 2020.
- ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. In: VIÑAO, Antonio e ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura escolar como programa*. RJ: DP&A, 1998.
- IBGE. *Censo Demográfico*. 2010. Disponível em: <idades.ibge.gov.br/brasil>. Acesso em: 27 Out. 2020.
- IBGE. *Censo Demográfico*. 2018. Disponível em: <idades.ibge.gov.br/brasil>. Acesso em: 27 Out. 2020.
- LE GOFF, Jacques, Documento/Monumento. In: *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitaão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- MARTINELLO, André. Trabalho em Carlos Rodrigues Brandão - aproximações com E. P. Thompson. *Encontro da ANPUH-SC*, Simpósio 1, Trabalho 2. Florianópolis, 2013.
- MARTINELLO, A. Resenha: "O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural.", de Carlos Brandão. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v.3, n. 5, p. 291-295, 2008.
- PORTELLI, Alessandro. *História Oral como gênero*. Projeto História, n.22, p.9-36, 2001.
- PORTELLI, A. *O que faz a história oral diferente*. Projeto História, n. 14, p.25-39, 1997.
- VIÑAO FRAGO, Antonio. As culturas escolares. In: *Sistemas educativos, culturas escolares e reformas*. Portugal, Mangualde: Edições Pedagogo, 2007.
- VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard e THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 33, jun. 2001.

FONTES

- GABOS, Marina. Entrevista concedida à Laís Charleaux, em 24 Ago. 2020. (55 min.)
- NARDI, Leda. Entrevista concedida à Laís Charleaux, em 26 Ago. 2020. (70 min.)
- SEVERIANO, Erika. Entrevista concedida à Laís Charleaux, em 26 Ago. 2020. (92 min.)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. “Questionário de pesquisa sobre as escolas e os alunos”, concedido à Laís Charleaux, em 2 Set. 2020.

IMPACTO DO DECLÍNIO DO DESEMPENHO COGNITIVO NATURAL NOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM E INCLUSÃO DIGITAL

ANA CLARA ESPIRITO SANTO DA LUZ¹

LUANA CARLA DE CASTRO FÉLIX²

LETÍCIA DE ALMEIDA LOPES³

Resumo: A inclusão digital é uma exigência do mundo contemporâneo, sendo fundamental para a reinserção de idosos no mercado de trabalho e participação na comunidade. Com isto, este artigo objetiva elucidar as implicações do declínio cognitivo natural aos processos de aprendizagem na velhice. Foi realizado um levantamento bibliográfico narrativo com busca nas bases de dados SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES. Concluiu-se que o declínio cognitivo natural na senescência implica em diminuição da velocidade de processamento, atenção e memória tornando necessário mais tempo de aprendizado, ainda carecendo de pesquisas mais aprofundadas sobre as implicações desse declínio nos processos de aprendizagem. Além disso, foi possível observar que a aprendizagem se constitui como um importante fator de estimulação da plasticidade neural e programas de inclusão digital são instrumentos para o desenvolvimento de aprendizagens e participação social.

Palavras-chave: Pessoa idosa; Inclusão digital; Declínio cognitivo; Envelhecimento saudável; Aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

Entre o fim de 2019 e o início de 2020 a descoberta de um novo vírus com potencial de letalidade aumentado em populações idosas transferiu os espaços públicos para um mundo de interações remotas. A digitalização de espaços religiosos, educacionais e de confraternização com amigos e familiares acentuou a exclusão digital sofrida por muitos idosos. Dessa forma, nos cabe observar que preconceitos sobre as facilidades e dificuldades nos processos de aprendizagem digital podem afastar ainda mais essa população da participação na comunidade.

1 Graduada em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) desde 2018. Contato: anclara-luz@hotmail.com

2 Graduada em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) desde 2018. Contato: luanafelixpsi@gmail.com

3 Graduada em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) desde 2018. Contato: leticiaa.lopes07@gmail.com

De acordo com Oliveira (2006), o afastamento da pessoa idosa de atividades produtivas do dia a dia implica em uma imagem estereotipada. Por consequência, o sofrimento com o idadismo ou velhofobia. O idadismo é definido como uma forma de construir preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminação social com base na idade (COIMBRA, 2020).

O processo de envelhecimento pode ser demarcado pela idade, como acontece na esfera legal. São considerados idosos, no Brasil, adultos com mais de 60 anos. Mas a definição de “ser idoso” não é marcada de forma arbitrária. O envelhecer pode ser acompanhado de acordo com o declínio das capacidades físicas, cognitivas e mudanças na aparência (LIMA-SILVA E YASSUDA, 2009; ARGIMON E STEIN, 2005) além de alterações na constituição da rede social (CARSTENSEN, 1992).

2. METODOLOGIA

O trabalho foi delineado com abordagem qualitativa com método de revisão de literatura narrativa. Os artigos foram selecionados por temas de relevância para a questão norteadora “como o declínio cognitivo natural afeta os processos de aprendizagem durante o envelhecimento?”, utilizando as palavras-chave declínio cognitivo natural no envelhecimento, aprendizagem e declínio cognitivo, neuroplasticidade e envelhecimento, processos de aprendizagem no envelhecimento, fatores de proteção e declínio cognitivo e fatores de risco e declínio cognitivo. Foram utilizadas as plataformas do Portal Periódicos da CAPES, SCIELO e Google Scholar.

O objetivo deste trabalho não é esgotar o assunto, mas elucidar como as alterações cognitivas que são esperadas no processo de desenvolvimento das pessoas idosas podem afetar os processos de aprendizagem. Além disso, destacar fatores de risco e proteção para o declínio das capacidades cognitivas.

3. PROCESSOS DE APRENDIZAGENS

Para entender como o declínio cognitivo pode afetar os processos de aprendizagem é necessário rever algumas teorias da aprendizagem. A teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget apresenta explicações interessantes para compreender o processo de aprendizagem. Segundo o autor, o conhecimento é adquirido aos poucos pelo desenvolvimento das estruturas cognitivas (NEVES, 2006). Os estágios do desenvolvimento são marcados por avanços graduais de aspectos cognitivos e imaturos do pensamento, acontecendo de forma organizada. Nesse sentido, o desenvolvimento acontece a partir da organização\categorização de informações que são assimiladas, ou seja, incorporadas a conhecimentos prévios e acomodadas por

meio da adaptação de esquemas que influenciam o comportamento (PAPALIA E FELDMAN, 2013).

Já para Vygotsky, esse aprendizado se dá na esfera social, no que chamava de Zona de Desenvolvimento Proximal. A ZPD (sigla em inglês) é a distância entre problemas que uma pessoa é capaz de solucionar sozinha e problemas em que ela necessita de ajuda de outras pessoas como um “andaime conceitual”, um suporte temporário (PAPALIA E FELDMAN, 2013).

Vygotsky e Piaget foram teóricos muito importantes que influenciam os sistemas educacionais até a contemporaneidade. Com o desenvolvimento das neurociências, é possível entender o processo de aprendizagem como “um processo de aquisição, conservação e evocação do conhecimento onde há modificações moleculares permanentes nas conexões sinápticas” (ROTTA et al., 2015).

Assim, assumimos, neste trabalho, a concepção de aprendizagem como um processo de construção de memória que modifica conexões sinápticas formando esquemas de ação ou modos de funcionamento expressos no comportamento, que acontecem no contexto social onde o professor é um facilitador do aprendizado.

Sob a ótica desses dois teóricos e fazendo uma referência à dissertação de Oliveira (2006), o declínio cognitivo esperado para o envelhecimento natural implica na necessidade de mais tempo para a assimilação e equilíbrio das novas informações às estruturas cognitivas já estabelecidas, além de tornar a ZPD um fator muito importante pela necessidade de um suporte temporário mais presente. Ainda que com um pouco de dificuldade, o idoso precisa manter a plasticidade neural, que de acordo com Ferreira et al. (2019) é o nome dado ao fenômeno em que o cérebro é capaz de se regenerar ou criar conexões sinápticas a partir de determinados estímulos.

4. AS FUNÇÕES COGNITIVAS NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO NATURAL

As funções cognitivas são definidas por Antunes et al. (2006) e Cordeiro et al. (2014) como fases do processamento de informações. São funções cognitivas a percepção, aprendizagem, memória, atenção, vigilância, raciocínio e solução de problemas. Souza et al. (2007) realizaram um estudo epidemiológico com objetivo de avaliar o processo de envelhecimento. Cerca de 82% dos 65 idosos incluídos na pesquisa apresentavam alguma queixa de doença ou condição crônica e 66% apresentavam queixas de alguma dificuldade de memória.

Ainda assim, 93,8% dos idosos relataram ter uma percepção da própria saúde como boa ou muito boa. As autoras e o autor apontaram que o processo de envelhecimento não deve ser

necessariamente associado ao adoecimento ou à degeneração patológica. Fica latente que apesar das alterações esperadas na senescência (envelhecimento saudável) a percepção subjetiva da própria condição de saúde é muito relevante.

Em um estudo quantitativo longitudinal Argimon e Stein (2005) avaliaram, em 1998 e em 2001, 66 idosos utilizando os mesmos instrumentos. Observou-se um declínio cognitivo em tarefas que exigiam rapidez, atenção, concentração e raciocínio dedutivo. O gradual declínio das funções cognitivas, a diminuição da atividade metabólica, queixas referentes a esquecimentos e perdas dos níveis de atenção e manutenção da atenção, são citadas por Ávila e Mito (2003) quando se propôs diferenciar o declínio cognitivo esperado no envelhecimento saudável e o declínio cognitivo esperado em casos de demências, como o Alzheimer que se caracteriza por um declínio muito mais abrupto.

Alguns estudos como o de Wong et al. (2015), Vieira et al. (2017) e Silva (2017) verificaram, através da aplicação do Mini Exame do Estado Mental (MEEM), instrumento mais utilizado na avaliação das funções cognitivas em idosos, diferenças significativas do desempenho cognitivo em função da idade, além de confirmarem a influência do tempo de escolarização no escore. Segundo Silva e colaboradores (2017), é conhecido que há um declínio cognitivo em função do aumento da idade mesmo em indivíduos sadios e ativos, mas salienta que os sistemas de memória, que são as funções mais pesquisadas, não são afetados uniformemente.

No envelhecimento saudável, a memória episódica (narrativa de episódios recentes da vida) pode ser afetada, mas a memória semântica (o conhecimento da pessoa sobre o mundo) e a memória não declarativa (revelada por meio de comportamentos) são preservadas. Argimon (2006) pontua que o declínio cognitivo é leve e não pode ser generalizado concordando com Souza (2007), que afirma a impossibilidade do envelhecer ser associado a uma “degeneração patológica”.

Apesar de não serem bem estabelecidas na literatura, Antunes et al. (2006) elenca propostas para possíveis causas do declínio cognitivo: a redução da velocidade do processamento, redução da atenção, déficit sensorial, redução da memória de trabalho, prejuízo funcional do lobo frontal, redução da função neurotransmissora, menor circulação sanguínea central e da barreira hematoencefálica.

Foroni e Santos (2012) realizaram uma revisão sistemática de literatura nas bases de dados SciELO e PudMed. As autoras buscaram fatores de risco e de proteção para o declínio cognitivo no envelhecimento. Elas classificaram os fatores em biológicos, psicológicos, comportamentais e sociais.

Entre os fatores biológicos destacamos a predominância de declínios cognitivos entre o gênero feminino, etnia negra e de idade mais avançada, além de doenças crônicas como o diabetes e a hipertensão arterial. Há também o fator genético quanto a presença do alelo da apolipoproteína E4 que aumenta o risco. Houve indícios de que hormônios sexuais femininos têm efeito positivo sobre as funções cognitivas.

Dos fatores psicológicos e comportamentais, o declínio cognitivo está associado a sintomas de depressão, ansiedade, estresse crônico e abuso de álcool e tabagismo.

Sobre os fatores sociais, a classe socioeconômica baixa e baixa escolaridade são importantes fatores. Um dos estudos encontrados por Forroni e Santos (2012) indicou que houve melhor preservação cognitiva em idosos que exerciam trabalhos mentais em comparação aos que realizavam trabalhos manuais, garantindo a história ocupacional um lugar nesta lista. A prática regular de atividades físicas e de lazer foi um importante fator de proteção, enquanto que o sedentarismo foi classificado como um fator de risco.

Em um artigo publicado por Gomes et al. (2020), os autores abordam os efeitos de estimulação da memória e trazem a importância da promoção de meios de intervenção que possam ser capazes de diminuir os déficits do declínio cognitivo e possam promover práticas de prevenção à saúde do idoso. Nele é sugerido que o treino mnemônico pode gerar mudanças no funcionamento cognitivo, podendo possibilitar benefícios na funcionalidade e independência do idoso. Neste sentido o treino da memória pode ser um fator de proteção na manutenção do declínio cognitivo especialmente quando relacionado às atividades da vida diária.

Oliveira et al. (2019) realizaram um estudo epidemiológico descritivo em que a proposta era avaliar o nível de atividade física e o estado cognitivo de uma amostra de 654 idosos residentes da cidade de Maricá, na Paraíba. Os pesquisadores constataram um melhor desempenho em avaliações do estado cognitivo de idosos que tinham um alto nível de atividade física comparado aos idosos com baixo nível de atividade física ou sedentarismo.

Minghelli et al. (2013) selecionaram dois grupos de idosos. Um grupo formado por idosos considerados sedentários (GS) e um grupo formado por idosos considerados fisicamente ativos (GA). Os resultados apontaram que os idosos do grupo GS tinham 38% mais probabilidade de desenvolver transtornos mentais como depressão e ansiedade. E ainda, Cordeiro et al. (2014) apontam diferença estatística significativa da capacidade funcional entre grupos de idosos ativos e sedentários.

Em revisão de literatura, Vorkapic-Ferreira (2018) se propôs a realizar uma atualização do tema "efeitos da atividade física para a saúde mental" e expôs uma relação entre a prática de exercícios aeróbicos e melhoras cognitivas tanto em adultos idosos quanto em jovens. Segundo

o autor, a melhora cognitiva acontece devido a melhora geral das condições de saúde. Ainda aponta que a neurogênese é o fenômeno neuroquímico mais associado aos efeitos da atividade física no Sistema Nervoso Central, além da angiogênese e da sinaptogênese. Sendo estas, fundamentais para a plasticidade neural e processos de aprendizagem.

Rosa, Filha, Moraes (2018) trazem o teste MEEM para avaliar a função cognitiva dos idosos em uma instituição. Esse instrumento é utilizado para investigar as cinco áreas da cognição: registro, orientação, recuperação e linguagem, cálculo e atenção. Neste artigo destaca-se que 48,9% dos idosos apresentavam uma saúde mais debilitante, possuindo cinco ou mais doenças. As autoras destacam os exercícios físico e aeróbico como estratégia útil para confrontar esta situação visto que eles podem melhorar as funções executivas e memória além de poder evitar a diminuição do hipocampo e a perda do tecido cerebral, tardando o declínio cognitivo durante o envelhecimento. O artigo citado encoraja que profissionais da saúde promovam incentivos mentais e físicos como leitura, jogos, dança e memorização como meios de se preparar previamente para atrasar ou até mesmo evitar a perda cognitiva nos idosos, já que estes preservam as capacidades cerebrais e estimulam a cognição nessa parcela da população.

5. REINSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E INCLUSÃO DIGITAL

Mais de um quarto de idosos brasileiros que vivem em regiões metropolitanas procuram a reinserção no mercado de trabalho (GIATTI E BARRETO, 2003). A necessidade de reintegração ou permanência no mercado de trabalho acontece, segundo Cockell (2014), por necessidades financeiras ou fatores subjetivos como a percepção de que o trabalho é prazeroso, como um modo de ocupar a mente e o tempo, mantendo-se ativos apesar do avançar da idade. Para estes, o mercado de trabalho é uma forma de continuar aprendendo. Camarano (2001) fala sobre a importância dos idosos brasileiros na renda familiar e o quanto o envelhecimento populacional afeta a composição etária da População Economicamente Ativa (PEA). A autora também relata que, comparado aos padrões internacionais, a presença do idoso brasileiro no mercado de trabalho é alta.

Bulla (2003) destaca que é importante perceber que a maneira como se pensa a aposentadoria e o trabalho é mutável e dependente da vivência e experiências de cada indivíduo. A autora também trata de como a defasagem causada pelo não reajuste do valor do benefício do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) gera a necessidade dos idosos que recebem menos de um salário mínimo retornarem para o mercado de trabalho, seja de maneira formal ou informal. Por último Bulla (2003), enfatiza o quanto o preconceito em relação a aposentadoria e a idade prejudicam e dificultam a reinserção do idoso no mercado de trabalho.

Segundo o que foi apresentado por Pasqualotti (2007), de acordo com Pretto (1996) a nova geração tem uma facilidade com a tecnologia, pois foi inserida desde cedo nessa esfera, já os idosos apresentam uma certa dificuldade de lidar com este mesmo cenário. Ainda assim, Oliveira (2006) salienta que a estranheza em relação a novas tecnologias não é exclusiva dos idosos, mas comum às pessoas que não tiveram acesso a essas novas propostas tecnológicas.

O artigo de Kachar (2010) extraiu dados da pesquisa elaborada pelo Centro de Estudos sobre Tecnologia da Informação e da Comunicação (CETIC) em 2009. Verificou-se que 12% dos idosos com 60 anos ou mais têm acesso à tecnologias atuais, enquanto que em pessoas entre os 16 e 24 anos esse acesso é de 89%. Os dados indicam uma grave exclusão da pessoa idosa ao acesso de tecnologias.

Entretanto, existem esforços que tentam diminuir essa disparidade de gerações ao acesso à tecnologia. Com a criação das chamadas Universidades da Terceira Idade, por volta da década de 70 (VIANA, 2020), o ensino da tecnologia aos idosos se tornou uma realidade palpável. Um exemplo é a UnATI UERJ, sigla para Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que oferece diversos cursos para esse público. Entre eles é ofertado um curso de informática que é um programa de inclusão digital para pessoas da terceira idade.

Outro projeto que vai nesse sentido é o projeto de extensão Inclusão Digital na Terceira Idade, promovido pelo curso de Ciência da Comunicação, que tem por finalidade contribuir para a socialização e inclusão digital de idosos da comunidade de Cruz Alta (RJ) e de grupos da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI). Em avaliação qualitativa, por meio da observação do comportamento dos alunos, Mozzaquatro et al. (2012) notaram que no início das atividades houve receio por parte dos idosos, além do estranhamento com a tecnologia. Mas, ao longo do tempo, os alunos superaram essa e outras dificuldades. Sendo a inclusão digital uma poderosa ferramenta para a melhoria da qualidade de vida, autonomia e autoestima.

Como Loreto (2014), Vieira e Santarosa (2009) afirmam que um dos motivos que leva o idoso a buscar esses programas de inclusão digital é o sentimento de pertencimento à sociedade que é constantemente influenciada pela tecnologia. Como coloca Viana (2020), em seu texto com o tema de aprendizagem e envelhecimento, um idoso aprender a utilizar a tecnologia faz com que ele se depare com as mudanças sociais e culturais podendo, então, atualizar-se sobre o mundo e ainda reconhecer seu papel na sociedade, a fim de integrar-se. Por fim, a dissertação de Felipe S. de Oliveira (2006) sobre a aprendizagem por idosos na utilização da internet aponta que “alterações nas habilidades cognitivas podem trazer desconforto e perda da autonomia, en-

tre outros fatores sociais conhecidos” (p. 18). Aponta ainda que uma vida voltada para a aprendizagem de novas informações pode ajudar a preservar estas funções e melhorar a qualidade de vida.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas que observam as consequências do declínio na aprendizagem ainda são escassas, dificultando um consenso. Foi possível perceber que os processos de aprendizagem são afetados pela velocidade de processamento de informações, memória e atenção. Sendo estas as principais queixas de idosos em processo de envelhecimento saudável. Entende-se que o processo de aprendizagem do idoso desenvolve-se de forma mais lenta. Apesar disso, o declínio cognitivo apresentado durante a senescência é leve e não provoca prejuízos funcionais da vida cotidiana do idoso, tornando o processo de aprendizagem não apenas possível, mas fundamental para retardar o declínio cognitivo.

Observa-se, na literatura, evidências do efeito protetivo de atividades físicas e de aprendizagem para a preservação e melhoria das funções cognitivas. Melhorando, além da condição física, a qualidade de vida tanto de idosos quanto de jovens. Evidências mostram que a atividade física regular promove a neurogênese e a sinaptogênese favorecendo a plasticidade neural e processos de aprendizagem.

Programas de inclusão digital avaliam de forma positiva o desenvolvimento de habilidades tecnológicas por idosos além de ser, juntamente com a reinserção no mercado de trabalho, uma possibilidade de expansão da rede social dessa parcela da população, especialmente, nas condições atuais, em contexto de isolamento social.

Expõe-se como conclusão deste trabalho a necessidade de criação de programas que integrem a inclusão digital com práticas de exercício físico para potencializar o aprendizado, a preservação cognitiva e a expansão da rede social, tanto de idosos que pretendem a reinserção no mercado de trabalho, quanto de idosos que preferem continuar aposentados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Hanna KM et al. Exercício físico e função cognitiva: uma revisão. *Revista Brasileira de medicina do esporte*, v. 12, n. 2, p. 108-114, 2006.
- ARGIMON, Irani I.; STEIN, Lilian Milnitsky. Habilidades cognitivas em indivíduos muito idosos: um estudo longitudinal. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, p. 64-72, 2005.
- ARGIMON, Irani I. Aspectos cognitivos em idosos. *Avaliação psicológica*, v. 5, n. 2, p. 243-245, 2006.
- ÁVILA, Renata; MIOTTO, Eliane. Reabilitação neuropsicológica de déficits de memória em pacientes com demência de Alzheimer. *Revista de psiquiatria clínica*, v. 29, n. 4, p. 190-196, 2002.
- BULLA, Leonia Capaverde. Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. *Textos & Contextos (Online)*, 2003.
- CAMARANO, Ana Amélia. *O idoso brasileiro no mercado de trabalho*, 2001.
- CARSTENSEN, Laura L. Social and emotional patterns in adulthood: support for socioemotional selectivity theory. *Psychology and aging*, v. 7, n. 3, p. 331, 1992.
- COCKELL, Fernanda Flávia. Idosos aposentados no mercado de trabalho informal: trajetórias ocupacionais na construção civil. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 2, p. 461-471, 2014.
- COIMBRA, Joaquim Luís. *Idadismo, fragmentos de xenofobia numa sociedade envelhecida*, 2020.
- CORDEIRO, Juliana et al. Efeitos da atividade física na memória declarativa, capacidade funcional e qualidade de vida em idosos. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 17, n. 3, p. 541-552, 2014.
- FERREIRA, Eduardo Vinícius et al. Plasticidade Neural em indivíduos da terceira idade. *Arquivos do Mudi*, v. 23, n. 3, p. 120-129, 2019.
- GIATTI, Luana; BARRETO, Sandhi M. Saúde, trabalho e envelhecimento no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, p. 759-771, 2003.
- GOMES, Erika Carla Cavalcanti et al. Treino de estimulação de memória e a funcionalidade do idoso sem comprometimento cognitivo: uma revisão integrativa. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 6, p. 2193-2202, Junho 2020.
- KACHAR, Vitória. Envelhecimento e perspectivas de inclusão digital. *Revista Kairós: Gerontologia*, v. 13, n. 2, 2010.
- LIMA-SILVA, Thaís Bento; YASSUDA, Mônica Sanches. A relação entre a queixa de memória e a idade no envelhecimento normal. *Dementia & Neuropsychologia*, v. 3, n. 2, p. 94-100, 2009.

LORETO, Elisa Sergi Gordilho; DOS SANTOS FERREIRA, Giselle Martins. Desafios e possibilidades para a inclusão digital da terceira idade. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 8, n. 2, p. 120-137, 2014.

MINGHELLI, Beatriz et al. Comparação dos níveis de ansiedade e depressão entre idosos ativos e sedentários. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)*, v. 40, n. 2, p. 71-76, 2013.

MOZZAQUATRO, Patricia Mariotto et al. Inclusão Digital na Terceira Idade. *CATAVENTOS-Revista de Extensão da Universidade de Cruz Alta*, v. 4, n. 1, p. 182-192, 2013.

NEVES, Dulce Amélia de B. Ciência da informação e cognição humana: uma abordagem do processamento da informação. *Ciência da informação*, v. 35, n. 1, 2006.

OLIVEIRA, Daniel Vicentini de et al. O nível de atividade física como um fator interveniente no estado cognitivo de idosos da atenção básica à saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, p. 4163-4170, 2019.

OLIVEIRA, Felipe Schroeder de. *Aprendizagem por idosos na utilização da Internet*. 2006. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth D. *Desenvolvimento humano*. Artmed editora, 2013.

PASQUALOTTI, Paulo Roberto et al. Inclusão digital para terceira idade: Oportunidades, possibilidades e propostas inovadoras. *Technology*, p. 1-11, 2007.

PRETTO, Nelson de Luca. *Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia*. 1996.

ROSA, Tábada Samantha Marques; FILHA, Valdete Alves Valentins dos Santos; MORAES, Anaellen Bragança de. Prevalence and factors associated with cognitive impairments in the elderly of charity asylums: a descriptive study. *Ciência & saúde coletiva*, v. 23, p. 3757-3765, 2018.

ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; DOS SANTOS RIESGO, Rudimar. *Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar*. Artmed Editora, 2015.

SANTOS, Patricia Leila; FORONI, Priscila M.; CHAVES, Maria Cláudia F. Atividades físicas e de lazer e seu impacto sobre a cognição no envelhecimento. *Medicina (Ribeirão Preto. Online)*, v. 42, n. 1, p. 54-60, 2009.

SILVA, Kelly da et al. Rastreamento cognitivo em ambiente hospitalar de pacientes sem queixas relacionadas. *Revista CEFAC*, v. 19, n. 4, p. 443-449, 2017.

SOUZA, Pollyanna da Silva de et al. Avaliação do desempenho cognitivo em idosos. *Revista brasileira de geriatria e gerontologia*, v. 10, n. 1, p. 29-38, 2007.

VIANA, Helena Brandão. Velhice e aprendizagem: o desafio de ensinar pessoas idosas. In: TAVARES, Carla Nunes Vieira; MENEZES, Stella Ferreira. *Envelhecimento e modos de ensino aprendizagem*. Uberlândia: EDUFU, p.32-54, 2019.

VIEIRA, Maristela Compagnoni; SANTAROSA, Lucila Maria Costi. O uso do computador e da Internet e a participação em cursos de informática por idosos: meios digitais, finalidades sociais. In: *Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação-SBIE)*. 2009.

VORKAPIC-FERREIRA, Camila et al. Nascidos para correr: a importância do exercício para a saúde do cérebro. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, v. 23, n. 6, p. 495-503, 2017.

VIEIRA, Samara Karine Sena Fernandes et al. Características sociodemográficas e morbidades entre idosos institucionalizados sem declínio cognitivo. *Rev. pesquis. cuid. fundam. (Online)*, p. 1132-1138, 2017.

WONG, Cristina E. Izábal; BRANCO, Laura; COTRENA, Charles. Memória episódica visual no envelhecimento: estudo comparativo entre jovens e idosos. *Neuropsicologia Latinoamericana*, v. 7, n. 1, 2015.

MACHISMO *HIGH-TECH*: A OBJETIFICAÇÃO DA MULHER COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA DE SUA SUBMISSÃO NA ERA DIGITAL¹

MARIANA SILVÉRIO ALMEIDA E TASCA²

Resumo: Este artigo pretende apresentar uma nova forma de discriminação de gênero, manifestada por meio da dominação interpessoal, existente dentro dos espaços virtuais: a exposição não consentida da intimidade sexual, que se desdobra em três espécies. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para identificar as extensões do machismo estrutural na sociedade brasileira e a forma como ele se apresenta em um mundo futurístico de especiais características, tais como o “anonimato”, a “amplificação”, a “permanência”, a ideia de “cativeiro virtual”, a “relativização de padrões éticos”, a “impunidade” e a “pseudo invisibilidade do dano”. Constatou-se, sob um olhar jurídico, que os atuais instrumentos normativos voltados à proteção do tema ainda são deficientes, notadamente pelos efeitos deletérios na saúde mental das vítimas, o que sinaliza a importância do debate científico.

Palavras-chave: Machismo Estrutural, Mulher, Discriminação de gênero, Internet, Exposição da intimidade sexual.

1. INTRODUÇÃO

De partida, cumpre destacar que, visando conferir maior propriedade aos dados apontados, utilizar-se-á o vocábulo “mulher” para se referir exclusivamente àquele indivíduo que ostenta a estrutura fisiológica própria do sexo feminino e que se reconhece voluntariamente como pertencente ao grupo. Igualmente, adotar-se-á o vocábulo “homem” para fazer menção tão somente aos indivíduos que apresentam a estrutura fisiológica do sexo masculino e que também se reconhecem voluntariamente como pertencentes ao grupo.

Bruxa, tupinambá canibal, virgem, sexual, diva. A imagem da mulher ocidental, ao longo dos séculos, variou significativamente, fator fundamental para compreendermos seu processo de humanização e individualização (ANCHIETA, 2019).

1 Esse artigo é resultado de uma Monografia realizada em 2020, intitulada *A exposição não consentida da intimidade sexual na internet com vítimas adultas do sexo feminino sob a ótica do Direito Civil*, sob orientação da Prof^a Dr^a Rita de Cássia Curvo Leite, com obtenção de prêmio *Menção Honrosa* pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

2 Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP | e-mail: ma.tasca@hotmail.com.

Contudo, em que pese as diferentes representações femininas, responsáveis por alterná-la entre uma figura de poder e outra de fragilidade, é um consenso entre estudiosos do tema que nenhuma mulher, independentemente da classe social e da época histórica, esteve imune à prática da discriminação de gênero (BRAGA, 2019, p. 02).

Em concomitância com a transformação da humanidade, que ora se ancorou em preceitos religiosos e culturais, ora em preceitos econômicos e políticos, o processo de submissão se deu de forma lenta, submetendo-a, pouco a pouco, a um “código de conduta” capaz de torná-la, em comparação ao homem, inferior (*apud* BRAGA, 2019, p. 02).

No século XIX, o ocidente adotou a concepção sexual política-ideológica, a partir da qual as definições dos sexos masculino e feminino adquiriram diferenças morais à luz de uma sociedade burguesa, capitalista, individualista, nacionalista, imperialista e colonialista, implantada nos países europeus. (COSTA, 1995, pp. 110-111). Dessa forma, enquanto o homem se lançou no ambiente público e assumiu um protagonismo social, a mulher ficou restrita ao ambiente privado e à coadjuvância (FRIEDAN, 1971, pp. 17-31).

Porque colônia portuguesa por mais de três séculos, os valores culturais da sociedade brasileira são reflexo histórico daqueles oriundos do continente europeu. Apesar das raízes nativas dos povos africano e indígena, com a mão de obra escrava daquele e a subjugação deste, esvaiu-se o poder de tais etnias estabelecerem normas e valores capazes de fazer frente ao modelo de organização social europeu (BRAGA, 2019, p. 02).

Dentro deste contexto, se nos dias que correm a sociedade moderna avança a níveis e velocidades nunca vistos, paralelamente, ela continua a perpetuar, pela ação ou omissão, patologias sociais procedentes da ideia de masculinidade hegemônica no Brasil, cuja caracterização pode se dar, brevemente, por patriarcal, burguesa, branca e heterossexual (BARBARINI; MARTINS, 2018, p. 225).

Presta-se o presente artigo, por meio de pesquisa bibliográfica, a expor uma nova forma de dominação interpessoal existente no ambiente virtual – a exposição não consentida da intimidade sexual na *internet* –, a partir de um recorte metodológico capaz de delimitar as considerações ao universo do machismo estrutural, dentro do qual o homem ocupa a posição de agressor e, a mulher, de vítima.

Objetiva-se, também, por meio de breve apresentação dos atuais instrumentos normativos existentes em nosso ordenamento jurídico pátrio que cuidam da proteção do tema, trazer à luz a necessidade de sua discussão em ambientes que ultrapassam os limites reservados ao Direito positivo, a fim de que a proteção destinada às vítimas mulheres seja aperfeiçoada.

Para tanto, realizar-se-á em um primeiro momento uma breve análise histórica para identificar os alicerces sobre os quais a aludida exposição, dentro do espaço virtual, se sustenta a partir das particularidades sociais do Brasil: sociedade dentro da qual as iniquidades de gênero persistem, porque ainda não completamente desassociadas do machismo estrutural (COUTO; SCHRAIBER, 2013, p. 60).

Já em uma segunda parte, a exposição não consentida da intimidade sexual será tratada em suas três espécies: “estupro virtual”, “pornografia de vingança” e “sextorsão”, apontando-se as nocividades particulares do ambiente digital, como o “anonimato”, a “amplificação”, a “permanência”, a ideia de “cativeiro virtual”, a “relativização de padrões éticos”, a “impunidade” e a “pseudoinvisibilidade do dano”. Serão expostos, ainda, alguns efeitos deletérios de longo prazo causados por tais condutas à saúde mental das vítimas, reforçando-se a importância da discussão.

Uma vez identificada a potencialidade de violação à dignidade da pessoa humana da mulher, expressão suprema de um Estado Democrático de Direito (SILVA, 1998, pp. 89-94), na terceira parte do artigo serão apresentados alguns dos atuais instrumentos normativos civis e penais capazes de cuidar desse novo fenômeno, trazendo-se, ademais, breves constatações sobre suas aplicações na prática.

2. AO HOMEM, O TUDO E O “EU”; À MULHER, O NADA E O “OUTRO”

Considerando a concepção sexual política-ideológica desenvolvida na sociedade ocidental a partir do século XIX (COSTA, 1995, pp. 110-111), e considerando, também, os valores culturais da sociedade brasileira como reflexo histórico do continente europeu (BRAGA, 2019, p. 02), é possível concluir que o ponto comum às sociedades europeia e brasileira é a evolução do corpo social a partir de um processo histórico de condução de valores morais, éticos, políticos e econômicos por homens.

Isso acontece porque a dominação masculina sobre a mulher busca seu fundamento de validade em um arquétipo “naturalista” de “pseudonatureza” superior dos homens, que passa a ser reconhecido no imaginário social a partir do infindável trabalho de séculos de relevantes instituições públicas, tais como o Estado, a Igreja, a família e a escola. Dentro desta lógica, a dominação, fruto de violência simbólica, acaba por promover a “naturalização” daquilo cultural e historicamente construído (COUTO; SCHRAIBER, 2013, p. 54).

A afirmação de existência do machismo não carece de preciso fundamento histórico, ou seja, não há um evento único capaz de dividir o corpo social entre “pré” e “pós” machismo. A dominação masculina está assegurada de forma tal que prescinde de justificação. É um *habitus*

incorporado nos sujeitos e que se exprime nos discursos como “natural”, “inevitável” e inerente à “ordem das coisas” (BORDIEU, 2012, pp. 16-17).

Malgrado as conquistas, pelas mulheres, de espaços até então exclusivamente masculinos nas últimas décadas, não se pode dizer que o país é composto por uma sociedade livre do falocentrismo³, é dizer, as iniquidades de gênero ainda persistem (COUTO; SCHRAIBER, 2013, p. 60).

Com a possibilidade de interconectividade entre usuários de computadores, por meio da *internet*, a partir da década de 90 (RODRÍGUEZ, 2018, p. 50), o machismo arraigado às estruturas sociais passou a ocupar também o mundo digital, como uma correspondência lógica à habitação dos espaços virtuais por indivíduos socializados dentro de um corpo social precipuamente machista e sexista.

Reflexo de tais considerações são as opiniões sociais que recaem sobre a sexualidade feminina. Até o século XX, o imaginário social de “mulher” estava completamente desassociado de ímpetos sexuais e do prazer. Nesse sentido, a Igreja, importante instituição formadora do senso coletivo, fomentava a ideia de submissão e ausência de poder sobre o próprio corpo, que, se desviado do objetivo-fim da maternidade, estaria condenado ao destino pecador de Eva (OLIVEIRA; REZENDE; GONÇALVES, 2018, p. 305).

Apesar de a sociedade brasileira passar por processo histórico apto a proporcionar à mulher cada vez mais liberdade sexual, ainda existem mitos e preconceitos ligados à sua sexualidade (*apud* OLIVEIRA; REZENDE; GONÇALVES, 2018, pp. 312-313). Com o advento do mito da beleza (WOLF, 2020), houve a hipersexualização do corpo feminino, que passou a estampar campanhas publicitárias destinadas à sua objetificação.

De lá para cá, mulheres resistem a níveis micro e macro contra um sistema capitalista moldado para gerar máxima lucratividade em cima de modelos de beleza e comportamento inatingíveis e sobre-humanos. Todavia, a divulgação de seu corpo nu, especialmente de forma não consentida, continua a ostentar uma enorme visão pejorativa, a desembocar em sua condenação social. (COSTA, 2018, pp. 01-03).

Por tais razões, podemos afirmar que a exposição não consentida da intimidade sexual da mulher na *internet* é uma nova forma de discriminação de gênero.

3 A origem do termo encontra raízes nas meditações de Sigmund Freud, e representa a ideia do falo como significante ordenador, cuja consequência prática é permear o inconsciente coletivo da ideia de superioridade masculina.

3. O CAMINHO PERCORRIDO PELO MACHISMO ESTRUTURAL DENTRO DO AMBIENTE DIGITAL

As nocividades da violência de gênero no ambiente virtual ostentam particularidades cuja pormenorização se mostra relevante porque capazes de redefinir conceitos como “violência”, “distância” e “localização” (MORRELI JUNIOR; MEIRELLES, 2015, p. 88).

Franks (2012) é quem elenca quatro das sete nocividades características do mundo virtual. São elas o “anonimato”, a “amplificação”, a “permanência” e o “cativeiro virtual”. Já a “relativização de padrões éticos”, a “impunidade” e a “pseudoinvisibilidade do dano” são ideias desenvolvidas por Sydow e Castro (2019).

A nocividade do “anonimato”, segundo a autora, está atrelada ao fato de que no mundo virtual inexistente, por parte dos usuários, fundado temor de detecção de identidade, razão pela qual potenciais agressores tendem a sentir mais confiança para agir de forma violenta (FRANKS, 2012, p. 682).

A “amplificação”, a seu turno, se liga à ideia de haver no mundo *online* enorme número de internautas disponíveis para interação imediata, responsáveis por alavancar quase que instantaneamente, e ao redor do mundo todo, um conteúdo nocivo (*apud* FRANKS, 2012, p. 682).

A “permanência”, conectada à nocividade imediatamente superior, traduz a dificuldade de se controlar a propagação de conteúdos no ambiente digital, devido à sua extrema liquidez. Por tal razão, a probabilidade de um conteúdo ser permanentemente deletado se aproxima de zero, daí, portanto, o sentido de continuidade (*apud* FRANKS, 2012, p. 683).

O “cativeiro virtual”, por fim, representa a submissão da vítima ao conteúdo divulgado. A mulher, sem força hábil a fazer frente à velocidade e instantaneidade típicas da *internet*, se torna refém da conduta agressiva.

Para Sydow e Castro (2019), a “relativização de padrões éticos” ocorre à medida em que o ambiente digital cria uma falsa percepção da realidade, bastante distante daquela de fato existente no plano material, capaz de gerar nos indivíduos a noção de que determinados comportamentos, na plataforma cibernética, ainda que violentos, podem ser total ou parcialmente tolerados, gerando mínima consequência ou nenhuma (SYDOW; CASTRO, 2019, pp. 90-91).

Seguindo a linha traçada por Franks (2012) quanto ao “anonimato”, explicam os autores que a nocividade particular da “impunidade” decorre da ausência de mecanismos legais de proteção às vítimas contra ataques cibernéticos, o que desemboca, ante a tal omissão, na ausência de reprimenda (*apud* SYDOW; CASTRO, 2019, pp. 90-91).

A “pseudoinvisibilidade do dano”, por sua vez, denuncia as dificuldades na identificação precisa da extensão do resultado material da conduta agressora, quer seja na esfera íntima da

vítima, quer seja no corpo social, prejudicando a análise dos reais efeitos por ela sentidos (*apud* SYDOW; CASTRO, 2019, pp. 90-91).

Transportando tais considerações para o tema central do presente artigo, são três os principais fenômenos de exposição não consentida da intimidade sexual na *internet*: estupro virtual, pornografia de vingança e sextorsão.

Sydow e Castro (2019), sobre o tema, apontam a ausência de clareza na distinção conceitual entre os fenômenos, que atualmente são comumente tratados como expressões sinônimas para uma única conduta, chamando atenção para a necessidade científica de progressão do debate (SYDOW; CASTRO, 2019, p. 11).

Não há um conceito de “estupro” universalmente aceito, pois sua definição necessariamente se origina de um processo sujeito à influência cultural do corpo social que se analisa; igualmente o é o conceito de “estupro virtual”. Todavia, MacKinnon (1997) explica que as teorias dominantes reconhecem o estupro como fenômeno resultante do *status* desigual entre mulheres e homens.

Para Lucchesi e Hernandez (2018), no contexto social nacional, caracteriza-se o “estupro virtual” pela exigência, mediante ameaça realizada pelo agressor que detém a posse de conteúdo de intimidade sexual, de que a mulher pratique atos eróticos para ele em frente a uma *webcam*.

A definição de “pornografia de vingança” também não é precisa, ficando boa carga de seu conceito nas mãos da jurisprudência de nossos Tribunais (CASTRO, 2018, p. 26), mas tal fenômeno parece encontrar sua melhor definição na conjugação de definições elaboradas por Sydow e Castro (2019) e Buzzi (2015), segundo a qual se traduz pela divulgação não consentida de qualquer material libidinoso protagonizado pela mulher (fotografia, vídeo, áudios e semelhantes) com vistas à sua condenação social⁴.

Finalmente, a “sextorsão”, oriunda da junção dos termos em inglês *sex* e *corruption*, indica relação de poder com vistas à obtenção de vantagem, recompensa ou lucro (LUCCHESI; HERNANDEZ, 2018, p. 11). Para D’Urso (2017), a “sextorsão” se caracteriza como a chantagem *online* pelo constrangimento à prática sexual registrada em foto ou vídeo para envio em troca da não divulgação do conteúdo na posse do agressor.

Dentro desse contexto, alguns efeitos deletérios de longo prazo causados por tais condutas são prontamente identificados na saúde mental das vítimas, o que reforça a importância da

4 Nesse caso específico, deve ser explícito o dolo do agressor, que age justamente para que a imagem da vítima reste prejudicada perante a sociedade.

discussão. É comum a sensação profunda de angústia emocional, raiva, culpa, paranoia, depressão, a deterioração das relações pessoais, o isolamento e até mesmo o suicídio (KAMAL; NEWMAN, 2016, p. 362).

Bates (2017) aponta que as consequências para a saúde mental das vítimas são semelhantes às aquelas experimentadas pelas vítimas de estupro, especialmente estresse pós-traumático, ansiedade, depressão e automedicação na tentativa de evitar sensações de desespero e angústia.

Nas três formas acima colocadas de exposição não consentida da intimidade sexual na *internet*, não é difícil concluir pela possibilidade de violação à dignidade da pessoa humana, expressão suprema de um Estado Democrático de Direito (SILVA, 1998, pp. 89-94) e princípio universal carecedor de proteção (ZISMAN, 2017, pp. 01-16). Logo, uma vez experienciados por mulheres, é inegável o atentado às suas condições de ser – no sentido de pertencer – à espécie humana.

4. A INSUFICIÊNCIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO ATUAL PARA A PROTEÇÃO DAS VÍTIMAS DE TAIS FENÔMENOS NO BRASIL

A modernidade líquida⁵ dos dias que correm é responsável pela condução de um processo contínuo de ressignificação das relações sociais, em velocidade na qual o Direito, porque instrumentalizado e rígido na forma, não dá conta de acompanhar e tutelar os novos tipos de relacionamentos interpessoais e possíveis condutas lesivas deles decorrentes. Contudo, apesar da inexistência de legislação específica sobre os fenômenos apresentados anteriormente⁶, pode-se citar alguns instrumentos normativos civis e penais que cuidam de conferir proteção à violação de direitos nos casos citados.

De partida, cumpre destacar que o fim e o fundamento do Direito está no ser humano (SILVA, 1998), e por assim ser, a personalidade⁷, atributo inerente aos integrantes da espécie,

5 Lançado por Zygmunt Bauman, o termo se refere à fluidez e flexibilidade das relações atuais, em detrimento dos laços sólidos que existiam anteriormente. Representa a tentativa de se impedir a criação de padrões que podem se cristalizar em tradição.

6 Faz-se essa afirmação após vasta pesquisa jurídica sobre o tema. Conforme se pretendeu demonstrar anteriormente, os conceitos dos fenômenos sequer são bem delimitados pela doutrina, ponto imediatamente anterior ao processo de criação de leis com o objetivo de criminalizar condutas ou sancioná-las civilmente. Citou-se, inclusive, que boa parte dos conceitos sobre o tema aplicados ao mundo jurídico ficam por conta dos Tribunais, que, ao se depararem com casos práticos, “criam” o direito no próprio processo de julgamento.

7 Schultz e Schultz (2015, p. 06) propõem a inclusão no conceito de personalidade – aqui limitado ao atributo conferido à pessoa humana – além de qualidades físicas, aspectos também emocionais e sociais alojados na subjetividade de cada indivíduo. É, portanto, a união de elementos extrínsecos e intrínsecos formadores daquele que se define como caráter, capaz de diferenciar cada indivíduo.

confere à pessoa natural, dentro da ordem jurídica, o *status* de valor carecedor de tutela protetiva (BELTRÃO, 2013, pp. 204-205). É dizer, em síntese, que da personalidade das pessoas irradiam-se direitos que exigem proteção jurídica (PEREIRA, 2020, p. 202).

Considerando o *status* principiológico universal da dignidade da pessoa humana e as disposições do artigo 1º, III⁸, e artigo 5º, X⁹, da Constituição Federal de 1988, pode-se estabelecer o paralelo de que daquele decorrem diversos direitos da personalidade, dentre os quais alguns merecem destaque ante a extrema possibilidade de violação no contexto dos fenômenos ora analisados: direito ao corpo, direito à imagem, direito à voz, direito à liberdade, direito à intimidade, direito à integridade psíquica, direito ao segredo, direito à honra e direito ao respeito (TASCA, 2020, pp. 52-69).

Na ordem civil, tais direitos, quando violados, ensejam a condenação do agressor ao pagamento de indenização por danos morais, nos termos do supracitado artigo 5º, X, da Carta Magna e do Capítulo II do Código Civil (Lei nº 10.406/2002). Tradicionalmente, o instituto da indenização por danos morais, no Brasil, se pauta por critérios meramente compensatórios, ou seja, visa oferecer à vítima condições para satisfazer-se de forma proporcional à perda sofrida (REIS, 2019, p. 161); contudo, hoje, borbulha na doutrina a possibilidade de ampliação de critérios, a fim de se abarcar também critérios repressivos e punitivos (MARTINS-COSTA; PAR-GENDLER, 2005, p. 02).

No âmbito penal, os fenômenos apresentados são tipificados como crimes cibernéticos. Nesse sentido, a Lei nº 13.772/2018 trouxe duas importantes contribuições para o tema: adicionou à Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) a violação da intimidade da mulher como meio de violência psicológica; e introduziu no Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940) o artigo 216-B, cujo nome de direito é “registro não autorizado da intimidade sexual”. Outrossim, o parágrafo único do dispositivo também incrimina a conduta daquele que realiza montagens em fotografia, vídeo, áudio ou qualquer outro registro no mesmo sentido (TASCA, 2020, pp. 94-95).

Na mesma linha, a Lei nº 13.718/2018 traz importante avanço para o tema à medida em que acrescenta nova conduta delituosa no artigo 218-C, a “divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia”.

8 Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) III - a dignidade da pessoa humana;

9 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Nada obstante, o que se constata na prática é que os instrumentos protetivos não são específicos: não é possível notar diferenciação técnica entre “estupro virtual”, “sextorsão” e “pornografia de vingança”. Tampouco é possível notar, nos Tribunais, uma diferenciação técnica sobre cada um dos fenômenos, o que, logicamente, promove proteção deficitária às mulheres vítimas de tais fenômenos, em um contexto, vale lembrar, de machismo estrutural (TASCA, 2020, pp. 91-93).

Ademais, a ausência de debate público sobre o tema não confere outra alternativa senão aquela que deixa nas mãos dos operadores do Direito a fixação de indenização por danos morais eivadas de ponderações subjetivas, bem como condenações criminais destoantes entre si. Trocando em miúdos, a falta de tecnicidade no debate permite que respostas destoantes sejam dadas, o que, em maior ou menor grau, pode se apresentar como terreno fértil à perpetuação dos efeitos deletérios de tais fenômenos (*apud* TASCA, 2020, pp. 29-33).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do momento em que a *internet* a todos ficou acessível, em meados dos anos 90 (RODRÍGUEZ, 2018, p. 50), as relações interpessoais passaram a sofrer um novo processo de transformação, ressignificando a compreensão de conceitos como “velocidade” e “distância”, que hoje a elas são aplicados de forma revolucionária (EISENSTEIN; ESTEFENON, 2011, pp. 42-52).

Mas se por um lado é possível afirmar que os avanços tecnológicos do século XXI são futurísticos, por outro, viu-se que patologias sociais oriundas de um machismo estrutural ainda latente em nossas veias sociais continuam a se perpetuar.

Através das considerações supraexpostas, pretendeu-se apresentar uma nova forma de dominação interpessoal, que habita o ambiente virtual e causa às mulheres efeitos deletérios significativos, muito por conta das características singulares desse espaço¹⁰: a exposição não consentida da intimidade sexual, em suas três espécies até hoje identificadas pelos estudiosos do tema, a “pornografia de vingança”, a “sextorsão” e o “estupro virtual”.

Do ponto de vista jurídico, afirmou-se a potencialidade de tais fenômenos à violação do princípio da dignidade da pessoa humana da mulher, expressão suprema de um Estado Democrático de Direito (SILVA, 1998, pp. 89-94). Demonstrou-se, outrossim, os atuais instrumentos

10 Expostas no item III, às pp. 186-188.

normativos civis e penais que cuidam de tutelar o tema, enfatizando-se as falhas protetivas identificadas, por efeito da inexistência de diferenciação técnica entre as espécies, bem como a ausência de debates públicos denunciado a problemática (TASCA, 2020, pp. 29-33).

Dessa forma, mostra-se urgente trazer à luz tais discussões, especialmente para ambientes que ultrapassam as delimitações do Direito positivo, a fim de que a proteção destinada às vítimas mulheres seja aperfeiçoada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, I. *"Imagens da mulher no ocidente moderno"*, 01. ed., São Paulo: Editora Edusp, 2019.

BARBARINI, N.; MARTINS, D. F. W. "Masculinidade como instituição: uma análise conceitual do 'ser homem' no Brasil", *Psicologia Argumento: revista do Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná*, v. 36, n. 92, pp. 216-336. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/25923/0> . Acesso em: 13 abr. 2021.

BATES, S. "Revenge porn and mental health: a qualitative analysis of the mental health effects of revenge porn on female survivors", *Feminist Criminology*, v. 12, pp. 22-42, 2017. Disponível em: <https://truthaboutporn.org/study/revenge-porn-and-mental-health-a-qualitative-analysis-of-the-mental-health-effects-of-revenge-porn-on-female-survivors/> . Acesso em: 13 abr. 2021.

BORDIEU, P. *"A dominação masculina"*, 11. ed., Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2021.

BELTRÃO, S. R. "Direito da personalidade - natureza jurídica, delimitação do objeto e relações com o direito constitucional", Instituto do Direito Brasileiro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa: *revista do Instituto do Direito Brasileiro*, Lisboa, v. 02, n. 01, 2013.

BUZZI, V. de M. *"Pornografia de vingança: contexto histórico-social e abordagem no direito brasileiro"*. 2015. 111 f. Dissertação para Graduação em Direito apresentada perante o Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, sob orientação do Prof. Dr. Alexandre Moraes da Rosa, 2015.

BRAGA, G. "As mulheres no contexto das sociedades ocidentais: uma luta por igualdade", *Revista Humanidades e Inovação*, v. 06, n. 10, pp. 308-320, 2019. Disponível em: <https://revista.unittins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1560> . Acesso em: 13 abr. 2020.

CASTRO, B. A. de. *"A pornografia de vingança como nova forma de violência de gênero: análise da eficácia punitiva à luz do direito penal brasileiro"*. 2018. 72 f. Dissertação para Graduação em Direito apresentado perante a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, sob orientação da Prof^a. Simone Schreiber, 2018.

COUTO, M. T.; SCHRAIBER, L. B. "Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e das mulheres", *Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado*, pp. 47-61, 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/937202/mod_resource/content/1/COUTO%20e%20SCHRAIBER%20Machismo%20hoje%20no%20Brasil%20.pdf . Acesso em: 13 abr. 2021.

D'URSO, A. F. *"Sextorsão e estupro virtual: novos crimes na internet"*, Migalhas, São Paulo, 21 ago. 2017. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/263939/sextorsao-e-estupro-virtual-novos-crimesanter-net#:~:text=Al%C3%A9m%20do%20fato%20nada%20agrad%C3%A1vel,se%20caracteriza%20como%20uma%20chantagem> . Acesso em: 13 abr. 2020.

EISENSTEIN, E.; ESTEFENON S. B. "Geração digital: riscos das novas tecnologias para crianças e adolescentes", *Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 02, pp. 42-52, 2011. Disponível em: http://bjhbs.hupe.uerj.br/WebRoot/pdf/105_pt.pdf . Acesso em: 14 abr. 2021.

FRANKS, M. A. "Sexual harassment 2.0". *University of Miami School Of Law Institutional Repository. Miami*, v. 71, n. 03, 2012. Disponível em: https://repository.law.miami.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1226&context=fac_articles . Acesso em: 19 out. 2020.

FRIEDAN, B. *"Mística Feminina"*, Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1971.

GONÇALVES, J. P.; OLIVEIRA, E. L. de; REZENDE, J. M. "História da sexualidade feminina no Brasil: entre tabus, mitos e verdade", *Revista Artêmis*, v. XXXVI, n. 01, jul./dez., pp. 303-314, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/37320> . Acesso em: 13 abr. 2021.

KAMAL, M; NEWMAN, W. J. "Revenge pornography: mental health implications and related legislation", *The Journal of the American of Psychiatry Law*, v. 44, n. 03, 2016. Disponível em: <http://jaapl.org/content/jaapl/44/3/359.full.pdf> . Acesso em: 13 abr. 2021.

LUCCHESI, . T.; HERNANDEZ, E. F. T. "Crimes Virtuais: cyberbullying, revenge porn, sextortion, estupro virtual". *Revista Officium: revista do Curso de Direito da Faculdade Dom Bosco de Cornélio Procopi*, Londrina, v. 01, n. 01, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://facdombosco.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/%C3%82ngela-Tereza-Lucchesi-Erika-Fernanda-Tangerino-Hernandez-crimes-virtuais-Copia.pdf> . Acesso em: 13 abr. 2020.

MACKINNON, R. "Virtual Rape". *Journal of Computer-Mediated Communication. International Communication Association. Austin*, v. 02, n. 04, 1997.

MARTINS-COSTA, J.; PARGENDLER, M. S. "Usos e abusos da função punitiva (punitive damages e o direito brasileiro)". *Revista CEJ: revista do Conselho da Justiça Federal*, Brasília, n. 28, jan./mar. 2005, p. 02. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/plugin-file.php/4526827/mod_resource/content/0/Usos%20e%20abusos%20da%20fun%C3%A7%C3%A3o%20punitiva%20-%20Judith%20e%20Mariana%20Pargendler-%20pp.%2001-11.pdf . Acesso em: 13 abr. 2020.

PEREIRA, C. M. da S. *"Instituições de direito civil: introdução ao direito civil: teoria geral do direito civil, vol. 1"*. 33. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

REIS, C. *"Dano moral"*. 06. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019.

RODRÍGUEZ, L. da S. *"Pornografia de vingança: vulnerabilidades femininas e poder punitivo"*. 2018. 122 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Criminais apresentada na Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, sob orientação do Prof. Dr. Augusto Jobim do Amaral, 2018.

SILVA, J. A. da. "A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia", *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 212, abr./jun. 1998, pp. 84-94. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47169/45637> . Acesso em: 13 abr. 2020.

_____. "Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos", *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 20, n. 03. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932000000300003 . Acesso em: 13 abr. 2020.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. *"Teorias da personalidade"*. 03. ed. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2015.

SYDOW, S. T.; DE CASTRO, A. L. C. *"Exposição pornográfica não consentida na internet: da pornografia de vingança ao lucro"*. 02. ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

TASCA, M. S. A. e. *"A exposição não consentida da intimidade sexual na internet com vítimas adultas do sexo feminino sob a ótica do direito civil"*. 2020. 107 f. Dissertação para Graduação em Direito apresentada perante o Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Curvo Leite, 2020.

WOLF, N. *"O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres"*, 10. ed., Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2020.

ZISMAN, C. R. "A dignidade da pessoa humana como princípio universal", Thomsom Reuters, Editora Revista dos Tribunais: *Revista de direito constitucional e internacional*, São Paulo, v. 96, jul./ago. 2016. pp. 01-16. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDConsInter_n.96.06.PDF . Acesso em: 13 abr. 2020.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E REPERTÓRIO

GIOVANNA MENDONÇA COZZETTI¹

LUCAS NIBBERING ALVES DA SILVA²

Resumo: Os meios de comunicação estão inseridos em uma lógica de dominação e luta por hegemonia, ao mesmo tempo em que também podem contribuir à formação de repertório e emancipação conjugadas com uma educação libertadora e crítica. Nesse sentido, ressaltaremos a potência de conteúdos midiáticos tanto no sentido do reforço e da manutenção do *status quo*, quanto no da emancipação pela incitação crítica, combinada com estratégias educativas. Para tanto, nos valem de casos exemplificativos obtidos por meio de pesquisa de dados secundários (como reportagens e estatísticas), bem como de análise teórica, nos valendo de autores que tratam acerca da Linguagem e principalmente de matriz marxista, bem como dos meios de comunicação, e também da Educação, para analisarmos a relação entre comunicação, educação, e a construção de repertório. Analisaremos as contradições intrínsecas, demonstrando as intersecções das iniciativas de comunicação materializadas em produtos culturais com os interesses hegemônicos e com as iniciativas educativas.

Palavras-chave: Meios de comunicação; Comunicação; Educação; Cultura; Indústria cultural.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo discute a relação entre os meios de comunicação, a educação e a formação de repertório, tratando da importância destes três elementos para o desenvolvimento do indivíduo na sociedade. Abordaremos como os meios de comunicação estão submetidos aos poderes hegemônicos e qual sua influência no processo educacional, assim como no exercício cultural e intelectual, ao mesmo tempo em que defendemos sua capacidade auxiliadora a este mesmo processo. Trazemos à discussão produtos audiovisuais que exemplificam como a utilização dos meios de comunicação pode impactar o processo educacional e a constituição dos sujeitos como seres críticos, atentando à carga de estereótipos e preconceitos por eles reforçados ou desmistificados.

1 Mestranda do PPGCOM da ECA/USP e bacharel em Relações Públicas pela mesma instituição. E-mail: gicozzetti@usp.br.

2 Mestrando do PPGCOM da ECA/USP e bacharel em Relações Públicas pela mesma instituição. E-mail: lucasnibbering@usp.br.

2. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE CONSERVAÇÃO DA HEGEMONIA

Em “Réquiem Para Um Sonho”, filme de Darren Aronofsky, a personagem Sara Goldfarb mergulha na ilusão de um dia aparecer em seu programa de tv³ favorito após receber uma ligação de telefone e uma carta da emissora para coletar seus dados. Contudo, o que ela não sabia é que esse dia nunca chegaria. Entre o telefonema e seu final desastroso, internada numa clínica psiquiátrica e tomada pela alucinação de ter feito uma aparição muito bem recebida na televisão, Sara percorre um caminho dramático: toma anfetaminas prescritas por seu médico na luta para emagrecer e se adequar aos padrões dominantes de beleza, a fim de parecer mais “bonita” na tela. A ingestão de tais substâncias em excesso leva Sara ao vício e à drástica consequência que marca o final de seu sonho.

Partindo do princípio de que “os mundos ficcionais são parasitas do mundo real” (ECO, 1994, p. 89), e que a elaboração de estórias é ancorada no conceito de verossimilhança (CAMPOS, 2007), é possível pensar na cena descrita aplicada a uma situação da vida real. Estamos tratando, neste ponto, da maneira como muitas vezes tentamos atender àquilo que a sociedade ultrageneralizadora (HELLER, 2004) espera de nós no que diz respeito aos estereotipados padrões de beleza, e que leva muitas pessoas a desenvolver uma série de problemas como distúrbios alimentares e depressão pela baixa autoestima.

Na ótica do determinismo tecnológico conceituado por Raymond Williams (2016), poderíamos culpar o próprio meio de comunicação por todas as suas possíveis consequências negativas, por tornar estereótipos em preconceitos e até mesmo mudar comportamentos sociais dramaticamente: como se a invenção da televisão fosse a responsável por todas as mazelas que acometem a sociedade em que vivemos.

Entretanto, é relevante lembrar que nenhum discurso é neutro, e que as ações são baseadas em interesses e contingências contextuais. Todos os signos possuem uma carga ideológica que reflete e refrata uma realidade exterior (BAKHTIN-VOLOCHÍNOV, 2002) e, logo, todas as

3 Neste caso, utilizamos “tv” para designar o aparelho e “televisão” o sistema de produção, distribuição e transmissão, considerando os valores, significados e experiências que dele a partir dele se estruturam e circulam. Assim, o termo assume uma dupla identidade, tanto aquela referente à base, enquanto meio de produção, quanto à superestrutura, enquanto esse sistema de formulação de sentidos e práticas culturais. Essas duas dimensões do termo se sobrepõem, uma vez que guardam uma relação de interdependência. Alinhamo-nos à problemática explorada por Williams (2011) a respeito dos conceitos de base e superestrutura, que é também utilizada neste artigo, e a Lima (2007, p. 455; grifo do autor), ao conceituar o vocábulo “televisão”: “Ao longo do tempo, a palavra *televisão*, além de nomear o aparelho receptor, passou a designar também as transmissoras de imagens e sons e os diferentes aspectos da produção dos programas (programação) e de sua distribuição (transmissão). Hoje, as emissoras de televisão se transformaram em poderosas instituições sociais das sociedades contemporâneas.”

coisas com as quais entramos em contato servem a uma convenção social que foi construída através da história por algum grupo social. Tanto o emissor da mensagem, quanto o receptor, irão interpretá-la de acordo com sua própria competência enciclopédica (MAINGUENEAU, 2002) e atribuir-lhe diferentes significados, já que

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica. (...) O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. (BAKHTIN-VOLOCHÍNOV, 2002, p. 32)

Portanto, a utilização dos meios de comunicação e a produção do conteúdo veiculado por eles podem servir a determinados interesses, os quais, em muitas das vezes, têm como sua maior interessada a classe social dominante, que busca conservar seu *status* hegemônico. Não obstante, e em linha, não se deve desconsiderar a função dos meios de comunicação de massa, assinalada por Lazarsfeld e Merton (1978, p. 112), de reforço das normas sociais – o que contribui para a manutenção do *status quo*. A maneira como os meios servirão à mensagem será sempre fundamentada em intenções (WILLIAMS, 2016), nunca na ingenuidade. A articulação desses interesses se dá pela linguagem. Conforme Motter (1994a, p. 70), “como criação de um grupo de indivíduos, a linguagem tem um caráter eminentemente social. É a língua que veicula a ideologia do grupo que a utiliza e é nela que se cristalizam as aspirações desse grupo.” Isto porque as práticas e produções culturais estão inscritas nas relações entre base (ou infraestrutura) e superestrutura.

Em suma, Althusser (1970, p. 25-26) designa a base como a “unidade das forças produtivas e das relações de produção” e a superestrutura como as instâncias jurídico-políticas e ideológicas. Já Williams (2011), argumenta que se deve apreendê-las não como categorias independentes, tampouco pelo viés de uma predominância da base sobre a superestrutura. Elas devem ser pensadas em uma relação complexa, onde não apenas os meios e as condições de produção determinam as práticas culturais, mas onde, as segundas, por sua vez, adquirem autonomia e passam, ao mesmo tempo, a exercer pressão sobre a base.

Embora o autor considere que a hegemonia – enquanto um sistema de valores e significados – coloca em evidência um “sentido de realidade” (WILLIAMS, 2011, p. 53) dominante, o qual incide diretamente sobre produções e práticas culturais, isto não elimina aquilo que se opõe à cultura dominante. Há, contudo, um processo de incorporação e uma “tradição seletiva” (p. 54) que filtram aquilo que circula culturalmente, muitas vezes operados pelas instituições

educacionais, mas que, mais uma vez, ocorrem em contradição com aquilo que escapa à dominação cultural. A literatura, as artes plásticas e o cinema, por exemplo, são consideradas, então, práticas sociais tal como o trabalho. Elas dependem de meios e condições de produção, bem como do próprio acesso a eles; por vezes, podem refletir a ideologia dominante ou propor leituras alternativas. Nesse processo, reproduzem ou reconfiguram o meio social, em relações complexas de realização. Um filme que pauta temáticas alternativas à hegemonia, pode receber financiamento ou apoio de grandes corporações (que detêm os meios de produção), o que, não obstante, é muitas vezes fundamental à sua viabilização.

Ou seja, a língua não apenas é mobilizada e reflete a ideologia dominante, mas é também perturbada pelas irrupções das culturas residuais, “experiências, significados e valores que não podem ser verificados ou não podem ser expressos nos termos da cultura dominante” (WILLIAMS, 2011, p. 56), e das culturas emergentes, que correspondem aos “novos significados e valores, novas práticas, novos sentidos e experiências” que “estão sendo continuamente criados” (p. 57). Deste modo, a língua se transforma e, conseqüentemente, a linguagem também, como processo de sua mobilização. Resta evidente que a relação entre base e superestrutura é marcada por contradições, além de, por vezes, complementação.

Sendo assim, ao tratarmos da relação entre os meios de comunicação e as intenções que moldam as mensagens, voltamo-nos a uma questão que deve ser duplamente considerada no plano das lutas de classes. Primeiro, levando em consideração o domínio dos interesses hegemônicos sobre os meios de comunicação e as produções veiculadas por eles. O segundo ponto é o fato de que a quebra dessa estrutura de sustentação social só pode acontecer a partir de uma cultura de educação que torne os indivíduos mais reflexivos e críticos, verdadeiros questionadores daquilo que veem, capazes de analisar e interpretar o que se põe à sua frente e, assim, mobilizarem-se sociopoliticamente a fim de inverter a lógica hegemônica e adquirir autonomia e maior liberdade. Portanto, não podemos desconsiderar a potência das produções que minimamente se opõem à hegemonia, mesmo quando dependentes das condições de dominação impostas pela base – tal como expressam alguns exemplos levantados adiante.

Como nos ensina Motter (1994b, p. 67-68), a apropriação da linguagem se dá pela organização do sistema linguístico, nas experiências vividas no meio social; “ela é um instrumento de pensar o mundo; o conhecimento depende dela e também a vida em sociedade.” Daí, o papel crucial do desenvolvimento de uma consciência linguística pela interação verbal, com a materialização de pensamentos e a construção de ideias cujas intencionalidades sejam propiciar o exercício da crítica, e isso deve ir além do que expressamos ao nosso próprio auditório individual. Somente por meio da junção entre aquilo que nos ocorre exteriormente e aquilo que

produzimos em nossa enunciação interior, ou seja, por uma relação intersubjetiva, é que poderemos formar uma consciência individual fundamentada em um repertório melhor qualificado (BAKHTIN-VOLOCHÍNOV, 2002).

Quando os indivíduos de uma sociedade são privados de seu pleno desenvolvimento intelectual, porque a alfabetização é tornada um processo meramente mecânico e que não permite de fato a expansão de seu repertório, quando não é abstraída de seu alcance, a lógica hegemônica é favorecida. Além disso, não se deve desconsiderar que, apesar de não ser necessariamente determinante, a questão de classe exerce influência no desenvolvimento intelectual e criativo dos seres humanos, já que implica diferentes modos de acesso à linguagem e a produção dela.

3. MEIOS DE COMUNICAÇÃO, SIMULACROS E CONTRADIÇÕES

Nem a televisão, tampouco a internet, o rádio, os jornais, ou qualquer outro meio de comunicação, são em si próprios a causa dos acontecimentos sociais, conforme defende Williams (2016). O autor pontua que eles são, portanto, os efeitos, a partir do momento em que são desenvolvidos por determinadas necessidades sociais. Ademais, os meios de comunicação também são capazes de construir efeitos de real (BARTHES, 1972), isto é, simulacros sustentados por suas imagens visuais exógenas. Obviamente, eles se tornam causa de efeitos de sentido e de real por meio dos discursos que constroem e circulam, na medida em que são internalizados por aqueles aos quais se destinam.

Pontuado o caráter dos meios de funcionarem como meros instrumentos operacionais, tendo sua funcionalidade destinada para usos específicos, podemos observar que eles também são passíveis de uma prática socialmente contributiva. Ainda que não se exclua de sua formulação os estereótipos, inclusive porque, segundo Lippmann (1980), eles facilitam a compreensão e leitura do mundo e nem sempre são negativos, as telenovelas são um exemplo de como o conteúdo veiculado na televisão pode ser positivo para a formação identitária de uma nação. No caso deste tipo de produção, observemos seu impacto no Brasil.

Conforme afirma Munglioli (2014, p. 129), as telenovelas passaram a retratar a vida cotidiana da população brasileira ao final dos anos 1960, embora, conforme supracitado, tais produções não estejam isentas da estereotipia. Elas adquiriram uma função social (MUNGIOLI, 2014) que é importante para o debate de assuntos pertinentes a cada época. Como exemplo, trazemos à tona a novela do horário nobre da Rede Globo, “A Força do Querer” (2017), que abordou a questão da identidade de gênero, com enfoque na situação das pessoas transgênero. Nesta produção, a/o personagem Ivana/Ivan enfrenta a transição de gênero, e faz dialogar a

trama com o contexto social circundante, uma vez que o Brasil é o país, dentre os que contam com dados disponíveis, onde o índice de assassinato de pessoas transgênero é um dos mais altos no mundo. Segundo o Grupo Gay da Bahia (2020), que monitora esses casos, em 2019, foram 329 mortes de pessoas LGBT, sendo 118 delas pessoas trans, consideradas as mais vulneráveis a mortes violentas nas categorias sexológicas.

É importante ressaltarmos que, mesmo exercendo sua função social e funcionando como um espaço simbólico de construção de uma identidade nacional, tais objetivos, segundo Mungoli (2014, p. 133):

(...) devem ser analisados e matizados dentro de um quadro e de um modo de produção característicos da indústria cultural. Indústria que, como enfatiza Morin (2005)⁴, está sujeita às injunções típicas das produções dessa esfera econômica que prevê de um lado produtividade por parte de seus trabalhadores e alta lucratividade como resultado final e, de outro, criatividade constante para que esses objetivos se concretizem.

Levando em consideração que nossa atividade cotidiana é permeada por juízos provisórios (HELLER, 2004) e que, portanto, somos passíveis de confirmá-los ou não, devemos evitar a classificação dos meios de comunicação sob uma ótica maniqueísta. Só podemos compreender a extensão de seu uso se olharmos para além da superficialidade da tela e do papel, e investigarmos quais são as intenções reais do que nos é apresentado por esses meios, levando em consideração o interdiscurso⁵ (MAINGUENEAU, 2002), assim como o que pode ser positivamente extraído do conteúdo disponível.

Para uma completa interpretação dos significados e ideologias que um produto audiovisual – como é o caso da telenovela, por exemplo – carrega, e não apenas o consumo sem criticidade [como opera a ideologia da indústria cultural, segundo Adorno (2002)], é preciso repertório e conhecimento de mundo. Estes permitem o exercício das competências de um leitor de segundo nível (ou semiótico) que, segundo Motter (2005, p. 205):

não somente quer saber como aquilo que acontece foi narrado, como graças a essa preocupação que o mantém atento a cada instrução do autor estará em condições de perceber as solicitações que lhe são dirigidas para preencher, com seu conhecimento, os espaços do texto apenas pontuados com sugestões de sentido.

4 No original, a referência é: MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo 1: neurose*. Rio de Janeiro e São Paulo: Forense, 2005.

5 A noção de interdiscurso, para Maingueneau, concerne a multiplicidade de discursos que, em seu âmago, precedem e dialogam o discurso em si, por meio de uma rede de relações e possíveis significados que tangenciam tanto a linguagem, quanto o percurso histórico, além do próprio sujeito.

A capacidade explicitada acima pode ser adquirida pelo exercício da leitura (MOTTER, 2005), além de se relacionar grandemente com as experiências abrigadas na memória do indivíduo, e com sua capacidade de construção de relações e associações. Só podemos adquirir a autonomia necessária para isso pela construção de repertório, bem como por meio de uma educação crítica que estimule a busca pelo conhecimento. Desta forma, ela incitaria questionamentos à lógica social hegemônica e estabeleceria uma ordem democrática mais igualitária. Deve-se atentar, no entanto, para o fato de que, como vimos com Williams (2011), as instituições educacionais são meios de reprodução e incorporação dos valores hegemônicos e, neste sentido, uma educação crítica seria aquela que, apesar disso, estimula posicionamentos questionadores da superestrutura dominante e da normatividade vigente.

Sendo assim, é preocupante a subestimação do poder da educação que, por mais que esteja longe de ser um exercício dotado de neutralidade, provê as pessoas de mecanismos viabilizadores da interação com os demais e, acima de tudo, possibilita entender mais sobre o mundo que os cerca – incluindo a interpretação de signos, ideologias e seus propósitos. Neste sentido, uma das principais ferramentas para esse fim, inerente à vida social e constituída na cultura é a língua que, ao mesmo tempo, figura como produto e condição da vida social (IANNI, 2000). Conforme constata Baccega e Citelli (1987), a língua em que pensamos nos é fornecida e apreendida por meio de um processo social, que é a educação. Ainda, de acordo com os autores, nossa visão de mundo é condicionada por nossa realidade histórica, de acordo suas nuances, como nação e classe.

É possível perceber, então, a existência de diversos fatores de influência – entre eles a competência linguística (MAINGUENEAU, 2002) e a realidade social – que afetam o pensamento do indivíduo e funcionam como “filtros”, que trazem como resultado interpretações por perspectivas individuais e únicas. Assim, as pessoas constroem narrativas específicas, que são formas de vivência (IANNI, 2000). De toda forma, a atividade individual costuma estar impregnada de interesses de classe (HELLER, 2004). Percebe-se que, muitas vezes, as intenções de estruturas exteriores ao domínio individual estão presentes nas ações e pensamentos dos seres sociais, de forma velada.

Isto estimula os pensamentos e até mesmo o comportamento do ser social – muitas vezes pela utilização dos meios de comunicação – à reprodução de preconceitos e opiniões enviesadas, sem que, muitas vezes, se dê conta. A capacidade adquirida por meio de um ensino crítico e favorável ao estímulo da reflexão funciona como mediadora entre o que é veiculado e a interpretação proveniente do conteúdo. Isso tira o telespectador (no caso da televisão, por exemplo) de uma inércia alienante e não o faz, necessariamente, negar tudo o que lhe é transmitido: lhe

permite selecionar o que realmente é relevante e identificar o que está condicionado por interesses e quais são eles.

Há grandes implicações sociais, na medida em que os cidadãos e as cidadãs constroem pensamentos a partir de seu próprio repertório, e não mais apenas reproduzem conceitos já prontos, como ocorre no plano do senso comum. A linguagem, que outrora fora utilizada majoritariamente para consolidar as formas de poder (BAKHTIN, 1981 *apud* BACCEGA; CITELLI, 1987, p. 25), não mais se restringe a esse fim e amplia sua atuação na esfera cotidiana, possibilitando a seletividade e contestação da hegemonia e dominação dos meios.

Tendo em vista que a(s) linguagem(s) é(são) a substância da comunicação e, ao mesmo tempo, ela(s) é(são) formada(s) por signos, torna-se imprescindível a realização de uma alfabetização semiótica que permita aos sujeitos codificar, decodificar e recodificar criticamente as informações e mensagens com as quais entram em contato pelos meios de comunicação. Não só no contexto das mídias analógicas, mas também das digitais, já que não é mistério estarmos cada vez mais imersos nas tramas da digitalidade.

Nesse sentido, Jenkins (2009) destaca uma mudança de paradigma em relação ao consumo dos conteúdos midiáticos, a expressão cada vez mais acentuada de uma cultura participativa em contraposição a uma passividade dominante de outrora. De acordo com o autor, os/as consumidores/as dariam lugar à lógica do sujeito partícipe na cultura da convergência que, mais do que o desenvolvimento tecnológico, representa a mudança no processamento dos conteúdos, e “também ocorre quando as pessoas assumem o controle das mídias” (JENKINS, 2009, p. 45). Quando fomentarmos o desenvolvimento de competências que envolvam o uso das diferentes linguagens pelas quais os meios de comunicação operam, então alçaremos sujeitos à posição de cidadãos e cidadãs, não apenas usuários e usuárias (MACHADO; RAMOS, 2019).

4. A EDUCAÇÃO E A CULTURA LIBERTAM

A reivindicação por uma educação libertadora, em contrapartida, não é simples. Sendo assim, se faz necessário o ensino por professores/as qualificados/as, ambiente escolar apropriado, material de estudo atualizado e, especialmente, acesso total ao direito de educação por parte dos/das cidadãos/as. A realidade, entretanto, revela um cenário diferente. Especialmente no Brasil, o sistema escolar carece de inúmeros recursos e perdura, até mesmo, a violência contra professores/as, que advém na seara da desvalorização da profissão docente. Acerca do assunto, uma matéria veiculada na Folha de São Paulo (PINHO; MARIANI, 2017) revela que, a cada dia, em média dois/duas professores/as são agredidos no local de trabalho – violência que pode

ir desde um empurrão até crime de lesão corporal. Verificamos também que, em artigo da Agência Brasil (SOUZA, 2019), uma pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva junto ao Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) demonstrou que o percentual de professores/as que já sofreram algum tipo de violência nas escolas foi de 54%, sendo que, em 2014, por exemplo, a taxa estava em 44%.

O *bullying* também é uma realidade impeditiva ao pleno desenvolvimento das pessoas nos percursos educacionais. No Brasil, conforme apontou estudo realizado em 2015 pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), com apoio do MEC, 69,7% dos/as estudantes declararam ter presenciado alguma situação de violência dentro da escola (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018). A Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE) de 2015 apontou que 7,4% dos/as alunos/as se sentiram humilhados por provocações na maior parte do tempo ou o tempo todo nos 30 dias anteriores à pesquisa. Entre os/as alunos/as de escolas públicas, esse índice foi de 7,6% e, para escolas privadas, 6,5% (IBGE, 2016). Ainda, a pesquisa revelou que 19,8% dos/as alunos/as havia esculachado, zombado, mangado, intimidado ou caçoado de algum colega nos 30 dias anteriores: 21,2% de escolas particulares e 19,5% de escolas públicas (IBGE, 2016).

Além da violência física, há uma série de violências simbólicas que podem se perpetuar no sistema educacional ao se valerem de estereótipos, por exemplo, que o engessam e conferem normatividade a tal situação, fragilizando as relações sociais que se dão no bojo do sistema educacional. Aqui, devemos levar em consideração também que “o trabalho de verossimilhança tem por foco o imaginário do espectador” (CAMPOS, 2007, p. 28), ou seja, as produções culturais estão sempre ancoradas na realidade social. Assim, apesar das potencialidades que podem contribuir à educação e provisão de repertório, as produções também são capazes de reproduzir, naturalizar e reforçar preconceitos.

Mas a reprodução de preconceitos, como o racismo, não se resume, por exemplo, apenas às produções audiovisuais ou aos conteúdos didáticos: estão nos monumentos ao redor da cidade, com os quais nos deparamos cotidianamente, e também na forma como os “organismos” dotados de inteligência artificial se apropriam dessa “verossimilhança” e, alimentados por ela, reforçam desigualdades sociais e opressões. No primeiro caso, podemos citar, por exemplo, a estátua do bandeirante Borba Gato, em São Paulo, ou a experimentação de tecnologias de reconhecimento facial (como no carnaval baiano ou no bairro carioca de Copacabana, ambas em 2019) que mostraram uma esmagadora propensão em apontar pessoas negras como culpadas, já que 90,5% das prisões resultantes do uso dessas máquinas incidiu sobre essa população (NUNES, 2019; 2021). Já na internet, um exemplo emblemático foi o robô Tay, da Microsoft, que, ao

responder mensagens postadas no Twitter, foi alimentado por discursos racistas, sexistas e xenófobos e passou a reproduzi-los (CANO, 2016).

Em contrapartida, é possível considerar os meios de comunicação, pelo seu expressivo poder de alcance, como aliados da educação formal na democratização e expansão do conhecimento de mundo. Pela utilização da linguagem que exerce poder sobre os indivíduos e tem potencial de libertá-los (MOTTER, 1994b), eles podem possibilitar a desmistificação da desigualdade social, que tem por característica a valorização de determinados gêneros de discurso e o desprezo àqueles que não os dominam (MAINGUENEAU, 2002).

Ainda que existam produções audiovisuais que servem ao reforço de estereótipos e preconceitos de caráter misógino, racista, etc., outras tantas permitem que os indivíduos ampliem seu repertório e conhecimento de mundo. Dentre estas, podemos citar programas como “Planeta Terra”, “Cosmos”, documentários sobre os mais diversos assuntos e até mesmo debates eleitorais, ou diversos canais no Youtube que discutem temas filosóficos aliados a uma análise da realidade social contemporânea, como no caso do conteúdo produzido pela *drag queen* Rita Von Hunty⁶ – sempre atentando para a já citada submissão à indústria cultural. Logo, é possível concluir que os meios de comunicação também podem ser utilizados como suporte ao processo educacional, contrariamente ao pensamento comum de que eles são unicamente responsáveis por uma culturalidade e intelectualidade superficiais, submetidas aos interesses hegemônicos.

5. A IMPORTÂNCIA DO REPERTÓRIO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A construção de repertório não é um processo que depende apenas da escola ou da universidade, mas está intrinsecamente ligada com todas as experiências do sujeito desde o seu nascimento e, principalmente, a partir do capital cultural (BOURDIEU, 2007) adquirido nas relações sociais promovidas pela interação verbal (BAKHTIN-VOLOCHÍNOV, 2002). Logo, o desempenho do indivíduo na vida em sociedade, especialmente na esfera educacional, está relacionado ao repertório que ele pôde construir até o momento em que se encontra.

Além disso, não se deve desconsiderar o fato de que existem manifestações culturais mais respeitadas socialmente do que outras, vistas como populares e menos dignas. Como exemplo, é possível citar as exposições de arte que exigem um repertório específico para a interpretação adequada, os concertos eruditos e as peças teatrais como formas de expressão de maior prestígio e importância, destinadas a uma pequena parcela da população, supostamente

6 O canal Tempero Drag, da *drag queen* Rita Von Hunty, pode ser acessado no Youtube pelo link: <https://www.youtube.com/channel/UCZdJE8KpuFm6NRafHTEIC-g>. Acesso em: 10 mar. 2021.

mais culta e economicamente privilegiada. Nesse sentido opera uma lógica de distinção (BOURDIEU, 2007), que tem o poder de reforçar e construir visões de mundo. Isso reforça a segregação entre os níveis sociais e a hierarquia da vida cotidiana, que, contudo, é passível de modificação e reestruturação pelas estruturas econômico-sociais (HELLER, 2004).

Sendo assim, faz-se necessário visibilizar outras expressões culturais, vistas como típicas de classes não dominantes, – como é o caso do samba e do funk, por exemplo – para que a dinâmica até então estabelecida na sociedade passe a ser mais democrática e admita os diferentes tipos de repertório como relevantes e viabilizadores de uma comunicação e troca de informação mais rica entre os sujeitos. A aquisição e construção de repertório, abarcando suas diversas interfaces culturais e sociais, é imprescindível para que o sujeito se posicione no mundo e desenvolva ainda mais o seu intelecto, uma vez que “o ser humano é intrinsecamente inteligente” e provido de “diversos tipos de inteligência”, ao passo que “(...) não existem homens totalmente desprovidos da capacidade de entendimento (...)” (COMPARATO, 2009, p. 40).

Finalmente, é possível dizer que há uma ligação profunda entre a educação, a formação de repertório e a influência dos meios de comunicação e das produções culturais no desenvolvimento humano. A harmonização destes elementos promoverá o questionamento da lógica social, suscitando emancipação e maior liberdade àqueles que estão às margens do poder hegemônico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aos meios de comunicação não podem ser atribuídas características absolutas e maniqueístas, inclusive considerando que, como os próprios sujeitos com os quais estão em interação, os meios não são estáveis e podem ter suas potencialidades exploradas tanto em favor do reforço das normas sociais e da manutenção da hegemonia, quanto em favor da emancipação e incitação da crítica. A intencionalidade deste artigo, contudo, não residiu na proposição de soluções concretas acerca de como executar mudanças educacionais que preconizem a criticidade, mas em chamar atenção para a importância emancipadora do conhecimento (FREIRE, 2003), reivindicando que nenhuma mudança no sistema educacional, ou na utilização dos meios de comunicação, será efetiva se não promovermos a aquisição de conhecimento como uma atividade interessante e enriquecedora.

Nesse sentido, os meios de comunicação podem ser, inclusive, contributivos e aliados, uma vez que detêm recursos para a formatação de imagens exógenas que são capazes de despertar interesse e fazer internalizar conteúdos de maneira fluida, e com alcance a um vasto contingente. Em diálogo, a educação, ao promover uma utilização mais enriquecedora dos meios

de comunicação, contribuindo para a quebra de estereótipos e preconceitos, bem como estimulando o protagonismo da criticidade na construção de opiniões, contribui para que se alcance um espaço social menos desigual. Ao mesmo tempo, não se deve olvidar da circundante submissão à lógica hegemônica, a qual só pode ser questionada por meio de uma educação de bases sólidas que fomenta o desenvolvimento de um repertório rico em referências, capaz de permitir a interpretação do mundo para além da leitura primária.

Ao contrário da lógica mercadológica que defende que a aquisição de conhecimento é meramente direcionada para atingir altas posições profissionais, defendemos o desenvolvimento cultural e intelectual como um ato revolucionário (FREIRE, 2003) e provedor de criticidade e autonomia, que expande as visões de mundo e amplia o repertório dos sujeitos. Enfim, a educação liberta, porque é a alavanca das mudanças sociais (FREIRE, 2003).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W. *A indústria cultural. Indústria Cultural e sociedade*. Trad. Julia E. Levy. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 7-80.
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1970.
- BACCEGA, M. A.; CITELLI, A. Retórica da manipulação: os sem-terra nos jornais. *Comunicações e artes*, São Paulo, v. 14, n. 20, p. 23-29, 1989.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BARTHES, R. O efeito de real. In: *Literatura e Semiologia: pesquisas semiológicas*. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 35-44.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- CAMPOS, F. *Roteiro de cinema e televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- CANO, R. J. O robô racista, sexista e xenófobo da Microsoft acaba silenciado. *El País*, São Francisco (EUA), 25 mar. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/24/tecnologia/1458855274_096966.html. Acesso em: 09 mar. 2021.
- COMPARATO, D. *Da criação ao roteiro: teoria e prática*. São Paulo: Summus, 2009.
- ECO, U. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 2003.
- GRUPO GAY DA BAHIA. *Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil - 2019*: Relatório do Grupo Gay da Bahia [online]. José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott (Org.). Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/04/relatc3b3rio-ggb-mortes-violentas-de-lgbt-2019-1.doc>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- HELLER, A. Sobre os preconceitos. In: *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 43-63.
- IANNI, O. A palavra mágica. In: *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000. p. 207-232.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.
- JENKINS, H. Venere no altar da convergência: um novo paradigma para entender a transformação midiática. In: *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph, 2009. p. 27-53.

LAZARSFELD, P.; MERTON, R. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In: ADORNO, S. et al. *Teoria da Cultura de Massa*. Introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima. 2ª ed. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 105-127.

LIMA, V. A. de. Televisão. In: WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave*: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 454-457.

LIPPMANN, W. Estereótipos. In: STEINBERG, Ch. (Org.). *Meios de Comunicação Massa*. Rio de Janeiro: Cultrix, 1980.

MACHADO, I.; RAMOS, D. Alfabetização semiótica com os códigos informático-digitais da internet. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 38-53, jul./dez., 2019.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). MEC apoia enfrentamento ao bullying e violência nas escolas. *Ministério da Educação*, Brasília, 06 abr. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/62581-mec-apoia-enfrentamento-ao-bullying-e-violencia-nas-escolas>. Acesso em: 20 out. 2020.

MOTTER, M. L. Consciência linguística de Fabiano. *Revista Princípios*, São Paulo, n. 32, p. 65-69, fev./mar./abr., 1994a. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/32/cat/1816/consciência-linguística-de-fabiano.html>. Acesso em: 24 jul. 2020.

MOTTER, M. L. A linguagem como traço distintivo do humano. *Revista Princípios*, São Paulo, n. 34, p. 68-72, ago./set./out., 1994b. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/34/cat/1774/a-linguagem-como-traço-distintivo-do-humano.html>. Acesso em: 24 jul. 2020.

MOTTER, M. L. Telenovela: do analfabetismo visual à alfabetização pela palavra. *REVISTA USP*, São Paulo, n. 66, p. 198-298, jun./ago., 2005.

MUNGIOLI, M. C. P. O papel dos autores na constituição da teledramaturgia como sistema simbólico. In: CAMARGO, R. Z. *Brasil, múltiplas identidades*. São Paulo: Alameda, 2014. p. 125-139

NUNES, P. Maioria dos presos por reconhecimento facial são negros [online]. *The Intercept Brasil*, s.l., 21 nov. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/11/21/presos-monitoramento-facial-brasil-negros/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

NUNES, P. O algoritmo e o racismo nosso de cada dia. *Revista Piauí*, s.l., 02 jan. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-algoritmo-e-racismo-nosso-de-cada-dia/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

PINHO, A.; MARIANI, D. SP tem quase 2 professores agredidos ao dia; ataque vai de soco a cadeirada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 set. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/09/1919146-sp-tem-quase-2-professores-agredidos-ao-dia-ataque-vai-de-soco-a-cadeirada.shtml>. Acesso em: 20 out. 2020.

SOUZA, L. Violência contra professores e alunos cresce na rede pública paulista. *Agência Brasil*, São Paulo, 18 dez. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-12/violencia-contraprofessores-e-alunos-cresce-na-rede-publica-paulista>. Acesso em: 20 out. 2020.

WILLIAMS, R. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. In: *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 43-68.

WILLIAMS, R. *Televisão: tecnologia e forma cultural*. São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte, MG: PUC-Minas, 2016.

NOÇÕES DE CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE EM MICHEL FOUCAULT E REINHART KOSELLECK¹

ANA SOUZA SANTANA²

Resumo: No que diz respeito à discussão sobre tempo histórico, o filósofo Michel Foucault, em sua fase arqueológica, evitava operar com quaisquer categorias preestabelecidas metafisicamente, aderindo a uma noção pouco estrutural e mais descontínua do tempo. O historiador Reinhart Koselleck, por outro lado, baseia a sua teoria em estruturas temporais repetitivas e categorias antropológicas inerentes à natureza humana, dando a entender uma noção de tempo marcada por uma perspectiva mais estrutural e contínua. Mas será que estes dois autores são tão díspares quanto aparentam? Este artigo visa entender de que maneira as noções de continuidade e descontinuidade são elementos de grande importância nos trabalhos de Foucault e Koselleck, colocando em questão as concepções de tempo histórico presentes em ambos os autores.

Palavras-chave: Michel Foucault; Reinhart Koselleck; Tempo Histórico; Continuidade.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o historiador Estevão de Rezende Martins (2018), os seres humanos teriam a profunda necessidade em entender como será o decorrer do tempo, afinal, “ideias como a de tempo ou de espaço possuem uma função organizacional na reflexão sobre a experiência do agente racional humano” (MARTINS, 2018, p. 74). Não é à toa que os profissionais no estudo do homem no tempo³, chamados historiadores, têm esse tema como central nas suas pesquisas. Dentre diversas questões que incomodam os historiadores em seu ofício, a discussão a respeito do tempo histórico é inerente às mais variadas reflexões: o que é tempo histórico; qual a importância de pensarmos acerca do tempo histórico; qual a importância do tempo histórico nas narrativas históricas; e por aí vai.

No centro dessas discussões, existem os conceitos de continuidade e descontinuidade do tempo histórico. Um tempo histórico contínuo é marcado pela sistematização da história, ou seja, a criação de perspectivas em que são desenvolvidos categorias e instrumentos de generalização da experiência humana, contando os eventos de maneira ordenada e sequencial. Dessa

1 Pesquisa realizada pelo Projeto de Iniciação Científica (ProIC) do biênio 2019/2020 por meio de bolsa do CNPQ.

2 Graduada em História pela Universidade de Brasília (UNB). E-mail: anadesouzasantana@gmail.com.

3 Esse conceito de história foi cunhado por Marc Bloch em sua obra “Apologia da História” (1949): “A história seria talvez a ‘ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo’” (BLOCH, 2002, p. 7).

maneira, toda e qualquer sociedade seria incluída em determinado sistema, possibilitando uma sensação reconfortante de continuidade em que seria possível visualizar os futuros possíveis. José Carlos Reis (2009) argumenta que essas teorizações acerca do tempo histórico são comuns, já que o tempo é um fenômeno desestabilizador da sociedade e, portanto, esta teria em sua natureza a aspiração da certeza da eternidade e da continuidade.

Um tempo histórico descontínuo, por outro lado, é caracterizado pela negação à linearidade temporal progressiva típica da história tradicional. Uma característica muito comum da descontinuidade temporal é a multiplicidade de tempos existentes em um mesmo período. Como disse Jacques Rancière (2012), um dos maiores formuladores contemporâneos da concepção mais pluralista do tempo, o tempo presente está constantemente se dividindo e se abrindo a novos enlaces com um passado que é, também, frequentemente redividido. Contudo, também existem concepções de tempo histórico que, apesar de serem bem descontínuas, não possuem como centro a multiplicidade temporal, justamente por não serem regidas por nenhum tipo de regra genérica que abranja toda a estrutura de tempo histórico. Nesse sentido, podemos considerar descontínua toda concepção de tempo que não tem em si o apelo por uma trajetória linear, tendo como principal objetivo o de se contrapor a quaisquer categorias que estruturam o tempo enquanto um suporte único e totalizador.

No caso da fase arqueológica de Michel Foucault, por exemplo, que é um dos pensadores acerca do tema que trabalharemos neste artigo, o tempo histórico se formaria de acordo com a singularidade das entidades coletivas abstratas e, principalmente, das formações discursivas de cada sociedade. Isto é, não haveria uma regra genérica ou totalizante que abrangesse toda a sua concepção de tempo – aliás, como veremos a seguir, essa é uma das críticas que Foucault dirige aos historiadores. Por possuir uma obra muito oscilante – para não dizer mutante –, trabalharemos com o período arqueológico de Foucault, momento em que ele era bastante historicista e possuía uma visão quase que completamente descontínua acerca da história como um todo.

Outro pensador que se aventurou na teorização do tempo histórico é Reinhart Koselleck, o qual redigiu os conceitos de camadas temporais e categorias antropológicas para materializar a sua concepção de tempo. Sua teoria acerca do “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” é bem conhecida, mas focaremos com mais intensidade nos conceitos acima explicitados com o intuito de melhor demonstrar a sua tese mais específica sobre tempo histórico. Diferentemente de Foucault, Koselleck formula categorias que podem aparentar uma certa estruturação temporal. Um dos objetivos do artigo, entretanto, é apontar que ambos os pensadores possuem visões descontínuas do tempo, apesar de apresentarem abordagens e argumentações quase que opostas.

De maneira a compreender como as noções de continuidade e descontinuidade são percebidas nos trabalhos de Foucault e Koselleck, lançaremos um olhar geral para os trabalhos que abrangem a temática do tempo histórico de ambos os pensadores. Tendo contextualizado esse debate, portanto, poderemos fazer uma breve comparação entre os dois, demonstrando que talvez eles não sejam tão díspares quanto aparentam.

2. TEMPO HISTÓRICO EM FOUCAULT

Michel Foucault (1926-1984), influente filósofo francês conhecido pelos seus diversos e polêmicos temas na filosofia moderna, aventurou-se no debate acerca do tempo histórico e trouxe uma nova visão à questão. Contudo, ele não somente adentrou no tema, como se tornou um grande crítico do que conhecemos como a narrativa da história tradicional – a “história propriamente dita, a história pura e simplesmente” (FOUCAULT, 2010, p. 6).

A Arqueologia do Saber (1969), obra metodológica em que Foucault procurou explicar o método utilizado em seus trabalhos anteriores, é uma tentativa, também, de dar uma resposta – de acordo com a perspectiva histórica – a questões como: quais são os limites da nossa própria maneira de pensar; e como nós, ocidentais modernos, damos ordens aos fenômenos.⁴ Logo no início do livro, ele deixa clara a sua crítica à história contínua, ou seja, “aquela que constitui o projeto de uma história global” (GOLÇALVES, 2007, p. 2). De acordo com ele, essa história tradicional tem como objetivo encontrar um aglomerado de pontos em comum de uma sociedade ou período, para que, assim, seja traçado o “rosto” de uma época. Contudo, a história não é essa unidade singular em que todos os personagens fazem parte de um grupo homogêneo e o tempo percorre em um desenvolvimento sincrônico.

Pensar a história como uma explicação totalizante que simplifica as diferentes características e individualidades dos personagens e coloca o tempo histórico como uma continuidade, constrói uma narrativa teleológica de temporalidade sequencial, a qual facilitaria a compreensão do tempo presente, assim como a idealização do futuro.

Foucault, em contrapartida, traz em discussão o projeto de uma “história efetiva”. Diferentemente da história dos historiadores tradicionais, a história efetiva tem em seu âmbito a descontinuidade em todos os aspectos:

A história ‘efetiva’ se distingue daquelas dos historiadores pelo fato de que ela não se apoia em nenhuma constância: nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles. Tudo em que o homem se

4 Essa explicação da obra “Arqueologia do Saber” foi dada no livro “Foucault” (1985), de José Guilherme Merquior, na página 35.

apoia para se voltar em direção à história e apreendê-la em sua totalidade, tudo o que permite retracá-la como um paciente movimento contínuo: trata-se de destruir sistematicamente tudo isto. É preciso despedaçar o que permitia o jogo consolante dos reconhecimentos. Saber, mesmo na ordem histórica, não significa ‘reencontrar-nos’. A história será ‘efetiva’ na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. (FOUCAULT, 2008, p. 27)

Se Foucault procura deixar de lado tudo o que se relaciona com continuidade e sequencialidade, como seria a metodologia da história efetiva? E como seria a sua concepção de tempo histórico? A “arqueologia do saber”, como o autor irá chamá-la, toma como ferramenta analítica as formações discursivas; e a sua concepção de tempo histórico é a suspensão de todas as “noções intencionais que justificam o tema da continuidade, tais como gênese, evolução, progresso, desenvolvimento, influência, necessidade, totalidade, espírito de uma época, mentalidade, devir, todos tributários de uma teleologia escatológica” (GONÇALVES, 2007, p. 7).

Na arqueologia de Foucault, os objetos se formam a partir dos discursos, que estão dentro de formações discursivas, as quais, por sua vez, só se formam se seguirem regras predeterminadas de formação. A realidade palpável e material só é criada a partir dos discursos, e, por outro lado, essa realidade só é entendida pelos que aqui vivem por conta das interpretações linguísticas desses mesmos discursos. Nessa lógica, o intuito de Foucault é justamente entender a singularidade das práticas formalizadas por esses discursos, descrevendo as suas condições de emergência e suas regularidades.

Sem querer adentrar muito no tema, o que nos interessa neste trabalho, como já foi observado, é que os discursos só se formam quando submetidos a certas “regras de formação”. Segundo a teoria de Foucault, essas regras eram chamadas de “epistemes” e seriam o único *a priori* de toda a sua arqueologia, ou seja, o único ponto transcendente e que, de certa forma, segue um sistema predeterminado. Contudo, esse *a priori* seria um *a priori histórico*, pois as epistemes são as diferentes regularidades temporais, ou seja, as condições e contextos históricos em que os discursos foram formados:

Uma episteme é o ‘a priori histórico’ que, ‘num dado período, delimita na totalidade da experiência um campo de conhecimento, define o modo de ser dos objetos que aparecem naquele campo, confere poderes teóricos à percepção cotidiana do homem, e define as condições nas quais ele pode sustentar um discurso sobre coisas que é reconhecido como verdade’. (MERQUIOR, 1987, p. 36)

Portanto, podemos observar que não existe uma categoria totalizante que abarque todas as formações discursivas dos seres humanos, já que os discursos seriam formados de acordo com as condições históricas de cada um. Até mesmo os pontos que perpassariam todo o sistema da teoria de Foucault, as epistemes, não trazem uma perspectiva estrutural e conectada a uma origem comum.

A noção de tempo descontínuo para o filósofo em questão, portanto, pode ser entendida como a não existência de uma origem comum aos discursos, conceitos ou práticas:

A noção de descontinuidade tem menos a ver com a simples oposição à linearidade temporal progressiva da história tradicional do que com a recusa ao primado do sujeito e à ideia de que origem metafísica. É a esta recusa à ideia de origem, em seu sentido metafísico, de que há uma verdade única e primeira antes da história, que a noção de descontinuidade se justifica; é a esta figura do sujeito fundante e universal que ela se opõe. (GONÇALVES, 2007, p. 10)

Como podemos perceber, é claro que o filósofo se opunha às visões pautadas em uma trajetória temporal linear, mas a sua noção de descontinuidade baseia-se ainda mais na rejeição de categorias metafísicas que generalizariam toda e qualquer experiência humana. No contexto da sua arqueologia, o mais importante seria compreender, justamente, as singularidades do objeto a ser estudado.

Nesse sentido, o historiador Paul Veyne (1998), analisando o trabalho de Foucault, argumenta que o filósofo leva a historicização às últimas consequências, já que a sua arqueologia, materializada no seu projeto de história efetiva, não é orientada por nenhuma concepção de continuidade e sequencialidade, também não incluindo nenhum tipo de *a priori* que não seja o propriamente histórico e contextualizante das formações discursivas. Podemos dizer, portanto, que o pensamento arqueológico de Foucault procurou retirar o máximo de metafísica da sua análise histórica, colocando o tempo histórico descontínuo como central no entendimento de sua obra arqueológica.

Gostaríamos de reiterar, contudo, que esse estudo é totalmente pautado no período arqueológico de Foucault, não levando em consideração as várias mudanças teóricas e argumentativas que o filósofo passou durante a sua carreira acadêmica, já que a sua obra, como um todo, é bastante oscilante.

3. TEMPO HISTÓRICO EM KOSELLECK

Reinhart Koselleck (1923-2006), historiador alemão praticante da chamada História dos Conceitos, também foi um pensador contemporâneo que se arriscou na teorização do tempo histórico. Para muito além de definir o que seria esse conceito, Koselleck pensou em como ele se dá na experiência humana ao longo dos mais diversos períodos – apesar de ter dado especial atenção para o período moderno. Ao nos debruçarmos nas teorias de tal historiador, devemos

ter em mente que a preocupação central de toda a sua obra é a discussão das condições de possibilidade das histórias.⁵ Referente à discussão de tempo histórico, portanto, Koselleck questionava quais as categorias epistemológicas que fundam a possibilidade de histórias.

Em *Estratos do Tempo* (2003), o autor continua o seu trabalho com conceitos como repetição, durabilidade e estrutura, os quais “fornecem os pilares do argumento principal do volume: a ideia de que a história consiste e se desdobra na interação entre vários *Zeitschichten* (estratos do tempo)” (OLSEN, 2012, p. 226). Nesse sentido, o autor propõe uma concepção de tempo histórico estratificado, argumentando que toda a história contém pelo menos três diferentes estratos dentro da estrutura temporal: o estrato *singular*, o estrato *recursivo* (repetitivo) e o estrato *transcendente*.

Como foi observado pelo cientista político Kari Palonen (2004), Koselleck teve dificuldade durante toda a sua carreira em diferenciar o “temporal” do “histórico” em termos linguísticos e, por isso, utilizou diferentes expressões para definir o tempo histórico. Nas últimas décadas da sua carreira, contudo, Koselleck se satisfaz com o conceito de estratos do tempo, os quais, no seu ponto de vista, eram a melhor definição possível da sua concepção de tempo histórico:

A expressão ‘estratos do tempo’ remete a formações geológicas que remontam a tempos e profundidades diferentes, que se transformaram e se diferenciaram umas das outras em velocidades distintas no decurso da chamada história geológica. (...) Sua transposição para a história humana, política ou social, permite separar analiticamente os diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pressupostos de duração mais longa são investigados. (KOSELLECK, 2014, p. 19)

O primeiro estrato temporal, chamado estrato *singular*, é o que contém as singularidades de um determinado evento e, portanto, o torna único para quem o experienciou. Este estrato, contudo, é condicionado pelo segundo estrato do tempo: o *recursivo*, ou repetitivo; o qual fornece eventos com bases narrativas que se assemelham. Koselleck exemplifica tal estrutura temporal com o fato de receber uma carta. Por um lado, a carta é singular e única, podendo chegar a ser extremamente significativa tanto para quem a enviou quanto para quem a irá receber. Por outro lado, tanto o fato de enviar a carta quanto o fato de a receber só é possível porque existe toda uma estrutura de entrega. O carteiro entrega uma enorme quantidade de cartas todos os

5 O próprio Koselleck faz essa afirmação na sua entrevista com Carsten Dutt que foi publicada em 2015 pela Universidade Federal de Ouro Preto.

dias e, por isso, tal evento torna-se repetitivo nesse outro referencial. De acordo com o historiador Niklas Olsen, “Koselleck apresentou a história como uma série de eventos *singulares* que são continuamente inscritos em vários níveis de estruturas *de repetição*” (OLSEN, 2012, p. 227).

Em um primeiro momento, pode-se entender que o estrato *singular* oferece uma “história mais efetiva” (KOSELLECK, DUTT, 2015, p. 317), pelas palavras de Koselleck, já que ela intervém nas atitudes mais individuais dos agentes, criando diariamente novas possibilidades de alteração do curso da história. Contudo, essas singularidades só são possíveis porque existem padrões de repetição já alicerçados na sociedade. “Se cada uma delas fosse singular, criar-se-ia um oco; se tudo fosse novo, não se saberia de modo algum onde se poderia agir” (KOSELLECK, DUTT, 2015, p. 317).

Paralelamente a esses dois estratos temporais, que tornam um evento tanto singular quanto repetitivo dentro de uma estrutura, existe ainda o terceiro estrato: o *transcendente*. Este último plano temporal refere-se a um tipo de repetição que vai além da experiência geral ou individual de uma pessoa, sendo englobada no que Koselleck chamou de “categorias antropológicas”.

As categorias antropológicas são, em sua maioria, pares antitéticos (oposições) entre si, os quais agiriam de diferentes maneiras e nos mais diversos eventos históricos. São elas: antes-depois; interior-exterior; acima-abaixo; precipitar-se para morte - poder matar; e amigo-inimigo. Sendo inerentes à natureza humana, essas categorias seriam o ponto fundamental para a movimentação do tempo histórico, “sem as quais (...) nenhuma história (Geschichte) é pensável” (KOSELLECK, DUTT, 2015, p. 313).

Nesse sentido, as categorias em questão resultam em formas de conflito, já que, na concepção do autor, a diferenciação temporal e social se dá, necessariamente, pela variação de conflitos, criando-se todo um sistema de alternância. Em outras palavras, a oposição intrínseca das categorias antropológicas cria conflitos dos mais diferentes tipos em todos os âmbitos da sociedade e, nesse sentido, é somente pela existência de conflitos (em níveis altos ou baixos) que se criam novas possibilidades de eventos: “Um conflito chega ao fim quando um novo conflito começa. Assim os próprios conflitos não se solucionam definitivamente, senão que propriamente apenas se dissolvem noutros conflitos estruturados” (KOSELLECK, DUTT, 2015, p. 315).

Analisando a obra de Koselleck, o pesquisador de Teoria Política Pedro Hermílio Castelo Branco (2006) comenta que as estruturas formais demonstradas no trabalho de Koselleck são, portanto:

Cíclicas ou se repetem, mesmo que as experiências concretas vividas singularmente no curto ou médio prazo abalem os afetados, já que as estruturas e os processos duradouros sobrevivem aos acontecimentos experimentados particularmente nos quais se desenrola a história, pois existem constantes antropológicas de diferentes durações em meio a uma constelação de fatores. (CASTELO BRANCO, 2006, p. 153)

Outra característica importantíssima da obra de Reinhart Koselleck diz respeito ao fato de o historiador ter dado bastante ênfase à singularidade da *Neuzeit* – a modernidade ascendente do século XVIII que mudou a marcha da humanidade. Na sua obra *Futuro Passado* (1979), a qual é um aglomerado de artigos do autor em momentos diversos de sua vida, Koselleck desenvolve uma interpretação da história como um todo na forma de uma teoria da modernidade. É nesse momento em que o autor trabalha os conceitos “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: o espaço de experiência diz respeito a toda experiência humana que um indivíduo entende como possível, enquanto o horizonte de expectativa é um cenário de futuro possível. Quando esses dois conceitos se afastam na mentalidade do indivíduo, isto é, quando a sua perspectiva de futuro vai muito além das suas experiências passadas, cria-se uma nova noção de tempo histórico.

Nessa perspectiva, tendo em vista os estratos do tempo, assim como as categorias antropológicas e as formas de conflitos – pontos extremamente fundamentais e centrais na concepção de tempo histórico de Koselleck –, podemos perceber que o autor utiliza um conjunto mínimo de pressupostos da experiência histórica, ou seja, categorias de certa forma genéricas, repetitivas e totalizantes do tempo histórico. A sua argumentação é estruturada, portanto, com base em uma ideia de continuidade que prevê esse pequeno grupo de categorias necessárias. Contudo, sabendo que a sua teoria de tempo histórico é materializada em camadas temporais e, portanto, baseada na multiplicidade temporal, a sua concepção de tempo não deixa de ser, na prática, descontínua. Isso também pode ser retificado na sua teoria da modernidade, em que, no final das contas, enfatiza as especificidades daquele período e demonstra as grandes descontinuidades históricas ali existentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo entendido de que maneira as noções de continuidade e desconcontinuidade são elementos de grande relevância nos trabalhos de Michel Foucault e Reinhart Koselleck, respectivamente, colocando em questão as concepções de tempo histórico presentes em ambos os autores, podemos perceber o quanto essa discussão é importante para o entendimento e interpretação dos eventos passados e, até mesmo, da própria escrita da história. Afinal, adotar uma ou

outra concepção de tempo histórico pode alterar quase que completamente o entendimento da história em si.

A visão histórica de Michel Foucault explicitada em sua fase arqueológica possui uma concepção bem descontínua do tempo histórico, visto que naquele momento o autor se mostra intensamente historicista e tem como principal objetivo o estudo das singularidades do objeto de pesquisa em si. Por essa ótica, o filósofo evitou ao máximo operar com categorias preestabelecidas metafisicamente ou partir de um ponto de vista sequencial e cronológico. Na sua teoria, não há uma noção contínua de temporalidade e nem uma linha cronológica que faça sentido teleologicamente. A concepção de tempo histórico de Foucault em seu período arqueológico pode ser considerada, portanto, dentro de uma descontinuidade radical.

Por outro lado, a concepção histórica de Reinhart Koselleck, materializada, tanto na teoria acerca dos estratos do tempo e das categorias antropológicas, quanto em sua teoria da modernidade com os conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, acaba por ter nuances que a fazem ser mais difícil de classificar enquanto contínua ou descontínua. Contudo, apesar de o historiador em questão possuir uma visão da história que acaba por ser um pouco mais sistêmica, englobando um conjunto mínimo de pressupostos da experiência histórica que podem ser entendidos como categorias estruturais e totalizantes de sua teoria, o seu tempo histórico é formado justamente por diversos planos temporais que dependem um do outros e estão em constante relação dentro da mentalidade dos indivíduos. Nesse sentido, podemos dizer que o tempo que envolve a narrativa histórica de Koselleck pode sim ser considerado enquanto descontínuo.

As teorias e consequentes argumentos de ambos os autores são em si bastante divergentes, até por serem fundamentados a partir de pontos de partida distintos e, inclusive, levando em consideração o momento da obra de Foucault que foi escolhido para ser estudado, o qual é bem específico dentro da sua produção acadêmica. Entretanto, mesmo diante de tantas divergências, a noção descontínua de tempo histórico pode ser considerada um ponto de encontro na obra dos dois pensadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- CASTELO BRANCO, Pedro Hermílio Villas Bôas. *A sociologia dos conceitos e a história dos conceitos: um diálogo entre Carl Schmitt e Reinhart Koselleck*. Sociedade e Estado, 21(1), 133-168.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. *A Microfísica do Poder*. 25ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 2008.
- GONÇALVES, Jadson Fernando Garcia. *Foucault, a descontinuidade histórica e a crítica da origem*. In: Revista Aulas. Campinas, n. 3, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart; DUTT, Carsten. *História(s) e Teoria da História. Entrevista com Reinhart Koselleck*. Ouro Preto, n. 18, p. 311-324, 2015.
- _____. *Estratos do Tempo. Estudo Sobre História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- _____. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/Rio, 2006.
- MARTINS, Estevão de Rezende. *Tempo: Experiência, Reflexão, Medida*. In: *Heterocronias – Estudo sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2018.
- MERQUIOR, José Guilherme. *Foucault*. Los Angeles: University of California Press, 1987.
- OLSEN, Niklas. *History in the Plural. An introduction to the Work of Reinhart Koselleck*. New York: Berghahn Books, 2012.
- PALONEN, Kari. *Die Entzauberung der Begriffe: Das Umschreiben der politischen Begriffe bei Quentin Skinner und Reinhart Koselleck*. Münster, 2004.
- RANCIÈRE, Jacques. 'Avant-propos à la nouvelle édition'. *La leçon d'Althusser*. 2ª ed. Paris: La Fabrique, 2012.
- REIS, José Carlos. *Tempo e Terror. Estratégias de Evasão*. In: *História, a ciência dos homens no tempo*. Londrina: EDUEL, 2009.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UnB, 1998.

O PODER E A VIGILÂNCIA: O NASCIMENTO DA PRISÃO DECORRENTE DA METAMORFOSE PUNITIVA E REFLEXÕES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO A PARTIR DO PENSAMENTO FOUCAULTIANO

CATARINA RIBEIRO SODRÉ¹

Resumo: O objetivo principal da pesquisa é a análise do sistema punitivo a partir da visão do filósofo francês Michel Foucault. Neste artigo, pretende-se verificar as alterações referentes às penas aplicadas ao indivíduo no decorrer do tempo, bem como retratar a contribuição do poder, da disciplina e da vigilância neste processo. Procura-se evidenciar que o indivíduo, por meio de práticas de vigilância, passou a ser moldado e transformado em um corpo dócil e útil, passível de modificação e economicamente produtivo para o Estado. Além disso, aborda-se a problematização em torno da individualização, normalização, disciplinarização e formação de poderes e saberes controladores.

Palavras-chave: Michel Foucault; Sistema Carcerário; Vigilância; Poder; Disciplina; Panóptico.

1. INTRODUÇÃO

É preciso pontuar de início que até meados do século XVIII, o Direito Penal era marcado por penas cruéis e desumanas. O Estado, noutro, em situações de cometimento de atos delituosos, punia seus cidadãos através de torturas severas, além de penas de mortes e demais punições direcionadas ao corpo do infrator.

Ao realizar a análise histórica referente aos métodos punitivos, nota-se que ocorreu uma metamorfose referente às sanções aplicadas aos indivíduos, uma vez que o surgimento do ordenamento jurídico não só contribuiu para aplicação de normas, códigos e princípios norteadores do Direito, mas também para a criação do Poder Judiciário, tudo isso a fim de aplicar de maneira justa e igualitária as penas.

Deste modo, a aludida mudança é perceptível no transcorrer do tempo e é abordada pelo filósofo francês Michel Foucault. Nesse sentido, o presente texto abordará a transição das punições até o que se conhece como a aplicação de pena privativa de liberdade, demonstrando a normatização, a disciplinarização e a formação simultânea de saberes e poderes controladores,

1 Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

dentro do método de vigilância do sistema carcerário, cujo resultado é o homem cognoscível pelas instituições de poder.

Propõe-se, portanto, uma visão voltada ao pensamento foucaultiano a fim de demonstrar a normatização através da análise da contribuição do poder disciplinar por meio de uma estrita vigilância sobre os detentos, vigilância esta capaz de moldá-los e transformá-los em corpos dóceis e úteis, passíveis de modificação e economicamente produtivos para o Estado.

Cabe ressaltar que, em momento algum se busca, neste trabalho, esgotar as questões concernentes aos institutos em foco. O interesse é unicamente apresentar uma abordagem breve, mesmo que sucinta, sobre os temas da individualização, disciplinarização, normatização e formação de poderes.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA NA VISÃO DE MICHEL FOUCAULT

Em razão das inúmeras e visíveis mudanças ocorridas no decorrer da história, torna-se necessário elucidar a visão do filósofo Michel Foucault o qual, em sua obra *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*, discorreu sobre o tratamento em relação ao detento ao longo dos séculos, recorrendo a universais antropológicos², onde a norma define e delimita o cidadão. Em seu livro, Foucault visa demonstrar as práticas punitivas, bem como os mecanismos reguladores que controlam o homem, tais quais as escolas, prisões, fábricas, hospitais, dentre outros locais.

2.1. O Corpo Suplicado – Século XVII

De acordo com Foucault, o século XVII foi marcado pelo corpo suplicado³, onde o condenado era exibido a partir de um espetáculo punitivo. O suplício⁴ era caracterizado pela demonstração pública punitiva violenta, cuja pena era corporal e dolorosa.

Além disso, os suplícios eram aplicados não somente como meio de tortura ao próprio indivíduo, mas, principalmente, com a finalidade de demonstrar para a população certa forma de poder do soberano e do Estado, servindo tal prática como exemplo aos demais e com o objetivo de evitar que os delitos novamente fossem praticados.

2 Corresponde à ciência que tem como objeto o estudo sobre o ser humano e a humanidade. Segundo o dicionário Houaiss, antropologia significa “ciência que estuda a natureza do homem e sua cultura.”

3 Corpo suplicado decorria de açoite, exibição, marcação com ferrete, coleiras, bem como práticas mais cruéis, tais quais a retirada de membros, enforcamento, fogueira e esquartejamento.

4 Segundo o dicionário Houaiss, suplício significa “grave punição corporal ordenada por sentença; tortura; sofrimento físico intenso provocado propositadamente em um ser por crueldade; sofrimento intenso provocado em um ser humano por técnicas especiais com o fim de obter revelações ou confissões de crime.”

Em seu livro *A Sociedade Punitiva*, Foucault demonstra que tais atos equivalem a deixar sobre o corpo visível ou simbólico, físico ou social, algo como um vestígio, pois o indivíduo que tiver cometido a infração ficará marcado por um elemento de memória e reconhecimento. Assim, “o corpo visível, deve ser o brasão das penas que remete à culpa, de que ele deve ser o vestígio visível e imediatamente reconhecível (...) e, ao poder que impôs a pena e deixou no corpo do supliciado a marca de sua soberania” (FOUCAULT, 2015, p.9).

Depreende-se, portanto, que as penas e execuções de morte eram meramente um espetáculo, por meio do qual o Estado buscava transmitir e salientar o seu poder soberano perante os demais cidadãos. Sob esta lógica, nota-se que a vítima do suplício tinha uma função jurídica-política naquela sociedade. No entanto, nesse ínterim, com o desaparecimento dos suplícios, era possível perceber a modificação das práticas punitivas contra aqueles praticantes de delitos, isto é, o fim da justiça tradicional e o avanço de novos projetos e reformas legislativas.

2.2. O Corpo Punido – Século XVIII

Ultrapassada a fase dos suplícios, os castigos transformaram-se em um complexo sistema de punição, haja vista os princípios da suavização punitiva e da economia vigente. Com a evolução histórica, novas ideias foram surgindo e, com o passar dos anos, a consciência humana tomou um novo rumo. Os suplícios passaram a ser vistos como um perigo ao poder do soberano, pois a tirania levava à revolta. O século XVIII passou a ser marcado pelo corpo punido, este, que de acordo com o autor, é reconhecido pelo surgimento das prisões como forma punitiva.

Constata-se tal transformação através da seguinte passagem:

Em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal. (FOUCAULT, 1999, p.12)

Em virtude da superação dos suplícios, o poder se transformou em um instrumento econômico capaz de codificar os comportamentos, reduzindo, de igual modo, as práticas ilegais através da aplicação de penas. Criou-se, ainda, um projeto político a fim de classificar as ilegalidades, o qual proporcionou dois enquadramentos. De um lado, a figura do criminoso, qual seja o indivíduo que sai da esfera de cidadão e é visto como inimigo. Do outro, a figura do crime tipificado pela necessidade de medir os efeitos do poder punitivo.

2.3. O Corpo Disciplinado – Século XIX

A partir do século XIX, Foucault, em *Vigiar e Punir*, descreve a atribuição do corpo disciplinado a partir do surgimento da chamada arquitetura de vigilância. Levando-se em consideração esse aspecto, torna-se clara a metamorfose dos métodos punitivos em razão do relaxamento da severidade da pena, a qual não é mais baseada na decisão de um soberano em punir o corpo, mas sim com base no princípio da suavização punitiva e na adoção de julgamentos pautados em códigos e leis.

Percebe-se, neste caso, uma atitude mais progressista do ser humano, no sentido de reprimir seus desejos, cessando a produção dos espetáculos públicos. O relaxamento da severidade penal abriu caminho para a aplicação de julgamentos mais adequados e justos com o auxílio não somente das leis, como também do Direito, dos códigos e do Poder Judiciário na produção e aplicação eficaz da Justiça por intermédio dos atos praticados pelos delinquentes. A pena privativa de liberdade transformou-se no principal objetivo das prisões e, por esse motivo, veio a ser considerada um dos meios mais eficazes de controle social.

As prisões se tornaram dispositivos voltados para o futuro, pois se punia para transformar o culpado e não para apagar o crime. Foi nesse contexto que as prisões se transformaram no novo sistema de punição, onde, ao invés de marcar o corpo do indivíduo, passou a ser marcado sua alma, como dizia Foucault, privando os sujeitos de um preceito fundamental: a Liberdade. Dessa maneira, surgiu a construção de prisões com a finalidade de observar e oprimir o indivíduo para mudá-lo, transformando-o em um corpo dócil e útil.

Tendo isso em vista, nota-se que o corpo se tornou objeto da ciência e alvo do poder, moldado e treinado, com o escopo de tornar-se útil por intermédio do controle e modificação decorrentes de técnicas de dominação.

3. A SISTEMÁTICA DO PODER

O ponto de partida de Michel Foucault, ao analisar o tema do poder, é o fato de que tudo será normatizado e a sociedade tentará sempre se enquadrar na norma, pois, de acordo com o autor, a sociedade será normatizada. Em sua obra *Vigiar e Punir*, o autor recorre a universais antropológicos, de modo a demonstrar que a norma define e delimita o cidadão, relatando, por conseguinte, o que seria considerado normal e anormal.

Com um olhar foucaultiano, é possível evidenciar que a sociedade é submetida ao discurso da verdade, tendo o cidadão, desta maneira, o dever de assimilar o que é imposto, na maioria das vezes, como verdade absoluta. Assim sendo, percebe-se que a ciência humana será de-

finida como a portadora do discurso da verdade sobre o homem, possuindo, como papel fundamental, o intuito de definir quem é o ser humano. Psicólogos, juristas, médicos, a criminologia, a pedagogia e os demais ramos existentes, passaram a definir quais comportamentos seriam considerados normais ou anormais em decorrência dos poderes que lhes foram atribuídos.

Em virtude do supramencionado, pode-se constatar que as instituições, ao passo que detém o poder, também detém, igualmente, o saber. Para Foucault, "o poder e saber estão diretamente implicados; não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder" (FOUCAULT, 1999, p.31).

Logo, torna-se plausível que o conhecimento e o poder estejam intrinsecamente conectados. À vista disso, o saber passa a fabricar sujeitos e, por esta razão, o poder tem o papel de manter as relações de produção e de dominação sobre os indivíduos.

3.1. O Poder Disciplinar

O poder disciplinar decorre do domínio dos corpos através do controle social sobre o homem, haja vista a institucionalização dos mecanismos de vigilância nas relações de dominação, uma vez que o ser humano se transforma em um sujeito passivo e economicamente ativo em virtude do adestramento dos corpos que, consequentemente, resultam de práticas normalizadoras e corretivas. Considerar-se-á "disciplina" os métodos capazes de permitir o controle do corpo, mediante a sujeição de forças aptas a impor uma relação de docilidade e utilidade.

Foi a partir dos séculos XVII e XVIII que surgiram as disciplinas hábeis a dominar os cidadãos. Reforçando a referida ideia, em todas as sociedades o corpo está entrelaçado ao poder, visto que "ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam" (FOUCAULT, 1999, p.163).

A norma capaz de produzir condutas e gestos no indivíduo é o meio efetivo ao qual o poder é plenamente exercido. Referenciado poder disciplinar não só tem como foco a regulação da vida dos sujeitos, mas também visa incluir a distribuição espacial, pois o controle não é apenas sobre o resultado, mas sobre o desenvolvimento da ação, uma vigilância constante de olhares que garantem a disciplina e o registro contínuo. Diante disto, o corpo passa a ser considerado objeto de investimento, ou seja, alvo de um poder que Foucault, no decorrer do tempo, alegará não servir somente a fim de punir os transgressores da lei, porém, concomitantemente, um aparelho político de produção com o objetivo de moldar e transformar os indivíduos em corpos dóceis e úteis. Assim, "forma-se uma política das coerções que são um trabalho sobre o

corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (FOUCAULT, 1999, p.164).

Para que o poder disciplinar possa produzir efeitos no encarceramento é necessário garantir a arte das distribuições. A priori, a disciplina exige um lugar fechado, capaz de reproduzir a ideia de encarceramento. Posteriormente, as distribuições por grupos são evitadas com o propósito de se estabelecer uma clausura. Dentro desta ótica, momentos de solidão se fazem necessários. Paralelamente, se deve fixar regras referentes às localizações funcionais, pois codifica a arquitetura do local fazendo com que “lugares determinados se definem para satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil” (FOUCAULT, 1999, p.170).

Em vista do exposto anteriormente, a disciplina, por meio de seu poder, produz indivíduos como instrumento de seu efetivo exercício. O êxito do poder disciplinar se dá ao olhar controlador constante de um superior hierárquico e de uma sanção normalizadora.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. (FOUCAULT, 1999, p.164)

As tecnologias políticas controlam o tempo e o espaço das pessoas que influenciam o indivíduo através de um sistema de punição e de vigilância. Trata-se de uma microfísica do poder imposta por aparelhos e instituições, capaz de moldar e modificar os corpos. Dessa forma, a disciplina fabrica corpos maleáveis e submissos, aumentando a utilidade do corpo, em termos econômicos e, conseqüentemente, passíveis, políticos de obediência.

No tocante à vigilância hierárquica, Foucault afirma que a disciplina deve sempre induzir e reproduzir os efeitos de poder. À vista disso, o poder disciplinar, a partir do século XVIII, contribui para uma vigilância hierarquizada de maneira indiscreta, pois repercute olhares que devem ver sem serem vistos. Se atendo a essa explanação, surgem arquiteturas voltadas para uma vigilância estritamente interna, tais quais em hospitais, quartéis, escolas e prisões. No que diz respeito às sanções normalizadoras, percebeu-se que em todos os sistemas disciplinares funciona um mecanismo penal.

Cita-se, como exemplo de desrespeito à disciplina e aplicação de sanções normalizadoras, a decisão proferida pela 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (HC 101.164⁵) em 2008, que estabeleceu que a fuga do preso, que fora condenado em regime semiaberto, acarreta na

5 Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus nº 101.164. 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça. 2008.

perda do direito de obter liberdade condicional. Nesse contexto, entende-se que o descumprimento de uma prática ocasiona a aplicação de uma sanção.

Destarte, o castigo disciplinar tem a função corretiva de fazer com que tal ato não seja novamente realizado. A sanção só será aplicada quando for descumprida uma norma. “A punição, na disciplina, não passa de um elemento de um sistema duplo: gratificação-sanção. E é esse sistema que se torna operante no processo de treinamento e de correção” (FOUCAULT, 1999, p.205).

Paralelamente, compete mencionar que a disciplina ainda busca recompensar: “O próprio sistema de classificação vale como recompensa ou punição” (FOUCAULT, 1999, p.206). Os indivíduos enclausurados que obterem bons comportamentos são passíveis de recompensa, como no caso em que a lei penal brasileira prevê a possibilidade de progressão do regime de pena, na qual pressupõe que o indivíduo irá migrar do regime mais gravoso para o mais brando. Nota-se que só há progressão de regime se o regime inicial for o fechado ou semiaberto, vez que o regime aberto é o mais brando de todos. Todavia, para que de fato ocorra essa progressão de regime, é necessário, em regra geral, que o preso já tenha cumprido $\frac{1}{6}$ da pena; enquanto para crimes hediondos, $\frac{2}{5}$ se for primário e $\frac{3}{5}$ se for reincidente, além de ter bom comportamento carcerário, conforme dispõe o artigo 112 da Lei de Execução Penal (LEP).

4. A VIGILÂNCIA E O CONTROLE SOCIAL

Na constatação foucaultiana, é válido destacar que o poder da soberania é substituído gradativamente pelo poder disciplinar. O domínio dos corpos, decorrente da vigilância, está intrinsecamente relacionado ao controle social do homem, uma vez que os mecanismos de vigilância estão cada vez mais institucionalizados nas relações de dominação. A sociedade disciplinar busca moldar e codificar o corpo a fim de transformá-lo em um objeto dócil e útil, mediante o adestramento dos corpos. Por esta razão, o homem passa a ser passivo e economicamente ativo, uma vez que o construcionismo social viabiliza o surgimento e o implemento de técnicas punitivas e reguladoras, de modo que o saber e o poder, em conjunto, se articulam a fim de resultar um sujeito objetivado por práticas normatizadoras e corretivas.

Nesse sentido, observa-se que a vigilância é marcada pela transformação do poder em micropoderes, para além do poder do Estado, buscando extrair o potencial produtivo dos indivíduos. A microfísica do poder, nada mais é do que a descentralização dos mecanismos disciplinares, onde o poder não existe somente na mão do Estado, mas também em aparelhos de micropoderes vigentes no ordenamento jurídico.

Sob este ponto de vista, nota-se que na sociedade de soberania o corpo tinha pouca valia, diferentemente da sociedade disciplinar. De acordo com Foucault, as sociedades disciplinares são fenômenos modernos capazes de explorar os corpos e dominar as mentes dos indivíduos. Para ele, a produção da sobrevivência humana através do confinamento em organizações restritivas, produzem, singularmente, saberes restritivos, bem como poderes políticos suficientes para moldar os espíritos, educar as mentes, dominar e explorar os corpos.

Por conseguinte, na sociedade disciplinar, o Estado tem como foco o aproveitamento de energias produtivas capazes de objetificar a ordem detentora do domínio político do corpo. Com o passar do tempo, conclui-se que o objeto não é mais o corpo e sim a alma, haja vista que na alma é possível instituir valores definitivos, perdendo, conseqüentemente, a eficácia na prática voltada ao corpo do ser humano apta a produzir machucados físicos. Desta maneira, a vigilância se torna onipresente, conseguindo ver tudo, e, ao mesmo tempo, ela se torna invisível, pois faz com que as pessoas não saibam a que momento estão a ser vigiadas.

5. A PRISÃO E O PANOPTISMO SOB A ÓTICA DE FOUCAULT

A princípio, cabe destacar, de maneira breve e sucinta, determinados modelos de projetos penitenciários que ganharam notoriedade ao longo da história, concomitantemente, Foucault, em suas obras, também descreveu os aparelhos punitivos que existiram e foram utilizados, evidenciando pontos de convergência e disparidade entre eles. O primeiro deles consiste no modelo desenvolvido por John Howard, este que foi um dos primeiros a se debruçar com relação aos projetos penitenciários, dedicando-se a promover avanços nas condições de vida nas prisões.

Em seu livro *The State of Prisons in England and Wales*, o autor faz crítica à realidade prisional da Inglaterra e propõe uma série de mudanças para melhorar a condição dos presos, tais quais a prevalência de direitos básicos, como a alimentação, higiene, educação, trabalho, dentre outras práticas mais brandas e humanitárias destinadas aos encarcerados. Igualmente, destaca-se o iluminista penal Cesare Beccaria que, em sua obra *Dos Delitos e das Penas*, de 1764, buscou opor-se à violência das penas, visto que o mesmo preconizava a abolição da pena de morte, da tortura e demais penas desumanas.

Por sua vez, é o modelo arquitetural panóptico que terá maior enfoque neste texto, uma vez que é o modelo que Michel Foucault analisa em seu livro *Vigiar e Punir*. O modelo Panóptico, de Jeremy Bentham, passou a vigorar como um mecanismo arquitetural, utilizado para o domínio de corpos, porquanto apresentava como característica principal um edifício em forma circular, no qual possuía uma torre central onde ficava o vigilante.

O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. (...) O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. (FOUCAULT, 1999, p.223)

O prefixo “*pan*”, de origem grega, significa totalidade, já “*óptica*” se refere à visão, assim, o panóptico proposto por Bentham se destina à observação total do detento. Dentro dos inúmeros motivos que levaram a criação deste dispositivo de vigilância, pode-se destacar o mecanismo arquitetural, utilizado para o domínio da distribuição de corpos em diversificadas superfícies, uma vez que tudo o que o indivíduo fazia estava exposto ao olhar de um vigilante.

Esse modelo arquitetural conhecido como panóptico benthamiano tinha como finalidade garantir aos presos uma forma de repressão ao fazer com que eles acreditassem que estavam, a qualquer momento, sendo vigiados. No que lhes concerne, a preocupação de estarem sendo observados fazia com que os indivíduos se comportassem, sendo a respectiva obediência um instrumento hábil a produzir corpos dóceis, maleáveis e úteis. É inegável que o projeto penitenciário de Bentham foi programado para transformar o detento em uma simples ferramenta capaz de receber e cumprir ordens, estas vindas de uma hierarquia superior de oficiais responsáveis pela fiscalização, ao passo que os indivíduos, dentro desta estrutura, passaram a acreditar que são solitários e segregados, mesmo dentro da própria prisão.

Em virtude do que foi mencionado, o panoptismo corresponde à observação completa do indivíduo por parte do poder disciplinador a fim de regular suas ações e comportamentos. O homem, portanto, passa a ser vigiado o tempo inteiro, sem que o mesmo possa ver o seu observador e nem que ele saiba em qual momento está sendo efetivamente vigiado.

Para Foucault, o panoptismo foi uma nova forma de dominação, podendo-se afirmar que, em razão deste modelo, surgiu a coerção dos gestos através da força política, pois a disciplina fabrica corpos submissos e economicamente proveitosos. Em seu outro livro, *As Verdades e As Formas Jurídicas*, Foucault descreve que “no panoptismo social a função é precisamente a transformação da vida dos homens em força produtiva, a prisão exerce uma função muito mais simbólica e exemplar do que realmente econômica, penal ou corretiva” (FOUCAULT, 2015, p. 123).

Deste modo, levando-se em consideração os aspectos apresentados, infere-se que o modelo panóptico se propôs a induzir no preso um estado consciente e constante de que está sendo vigiado pelos detentores do poder, pois é tanto um poder visível e quanto inverificável.

No entanto, o próprio autor arremata o paradoxo e a incoerência existente na realidade e o modelo coercitivo de aprisionamento, pois em que pese a prisão ter sido desenvolvida com

o objetivo principal de reprimir e reduzir as criminalidades, ela contribuiu para um ciclo dependente e vicioso. É por isso que Foucault criticou a história decorrente das formas de punição, demonstrando que a punição, por mais humanizada ou civilizada que fosse, se sujeita ao poder disciplinar resultante do próprio sistema capaz de controlar os indivíduos.

6. A ASCENSÃO DO DIREITO PENAL

Parte-se da premissa que, de acordo com os momentos históricos separados por Michel Foucault, convém relacioná-los com o Direito, uma vez que é perceptível a garantia de uma personalidade jurídica, de direitos fundamentais básicos e a modificação das penas no decorrer do tempo. É notório destacar, de antemão, que o pensador Michel Foucault não escreveu especificamente sobre o Direito, todavia, suas obras se correlacionam a fenômenos jurídicos ao abordar situações com respaldo na sociologia jurídica, constituídas por mecanismos de poder, normas e efeitos correlatos a verdade. No livro, *A sociedade Punitiva*, ele alega que para realizar a análise de um sistema penal é necessário, a priori, observar a natureza das lutas que, numa sociedade, se desenrolam em torno do poder.

Segundo Foucault, os castigos muito violentos e arbitrários, bem como a vigilância excessiva tornavam o sistema penal instável e pouco eficiente porque, a seu ver, o poder disciplinar presente no sistema prisional era prejudicial ao indivíduo controlado. Para ele, por mais que tenha ocorrido o avanço histórico das penalidades, o aparelho carcerário é falho e ele, resumidamente, recorre a três grandes esquemas para demonstrar isso, sendo eles, o político-moral do isolamento individual e da hierarquia, o modelo econômico da força aplicada a um trabalho obrigatório e o modelo técnico-médico da cura e da normalização, tudo isso atrelado ao poder disciplinar que ele considerava prejudicial à sociedade. Além disso, o aparato judiciário penal, instaurado à época, era comandado pelo princípio da vigilância universal e constante, à medida que “a vigilância possibilitou controlar, observar e intervir nos detalhes das relações da vida social” (FOUCAULT, 2015, p.23).

Nessa perspectiva, em conformidade com Foucault, a norma corresponde à ocasião em que o poder disciplinar é exercitado, capaz de moldar e modificar os corpos. A passagem da punição de execução pública para a efetiva utilização de penas prisionais só foi possível com o avanço de questões voltadas ao direito do cidadão, de maneira concreta a viabilizar que o estudo das prisões é propício a demonstrar como o direito e a norma estão ligados entre si, bem como estão aptos a construir condutas humanas. O avanço histórico do direito consagrou-se, especificamente, no chamado de Direito Penal, influenciado por filósofos iluministas, tais quais John Howard, Beccaria e Bentham, os quais demonstraram que o Direito Penal tem sua origem

decorrente na substituição do rei absoluto pelo surgimento das instituições disciplinares e seus dispositivos.

Ao se realizar um breve histórico geral, tem-se o Código de Hamurabi como a mais fiel origem do direito. Esse documento, comumente conhecido como Lei de Talião, foi criado no século XVIII a.c. e possuía leis as quais definiam as regras e punições para eventos cotidianos. Além disso, vale ressaltar que o direito, anteriormente à escrita, era baseado nos costumes, na autoridade familiar e, principalmente, na religião, esta última que foi de grande influência. Entretanto, surgiu o direito antigo nos impérios orientais como Egito e Babilônia, Roma e Grécia, onde ganhou maior destaque. Nesta última, ocorreu a laicização, ou seja, o homem passou a fazer o direito e não mais dependia da vontade divina, sendo de suma importância para o desenvolvimento da chamada Ciência do Direito.

Assim, superada as fases da vingança privada, da vingança divina e até mesmo da vingança pública, a sociedade eclodiu no chamado período humanitário de racionalização. Após o marco humanitário, surgiu o chamado período criminológico, marcado pelo determinismo e pelo movimento positivista, definido pela implementação de leis e pelo estudo das vítimas, sendo o detento resultado da vida em sociedade.

Conforme já explicado anteriormente, o Direito Penal deixa de voltar os seus olhos para o autor do crime e passa a analisar o fato ocorrido, visto que, mediante a teoria geral da pena, cada ato realizado surtirá um efeito e uma condenação divergente. Por todos esses aspectos, o processo criminal passou a ser racionalizado e sistematizado através do advento e ascensão do Direito Penal, este que é encarregado de definir as infrações penais e aplicar-lhes as respectivas sanções, cujo Estado é o detentor do *ius puniendi*.

No mais, compete revelar a grande importância do Direito Penal em relação ao sentido de justiça, uma vez que o legislador não mais se baseia em conceitos pessoais, tampouco se leva por suas emoções, na medida em que o mesmo deve julgar de forma objetiva e de acordo com o texto da lei, representando, desta forma, um grande avanço em comparação com o direito antigo.

7. O COLAPSO DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Educar é preciso
Reduto da covardia
Inimiga da Solidão
Ela nunca está sozinha
É a cela da prisão

Que não recupera ninguém
 Deturpa o cidadão
 Mentos ociosas, vazias a pensar
 Muitas maquinando o mal
 Poucas delas a sonhar
 Aumentar penas, construir presídios
 Não é a solução
 Temos que instigar a sonhar,
 Investir em educação,
 Ressocializar, ensinar uma profissão
 Pois o homem que não sonha
 É um ser sem compaixão
 Sonho é o que vem à mente,
 Desejo do coração
 Sonhar alto é preciso,
 Viver, estudar, realizar,
 Tudo é possível
 Ao estudante que sonhar.

O poema acima⁶ foi escrito por Joilson dos Santos, um detento, onde nele se constata as péssimas condições carcerárias que os presos vivenciam. Os versos demonstram claramente uma inconsistência e engloba a crise que o sistema carcerário vem sofrendo.

Ao contrário do que muitos acreditam, Foucault, criticou as prisões, pois alegava que elas se transformaram num grande fracasso da justiça penal, visto que elas, a seu ver, não foram uma ferramenta apta a reduzir as taxas de criminalidade. Ao contrário, elas aumentavam, multiplicavam e as transformavam. Sem contar que o enclausuramento contribui, por derradeiro, na reincidência do crime, pois, para ele, “a quebra de banimento, a impossibilidade de encontrar trabalho, a vadiagem são os fatores mais frequentes da reincidência” (FOUCAULT, 1999, p. 295).

6 Poema escrito pelo detento Joilson dos Santos e entregue a promotora que fazia vistoria no complexo da Papuda, em Brasília. O poema retrata as condições carcerárias em que os presos vivem. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/11/preso-por-estupro-critica-em-poema-sistema-prisional-deturpa-o-cidadao.html>> Acessado em: 21/07/2019.

Em que pese ser o sistema carcerário atual ser o mais avançado, observa-se que o objetivo da penitenciária enquanto instituição capaz de reabilitar e ressocializar o indivíduo é extremamente falho porque, não raro, toma-se conhecimento de que há contradições latentes dentro do sistema carcerário brasileiro, especificamente a superlotação, as rebeliões, a saúde pública, a não ressocialização, o descaso interno, práticas abusivas de figuras que deveriam garantir a justiça e a lentidão processual.

Não obstante o exaurimento dos suplícios, ainda há situações que colaboram com a punição e a degradação do preso. Em 2018, no acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça atinente ao Recurso Especial nº1580470-PA (2016/0026875-4)⁷, de Relatoria do Ministro Rogério Schietti Cruz, é possível visualizar que os policiais agiram com abuso de autoridade e torturaram os presos com o propósito de obter deles uma confissão. Ao analisar a decisão à tona, é possível constatar a violação à dignidade e ao corpo do detento. O próprio Foucault alegava que o preso, muitas vezes, era obrigado a confessar mediante tortura, por mais que tenha de fato praticado o ato delituoso ou não.

Apesar de existirem inúmeros outros problemas relacionados ao aprisionamento, friso que não compete a este texto analisá-los minuciosamente, somente pontuá-los, porquanto Foucault já os apontava e que, infelizmente, repercutem até os dias atuais.

8. CONCLUSÃO

Por todos os aspectos percorridos, conclui-se que o poder, ao longo do tempo, passou a demonstrar a sua dependência e autoridade no que tange às relações de produção de saber, à medida que o homem passou a ser fabricado a partir do reconhecimento das verdades vindas de saberes disciplinares, consoante os ensinamentos e sob o prisma foucaultiano. Pode-se afirmar que, em razão desse poder disciplinar, o direito é visto como um instrumento de veiculação das leis capaz de disseminar o poder normalizador porque viabiliza a mudança do objeto de punição, transformando os corpos em ferramentas.

A normatização, como demonstrado, produz condutas, gestos e o próprio indivíduo moderno. Este poder tem por alvo a regulação da vida do ser humano, poder este que Foucault intitulou de disciplinar. Trata-se de um poder que inclui a arte da distribuição espacial, o controle não só sobre o resultado, mas sobre o desenvolvimento da ação, uma vigilância constante de olhares que garantem a disciplina e um registro contínuo de todas as informações acerca do indivíduo.

7 Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº1580470 PA. 6ª Turma. 2018.

No mais, conclui-se que a prisão antecede o nascimento das leis penais, de modo que, o surgimento de penitenciárias foi essencial na passagem significativa das punições, pois tornou o aprisionamento um elemento privatizador da liberdade e buscou aplicar sanções igualitárias de maneira reparadora. Outrossim, percebe-se que a prisão também transmitiu uma forma mais civilizada de pena, comparada com aquelas que haviam sido previamente implementadas, todavia, nada obstante o surgimento da prisão ter sido bem-intencionado, para Foucault o modelo coercitivo de aprisionamento é deficitário em razão da constante vigilância e normatização resultante do poder disciplinar. Em sua opinião, o problema estaria no avanço dos dispositivos de normalização e nos efeitos proporcionados pelo poder. Nesse âmbito, o encarceramento penal privou a liberdade e transformou os indivíduos em ferramentas.

Os métodos disciplinares e corretivos, conforme discorre Michel Foucault, estão intrinsecamente ligados à finalidade da detenção penal. A prisão, devido ao seu caráter jurídico-político, tornou a punição legal, propiciando a disciplinarização do detento, cujo poder gera saber, uma vez que o indivíduo, por meio de práticas de vigilância, passou a ser moldado e transformado em um corpo dócil e útil, passível de modificação e economicamente produtivo para o Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial nº1580470 PA*. REsp: 1580470 PA 2016/0026875-4. Data de Julgamento: 21/08/2018. Data de Publicação: 03/09/2018. Lex: jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. 6ª Turma. Relator: Rogerio Schietti Cruz. 2018.

_____. *Habeas Corpus nº 101.164*. (HC 101164 SP 200/0045450-0). Data de julgamento: 07/10/2008. Data de Publicação: 24/11/2008. Lex: jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, 5ª Turma. Relator: Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. 2008.

FOUCAULT, Michel. *A sociedade punitiva*: curso no Collège de France (1972 -1973); (trad. Ivone C. Benedetti) - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015. (Coleção obras de Michel Foucault).

_____. *A Verdade e as Formas Jurídicas* (trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes). Rio de Janeiro: Nau, 2005.

_____. *Vigiar e Punir*: O nascimento da prisão (trad. Raquel Ramalhete). 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

LUIZ, Gabriel. *Presidiário critica em poema sistema prisional*: 'Deturpa o cidadão' Site G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/11/preso-por-estupro-critica-em-poema-sistema-prisional-deturpa-o-cidadao.html>. Acessado em: 21/07/2019

PEQUENAS DESONRADAS: ESTUDO DE CASOS DE DEFLORAMENTO EM SÃO PAULO (1850-1870)¹

THAYS BUENO MURRACE²

Resumo: Este artigo procura investigar os casos de violências sexuais e, mais especificamente, os padrões idealmente concebidos acerca da moral e honra das mulheres na cidade de São Paulo durante as décadas de 1850 a 1870. A partir de recortes de jornais e processos criminais de estupro e defloração, pretende-se comparar padrões de honra e moral femininas concebidos por diferentes agentes presentes nesses processos.

Palavras-chave: Violência sexual; História das mulheres; Autos crimes; Imprensa, Medicina legal.

1. INTRODUÇÃO

Inserida em um contexto mais de inchaço do que de crescimento, a cidade de São Paulo era marcada por contrastes múltiplos entre senhores, escravos e livres pobres, sendo estes últimos os principais habitantes da cidade (DIAS, 1995, p. 15). Os residentes da cidade se dividiam em diferentes atividades: de lojas de secos e molhados a padarias e farmácias, de profissões liberais a ofícios de sapateiros e barbeiros (MELLO, 1985). As mulheres pobres eram costureiras, lavadeiras e abasteciam a cidade. Comumente cercadas de agregados, filhas adultas e solteiras, netos e seus poucos escravos, estas mulheres organizavam e administravam trabalhos que compunham a renda de seus fogos³ (DIAS, 1995).

A partir de 1840, a província passou a receber os primeiros imigrantes – que, em sua maioria, se dirigiam ao Oeste Paulista – em um projeto de promoção do europeu como agente civilizador da sociedade brasileira. Apesar disso, greves e insubordinações de imigrantes fizeram muitos deputados questionar a superioridade da mão de obra livre estrangeira em relação ao à mão de obra nacional livre ou escrava (AZEVEDO, 1987, p. 123).

1 Este artigo busca apresentar brevemente as conclusões de um trabalho de iniciação científica, realizado mais extensamente com fomento da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

2 Possui bacharelado e licenciatura em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Entre os anos de 2019 e 2020, realizou pesquisa de iniciação científica fomentada pela FFLCH/USP e apresentada no 28º Simpósio Internacional de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo.

3 Unidades produtivas habitadas por uma ou mais pessoas.

É neste contexto geral que surgem os crimes sexuais em São Paulo, majoritariamente registrados pelos populares. A partir destes crimes busca-se compreender padrões de moral e honra femininas. Tais crimes já foram pesquisados por Martha Esteves e Sueann Caulfield, mas abordando a cidade do Rio de Janeiro em seu período republicano. São Paulo, por sua vez, apresentava costumes e ideais próprios no que diz respeito às mulheres (DIAS, 1995), passando por um aburguesamento durante o período de 1850 a 1870. Apesar disso, as obras de Caulfield e Esteves foram essenciais para guiar as análises dos autos crimes de defloração: a perspectiva adotada por elas sobre cultura popular⁴ foi a base para interpretar os discursos das diversas personagens envolvidas nas páginas dos autos criminais.

Além disso, a leitura de recortes de jornal auxiliou na compreensão da forma como os crimes de defloração eram reportados na imprensa, na caracterização das ofendidas e nas representações da mulher. São documentos heterogêneos e que apresentam suas contradições, indicando as diversas opiniões de seus autores (SCHWARCZ, 1987).

2. HONESTIDADE E HONRA

Frequentemente perguntava-se nos autos sobre os costumes das ofendidas, se ficavam recolhidas tarde da noite ou não, se andavam sozinhas, entre outros. Seu caráter e comportamentos eram muito importantes para as autoridades nos autos criminais.

Como aponta Boris Fausto, há uma grande dificuldade de as autoridades saberem o que realmente aconteceu nos crimes de defloração (FAUSTO, 2001). As inconsistências das versões e das narrativas podiam, inclusive, servir de elemento para a defesa escrita dos acusados no processo. A partir disso, as autoridades decidiriam não apenas se o crime de fato aconteceu, mas também se a queixa da ofendida era legítima, dado o seu caráter honesto ou não.

Contudo, as noções de comportamento honesto ou desonesto eram ambíguas, pois algumas atitudes naturalizadas para homens eram consideradas imorais para mulheres. Embora o Código Criminal de 1830 tente fazer uma distinção clara entre o que seria a lei e o que seria a moralidade, na prática, o texto era ambíguo (MACHADO, 2015). Em geral, esperava-se que as ofendidas não circulassem pelas ruas desacompanhadas ou ficassem sozinhas nos lugares sem companhia de algum adulto responsável (ESTEVES, 1989). Em São Paulo essas normas eram delineadas e reforçadas pelo ideal da Dona Ausente: a mulher branca, de sangue puro, com bom

4 Ambas autoras adotam este conceito a partir da leitura das obras de Carlo Ginzburg. Entende-se por cultura popular como um conjunto de práticas e concepções autônomas e normas de comportamento expressas pelas classes subalternas. No entanto, também foi importante ter clareza das controvérsias e limites teóricos desse conceito, de forma a considerar a plasticidade da cultura. (ESTEVES e CAULFIELD, 1996).

dote e de vida semi reclusa acabava por criar um padrão inalcançável para as mulheres pobres (DIAS, 1995), presentes nos autos criminais.

3. NARRATIVAS EM DISPUTA: "FEZ PORQUE QUIS" E "SOUBE POR OUVIR DIZER"

A necessidade de trabalhar impedia que as meninas vivessem reclusas ou semi reclusas. Com isso, são contadas histórias como as de Ignacia Maria, de 13 anos, que ao buscar água em uma bica perto de sua casa, foi abordada por seu cunhado, que a ameaçou de morte se ela se recusasse a ter relações sexuais com ele e contasse a alguém o que aconteceu (Autos Crimes da Capital 102, nº 1575. Arquivo Público do Estado de São Paulo: 1871)⁵.

Da mesma forma Maria Eugenia, de 14 anos, contou que estava em sua cama quando seu pai, Venerando, foi ao seu quarto, agarrou seus braços e forçou-a a ter relações sexuais com ele, ao passo que sua mãe não conseguiu impedir, porque "se ela se opusesse ele havia de arreben-tar-lhe a cabeça e juntamente a de sua filha" (ACC 70, nº 1067, APESP: 1866).

Ambos relatos apresentam diversas brutalidades, violências físicas e psicológicas, chantagens e ameaças de morte, diminuindo muito as chances das ofendidas de impedir que algum mal fosse feito a elas a despeito de todas as suas resistências. São relatos que não excluem a possibilidade de terem sido seduzidas⁶. Entretanto, talvez as formas de resistência que estas mulheres e meninas encontraram fossem menos explícitas. Gritos, lamentações, conversas com outras pessoas, fugas ou até mesmo a prestação de queixa na delegacia fazem parte desse es-copo de resistência e busca por reparação e melhores condições de vida.

Os acusados, por sua vez, contavam uma versão diferente desses mesmos acontecimen-tos, com atribuições de caráter que iam além da própria virgindade. Além de dizer que as me-ninas consentiram, os réus também buscavam difamar as condutas das ofendidas para tentar atenuar a gravidade de suas ações.

Embora a maioria dessas relações não tenha sido consensual, algumas ofendidas con-sentiram abertamente e só deram queixa na polícia por outros motivos, que urgiram algum tempo depois. Maria Antonia, italiana de 12 anos, ajudava nos serviços do armazém de seu pai, onde conheceu Antonio Libutti, de 23 anos, também italiano. Eles começaram um relaciona-mento e quando ela teve sua menarca, ele propôs casamento, o que não foi permitido pelo pai

5 A partir deste ponto referências aos processos criminais serão abreviados. Autos Crimes da Capital (ACC); Ar-quivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

6 A sedução era um dos artifícios mais reconhecidos entre juristas da época, seja para dizer que o acusado sedu-ziu a vítima para ter relações, seja para dizer que o acusado foi seduzido (ESTEVEZ, 1989).

de Maria Antonia, pois ela era muito jovem. A partir daí os dois trocaram cartas combinando de fugir para um hotel e ter relações sexuais para obrigar Miguel, pai de Maria Antonia, a consentir no casamento.

O plano dos jovens deu certo, mas quando estava tudo certo para o casamento, Miguel voltou atrás e disse que não permitiria mais o casamento. Então, deu-se queixa na polícia contra Antonio e durante todo o processo Maria Antonia afirmou que nunca quis casar com ele, a despeito das cartas trocadas e da sentença de petição de casamento apresentada pelo vigário. Os motivos que levaram a essa repentina mudança não ficam claros; a defesa de Antonio alega que Miguel tinha instruído Maria Antonia a dizer em juízo que nunca quis se casar, mas talvez ela mesma tenha se arrependido e foi apoiada por seu pai (ACC135, nº 2043. APESP: 1879).

Relatos como este revelam que para as meninas das camadas populares ser casada ou, ao menos constituir uma família, eram coisas importantes, mas eram um processo com menos regras e etapas do que os namoros fidalgos das elites (ESTEVES, 1989, p. 117-122). Essas meninas também se apaixonavam e se arrependiam de seus relacionamentos, tentavam reorganizar suas vidas e até podiam contar com o apoio de outras pessoas para isso.

Os depoimentos também revelam uma significativa dimensão política do cotidiano popular, do qual fazem parte amizades, querelas e fofocas (CHALHOUB, 1986 *apud* ESTEVES, 1989). De certo modo, falar dos defloramentos era algo necessário para que as meninas e seus responsáveis conseguissem testemunhos favoráveis. Contudo, muitas testemunhas começavam seus depoimentos dizendo que “souberam, por ouvir dizer...”, denotando que nem sempre elas tinham testemunhado os fatos ou que fossem assim tão próximas das ofendidas para saber das querelas mais a fundo. Esses relatos também esclarecem que assegurar a boa reputação de uma moça ou de uma família podia ser tanto uma prerrogativa familiar, quanto de todo um círculo social.

Por exemplo, Benedicta Maria, só ficou sabendo do defloramento de sua filha, porque seu vizinho, Leandro José, contou a ela que o próprio acusado comentou com ele que havia deflorado Ignacia (ACC102, nº 1575. APESP: 1871).

Já Antonio Moreira ouviu sobre o caso amoroso que Hermenegildo José estaria tendo com a ofendida Anna, mas quando perguntaram a ele se ele sabia quando o caso amoroso tinha começado, ele “respondeu que não xeretara” (ACC53, nº 747. APESP: 1858/60).

4. O CRIME DE DEFLORAMENTO COMO CONTRAÇÃO

A partir do Código Penal de 1830, os legisladores tentaram modernizar as concepções e retirar o seu caráter típico do regime absolutista, de forma que o defloramento fosse menos um

ataque à autoridade patriarcal, eclesial ou do Estado e mais à pessoa deflorada⁷ (CAULFIELD, 2000, p. 59). Porém, os autos crimes e até algumas publicações de jornal da época sugerem que não foi exatamente isso o que aconteceu.

Em outubro de 1856, um autor anônimo queria fazer chegar ao conhecimento das autoridades o defloramento cometido por Orozimbo Augusto da Horta de Araújo contra Thereza, escrava de cerca de 10 anos de idade, pertencente ao Recolhimento de Sta. Thereza (CORREIO PAULISTANO, n.º. 460, 463, 464, 472, outubro/dezembro de 1856, passim). Segundo o autor do jornal:

O delinquente ofendeu pois a lei que dentro em pouco terá de aplicar; atacou com incrível furor bestial o que de mais santo há no mundo, pudor, fragilidade da infancia, fraqueza da mulher; lutou contra a moral, contra a religião, até contra a natureza phisica (CORREIO PAULISTANO, n.º. 460, outubro de 1856, p. 2).

Pelos jornais fica claro que valores como a moral, a religiosidade e a inocência da infância ainda poderiam ser feridas pelo defloramento. Mais do que isso, o Estado e a construção da nação podiam estar comprometidos pelos crimes sexuais (CORREIO PAULISTANO, n.º 4210, 23 de julho de 1870, p. 1), pois a partir do século XIX, o papel das mulheres passava a ser o de dar à luz e educar futuros cidadãos saneados e higienizados que contribuiriam para a grandeza da nação (MARTINS, 2000).

5. DESCONFORTÁVEL FAMILIARIDADE: OS ABUSOS DO NINHO

Segundo o Código Criminal de 1830, havia casos em que réu e ofendida não podiam se casar, por serem parentes e tutores. Inicialmente, podemos ponderar que casos dessa natureza fossem pouco prováveis, dado que uma acusação contra um pai ou marido poderia ser sinônimo de perda de estabilidade na vida material. Contudo, casos em que a ofendida foi deflorada por seu tutor, pai, tio ou avô tendem a revelar um cenário de várias outras violências intrafamiliares.

Em 1866, Maria Eugenia, de 14 anos, fugiu de sua casa na calada da noite procurando abrigo na casa de sua vizinha, Beralda Maria da Conceição. A menina foi deflorada⁸ por seu pai, Venerando, com o suposto consentimento de sua mãe. Ao longo do processo, percebe-se que Maria Eugenia não era única vítima das sistemáticas violências infringidas por seu pai: Beralda

7 Antes do Código Criminal de 1830, as Ordenações Filipinas determinavam que a ofensa à honra feminina também era ofensa às autoridades patriarcal, eclesial e do Estado.

8 Ao longo da pesquisa notou-se uma pequena distinção entre estupro e defloramento, de forma que este último poderia pressupor a perda da virgindade, mas o primeiro não. Contudo, o uso destes dois termos se dava de modo ambíguo no período. Essa discussão será melhor desenvolvida mais à frente no texto.

Maria de Sant'Anna, sua mãe, apanhava do marido, além de também ser obrigada a agenciar casos extraconjugais para ele. (ACC70;116, nº 1067; 1069; 1750. APESP: 1866/1870).

Em 1858, Hermenegildo José de Jesus e Silva, também foi acusado de ter sido o deflorador de sua tutelada de 17 anos, Anna, que pediu ajuda de sua vizinha, Maria Franco da Rocha, para dar queixa na polícia.

Casos assim demonstram que havia ocasiões em que as vítimas consideravam valer a pena o risco de moverem um processo contra seus parentes ou tutores, mesmo que esse risco implicasse uma instabilidade financeira ou uma cisão emocional no seio familiar. Em parte, isso se explica, porque as violências eram frequentes e sistemáticas. Além disso, é provável que essas mulheres e meninas achassem que podiam se sustentar sem ajuda masculina.

Ademais, crimes ocorridos dentro do âmbito doméstico revelam que se para as elites, o mundo da casa era o mundo garantidor da ordem e da segurança, o mundo da rua representava a desordem e violência (MATTOS, 1990, p. 110-128). Mas se as meninas sofriam sistemáticas violências em suas casas, a rua poderia representar a segurança e o amparo. Nesse sentido, vizinhas e conhecidas foram de grande ajuda às jovens e talvez também se preocupassem com a reputação e bem-estar delas.

6. INTERPRETAÇÕES EM DISPUTA

A forma como as autoridades interpretavam as narrativas e, sobretudo, o Código Criminal impactava diretamente no destino que o processo criminal tomaria, nas suas possibilidades de prosseguir para os tribunais ou não e nas penas comutadas aos réus.

O Código Penal de 1830 não faz uma distinção muito clara entre o que seria *estupro* e o que seria *defloramento* (MACHADO, 2015):

Capítulo II: Dos crimes contra a segurança da honra: Secção I: Estupro
 Art. 219. Deflorar mulher virgem, menor de dezasete annos.
 Art. 220. Se o que commetter o estupro, tiver em seu poder ou guarda a deflorada.
 Art. 221. Se o estupro fôr commettido por parente da deflorada em grão, que não admitta dispensa para casamento. (BRAZIL, 1830).

Ademais, as prostitutas também aparecem na legislação, embora as violências infligidas a elas tenham uma pena menor:

Art. 222. Ter copula carnal por meio de violencia, ou ameaças, com qualquer mulher honesta. Penas - de prisão por tres a doze annos, e de dotar a offendida.
 Se a violentada fôr prostituta. Penas - de prisão por um mez a dous annos (BRAZIL, 1830).

O caso de Carmen Maria passou por dois promotores. Em sua análise, o promotor interino Henrique Antonio Barnabé Vicente considerou que o réu deveria ser incurso no artigo 219, combinado com o artigo 34 do Código Penal de 1830. Mas posteriormente, o promotor titular concluiu que à vista do auto de exame do corpo de delito, deveria apresentar um libelo acusando o réu de ter infringido o artigo 222. Para compreender melhor esta mudança, é necessário observar novamente o que dizem os artigos citados por estes promotores (ACC93, nº1463. APESP: 1878/79)⁹.

O artigo 219 diz respeito, especificamente, às mulheres virgens, ao passo que o artigo 222 contempla as mulheres honestas, virgens ou não. Como foi visto anteriormente, o Código Criminal é dotado de uma grande ambiguidade, não fazendo uma distinção clara entre o *estupro* e o *defloramento*. Esta ambiguidade podia dar margem para diversas interpretações jurídicas dos crimes sexuais, como aconteceu no caso de Carmen Maria: se o promotor interino levou em consideração a virgindade, o promotor titular compreendeu que outros fatores tivessem mais relevância para o caso.

No processo movido contra Henrique Porchat, a ofendida Victoriana, 34 anos, não foi considerada virgem, havendo discussão sobre o seu status de prostituída ou não. Ainda assim, as autoridades declararam o réu incurso na primeira parte do artigo 222 do Código Penal (ACC 80, 89, nº 1231, 1385. APESP: 1870). Dessa forma, é possível pensar que para as autoridades públicas, honestidade e virgindade podiam estar relacionadas, mas nem sempre uma era pré-requisito da outra, reforçando a relação entre hímen e virgindade e a importância da índole das vítimas.

7. O AFÃ CIVILIZADOR

Os casos de defloramento podiam ser considerados como de caráter privado ou público dependendo das condições financeiras das ofendidas (BRAZIL, 1832). A sua miserabilidade podia tornar o processo público, que não permitia desistência da ofendida. Do contrário, seguia sendo privado.

Em sua defesa, o curador de Francisco Malachias, apontou que o processo penal movido contra ele não poderia seguir como sendo de interesse público, pois a ofendida não era miserável. Mesmo assim, o caso seguiu caracterizado como de interesse público (ACC93, nº1463. APESP: 1878/79). Já Maria Franco da Rocha também quis desistir da queixa que apresentou em

9 O artigo 34 do Código Criminal diz respeito a como serão impostas as penas às tentativas de crimes. Para as análises deste artigo ele tem pouca relevância.

nome de Anna, mas como ela era miserável, o caso seguiu adiante (ACC53, nº 747. APESP: 1858/60).

Essas duas histórias ilustram como, na prática, a justiça procurava estabelecer uma norma moral das condutas sexuais da população menos abastada da cidade de São Paulo. Para isso, podia levar os casos adiante e aplicava as respectivas penas, mesmo que não fosse pertinente segundo a lei.

8. O CORPO E A SEXUALIDADE FEMININA NA VISÃO MÉDICA

No contexto de construção de uma nova moral, de caráter burguês, os homens passaram a se instigar e escrever sobre a natureza feminina: em relação a seu corpo, sua formação psíquica e sua sexualidade. Além das tradições culturais e intelectuais já existentes, estes homens também se informaram por meio de uma produção médica que se caracterizava pelo seu viés racional positivista, que procurava indícios mais objetivos para justificar suas conclusões. Dessa forma, o corpo feminino passou a ser esquadrinhado pelos médicos e a transformação da menina em mulher passou a ser um tema de extrema importância.

Nesse sentido, observa-se uma minuciosa apresentação de dados estatísticos na bibliografia médica (MARTINS, 2000, p. 1-13). Da mesma forma, alguns autos de exame de corpo de delito apresentam descrições minuciosas sobre o corpo das ofendidas: descrevem não só o aspecto do hímen, mas também de várias outras partes do corpo das pacientes. Apesar de almejar a máxima objetividade, estes médicos não deixaram de chegar a conclusões que reafirmassem as suas crenças na inferioridade feminina.

Em um contexto em que a medicina ganhava nova importância, os papéis da mulher enquanto esposa e mãe foram naturalizados com argumentos científicos. Nesse sentido estes papéis eram tidos como uma vocação e um instinto natural e sexual. Quando esses impulsos sexuais não eram direcionados à maternidade, eles eram tratados no campo da patologia, como eram as ninfomanias e o onanismo ¹⁰. Por isso, saber a conduta das meninas era tão importante.

9. ANATOMIA DO CORPO FEMININO E MARCAS DA VIOLÊNCIA

Em sua memória, Francisco Ferreira de Abreu (1857) relata um controverso caso de infração do artigo 223 - ato cometido para fim libidinoso - contra uma menina escrava de três

10 O médico Pierre Roussel foi um dos primeiros médicos a defender a singularidade do corpo feminino com a publicação do livro *Du système physique et moral de la femme* (1775). Também foi o primeiro a defender a relação entre moral e corpo no caso das mulheres, o que influenciou fortemente a medicina do século XIX. (MARTINS, 2000, p. 33).

anos. Junto a seu colega, Antonio Candido Nascentes d’Azambuja, Abreu opõe-se ao parecer de Antonio José Pereira das Neves sobre a possibilidade de a menor Leopoldina ter sofrido alguma violência sexual. Enquanto Abreu e Nascentes d’Azambuja acreditavam que a ofendida sofreu abusos, Pereira das Neves afirma que nada pode ter ocorrido à menina. Essas conclusões diametralmente opostas partem de suas concepções sobre a natureza do corpo feminino e a capacidade de cada médico de considerar o que poderia ou não ser um sinal das violências sofridas.

Sinais de violência eram sempre controversos, mesmo na medicina legal. Escoriações, flacidez, corrimentos, alargamento do canal vaginal, abertura dos pequenos e grandes lábios deveriam ser indícios da violência sexual. No entanto, também poderiam ser confundidos com assaduras, secreções decorrentes de enfermidades, podendo até indicar nada. O exame de Leopoldina e a calorosa discussão a respeito de suas conclusões refutam a suposição de muitos médicos e juristas de que exames médico-legais apresentavam resultados precisos e talvez irrefutáveis.

Talvez o mais emblemático de todos os supostos sinais da perda da virgindade fosse o hímen. Sua ligação com o sangue ao se romper, tornavam a perda da virgindade uma experiência visualmente marcante no imaginário coletivo do período (ABREU, 1857, p. 31; ESTEVES, 1989). Apesar disso, o rompimento do hímen como sinal primordial do defloramento já começava a ser questionado. A primeira menção ao hímen complacente, que permanece intacto após a conjunção carnal, já aparece em 1598, em um livro escrito por Séverin Pineau (COÊLHO, 2010, p. 358). Em meados do século XIX, esse aspecto anatômico também era observado em alguns escritos médicos (ABREU, 1857, p. 44). Diante disso, a honestidade das ofendidas tinha papel preponderante nos processos.

10. O EXAME MÉDICO LEGAL

As primeiras relações entre Medicina e Estado aconteceram já na Antiguidade, no âmbito da Medicina Legal, isto é, o Estado utilizou os saberes médicos para esclarecer fatos de interesse judicial (RODRIGUES, 2015). Entre o fim do século XVIII e início de XIX, a ideia de Medicina Legal apareceu em vários locais da Europa e Estados Unidos (ENGEL, 1989, p. 94-151). No Brasil, entre finais do século XIX e início do XX, surgiu a Medicina Legal, conectada ao Estado e à Saúde Pública. A medicina legal demorou para garantir o seu lugar de fato nos processos criminais e isso se deve também a uma série de construções sociais que interditavam a abertura dos corpos – mortos ou vivos. Só com o advento do Código Criminal de 1830 é que os juízes foram obrigados a ouvir os médicos legais antes de dar seu veredito.

Os exames de corpo de delito vão introduzindo um saber técnico acerca das práticas em medicina legal (FAUSTO, 2001). Ao longo do tempo, em conjunto com a legislação, desenvolvem um formulário padrão a ser preenchido e questionários específicos para cada tipo de crime. De acordo com José Soriano de Souza (1870, p. 94-151), cinco “quesitos” precisavam ser respondidos no auto de corpo de delito de defloração, são eles:

Quinta regra. – Estupro.

Se se tratar de estupro, fará os quesitos seguintes: 1º, se houve defloração; 2º, qual o meio empregado; 3º se houve cópula carnal; 4º, se houve violências para fim libidinoso; 5º quaes sejam ellas. Art. 219 a 224 do Cod. Crim.

Havia algumas respostas obrigatórias nos autos, mas não havia exatamente uma regulamentação protocolar clara sobre quais poderiam ser os procedimentos a serem realizados nas ofendidas: o que poderia ser tocado e como poderia ser tocado pelo médico? Além disso, nem sempre os médicos que realizavam a perícia médica eram médicos legistas, podendo ser médicos de senhoras, por exemplo (ACC 93, nº 1463. APESP: 1878/79).

Esta falta de clareza gerava debates entre os médicos, que poderiam acabar em acusações sérias que incluíam também o próprio estupro por parte dos legistas (ABREU, 1857, p. 34). Também fica claro o caráter vexatório que estes exames poderiam ter: os jornais noticiam exames que não ocorreram, porque as ofendidas não compareceram (DIÁRIO DE SÃO PAULO, n. 251, 12 de junho de 1866, p. 1; CORREIO PAULISTANO, n. 3016, 12 de junho de 1866). Já em outras ocasiões, elas relatam o quão desconfortável foi esse exame do seu ponto de vista social (ESTEVES, 1989).

Os exames de corpo de delito eram uma questão delicada, não pelo seu simples desconforto, mas porque ao fazer um exame do gênero, o médico encontrava uma série de interditos e constrangimentos moral e historicamente construídos; mesmo um toque para tomar o pulso da paciente podia ser um grande desconforto. Os exames ginecológicos e obstétricos podiam ser momentos difíceis de contornar, pois as mulheres tentavam defender os seus pudores e os médicos se sentiam constrangidos em tocar as mulheres. Dessa forma, a normalização do exame ginecológico – com tato e visão – teve que passar por um longo processo de convencimento de clientes e profissionais (BOLOGNE, 1990 *apud* MARTINS, 2000, p. 94;134).

De forma análoga, os exames médico-legais também passavam por esse constrangimento, já que, frequentemente, as ofendidas tinham que passar por um exame de tato e visão para que fosse averiguada a violência contra o seu corpo. Some-se a isso, o próprio contexto em que se davam os exames médicos legais: ao contrário das consultas médicas de rotina, não havia

o mesmo tempo hábil de convencimento para a realização de um exame de tato, quanto mais um exame visual.

11. A AUTORIDADE MÉDICO-LEGAL NAS INTERPRETAÇÕES JURÍDICAS

O caráter vexatório dos exames e questões como o hímen complacente fazem com que as diferentes partes envolvidas em um mesmo crime deem pesos diferentes a este tipo de procedimento. Isso afetava diretamente na elaboração das defesas, acusações e vereditos.

No caso de defloração de Maria Eugenia, o promotor público Frederico Bottero relembra que os exames de corpo de delito não trazem verdades infalíveis e que os depoimentos também devem ser considerados, ao passo que o juiz prefere dar seu veredito apenas com base no exame médico legal que tinha em mãos (ACC 70, nº 1067; 1069. APESP:1866). Isso mostra como os exames de corpo de delito poderiam ter resultados discutíveis.

Os inúmeros debates acerca dos exames de corpo de delito revelam que médicos e autoridades jurídicas também não estavam livres de emitir juízos de valores acerca do corpo e do comportamento feminino. Além disso, havia uma verdadeira disputa de interpretações entre médicos e juristas acerca do saber médico-legal e sua legitimidade em determinados crimes.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos crimes sexuais, honra e pureza femininas podiam guardar uma forte relação com a virgindade. Apesar disso honestidade e virgindade não necessariamente eram pré-requisitos entre si. Por isso, conhecer a índole das ofendidas era algo importante também. Essa preocupação tinha uma forte ligação com a crescente influência médica do período, que passava a ver o corpo feminino como um sistema dotado de frágil equilíbrio.

Já os populares não se alinhavam totalmente aos valores pregados pela elite, uma vez que suas vidas eram marcadas pela pobreza e pela faina diária. Isso não significa que não havia alguns valores comuns à elite, dado que as meninas menos abastadas são as personagens mais frequentes nos processos criminais e, claramente, buscavam por algum tipo de reparação. Para isso, apresentavam a versão da história mais convincente que podiam e procuravam pessoas que também dessem testemunhos a seu favor. Muitas vezes, essas narrativas davam pouco espaço para sedução, sendo mais permeadas por relações de poder e coerção. Isso não significa que todas as famílias das camadas desvalidas fossem violentas, mas que elas tendiam a procurar pela justiça com mais frequência, enquanto famílias mais ricas tendiam a resolver questões de formas que corriam em paralelo com a ação judicial, reforçando a visão da elite de que o defloração era crime de cunho privado.

Além disso, as camadas mais populares, pareciam conviver em uma rede de auxílio mútuo, em que a partilha das ocorrências de defloração entre a vizinhança era, em certo nível, algo necessário e também parte da dimensão política dos populares. Logo, o resguardo da honra e a reparação acabavam por ser uma prerrogativa coletiva, dependendo da camada social da ofendida.

De forma geral, um dos elementos mais notórios dos defloramentos é a ambiguidade em relação aos padrões sobre honra e moral femininas almejadas pelos autores do Código Criminal e os padrões manifestados pelos envolvidos nos autos criminais. Se o Código Criminal de 1830 continha inspirações mais liberais, os autos crimes e os jornais revelam que ainda predominava uma visão patriarcal acerca do defloração que submetia a honra da mulher às autoridades do pai, da família, da Igreja e do Estado.

Por sua vez, a medicina do século XIX estava cada vez mais interessada na mulher e na construção de um conhecimento mais objetivo a seu respeito, mas sem deixar de reproduzir argumentos misóginos ou juízos de valor.

No âmbito jurídico, os médicos debatiam os sinais essenciais que marcariam a violência sexual nas meninas ofendidas. A virgindade estava muito ligada ao hímen no imaginário coletivo. Contudo, começavam a fervilhar os debates sobre este não ser o melhor indicador de virgindade, o que, em parte, justificaria a necessidade de saber sobre o comportamento das ofendidas. Esses debates ainda indicavam como os saberes sobre o corpo feminino estavam muito ligados a concepções preestabelecidas e padrões de saúde ligados às imagens sociais de esposa e mãe. As argumentações e interpretações dos juristas sobre esses exames mostram também que a autoridade dos médicos peritos não era algo infalível podendo haver disputas de interpretação e saberes acerca dos conhecimentos médico-legais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, F. F. D. *Considerações médico-legaes sobre um caso constroverso de infracção do artigo 223 da nossa legislação criminal*: memória apresentada à Academia Imperial de Medicina. Rio de Janeiro: Typografia Universal Laemmert, 1857.

AZEVEDO, C. M. M. D. *Onda negra, medo branco*: o negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRAZIL, I. D. Lei de 16 de dezembro de 1830: manda executar o Código Criminal. *Presidência da República Planalto*, 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm. Acesso em: 16 Fevereiro 2019.

BRAZIL, I. D. Capítulo IV: da queixa e denúncia. Artigo 73. *LEI DE 29 DE NOVEMBRO DE 1832. Promulga o Codigo do Processo Criminal de primeira instancia com disposição provisoria ácerca da administração da Justiça Civil*, 1832. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm#:~:text=LEI%20DE%2029%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201832.&text=Promulga%20o%20Codigo%20do%20Processo,da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20da%20Justi%C3%A7a%20Civil.&text=1%C2%BA%20Nas%20Provincias%20do%2. Acesso em: 14 Setembro 2020.

CAULFIELD, S. *Em defesa da honra*: moralidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em Hsitória Social da Cultura, 2000.

COÊLHO, B. F. Histórico da Medicina Legal. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 105, p. 355-362, dez./jan. 2010.

DIAS, M. O. L. D. S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ENGEL, M. *Meretrizes e doutores*: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

ESTEVES, M. D. A. *Meninas perdidas*: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ESTEVES, M. D. A.; CAULFIELD, S. 50 anos de virgindade no Rio de Janeiro: as políticas de sexualidade no discurso jurídico e popular (1890-1940). *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 1, p. 15-52, 1996.

FAUSTO, B. Crimes sexuais. In: FAUSTO, B. *Crime e cotidiano*: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. Cap. 5.

MACHADO, L. M. *Entre o corpo e a honra*: crimes sexuais na cidade de São Paulo (1890-1920). 2015. Dissertação (mestrado). Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

MARTINS, A. P. V. *A medicina da mulher*: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX. 2000. 311p. Tese (doutorado). Campinas, SP: Universidade Estadual Campinas. Insituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

MATTOS, I. R. Luzias e Saquaremas: liberdade e hierarquias. In: MATTOS, I. R. *O tempo Saquarema: formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 110-128.

MELLO, Z. M. C. D. *Metamorfose da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Editora Hucitec; Prefeitura do Município de São Paulo, 1985.

RODRIGUES, M. F. Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do século XIX. *Estudos e pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 1118-1135, 2015.

SCHWARCZ, M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

SOUZA, S. D. In: SOUZA, S. D. *Ensaio médico legal sobre os ferimentos e ofensas físicas*. 2ª. ed. Recife: Livraria Acadêmica, 1870. p. I-V; 244-248.

FONTES

Autos Crimes da Capital 053, processo 0747. APESP: 1858/1860

Autos Crimes da Capital 070, processo 1067. APESP: 1866

Autos Crimes da Capital 070, processo 1069. APESP: 1866

Autos Crimes da Capital 116, processo 1750. APESP: 1866/1870

Autos Crimes da Capital 080, processo 1231. APESP: 1870

Autos Crimes da Capital 089, processo 1385. APESP: 1870

Autos Crimes da Capital 102, processo 1575. APESP: 1871

Autos Crimes da Capital 93, processo 1463. APESP: 1878/1879

Autos Crimes da Capital 135, processo 2043. APESP: 1879.

Correio paulistano, n. 460, 11 de outubro de 1856, p. 2

Correio paulistano, n. 463, 28 de outubro de 1856, p. 2

Correio paulistano, n. 464, 05 de novembro de 1856, p. 1

Correio paulistano, n. 472, 03 de dezembro de 1856, p. 1-2

Correio paulistano, n. 3016, 12 de junho de 1866, p. 2

Correio paulistano, n. 4210, 23 de julho de 1870, p. 1

Diário de São Paulo, n. 251, 12 de junho de 1866, p. 1.

SOBRE DERRUBAR PORTAS E NÃO ESPERAR JANELAS: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS DE UMA DRAG QUEEN NO AGRESTE PERNAMBUCANO

JOÃO GABRIEL LOURENÇO DA SILVA SANTOS¹

Resumo: A presente pesquisa buscou compreender e registrar como a arte drag interfere na vida pessoal do (a) artista que a performa. O artista escolhido foi David Lucas, com sua persona drag chamada de Lady Joe. O artista é residente do interior de Pernambuco, na cidade de Caruaru. A pesquisa se dividiu em duas partes: a parte escrita e o documentário. Para isso, a pesquisa utilizou o método etnográfico para poder acompanhar o artista escolhido em sua rotina de trabalho e performance drag, registrando seu cotidiano e finalizando a pesquisa com um documentário. Ao fim da pesquisa, foi descoberto que a Lady Joe não interfere apenas na vida pessoal de David, ou seja, sua relação com família, amigos e o mundo, mas também interfere o próprio David.

Palavras-chave: Etnografia; Documentário; Drag Queen.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo deriva do meu trabalho de conclusão de curso, no qual produzi um documentário que acompanhou a vida de um artista drag queen, chamado David Lucas e sua persona drag Lady Joe, no agreste pernambucano.

A arte drag é uma arte secular, interpretada por diversos artistas ao longo do tempo e foi registrada em diferentes tipos de mídias—por exemplo, documentários. Meu documentário trata de registrar um pouco da vida de um artista drag no agreste pernambucano, especificamente na cidade de Caruaru. Acompanhei o ator David Lucas e sua drag Lady Joe durante dois meses, capturando suas saídas à noite, sua personalidade e a sua relação com a personagem.

Para falar sobre o projeto preciso, primeiro, explicar o conceito e a história da arte drag no mundo e no Brasil. Em seu artigo *Drag queen: Um Percurso Histórico pela Arte Transformista* (2014), o autor Igor Amanajás, mestrando em artes cênicas pela Universidade Estadual de Campinas, apresenta a história de como a arte drag surgiu no mundo e em qual contexto. Na Grécia

1 Graduado pela Universidade Federal de Pernambuco.

Antiga, homens interpretavam mulheres em peças de teatro, já que elas eram proibidas de participarem, fazendo o uso de máscaras e roupas. Podemos considerar este o pontapé inicial para a arte drag (o termo surge muito tempo depois desse fato), uma vez que a representação feminina surge aí com o uso de máscaras e outros instrumentos:

De qualquer maneira, a partir desse momento, ficou estabelecido que a função de vestir a máscara com personas masculinas e femininas seria um papel único e exclusivo do homem. Clitemnestra, Medéia, Electra, Ifigênia e Antígona: todas essas personagens foram vividas por homens na antiga Grécia. É importante ressaltar que, naquela época, o ator usava não somente a máscara para interpretar papéis femininos; roupas e enchiamentos também eram adicionados para a composição da personagem. (AMANAJÁS, 2014, p. 5).

A Grécia iniciou esse costume que acabou ressurgindo um pouco depois da Idade Média. Nesse período, as mulheres podiam interpretar o par romântico nas peças teatrais, os outros papéis femininos eram interpretados pelos homens através da utilização das máscaras. Foi nessa mesma época que um dos maiores dramaturgos de todos os tempos surgiu e com ele a palavra que define a arte que aqui estudo: Shakespeare. Lady Macbeth, Julieta e Ofélia, usando o exemplo de alguns de seus personagens mais famosos, eram interpretados por rapazes adolescentes naquela época. Eles usavam maquiagem, perucas e roupas para enfatizar a interpretação. Shakespeare, observando este fenômeno de rapazes como garotas, criou o termo drag:

Especula-se também que Shakespeare, ao conceber suas personagens femininas, ao rodapé da página em que descrevia tal papel, marcava-o com a sigla DRAG, dressed as girl (vestido como menina, em tradução livre), para sinalizar que aquela personagem seria interpretada por um homem. (AMANAJÁS, 2014, p. 10).

Enchimentos e roupas ainda são itens utilizados pelos artistas. O uso das máscaras diminuiu e os artistas começaram a usar técnicas de maquiagem para aumentar a feminilidade de seus rostos, outros adereços também foram adicionados: perucas, brincos, cílios postiços, até próteses de seios feitos de plástico. A ideia de “hiperfeminilidade” aumentou exponencialmente desde aquela época, tornando-se um estilo de drag. Drag queens são pessoas que interpretam personagens extremamente femininas que extrapolam os limites da feminilidade construída socialmente.

É importante ressaltar que a arte drag é diversa e possui várias subcategorias que derivam de duas categorias principais: drag queens e drag king. Segundo Dourado (2009), drag queens são “transformistas que não têm qualquer pretensão de parecer autênticas mulheres, mas, ao contrário, mimetizam as imagens de uma ‘hiperfeminilidade’ e denunciam seu caráter fabricado” (2009, p.29). Já os drag kings são os/as artistas que performam o exagero do ser

masculino. Por sua característica exagerada e por exceder os limites sociais é que a arte drag é considerada questionadora das construções sociais da identidade de gênero.

Antes de prosseguirmos, preciso explicar primeiro a diferença entre drag e mulheres trans, também chamadas do contexto brasileiro de travestis. Segundo Jaqueline Gomes de Jesus, “pessoas transexuais geralmente sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sente, e querem ‘corrigir’ isso adequando seu corpo à imagem de gênero que têm de si” (2012, p. 14). As pessoas transexuais vivem integralmente exteriorizando sua identidade, assim como pessoas cisgêneros, aqueles que se identificam com seu sexo biológico, diferente da arte drag que utiliza de um determinado espaço-tempo para sua arte. Ainda segundo Jesus, a orientação sexual seria a “atração afetivossexual por alguém. Vivência interna relativa à sexualidade” (2012, p. 26), portanto, a orientação sexual independe da identidade da pessoa. Pessoas trans podem ser heterossexuais, bissexuais, homossexuais ou possuir qualquer outro tipo de orientação sexual, seja qual for sua identidade. O mesmo pode ser dito da arte drag, que como qualquer outro tipo de arte não está presa apenas às pessoas LGBT, sendo uma forma de expressão que pode ser utilizada também por pessoas heterossexuais.

O auge da arte drag, nos anos 90, aqui no Brasil se deu a partir da criação de personagens cômicas como Nany People, Silvetty Montila e Salete Campari. Em Pernambuco, a personagem mais famosa é Cinderela, que possui o próprio programa de TV, Papeiro da Cinderela (transmitido em uma filiada do SBT, a TV Jornal), que faz parte do cenário drag local e nacional, além de cultural de Pernambuco. Elas, definitivamente, foram as precursoras da Pabllo Vittar, Glória Grove, Aretuza Lovi, Kaya Conky e tantas outras drags que existem atualmente no país.

A arte drag no mundo e no Brasil foi registrada pelas lentes de alguns documentários. Cito, por exemplo, *Paris Is Burning*, lançando em 1989, que conta a história do cenário LGBT na Nova Iorque daquela época. O filme apresenta um submundo que era, então, ignorado, contando a narrativa de artistas e personas, como mulheres trans e drags, além de mostrar o fantasioso mundo dos balls, desfiles em que as pessoas LGBTs da época se fantasiavam e se exibiam entre si. No Brasil alguns documentários podem ser citados como exemplo. O documentário São Paulo em Hi-Fi (2016), dirigido por Lufe Steffen, mostra a noite gay paulistana nos anos 60, 70 e 80 através do olhar dos transformistas da época. O segundo deles é *They Can Do It* (2017), de Kelviane Lima, que acompanha um grupo de mulheres que interpretam drag queens na cidade de São Paulo, no qual elas falam as dificuldades de uma mulher ser aceita como drag queen no meio da comunidade paulistana. O terceiro exemplo que trago é o documentário *Tupiniqueens*

(2015), de João Monteiro, que mostra a influência do reality show RuPaul's Drag Race aqui através da cena artística de São Paulo, trazendo inclusive depoimento de ex- participantes do programa e mostrando suas performances lotadas em festas.

Dissertemos brevemente, então, sobre o gênero documentário. O documentário está presente desde a criação do cinema, começando com os irmãos Lumière que fizeram o primeiro registro cinematográfico da história de vários trabalhadores saindo da fábrica ao final do turno (ALTAFINI, 1999). Foi a partir disso que o cinema começou a se desenvolver, surgindo os diversos gêneros. Mas, afinal, o que é documentário?

Segundo Nichols, o documentário “representa uma determinada visão do mundo, uma visão com a qual talvez nunca tenhamos deparado antes, mesmo que os aspectos do mundo nela representados nos sejam familiares” (2005, p. 47), ou seja, o documentário lança luz a alguma parte da sociedade (pessoas ou temas) que é marginalizada ou até mesmo conhecida com uma perspectiva diferente. Por escolher uma temática ou pessoa específica “os documentários dão-nos a capacidade de ver questões oportunas que necessitam de atenção” (NICHOLS, 2005, p. 27).

O documentário registrou os relacionamentos interpessoais do artista focando-se em sua vida familiar, amigos e relacionamentos. Ser drag interfere nessas relações? Até que ponto? Sofreu algum tipo de preconceito por ser drag? As pessoas se afastaram por isso? Quando foi que sentiu a necessidade de se expressar artisticamente deste jeito? Como é a relação com seus pais? Eles sabem da sua escolha artística? Se sim, o que acham disso? Ou por que decidiu não falar sobre isso?

Além das relações interpessoais, outros pontos foram discutidos no documentário, como, por exemplo, a drag afeta ao artista, o cenário político do país, entre outros.

2. METODOLOGIA

Como o resultado da pesquisa foi a produção de um documentário, optei pela etnografia. Para Michael Angrosino a etnografia “significa literalmente a descrição de um povo. [...] Assim sendo, é uma maneira de estudar pessoas em grupos organizados, duradouros, que podem ser chamados de comunidades ou sociedades” (2008, p. 15). Para Rocha e Eckert a pesquisa etnográfica se constitui

no exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir) impõe ao pesquisador ou a pesquisadora um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele ou por ela observado através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta (ROCHA e ECKERT, 2008, p. 2).

O método etnográfico seria, então, o estudo de outro grupo/comunidade que o pesquisador não está devidamente inserindo, havendo, portanto, um choque cultural entre o pesquisador e o campo escolhido. O resultante da pesquisa, então, é análise desse objeto através da ótica do observador. A etnografia pode ser uma pesquisa tanto qualitativa ou quantitativa. Prodanov e Freitas (2013) classificam a pesquisa quantitativa como a tradução de opiniões e informações em números, dessa forma podendo analisá-las e interpretá-las. Um exemplo de pesquisa quantitativa, por exemplo, são as pesquisas eleitorais onde candidato X possui Y por cento de intenções de votos, com margem de erro. A pesquisa eleitoral é quantitativa por transformar as opiniões e informações sobre o assunto em dados gráficos. Segundo os autores, a pesquisa qualitativa sugere “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em número” (PRODANOV, FREITAS, 2008, p. 70).

É preciso ressaltar que a pesquisa etnográfica não é realizada exclusivamente com um grupo ou coletivo, mas também individualmente através de pesquisa de estudo de caso. Ainda segundo os autores Prodanov e Freitas (2013), o estudo de caso é a observação profunda e exaustiva de um objeto em particular.

A metodologia da pesquisa, então, é uma etnografia qualitativa, sendo o objeto um estudo de caso. Meu documentário é etnográfico e qualitativo porque, por meio da observação e entrevistas realizadas, analisei o universo no qual David está inserido.

3. SOBRE DERRUBAR PORTAS E NÃO ESPERAR JANELAS

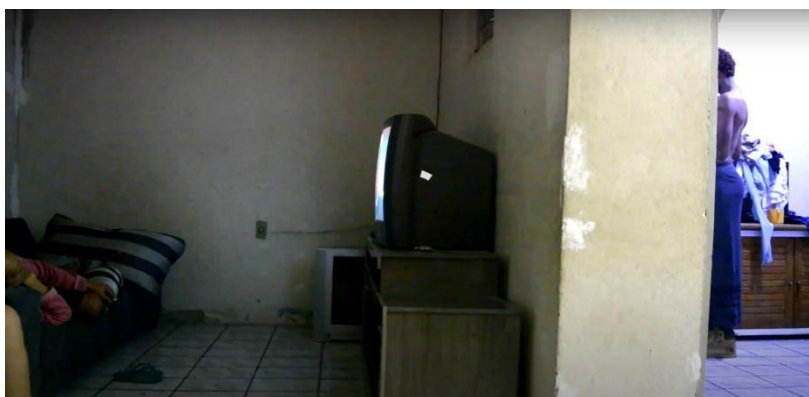


Figura 1 – David se montando no quarto, sua mãe deitada no sofá.

Até chegar ao David, pesquisei e tentei entrevistar outras drags da cidade. Enviei mensagens pelo o Instagram, que é uma rede social bastante utilizada pelos artistas para divulgarem as fotos e vídeos de suas drags. Poucas drags me responderam e algumas delas me deixaram no

vácuo. David foi o único que, depois que expliquei o teor pessoal que o documentário teria, aceitou me encontrar para uma conversa.

Eu acompanhei David Lucas e sua persona drag Lady Joe por dois meses, do fim de março até o fim de maio. Lembro a primeira vez que o encontrei para uma pré-entrevista e como ele foi aberto comigo de uma maneira que eu não conseguiria ser com alguém que nunca vi antes. Desde o primeiro momento sua franqueza me surpreendeu, mas também notei outras coisas: havia confusão, raiva e receio em seus olhos. O receio, claro, era sobre mim e de como ele ia expor sua vida para um estranho, expor sua família e a si mesmo. Mas, mesmo assim, ele engoliu aquele sentimento e seguiu em frente. Tempos depois ele me disse o porquê: “as pessoas precisam ver isso”.

David Lucas nasceu no dia 26 de outubro de 1999 (mesmo dia que eu, ano diferente) e foi entregue a uma realidade. Digo uma, porque no Brasil existem várias. A data de nascimento sempre foi significativa para ele: foi em um de seus aniversários que se montou pela primeira vez. Disse-me que a primeira vez foi ruim, foi algo que fez para se desviar da dor que sentia. Na verdade, só começou a gostar mesmo de se montar a partir da terceira vez, foi ali que tomou gosto pela coisa, pela revolta, pela catarse. Isso foi algo que eu notei desde o começo sobre sua drag, e algo que ele próprio me dizia constantemente, Lady Joe é sobre não se submeter. É sobre extravasar, tirar tudo de ruim, é uma terapia para ele.

Em *Performance Drag queen e devir artista* (2010), o pesquisador José Gadelha entrevista cerca de 50 drag queens sobre a arte da montagem e o que é ser drag. Ao entrevistar David, percebi uma semelhança com um trecho do artigo citado:

As drag queens costumam se identificar como sendo personagens. Segundo as próprias drag queens, elas são criadas por um outro agente, o intérprete da drag queen, que as viveriam em determinados momentos. Essa separação intérprete/personagem seria traçada por meio daquilo que as drag queens denominam como seu processo de transformação corporal-pessoal, a montagem (GADELHA, 2010, p. 12).

Essa diferença entre personagem e artista é algo que David separa de si, em uma das cenas iniciais do meu documentário ele destaca que “Eu ESTOU Lady Joe, eu não SOU Lady Joe”. Essa é uma das cenas iniciais do documentário por uma razão: é nesse momento que podemos ver a separação do artista e da drag, sua personagem. Mesmo sua vida sendo afetada pela persona drag, David não é Lady Joe. A drag serve seu propósito artístico e é deixada de lado pelo jovem, mas não totalmente. É possível ver aspectos da drag quando David está desmontado, sugerindo que essa identidade não é fixa. Na pesquisa de Chidriac e Oltramari, essa fluidez também é vista em seus entrevistados que

em alguns momentos, a identidade das personagens que representam é vivenciada e vivificada mesmo quando não estão montadas, demonstrando a fluidez da identidade. Isso geralmente ocorre em momentos de maior intimidade, quando se encontram em espaços privados, entre amigos e pessoas mais íntimas (CHIDRIAC, OLTRAMARI, 2004, p. 475).

Os autores também relatam que seus entrevistados são chamados, constantemente, pelos nomes de suas drags. Entrevistando David, ele também me fala isso, mas que tenta separar os dois momentos “Uma coisa é quando eu tô de boy, outra de drag, não dá pra ficar me chamando de Lady Joe quando eu tô de boy”. Mesmo tentando separar personagem e artista, a drag se faz presente em David em suas atitudes.

O primeiro dia que o acompanhei foi um sábado quente de março, fomos primeiro para o ensaio e depois para sua casa. Ele faz uma oficina de teatro com o grupo TEA (Teatro Experimental do Agreste), com o qual também participou de um espetáculo que o fez sair viajando pelo Brasil, o Auto da Compadecida. Depois do ensaio, descemos a pé até o centro da cidade, acompanhado de outras pessoas. De longe, pudemos ver uma tenda enorme montada no pátio de eventos Luiz Gonzaga: um circo internacional havia chegado à cidade. “Eu sempre sonhei em fugir com o circo, sabia? Desde pequeno”, me contou enquanto o resquício de sol batia em nossos olhos. Ao chegarmos no centro, pegamos o ônibus para seu bairro, um lugar periférico dentro da cidade. Já era noite quando entramos pela porta da sua casa e vi sua irmã mais velha e seu sobrinho. Ambos me cumprimentaram e fomos para o quarto de David. Lá, comecei a entrevistá-lo, mas estava sem luz alguma (ele havia estourado a lâmpada em uma de suas crises) e a única luz que entrava no lugar vinha da cozinha. Depois disso, ele foi se montar.

Gravei-o em pé, do lado de fora do quarto de sua mãe, enquanto ele se maquiava no espelho e me dizia que não aceitava grito de ninguém. Contava-me sobre seus relacionamentos amorosos e de como não era depósito de esperma de ninguém. Sua mãe então abre a porta da casa e entra. Ela me dá boa noite ao me ver e David nos apresenta, dizendo que sou o rapaz que ele tinha falado do documentário. Ela fica calada e vai arrumar suas coisas.

Estou esperando Lady Joe sentado no sofá de sua casa. A mulher da voz de nicotina, sua mãe, está deitada em outro sofá, fumando um cigarro. David implora pela ajuda da mãe para arrumar sua roupa, ela permanece deitada. Ao longo do dia, ele havia me dito várias vezes que estava cansado, mas que tudo bem porque sua mãe iria ajudá-lo a se montar hoje. Ela estava cansada e permaneceu deitada no sofá, com seu cigarro na mão. Enquanto isso, David tentava costurar balões vermelhos em um tecido, para amarrá-lo em sua cintura.

Quanto à estética e a própria personalidade da drag, a meu ver, David se aproxima bastante do camp. Tema do Met Gala de 2019, o camp, além de um conceito estético, é também um tipo de comportamento.

O termo camp aponta para uma sensibilidade e uma estética marcadas pelo artifício, pelo exagero, presente no interesse por ópera, melodramas e canções românticas. O camp se situa no campo semântico de ruptura entre alta cultura e baixa cultura, como o kitsch, o trash e o brega. Como comportamento, a palavra remete à fecheação, ou seja, ao homossexual espalhafatoso e afetado, ao transformista que dubla cantores conhecidos, tão presente em boates e programas de auditório, não só como clichê criticado por vários ativistas e recusado no próprio meio gay, quando se deseja firmar talvez um novo estereótipo ou, pelo menos, uma imagem mais masculinizada de homens gays, mas como uma base para pensar uma política sustentada na alegria e no humor, como alternativa ao ódio e ao ressentimento (LOPES, 2006, p. 384).

Em seu comportamento, David adentra no estilo camp por ter uma personalidade forte, por ser performático. O camp também é sobre ser transgressor dentro do contexto social em que se está inserido, e, inegavelmente, David é. Além de comportamental, ele também traz questões estéticas transgressoras dentro da cidade. A estética drag dentro de Caruaru é a alusão ao corpo curvilíneo da mulher e ser extremamente feminina. O próprio David reconhece a estranheza da sua drag em comparação a essa estética “Eu me monto de barba, eu não uso salto, não uso padding, acho que sou a drag mais estranha de Caruaru”. O camp, portanto, estaria presente em seu contexto pela forma que David o utiliza, inconscientemente, para se diferenciar de outras drags da cidade.

Algumas semanas depois, estávamos novamente esperando o último ônibus da linha para irmos até o Metal Beer, bar aqui da nossa região. É o lugar que ele mais frequenta, sentado na praça perto do bar. Aconteceu um imprevisto: o motorista nos furou. Decidimos andar até o bar, então. Quase 3km de distância. Minha apreensão era alta, mas era o único jeito de chegarmos até lá. Não tínhamos dinheiro para um uber. A câmera ficou na minha mochila e meu celular permaneceu dentro do bolso. Ao longo do caminho aconteceram várias coisas. Um carro passou com um homem gritando “É um boneco de Olinda, é?” que David respondeu com um sonoro “Tua mãe”. Nós entramos em uma rua e tinham três pessoas conversando na calçada, elas correram para dentro quando nos viram. Um cara bêbado parou em nossa frente e ficou nos encarando até, finalmente, ir embora. “Se eu tivesse sozinho os carros estariam parando pra perguntar quanto é o programa”, ele me disse enquanto andávamos, “eu nunca aceitei, claro”. “Não mesmo?”, perguntei por sentir que ele escondia algo. “Bem, já peguei algumas caronas, quando eu tinha uns 14 anos, mas nunca rolou nada demais”.

Nesse dia, ao atravessarmos o pátio de eventos, com a tenda enorme do circo, ele estava alegre. Nem parecia que havíamos caminhado mais de 2km, à noite, sozinhos. Ele pulava, rodopiava, e ria enquanto conversava comigo. “Quando eu comecei me chamavam de drag de circo, sabia?”. Alguns segundos depois encontramos uma mulher morena, de salto alto, que estava saindo de um dos trailers que ocupavam o espaço. Lady Joe se aproximou dela.

Lady Joe – Oi, moça, boa noite.

Moça – Boa noite, que linda você.

Lady Joe – Ai, brigada. Moça, cês tão aceitando currículo?

Moça – Olha, não sei te dizer. Cê tem que procurar o responsável pra se informar.

Eu – É o sonho dele fugir com o circo.

Lady Joe – É o meu sonho.

Moça (rindo) – Então vamo simhora.

Ele estava cabisbaixo e de cabeça raspada, da última vez que o vi. Havia parado de se montar fazia 2 semanas e se sentia confuso. Conversamos sobre suas indecisões, sobre seu futuro. “Hoje eu tô muito pra baixo, não posso voltar a ficar mal”, ele repetiu essa frase além das minhas contas durante esse dia. Ele é bastante preocupado com sua estabilidade mental, em janeiro de 2019 ele saiu do internamento e é acompanhado 3 vezes por semana, em uma terapia grupacional. As variações de humor de David foram algo que quis mostrar no filme. Para isso me preoquei com o tipo de montagem que utilizaria no documentário. Segundo Renó, a montagem é

uma modalidade fundamental para a narrativa, ela estabelecerá uma interdependência de todas as expressões ao agir, através do corte, como transformadora das materialidades. Nessa perspectiva, o corte parece ser o fator que trabalhará o material fotográfico, como também o ordenamento do material sonoro, moldando relações e associações que integrarão a narrativa [...] (RENÓ, 2008, p. 83).

A montagem é parte fundamental do cinema, que é uma arte que se difere justamente por esse controle ao tempo. Partindo disso, tentei criar uma montagem não-linear, tentando seguir a própria personalidade de David, uma pessoa com altos e baixos emocionais. A montagem não-linear pode ser percebida ao vermos David com tamanhos diferentes de cabelos e na própria apresentação de sua mãe e irmã. Geralmente, as apresentações de algum personagem se dão no começo: Eu sou Fulana, tenho X anos. Tentei fazer o contrário: apresentei, primeiro,

as falas das mulheres em relação à David e, depois, qual o grau de parentesco entre os personagens. É apenas através da montagem que essa brincadeira temporal é possível, fazendo com que o filme fique cada vez mais parecido com a psicologia de seu protagonista.

Esse processo de montagem começou com análise de todo o material coletado, assistindo e reassistindo para saber o que era utilizável ou não para a proposta do filme. A partir disso, tentei representar David da melhor maneira possível, não dando um papel de vítima a ele, mas, sim, um papel de dono e narrador da própria história. É importante, quando se faz um documentário sobre uma pessoa que tem uma situação de vida vulnerável, tomar cuidado para não reforçar certos discursos, já que o próprio cinema é pensado

não apenas como uma máquina de registrar imagens do cotidiano, mas como elemento ordenador de um discurso que, muito mais do que mostrar imagens em movimento, serve também para organizá-las, inaugurando uma forma de discurso próprio [...] (CODATO, 2010, p. 49).

Partindo disso, tomei cuidado para não apresentar David como uma vítima da realidade em que ele estava inserido, gerando situações que pudessem reforçar discursos violentos, mas que, mesmo assim, mostrasse que ele está em uma situação vulnerável, assim como outras pessoas LGBTQ+ aqui no Brasil, por conta de quem é. Veja bem, a violência é algo presente na vida de David, mas não é isso que o define, sobrevivente ou vítima não são, nem de longe, umas das palavras que eu usaria para definir quem David é. Além disso, o cinema

ao longo de sua história, instituiu valores e representações que contribuíram para definir a rigidez dos papéis dicotômicos entre hetero/homo, homem/mulher e masculino/feminino, reapropriando-se das relações do poder falocêntrico, heteronormativo e patriarcal (NEPOMUCENO, 2009, p. 03)

Essa desconstrução de representação começou a mudar depois do Cinema Queer, movimento cinematográfico que foi ocupado pelas pessoas LGBTQ para criarem filmes e séries com representações fiéis do público. A posição de poder ocupada pelas pessoas LGBTQ é uma mudança no cinema, seja ficcional ou documental, e as drag queens ocupam um importante papel por justamente borrarem os limites do masculino e feminino, do que é ser homem e mulher. Documentar uma drag queen é registrar a mudança que esse ser traz ao seu redor, e ao mundo, quando decide performar ou simplesmente sair na rua.

Uma semana depois de eu conhecer sua mãe, ao vê-lo para mais uma entrevista, ele parou para me agradecer. Eu fiquei confuso “Agradecer? Pelo quê?”. Ele sorriu, “mainha tá sendo mais paciente com minha drag agora, é por causa desse documentário”. Esse agradecimento ficou em minha cabeça durante todo o resto da gravação. Dei-me conta de que não estava apenas registrando o mundo dele, mas também o modificando com minha presença. No mesmo dia que

o ônibus nos furou, ele comentou que sua mãe havia perguntado sobre mim, sobre minha sexualidade. Ela disse “tá vendo, David? Ele sabe se portar, não é tão escandaloso feito você, é educado, chega aqui, entra e sai”. Eu imaginei sua voz de nicotina em meus ouvidos ao escutar ele me contar a história. Foi a mesma voz que me disse, no dia que pedi para entrevistá-la em frente a câmera, “é melhor não, não tenho nada bom pra dizer”. Mesmo com toda aquela atitude, aquela mulher nunca deixou de ajudá-lo. Não o impedia de vestir roupas de mulheres e se maquiar dentro de sua casa. Às vezes, pequenos atos de amor superam palavras ásperas.

David Lucas não vive em uma realidade fácil. E sua atitude nunca foi aceitá-la, abaixar a cabeça e ficar quieto enquanto o mundo à volta dizia que sua existência não estava correta, que ele não podia pintar as unhas, que ele não podia ser afeminado, que ele não podia. Bravamente, David ergueu sua voz, sua cabeça, seu punho. Sobreviveu a pedradas oriundas de um grupo de moleques, sobreviveu a um grupo de homens armados dentro de um carro, sobreviveu a si mesmo. E continuou a se montar, continuou a ser quem é, não importasse o preço.

É um comum ditado de que quando uma porta se fecha, uma janela se abre. Algumas portas para ele nunca se abriram, ficaram emperradas por conta de sua classe social, sua pele. Ele não esperou uma janela se abrir. David resolveu derrubar as portas aos chutes.

4. CONCLUSÃO

Ser uma drag queen é bem mais do que vestir uma roupa, colocar uma peruca e performar músicas. Ser uma drag queen é um ato político que interfere em vários aspectos da vida do (a) artista. No caso de David, ser uma drag queen é um processo terapêutico, no qual ele extravasava os sentimentos ruins que carrega dentro de si. E a sua persona feminina faz tudo o que ele próprio não faz normalmente. A interferência da arte vai além do campo artístico e perpassa o emocional.

Também perpassa pela camada familiar e pelos amigos. A mãe biológica de David não aceita que ele se monte, acha que é um “desserviço” ele se expressar daquele jeito. A irmã, ao contrário, ajuda-o a se montar e fica preocupada quando ele sai. A mãe adotiva, mesmo com suas palavras ferrenhas, não o impede. Ao acompanhá-lo montado, várias pessoas o param para cumprimentá-lo. Homens héteros, senhoras idosas, até mesmo uma menina de 7 anos pediu para tirar uma foto, um dia.

Ao longo do acompanhamento, ficou claro como Lady Joe é uma parte importante de sua vida, mesmo que nem sempre esteja presente. “Lady Joe para mim é sobre ir e vir”, contou-me ele em uma das entrevistas. Ser uma drag queen mudou a vida de David e a de todos ao seu redor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTAFINI, Thiago. *Cinema documentário brasileiro: evolução histórica da linguagem*. Portugal: Revista de Recensões de Comunicação e Cultura. 1999.
- AMANAJÁS, Igor. *Drag queen: um percurso histórico pela arte dos atores transformistas*. Minas Gerais: Revista Belas Artes, ano, v. 6, 2014.
- ANGROSINO, Michael. *Etnografia e observação participante: coleção pesquisa qualitativa*. São Paulo: Artmed Editora, 2009.
- CODATO, Henrique. Cinema e representações sociais: alguns diálogos possíveis. *Verso e Reverso*, Porto Alegre, v. 24, n. 55, p. 47-56, 2010.
- CYSNEIROS, Adriano. *Da transgressão confinada às novas possibilidades de subjetivação: resgate e atualização do legado Dzi a partir do documentário Dzi Croquettes*. Salvador: UFBA, 2014.
- DOURADO, Rodrigo Carvalho Marques. *Mulheres com H: estereótipos ambivalentes, representações tensionadas e identidades queer no programa de TV Papeiro da Cinderela*. Recife: UFPE, 2009.
- GADELHA, José. *Performance drag queen e o devir artista*. 27ª Reunião Brasileira de Antropologia. Belém, 2010.
- JESUS, Jaqueline Gomes. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012.
- LOPES, Denilson. Cinema e gênero. MASCARELLO, Fernando. *História do cinema mundial*. São Paulo: Papirus, p. 379-393, 2006.
- NEPOMUCENO, Margarete Almeida. O colorido cinema queer: onde o desejo subverte imagens. *Anais do II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais*, 2009.
- NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. São Paulo: Papirus Editora, 2005.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Rio Grande do Sul: Editora Feevale, 2ª Ed. 2013.
- RENÓ, Denis Porto. A montagem audiovisual como base narrativa para o cinema documentário interativo: novos estudos. *Revista Latina de Comunicación Social*, Espanha, v. 11, n. 63, 2008.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. *Iluminuras: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais*.



Diálogos

A ESCRITA DAS SENSações EM LAVOURA ARCAICA, DE RADUAN NASSAR E LAÇOS DE FAMÍLIA, DE CLARICE LISPECTOR

GIBRAN AYUB¹

Uma das marcas da literatura brasileira contemporânea – termo que engloba as produções literárias do final do século XX até a atualidade – é, sem dúvida, o tom intimista de suas narrativas. Isto é, dá-se, nesse novo desdobramento da ficção nacional, maior atenção às experiências pessoais do indivíduo frente ao mundo e às sensações que tem ao vivenciá-las; é o que Schøllhammer (2009, p. 106-107) chama de “uma acentuada tendência em revalorizar a experiência pessoal e sensível como filtro de compreensão do real”.

Nesse cenário, emerge uma escrita que busca, cada vez mais, descrever essas sensações vividas pelo indivíduo, as quais parecem anteriores à própria linguagem e, por isso, relutam em caber no que as palavras podem explicar. É notável, assim, o uso que determinados autores fazem de construções imagéticas que chegam a flertar com o surreal, em uma tentativa de alcançar essa descrição que se impõe como aparentemente impossível de ser feita com palavras – ou, pelo menos, com o significado corriqueiro que se atribui a elas. É sobre esse aspecto da escrita ficcional do final do século que o presente ensaio se debruça, analisando a ocorrência dessas imagens no romance *Lavoura arcaica* (1975), de Raduan Nassar, e nos contos de *Laços de família* (1960), de Clarice Lispector. A leitura feita aqui aponta, então, para esse estabelecimento de relações semânticas diferentes do que comumente se faria, criando, dessa forma, novos efeitos de sentido, a fim de alcançar-se a descrição desses sentimentos tão difíceis de se nomear.

Lavoura arcaica nos apresenta André, narrador-personagem perseguido pelos fantasmas do árduo trabalho na lavoura, da rigidez moral e religiosa do pai e da atração incestuosa que sente pela irmã Ana. André convive, ainda, com a epilepsia, condição que o faz referir-se a si mesmo como “um possesso”, alguém que “traz o demônio no corpo” (NASSAR, 2018, p. 40), devido aos episódios de crises epiléticas que sofre. Ao longo de todo o livro, André é referido como alguém que traz certa mácula dentro de si, e, nesse sentido, a imagem simbólica da epi-

1 Graduando em Letras - Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: gibrana.a.yub@gmail.com.

leptia funciona bem para corroborar essa ideia, se levarmos em conta a concepção que, inicialmente, se tinha da doença, de que uma pessoa acometida por uma crise epilética estaria, na verdade, sendo possuída por espíritos. O primeiro capítulo do romance já aponta para esse caráter *corrompido* do personagem, que abre a narrativa em pleno ato masturbatório, o que, sob certa ótica, pode ser considerado pecaminoso, blasfematório até, em especial quando praticado no “quarto *catedral*” (NASSAR, 2018, p. 7, grifo meu).

Um personagem sob tais condições vivencia, portanto, sensações profundamente viscerais, brutas, cruas, que só poderão ser transpostas para a linguagem por meio da construção de uma imagem igualmente visceral, bruta, crua. Uma dessas imagens mais marcantes aparece quando, ao pensar na mãe, André é acometido por evidente mal-estar:

[...] e senti também, pensando nela, que estava por romper-se o fruto que me crescia na garganta, e não era um fruto qualquer, era um figo pingando em grossas gotas o mel que me entupia os pulmões e já me subia soberbamente aos olhos, mas num esforço maior, abaixando as pálpebras, fechei todos os poros [...] (NASSAR, 2018, p. 37).

Sensação similar é a descrita em meio a uma discussão explosiva com o irmão, quando André descreve o próprio corpo com profundo nojo: “[...] eu, que tinha na pele a gosma de tantas lesmas, a baba derramada do demo, e ácaros nos meus poros, e confusas formigas nas minhas axilas, e profusas drosófilas festejando meu corpo imundo” (NASSAR, 2018, p. 108). Em ambas as passagens, o narrador precisa recorrer a imagens fortes e até verdadeiramente repugnantes, em uma tentativa de tornar visível o sentimento que o acomete, através de uma linguagem que não denomina propriamente os sentimentos tais como o conhecemos, como a sensação surreal de um figo cujo caldo preenche os pulmões, impelindo-o ao esforço impossível de “fechar os poros”, ou do corpo coberto por vermes, como seria o de um cadáver. É preciso recorrer a tais imagens para transmitir com efeito o caráter arrebatador dessas sensações, uma vez que elas evocam, no leitor, algo que a imagem simplória de um “mal-estar”, por exemplo, não seria capaz.

Quando entramos em contato com o âmago desse narrador, imagens de igual força descortinam a atmosfera onírica de sua mente, como quando, ao fechar os olhos para rememorar certa ocasião, o narrador nos diz que “Fundindo os vidros e os metais da minha córnea, e atirando um punhado de areia pra cegar a atmosfera, incursiono às vezes num sono já dormido, enxergando através daquele filtro fosco um pó rudimentar” (NASSAR, 2018, p. 62). Ou, ao contrário, quando deixa esse entre-lugar da memória, do pensamento, do sonho, essa dimensão além do plano físico à qual sua consciência é levada e da qual retorna ao decorrer de toda a narrativa, também tais imagens se fazem presentes: “mal saindo da água do meu sono, mas já sentindo as patas de um animal forte galopando no meu peito” (NASSAR, 2018, p. 87) e “não era

acaso um sono provisório esse segundo sono, ter minha cabeça coroada de borboletas [...]? quanta sonolência, quanto torpor, quanto pesadelo nessa adolescência!” (NASSAR, 2018, p. 70). Todas essas imagens, retratos de eventos impossíveis, típicos apenas do plano surreal dos sonhos, ajudam a descrever essas sensações tão carnis do personagem e tão características do âmbito íntimo, permitindo ao narrador dizer que “eu já não estava dentro de mim” (NASSAR, 2018, p. 97), ou que via “com espantosa lucidez as minhas pernas de um lado, os braços de outro, todas as minhas partes amputadas se procurando na antiga unidade do meu corpo” (NASSAR, 2018, p. 188). De fato, as sensações que vivencia são de tal modo arrebatadoras que precisam ser deslocadas para *fora* do corpo, como se isso fosse possível, como se o sensível se desse em uma dimensão outra que não a da matéria, a fim de buscar compreendê-las ao menos minimamente.

Não muito diferente disso é o efeito causado pelos contos de *Laços de família*: em cenas enganadoramente prosaicas, que, à primeira vista, poderiam ser interpretadas como simples, corriqueiras, uma vez que são ambientadas em meio aos mais comuns elementos do cotidiano, como uma ida ao mercado, o leitor se depara com reflexões profundamente introspectivas, questionando o mundo, as pessoas e a própria existência. O narrador, dessa forma, conduz o leitor a compartilhar com os personagens as mais avassaladoras sensações decorrentes dessas reflexões, num exercício de empatia tão real que quase dói.

Já no primeiro conto da coletânea, o leitor entra em contato com as sensações delirantes da protagonista de “Devaneio e embriaguez duma rapariga”; embora narrando em terceira pessoa, o narrador de Lispector nos faz sentir o que a personagem sente de tal forma que é como se, mais do que dentro de sua mente, estivéssemos *sob sua pele*. A personagem, em verdade, sente *muito*, quase em excesso, “e tudo quase doía” (LISPECTOR, 1998, p. 16). O impossível figura novamente aqui, como em Nassar, para descrever as sensações que acometem o corpo físico mas que não podem ser explicadas dentro das leis da matéria:

Se conseguisse chegar mais perto de si mesma, ver-se-ia inda maior. Cada braço seu poderia ser percorrido por uma pessoa, na ignorância de que se tratava de um braço, e em cada olho podia-se-lhe mergulhar dentro e nadar sem saber que era um olho. E ao redor tudo a doer um pouco. [...] ela sabia muito bem que isso inda não era nada. Que nesse momento lhe estavam a acontecer cousas que só mais tarde iriam a doer mesmo e a valer: quando ela voltasse ao seu tamanho comum, o corpo anestesiado estaria a acordar latejando e ela iria pagar pelas comilanças e vinhos. (LISPECTOR, 1998, p. 16)

Mais uma vez, a sensação precisa ser deslocada para fora do corpo para poder ser compreendida e explicada, já que a personagem sequer consegue “chegar mais perto de si mesma”. O sentimento vivenciado por ela parece ser anterior à própria linguagem, e, portanto, não há palavra que o nomeie; é mais do que o mal-estar ou a fadiga causados por uma simples ressaca,

é um sentimento sobretudo existencial que apenas se concretiza na tangibilidade do que se conhece por ressaca, mas que, em realidade, é muito maior e muito mais complexo. Essa imagem, tão inaugural, é a mesma que se vê na “gargalhada vinda da profundidade daquele sono, e da profundidade daquela segurança de quem tem um corpo. [...] E aquela maldadezinha de quem tem um corpo.” (LISPECTOR, 1998, p. 13), como se fosse possível algo como sentir sem habitar um corpo.

Também Ana, a protagonista de “Amor”, vivencia tamanha consciência de si e a respeito do outro que tal sentimento a arrebatava, desnorreia-a, fazendo-a repensar toda a existência. Isso se dá quando, ao desembarcar de um bonde no Jardim Botânico, a personagem adentra outro mundo, outro estado de consciência, que a faz encarar o seu próprio: “De onde vinha o meu sonho pelo qual estava rodeada? Como por um zunido de abelhas e aves. Tudo era estranho, suave demais, grande demais.” (LISPECTOR, 1998, p. 24). Em pouco tempo, o jardim no qual se encontra se confunde com um mítico Jardim de Perséfone², desafiando-a, colocando-a à prova, fazendo-a sentir tudo e com muita força: “As árvores estavam carregadas, o mundo era tão rico que apodrecia. Quando Ana pensou que havia crianças e homens grandes com fome, a náusea subiu-lhe à garganta, como se ela estivesse grávida e abandonada.” (LISPECTOR, 1998, p. 25) Como se vê, a capacidade da personagem de se deslocar à posição de outrem e experimentar sensações tão intensas – que, normalmente, seriam alheias a ela – é tanta que se torna física; é isso que essas imagens tentam materializar: sentimentos tão profundamente *sentidos* no plano psicológico que acabam refletidos no físico. Como é próprio das emoções, chegam a ser inclusive contraditórias, em conflito dentro da personagem: “Era fascinante, e ela sentia nojo.” (LISPECTOR, 1998, p. 25).

Todas essas sensações, enfim, ilustram bem o intimismo característico da literatura contemporânea, que, entre outros fatores, lança luz sobre um sujeito pós-moderno que se vê fragmentado e deslocado do mundo em que se situa. É o que nos diz Tezza (2018, p. 74): “[...] esse olhar do indivíduo passou a ser o centro absoluto do mundo. Parece que todos os fios que o ligam ao mundo exterior e que o deixam em pé estão mais ou menos rotos, com lacunas tremendas”.

2 Na mitologia grega, o Jardim de Perséfone situava-se no Hades, o submundo, e exibia flores magníficas e frutas suculentas. Era um lugar, contudo, de provação: o visitante que ousasse colher uma flor ou morder um fruto estaria condenado a passar a eternidade preso no Jardim. A analogia feita aqui se vale da semelhança entre o fascínio exercido pelo Jardim Botânico de Lispector e pelo mítico Jardim de Perséfone, bem como do caráter probatório de ambos. A passagem “O Jardim era tão bonito que ela teve medo do Inferno.” (LISPECTOR, 1998, p. 25) também parece apontar na mesma direção.

Num cenário como esse, parece fundamental que, numa tentativa de compreender as sensações que arrebatam o indivíduo (e, por consequência, de ele próprio buscar entender a si mesmo), a narrativa explore ainda mais a fundo a experiência das sensações. Para isso, como se viu, será necessário que o narrador recorra às sensações (extra)corpóreas e ao impacto da imagem, de modo a transmitir ao leitor aquilo que com tanta força acomete o personagem, como é o caso do conturbado André, de Nassar, e de Ana e a “*rapariga*”, arrebatadas pela emoção, de Lispector.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LISPECTOR, C. *Laços de família*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

NASSAR, R. *Lavoura arcaica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHØLLHAMMER, K. E. *Ficção brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

TEZZA, C. Literatura e psicanálise. In: TEZZA, C. *Literatura à margem*. Porto Alegre: Dublinense, 2018, p. 63-83.

ME DIZ, COM O QUÊ QUE CÊ SONHA?

MARINA PUZZILLI COMIN¹

Qual a importância do sonho na criação e transformação da realidade? Ailton Krenak diz que em muitas culturas a experiência do sonho não se limita ao dormir e sonhar, mas é percebida como um exercício de buscar no sonho respostas e orientações para nossos dilemas e decisões do cotidiano “acordado”. O sonho traz uma abertura de sentidos e perspectivas para pensar um amanhã diferente do ontem, para imaginar uma vida outra. Ele fala sobre o sonho como uma “suspensão do céu”, um exercício de ampliação do nosso horizonte existencial quando a sensação de que céu e terra estão próximos demais for sufocante. Uns têm tempo para sonhar, outros só vivem acordados, e mais tantos têm a vida interrompida no meio do sonho. O mecanismo que nos quer rodando nessa dança sem graça e violenta quer acabar com os sonhos:

“Pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente poder contar mais uma história.” (KRENAK, 2019. p. 14)

Essa obra surge com a motivação de se fazer viver os sonhos, de resgatar esses contos, então: Me diz, com o quê que cê sonha?

Informações: Aquarela, caneta Posca e caneta nanquim sobre papel Canson 224 g/m² formato A5. Marina Puzzilli Comin, 16/10/2020.

1 Aluna do Bacharelado em Ciências Sociais na Universidade de Brasília (UnB).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. Editora Companhia das Letras, 2019

DUAS VIDAS

REJÚMILY VIRGÍNIA BRITO DA SILVA¹

Aos amigos e conhecidos, aos familiares, parentes, desafetos e amores proibidos, não me chamem mais pelo meu primeiro nome, pois aquela que vocês conheciam, morreu. Eu sei que por fora ainda pareço ser ela, mas por dentro está tudo mudado, não sou mais quem fui no passado. Talvez eu carregue alguns resquícios da falecida, tudo bem, que mal tem? E desculpem-me por não anunciar o velório, mas não seria mais de grande relevância a presença de ninguém, nesse momento, porque em todos os anos em que ela esteve viva, nunca foi sequer lembrada pela maioria de vocês, quiçá visitada. Guardem as condolências, poupem o fôlego, assim como pouparam seus preciosos segundos para outras coisas mais agradáveis e convenientes. Aos que se preocupam com perdão, despreocupem-se nesse instante, não resta mais tempo para que ela lance mão de tal afável e nobre ato, porque a mesma já está desencarnada. E antes que me perguntem a causa da morte, me adiantarei dizendo que ela morreu várias vezes, mas a derradeira vez foi dormindo, depois de derramar a sua última lágrima e fazer a sua última prece. Entre o período do seu nascimento e da sua morte final, ela morreu um pouquinho todos os dias, incontáveis vezes, até aquele instante fatídico.

Dentre tantas causas, posso citar a vez que morreu por ela mesma, quando mal conseguia levantar da cama ao amanhecer do dia. Teve a morte pelas circunstâncias desfavoráveis da vida, quando lutava uma batalha com um exército de uma só. E, também, em consequência de algumas pessoas que tinham no lugar da língua uma faca de dois gumes. Mas essas não eram mortes relevantes, pois ainda nem sequer era setembro, não havia motivos para solicitudes. E assim seguiu, sem ânimo e definhando, como se alguma mazela crônica consumisse seus miolos, tamanha era a anedonia...

Depois que voltei da missa de sétimo dia, deparei-me com a estranheza e a agonia que é estar sem uma parte de mim mesma. Mas, felizmente, há algo que me suscita certo consolo, uma vez que, antes de ir, ela voltou-se para mim, afagou suavemente meus cabelos, olhou nos meus olhos pelo reflexo do espelho, e me disse que eu era uma mulher com uma sorte incomum, pois eu havia nascido com duas almas em um único corpo, tive duas vidas alimentadas por um só

1 Graduada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Contato: rejumily@hotmail.com.

coração. E em um tom melancólico, esmorecido e com um quê de frustração, ela ainda me aconselhou a pegar um novo caminho, algo completamente distinto do que ela havia seguido. E assim farei (ou ao menos tentarei).

Por fim, desculpou-se brevemente comigo, com ela própria, com nós duas. Daí em diante, logo pela manhã, tomo três gotas da confiança e da esperança que ela depositou em mim antes de partir, mas não vou negar que, da mesma forma que ela morreu, também temo morrer, porque desde que a sepultei, venho desfalecendo dia não, dia sim até aqui.

E o que me apavora, mas na mesma medida me faz arriscar até meu último fio de cabelo e me faz considerar fazer o que ela nem sequer cogitou por estar aprisionada a traumas, medos e juízos de valor, é saber que dessa vez não terá mais volta. Saber que quando eu for, será pra valer, pois não tenho um terceiro nome, tampouco existe uma terceira de mim. Agora, de fato, tenho somente uma única chance para viver e não apenas sobreviver.

Por isso, então, mudem vossos cumprimentos para comigo. Troquem aquele "até logo" pelo "adeus" e o "olá" por "prazer em conhecer você". E, por obséquio, não ousem falar em mudança repentina, nem estranhem em demasia por não mais me reconhecerem, porque sou assim agora, sou essa, sou uma parte nova de mim mesma que apresento-vos com imenso prazer.

POESIAS AFROFUTURISTAS

ILVANIA BARBOZA DE SOUZA¹

VEJO

Meu mundo é um anagrama!
Não clareio o futuro,
Pois beijo a escuridão.
Vejo o vento que vem vindo,
Vejo a vida na contramão.
Suas palavras dão sentido ao meu universo
E no dicionário um escritor me diz:
Branco é pureza
Branco é sereno
Branco é feliz
Mas na realidade eu vejo o inverso!
Vejo preto reluzente
Vejo preto vestindo meu caminho
Vejo preto no presente
Vejo os pretos que estão evoluindo
Vejo preto na beleza
Vejo pretos como Machado de Assis
Vejo preto na realeza
Mas não vejo preto no que esse autor me diz.

PELE

Sobre a pele preta
Os olhares de desdém
A credibilidade que não vem
A desconfiança que se tem
A simpatia de ninguém
Sob a pele preta

1 Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: Ilvania07barboza@gmail.com.

A resistência que se reproduz

A luta que se mantém

A melanina que é a luz

A fantasia de ir além

Externo a pele preta

A violência de todos os dias

Interno a pele preta

O sentimento de alegria

Sem a pele preta

Ódio e competição

Com a pele preta

Amor e compaixão.

O pincel branco pintou no preto suas dores.

Fez do escuro o ruim, fez a vida ficar sem cores,

Mas a poesia cria sabores,

Sensações que do branco afastará

Suas mágoas e rancores.

FORMAÇÃO

A escuridão esculpe sua admirável beleza

E a penumbra une cada fração de seu ser.

O universo se curva ante a sombra magnífica de sua natureza

As trevas que antes fora rejeitada agora te compõe,

Projeta-se serena na atmosfera

Preto que filtra todas as cores,

Lança sobre o universo transformações

Molda, muda seus valores

Garante sua essência, com divinas feições

Cada fração do seu ser és belo e harmônico

Como a canção do universo,

Seus traços, seu ser e seus gestos.

UM CAMINHO

Ei, menina não se sinta tão pequena assim

O universo é grande, mas cabe dentro de mim
Às vezes eu só quero gritar bem alto para que o mundo inteiro possa ouvir,
Mas as vezes o silêncio tem o conforto de um abraço
E eu só quero ele aqui.
O mundo está de pernas para o ar
Ou eu quem entendi errado
Às vezes eu não quero me levantar,
Mas as vezes algo me deixa animado.
Esse algo eu ainda não sei bem o que é,
Talvez seja a alegria de um som
Ou talvez seja o que eu quiser
Às vezes eu sei o que eu quero,
Mas as vezes me sinto perdido
Viver um sonho é o que eu espero
Na esperança de não estar confundido
Mas as vezes é tão difícil criar sonhos
E dizem pra gente criar objetivos
Dê sonhos vou ilustrando meu caminho
Espero não estar me iludindo
Poetas são assim!
Verdadeiros fingidores
As vezes finjo pra mim
Que na vida há sabores
Finjo que tudo está bem
Quando tudo vai mal
Finjo que te quero meu bem
E que esse espetáculo de horror é normal
Mas isso todo mundo faz, não tem nada de especial!
Mas poeta é mais sagaz
E brinca com essa moral.

QUADROCÔMODO

JANIELE MARINHO¹

Se você soubesse não ficaria. Veja, em cada cômodo um quadro, nos quadros estão esses emaranhados que não dizem nada. Outro dia uma visita perguntou o porquê da existência dessas coisas que não dizem nada e nem são bonitas, disse que não enxergava nada além de uma tremenda confusão, um monte de rabiscos, parecendo até os rabiscos que a sobrinha de três anos faz pelas paredes, papéis ou qualquer superfície em que o lápis possa riscar.

– É, não dizem nada.

Pois bem, não significam nada e ao mesmo tempo tudo. Existe barulho ali, de fato é confuso, de fato parece ser nada; mas observe cada linha que sobe, desce, dá voltas, veja as direções que a linha percorre. Não entendo de arte. Não entendo. Pode não significar nada, mas veja, quando fixo o olhar em qualquer destes quadros escorre uma lágrima do meu rosto. Não entendo. De fato, não é bonito. O que expressam não sei. O autor, ali, em letras miúdas no canto inferior esquerdo. Não sei quem é, nunca ouvi falar, de fato não sou atendida nessas coisas atendida, é assim que falam hoje em dia, não é? ou não é mais isso? tanto faz.

– Por que os comprou? Posso lhe apresentar com algum quadro, algo mais colorido combinaria bem mais com esses cômodos. – Disse a visita certo dia.

Veja, os quadros foram "herdados", na verdade deixados aqui pelo antigo inquilino. Soube pelos vizinhos, quando visitei para alugar, que ele havia sido internado em um hospital psiquiátrico, a irmã retirou a maioria das coisas, mas deixou resquícios do antigo morador. Resolvi deixar os quadros porque não tinha outros para substituir e só de pensar nos buracos à vista sinto calafrios, não gosto das paredes com furos e pregos a mostra, é como uma torneira pingando, entende? Tanto faz que entenda ou não. Não gosto.

– Talvez eu compre outros, mas agora prefiro deixá-los aí. Se não dizem nada por que diabos vou me incomodar com isso agora?! Você deveria deixar isso pra lá também, não olhe tanto pra eles.

Fato é que resolvi deixar os quadros. Veja, não sei por que a lágrima escorre. Os quadros me evitam um incômodo maior – os furos pelas paredes eles escondem. Poderia substituir, mas agora já não quero mais. A ideia de jogar no lixo algo que pertencia a alguém não me cativa tanto. Prefiro que fiquem.

1 Graduada do curso de Letras pela Universidade Santo Amaro (UNISA). Contato: janielemarinho@hotmail.com.

O que os quadros mostram não é relevante, não me incomodam, não tanto quanto os furos pelas paredes. É certo que, às vezes me pego a pensar naquelas linhas que sobem, descem ou o contrário; quem fez pode ter feito com que as linhas descessem primeiro para que depois subissem, dessem voltas... Tanto faz. Veja, aquelas linhas me tiram algumas lágrimas quando as olho fixamente, mas não tem importância, não entendo. Já os furos nas paredes, esses são muito mais incômodos.

Outra visita me disse que são estranhos, me perguntou onde tinha comprado. Disse que já estavam aqui quando cheguei e não tive coragem de expulsá-los e que os pregos e os furos por eles deixados me incomodam muito mais do que quadros que não dizem nada. Estranho?! Há algo familiar neles. Não contei do antigo morador. A visita me era estranha demais, quis que fosse embora logo. Talvez agora não volte mais. Percebo agora, você também? Eles causam incômodo em quem chega aqui e, de certa forma, também em mim.

Sobre o antigo morador nada sei, também não me interessa. Às vezes me pego imaginando como ele era, o que fazia. O que os quadros eram para ele, pensamentos que logo se dissipam. Deveria empacotar os quadros, enviar para o antigo dono ou talvez entregar a algum familiar? É curioso como não quero me desfazer dos quadros, é cômodo para mim não ter que sair para comprar quadros novos que me vão ser estranhos tanto ou mais que estes da parede. Prefiro que estes fiquem, é mais cômodo para mim. De certo que há um incômodo, mas é mínimo, quase nada. As visitas reparam neles, fazem perguntas para as quais não tenho respostas. Claro que preferiria que ficassem caladas, que não reparassem nos quadros, que eles passassem despercebidos; mas eles não passam despercebidos e eles reparam.

Os quadros não me dizem nada, mas é estranho como parece que dizem. Não entendo de arte. Não dizem nada, mas quem chega repara. Talvez digam algo. É dentro da gente que eles mexem. Reviram tudo, enovelam os sentimentos. Não dizem nada ao tempo em que dizem muito. De fato, estranho e familiar. Por isso reparam, por isso as lágrimas, por isso não quero me desfazer, por isso é mais cômodo.

SEGUNDA COMPOSIÇÃO PARA UM PROBLEMA DE DIFERENÇA E IMAGEM, COMO TAMBÉM DE GLÓRIA¹

MAÍRA DE BENEDETTO²

1.

os papéis escapam das mãos
e permanecem dias,
como se à espera de uma contra-história ou abandonados ao peso do tempo
para escrever é preciso um hiato
uma hesitação
o caminho da luz.

Muitos são perseguidos
e considerar que figurações de um mundo se colocam também aos fatos possíveis, permanecemos mexendo nas imagens e na face opaca da história.

2.

“Quero ser enviada novamente à França com instruções precisas e uma missão - perigosa por escolha - no trabalho clandestino... Eu acolheria qualquer grau de perigo se somente pudesse fazer alguma coisa realmente útil. Minha vida não vale nada para mim enquanto Paris, minha cidade natal, estiver sujeita à dominação alemã. Nem quero que minha cidade seja libertada somente com o sangue de outros. (...) A dor e o perigo são indispensáveis por causa da minha conformação mental.

(...) O infortúnio que cobre a superfície do globo terrestre obceca-me e oprime-me até ao ponto de anular as minhas faculdades, e eu não conseguirei recuperá-las e livrar-me dessa obsessão se não me calhar a mim mesma uma boa parte de perigo e sofrimento. (...) Suplico-lhe

1 Segunda composição para um problema de diferença e imagem, como também de glória pertence ao Díptico: Composição para um problema de diferença e imagem, como também de glória & Segunda composição para um problema de diferença e imagem, como também de glória, escrito por Maíra no intervalo entre os anos de 2018 e 2021.

2 Graduada pela Universidade Belas Artes de São Paulo em Arquitetura e Urbanismo, sua profissão, e graduanda em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Tem duas prosas poético-filosóficas publicadas pela editora Phármakon, *Nachtschmetterling* (2013) e *qui novit nomen, quaestio: Excertos de Transcendência e Crime* (2018). Contato: mbtttto@gmail.com

que me encontre, se puder; a quantidade de sofrimento e de perigo úteis que me preservará de ser esterilmente consumida pela mágoa." - Simone Weil, em 1942, nas cartas para Maurice Schumann, onde também escrevia seu 'Projeto de uma formação para enfermeiras de primeira linha' para combater os soldados e a propaganda hitleristas.

3.

Era preciso uma paisagem, ainda assim não seria suficiente. Era preciso uma imensidão pontuada de referências e permeada por uma espacialidade que abrisse teu espírito. Nem sempre se encontra uma paisagem enquanto caminha. O corpo caminhava ritmando as dimensões dos sinos que o antecipava.

E era como se precisasse revelar a natureza de seu espírito pela imagem de um esquecimento realizada por um presente concreto

o fim

amantes das trincheiras!

suplicantes da passagem!

ei-lo!

sem formação!

sem devaneio!

por livre coincidência as badalações do sino desenham uma triangulação infinita que se movimenta adentrando o próprio infinito e sua geometria,

a história deveria ser escrita assim,

um corpo se expandindo à potência sonora desse infinito

a presença do corpo na história pela configuração espacial da experiência determinada por uma temporalidade do esquecimento, quando a espacialidade da história determina a temporalidade do corpo presente em sua atualidade e a história se atualiza no corpo pelo esquecimento desse mesmo corpo, o corpo é aberto à temporalidade da história que por sua vez se realiza na espacialidade do corpo, que, depois da história, não se delimita à espacialidade presente. Esquecimento é um modo de esvaziamento onde se determina uma espacialidade possível. Mas a história ainda não acontece aí. Queremos escrever, na história, todo o movimento do corpo que se expande à consciência histórica e à consciência de si na história ao mesmo tempo em que perde a referência do espaço presente, do espaço em que o corpo se desloca mas que não sustenta a espacialidade aberta pela história e pela consciência. A consciência é para o corpo a expansão histórica de sua espacialidade no espírito de teu regresso.

UM RIO

VINÍCIUS SANCHES PONTIROLLE¹

Aconteceu não faz muito tempo, lembro-me bem. Estávamos em casa e o almoço se aproximava, era preciso de lenha para alimentar o velho fogão. Evidentemente, Eles sem balbuciar se prontificaram a buscar. Eu, como de costume, disse que queria ir junto, mas, diferentemente das outras vezes, Eles permitiram minha ida. Que surpresa maravilhosa, enchi-me de alegria.

Então saímos a cortar aquele matagal sem fim. Suores nas subidas e alívio nas descidas. Os secos e cortantes galhos eram a todo instante afastados de mim por Eles. Nada apagava o vigor da minha infância e coisa alguma os cansava de me livrar dos machucados. Após o terceiro gole de água, pude avistar o oásis de lenha que buscávamos. Fui correndo em direção a ele e com entusiasmo singular abracei todas as toras que me era possível carregar, afinal, minha fome urgia. O que apanhei era suficiente para alguns bons almoços.

Logo ao lado havia um rio. Na verdade, acho que “rio” passa a impressão errada. Se uma semente logo após o início da germinação ainda não deve ser chamada de “árvore”, sinto que aquilo que me foi mostrado deva ser nomeado mais precisamente de algo como fio d’água. Ora, não reclame das minúcias de minhas linhas, de onde venho, cozinhamos com forno à lenha e não com os tais microondas. Cada detalhe tem a sua graça e valor. “Aquele largo rio que passa por nossa casa nasce assim, franzino, ao longo do tempo vai se encorpando. O nosso povo chama ele de Vitalitas”. Por alguns instantes admirei as águas cristalinas, contudo, na minha cabeça só conseguia me maravilhar com o fato de ter conseguido pegar tanta lenha.

Cumprido parte do serviço, era hora de voltar, regressamos margeando o rio Vitalitas. O começo foi prazeroso, nas deliciosas conversas, brincadeiras e antigas memórias ressurgiram. Eles me explicaram sobre a história daquele lugar em que estávamos, sobre os animais que lá habitavam e até fizemos algumas paradas para admirar tudo aquilo a nossa volta. À medida que o rio ganhava profundidade, o assunto ia se adensando. Já não mais havia espaço para brincadeiras, e a descontração foi expulsa pela tensão. Ouvi coisas que na época achei absurdas, exaltei-me e num instante de distração tropecei em uma pedra que tinha no meio do caminho. É claro que não cheguei a cair, não se esqueça que Eles ainda estavam lá e sempre vigilantes, mas acabei por perder quase metade de todas as toras que carregava. Fora tudo rio abaixo. Movido por um impulso sabe-se lá do que, ainda tentei me lançar ao leito para recuperar meu esforço.

1 Graduando em Direito pela Universidade de São Paulo. Contato: viniciussp@usp.br

Aquele fiozinho de água já tinha adquirido a forma de um robusto riacho, era profundo e ostentava uma correnteza considerável. Eles não deixaram, me puxaram para longe da margem e tentaram me consolar. Era para eu não me avexar, ter calma, já tínhamos mais que o suficiente para as refeições dos próximos dois dias. Tinha que extravasar a raiva, vi um cupinzeiro e lhe tasquei um belo chute. Enchi aquele rio com a terra que com muito suor os cupins esculpiram e turvou-se a água. O que tinham os insetos a ver com tudo aquilo? Infelizmente nada, nada além do infortúnio de estarem no lugar errado e na hora errada.

Eis um grande problema na humanidade, erro horário-espacial. A pior parte é que a vítima é sempre um inocente. Que culpa tem as árvores se os homens estão poluindo o planeta? O que de mal fizeram os pobres para a ganância querer explorá-los? Sinto que devo me concentrar no relato. Não faz muito tempo, mas a memória é astuta e o subconsciente, orgulhoso. Custa demais aceitar os erros. Além de tudo, quem tem tempo hábil para remediar é você, não eu, mas isso deixemos para o final, onde as pontas se encontram.

Bem, estava eu irritado com meu esforço que fora, ironicamente, por água abaixo. Não tinha mais o que ser feito, continuamos a trajetória ao som de bufos e lamentos. Eles estavam quase que a todo tempo falando comigo, não dei o mínimo de atenção. Em alguns momentos lembro que me olhavam e riam da situação, só podia imaginar que a bobagem pousara sobre meu rosto. De repente veio aos olhos um arranjo banal que subiu à cabeça como ideia genial. Feixes de toras milimetricamente organizados formavam uma barragem. Quem é que nesse século ainda precisava daquela construção medieval? Aquela coisa ociosa no Vitalitas e eu necessitado de recompor meu estoque de lenha. A decisão foi imediata, desfazer tudo aquilo e tomar a madeira. Eles tentaram me alertar sobre algo, evidentemente considerei como irrelevante, já era maduro, podia tomar minhas próprias decisões. Arquitetei tudo sozinho e percebi que já poderia realmente sair da sombra deles, andar com as próprias pernas. Peguei o que me era por direito e lancei o resto no próprio leito. Convencido de que o prejuízo fora coberto, continuei a caminhar, a estrada parecia mais longa, nada de avistar a casa. A conversa foi ficando bem escassa e as vozes que antes eram audíveis, transformaram-se em sussurros cada vez mais distantes. A concentração em não perder um só galho sequer tomava conta de mim.

Longo tempo depois, já fatigadas as pernas e sem fôlego nos pulmões, parei para descansar e percebi algo estranho, aquele rio estava diferente. Ele estava minguando, em um olhar um pouco mais cuidado, constatei que mais à frente ele ia perdendo sua forma, força e saúde, até o ponto em que já não era nada além de alguns mililitros empoçados. Despertada a curiosidade, fui logo a indagar-lhes sobre o que acontecia. Observo à direita e nada, miro à esquerda e nada de achá-los. Surge então o maior enigma de todos, onde é que estavam? Há quanto tempo eu

estava andando só? Como não pude perceber a ausência deles? Entretanto, de uma coisa estava certo, a casa estava a poucos metros de distância e minha lenha estava à salva, o almoço estava garantido. Poderia até não ter água, mas tinha a lenha, missão cumprida, era o que importava.

humanidades em diálogo

v. XI 2022